CENTRO FEDERAL DE EDUCAÇÃO TECNOLÓGICA DE MINAS GERAIS

DIRETORIA DE PESQUISA E PÓS-GRADUAÇÃO

Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens

Alexsandra Santos Reis

ESCOLA SEM PARTIDO (ESP) E PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO (PCESP): o imaginário construído acerca do papel do professor no *Facebook*

Belo Horizonte (MG)
2020

Alexsandra Santos Reis

ESCOLA SEM PARTIDO (ESP) E PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO (PCESP): o imaginário construído acerca do papel do professor no *Facebook*

Dissertação apresentada ao Programa de Pós-graduação em Estudos de Linguagem do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais (CEFET-MG) como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagens.

Área de concentração: Tecnologia e Processos Discursivos

Orientadora: Prof[a]. Dr[a]. Carla Barbosa Moreira

Belo Horizonte (MG)
2020

Reis, Alexsandra Santos.
R375e Escola Sem Partido (ESP) e Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) : o imaginário construído acerca do papel do professor no Facebook / Alexsandra Santos Reis. – 2020.
242 f. : il.

Orientadora: Carla Barbosa Moreira

Dissertação (mestrado) – Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais, Programa de Pós-Graduação em Estudos de Linguagens, Belo Horizonte, 2020.
Bibliografia.

1. Discurso. 2. Ideologia. 3. Imaginário. 4. Facebook (Rede social on-line). I. Moreira, Carla Barbosa. II. Título.

CDD: 401.1

Ficha elaborada pela Biblioteca - Campus I – CEFET-MG
Bibliotecário: Wagner Oliveira Braga CRB6 - 3261

Alexsandra Santos Reis

ESCOLA SEM PARTIDO (ESP) E PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO (PCESP): o imaginário construído acerca do papel do professor no Facebook

Dissertação apresentada ao Curso de Mestrado em Estudos de Linguagens do Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais - CEFET-MG, em 28 de agosto de 2020, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre em Estudos de Linguagem, aprovada pela Banca Examinadora constituída pelos professores:

_____

Prof[a]. Dr[a]. Carla Barbosa Moreira- CEFET/MG- Orientador

_____

Prof. Dr. Cláudio Humberto Lessa - CEFET/MG

_____

Prof[a]. Dr[a]. Helcira Maria Rodrigues de Lima- UFMG

_____

Prof[a]. Dr[a]. Mariana Jafet Cestaria - CEFET/MG

Para Deus, força minha
Para minha família, força minha
Para meus alunos, estímulo meu.

AGRADECIMENTOS

Para AquEle que é a minha força maior, que me ajuda a derrubar gigantes, que em meio a tempestade traz a paz. Que acredita bem mais em mim do que eu mesma, obrigada sempre, Deus.

À minha mãe, que com pouco estudo formal possui a maior admiração e respeito que já vi pela academia, que despertou em mim o gosto pela leitura através de suas lindas histórias inventadas. Que desenvolveu uma inteligência para almas, sendo capaz de oferecer, sem pedir nada em troca, um beijo, um abraço, um colo, um café, um almoço. Que cuidou de minha família para que eu pudesse escrever. Você é minha mestra da vida, te amo.

Ao meu marido, Edmar, companheiro de aventuras, viagens, conhecendo minha alma inquieta sempre estimula meu projetos (e olha que são muitos!!!), que sonhou comigo esse mestrado e não hesitou em abrir mão de nossos passeios para ficar em casa para que eu pudesse escrever, não se importou com meus *insights* e produções pela madrugada. Que, com sua calma, trouxe conforto e força para que eu não desistisse.

Às minhas filhas Ana Clara e Giovana. Ana, língua e mente encantadas, futura membro da Academia Brasileira de Letras, que certa vez escreveu assim: “você é meu exemplo humano de força, coragem, fé, determinação, superação”. Isso me deu forças para seguir. Afinal, como, depois disso, eu poderia ser exemplo de fracasso?! Gi, que, com seu riso solto e seu bom humor, traz alegria constante ao meu coração, tornando essa jornada mais leve. E que, nos momentos de cansaço mental, era meu refúgio para soltar gargalhadas.

À minha irmã Andreia, que sempre acredita nas minhas loucas ideias...

À minha orientadora Carla, por sua coragem em aceitar uma aluna com uma vida de improbabilidades, por arriscar-se e, principalmente, por não desistir de mim. Suas indicações de leitura e considerações foram fundamentais para meu texto.

Aos professores da banca examinadora, pela leitura da dissertação e por terem aceitado participar da defesa.

Aos professores Eli Sabino e Elisson Morato, por me ouvirem e me ajudarem a pensar sobre o tema.

À Dayse e todos os meus colegas da Escola Municipal Sérgio Miranda, que, silenciosamente, organizaram horários, reviram a agenda e me substituíram para que eu pudesse assistir às aulas presenciais de mestrado. Vocês me incentivaram a prosseguir.

À Fabrícia, colega de caminhada da PBH e de mestrado, obrigada pelos conselhos e sugestões.

Às minhas colegas, Aline, Eliziane, Juliene, Nayara, que foram fundamentais para que eu iniciasse essa caminhada.

E, por fim, àqueles que me disseram NÃO! “Você não vai conseguir... como conciliar duas escolas, casa, marido, filhos, mestrado? Alguma coisa vai dar errado!” A vocês que sem empatia foram pedra de tropeço em minha vida, que indignaram e entristeceram o meu coração, mas que me fizeram ser resistência frente a um discurso tão desestimulante.

Deus quer
O homem sonha,
A obra nasce.

O infante - Fernando Pessoa

RESUMO

Esta pesquisa teve como tema as discussões promovidas no *Facebook* por dois movimentos antagonistas: Escola Sem Partido (ESP) e Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP). A proposta foi analisar nas postagens e nos comentários do *Facebook* do ESP e do PCESP os imaginários produzidos pela cartilha "Deveres do Professor" referente ao papel do professor na escola. Nossos objetivos específicos foram: verificar quais os imaginários discursivos o cartaz produz referente ao papel do professor nos dois movimentos; verificar quais imaginários dos discursos do ESP se identificam com os discursos do PCESP; elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* em funcionamento no discurso do ESP e do PCESP; verificar como se dá a apropriação da noção de ideologia pelos dois movimentos; verificar quais sentidos são produzidos sobre "liberdade de expressão" e/ou "liberdade de cátedra" nos dois grupos. Para tal alcance, buscamos um aparato teórico-metodológico constituído pela Análise de Discurso de Matriz Francesa, de Michael Pêcheux. Para isso elegemos algumas noções-chave que foram fundamentais para compreensão deste trabalho, como o discurso, a ideologia, a formação discursiva (FD), formação ideológica (FI), o sujeito, a formação imaginária, as condições de produção, a memória, o silenciamento, o *evidenciamento*, os gestos de interpretação, acontecimento discursivo e discurso fundador. A partir das análises de nossos dados foi possível concluir que: os imaginários que interpelam as cartilhas são distintos para os dois grupos. Para o ESP o professor é um sujeito de deveres, que deve ser vigiado e o aluno é aquele que sofre com a doutrinação do professor, devendo vigiá-lo e/ou denunciá-lo. Já o PCESP traz um movimento de resistência, no qual se destaca um processo de questionamento e *evidenciamento* das propostas do ESP. Percebemos também que os gestos censórios do ESP, discursivizados na cartilha, bem como o movimento de *evidenciamento* (PCESP) dos silenciamentos (ESP), posto como forma de resistência por parte do PCESP, mostrou como é notório o embate discursivo entre o ESP e o PCESP. Por fim, o ESP produz um sentido pejorativo para aquilo que considera doutrinação e acredita que o professor não pode apresentar uma ideologia em seu discurso, enquanto o PCESP considera que todos possuem ideologia e que, portanto, cabe ao professor promover no aluno a criticidade para refletir sobre questões sociais e políticas diversas.

Palavras-chave: Escola Sem Partido, Professores Contra o Escola Sem Partido, discurso, ideologia, imaginário, *Facebook.*

ABSTRACT

This study focuses on discussions on Facebook from two opposing movements: School without Party (SWP) and Teachers against School without Party (TASWP). This study aims to analyze the social representations of the teacher's role conveyed on the posts and the comments on those Facebook posts according to the poster "Teacher's duties". Our specific objectives with this research are: a) to verify which imaginary representations through the discourse the poster produces in relation to teacher's role considering the both movements, b) to verify which imaginary representations through the discourse are similar in both movements, c) to clarify how to happen in the discourse of both movements (SWP and TASWP) the censored action and the action for one of the movement, d) to verify how both movements appropriate the notion of ideology, e) to verify which meanings are produced by both groups in relation to "freedom of speech" and/or "freedom to teach". To achieve our objectives, we use the methodological framework based on French discourse analysis according to Michael Pêcheux. The key concepts are: discourse, ideology, discursive formation, ideological formation, subject, imaginary formation, memory, silence, actions for the movement, interpretative gestures, and foundational discourse. Our finding is: the social meanings represented by the documents are different when both groups are considered. SWP conceives teachers as a being of duties who must be watched by the students who are might be persuaded by the teachers. On the other hand, TASWP conveys a resistance movement, highlighting its process of questioning and showing the SWP's proposals. We also find how clear the discursive battle between them is. Concluding, SWP produces a pejorative meaning related to doctrine and believes that teachers cannot demonstrate any king of ideology in their speeches; on the other hand, TASWP thinks everybody has an ideology. Therefore, encouraging critical literacy among his/her students is the teacher's duty.

Keywords: School without Party, Teachers against School without Party, discourse, ideology, social representations, *Facebook*.

LISTA DE FIGURAS

Figura 1 - Imagem do cartaz proposto pelo ESP para afixação nas escolas.....32
Figura 2 - Página inicial do Instituto Millenium entre 2009 e 2011 81
Figura 3 - Deveres do professor.....100
Figura 4 - Imagem presente na postagem do ESP.....105
Figura 5 - Cartilha postada pelo PCESP.....111

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 - Grupos de Famílias Parafrásticas 94
Quadro 2 - Quadro organizativo dos discursos do ESP e PCESP 94
Quadro 3 - Interdiscursividade do PCESP em relação ao ESP 97
Quadro 4 - Compilação das sequências Grupo de Posição Ideológica 135
Quadro 5 - Interpretações da CADH e CF 148

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACD	-	Acontecimento Discursivo
AD	-	Análise do Discurso
AE	-	Aparelho de Estado
AIE	-	Aparelho Ideológico de Estado
ANPEd	-	Associação Nacional de Pesquisa em Educação
CEFET-MG	-	Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais
ESP	-	Escola Sem Partido
FD(s)	-	Formação(ões) Discursiva(s)
FI(s)	-	Formação(ões) Ideológica(s)
Imil	-	Instituto Millenium
LDB	-	Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional
MED	-	Movimento Educação Democrática
PCESP	-	Professores Contra o Escola Sem Partido
PL(s)	-	Projeto (s) de Lei
SD	-	Sequência Discursiva
SD/PCESP	-	Sequência Discursiva/Professores Contra o Escola Sem Partido
SDGDA	-	Sequência Discursiva Grupo de Discurso de Autoridade
SDGGC	-	Sequência Discursiva Grupo Gestos Censórios
SDGLC	-	Sequência Discursiva Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra
SDGNP	-	Sequência Discursiva Grupo de Nomeação de Professor
SDGPI	-	Sequência Discursiva Grupo de Posição Ideológica
SDGSCP	-	Sequência Discursiva Grupo do Escola sem ou com Partido
STF	-	Supremo Tribunal Federal
UFMG	-	Universidade Federal de Minas Gerais

SUMÁRIO

Introdução **13**
Problema, Objetivos, Justificativa 16

1. ESP, PLs, PCESP e as Comunidades virtuais **25**
1.1 Movimento Escola Sem Partido (ESP) 25
1.2 Projetos de Lei (PLs) do Movimento Escola Sem Partido (ESP) 31
1.3 Movimento Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) 38
1.4 Comunidades virtuais na internet 40

2. Quadro Teórico-Metodológico **51**
2.1 Ideologia e Discurso 52
2.2 Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI) 59
2.3 Memória, Esquecimento, Silenciamento, *Evidenciamento* 65
2.4 O discurso fundador e o discurso do ESP e PCESP 74
2.4.1 A noção de discurso fundador 75
2.4.2 A constituição do(s) discurso(s) fundador(es) do ESP e PCESP 77
2.4.3 Condições de produção do discurso do ESP 77
2.4.4 A memória do medo do comunismo 84
2.4.5 O ESP e a constituição do discurso do PCESP 87
2.5 Metodologia 88
2.5.1 Seleção e apresentação do corpus 92
2.5.2 O processo de análise do cartaz e dos comentários 93

3. Memórias que atravessam os cartazes do ESP e do PCESP **96**
3.1 ESP x PCESP: acontecimento discursivo que silencia/*evidencia* 96
3.2 Condições político-ideológicas para produção dos deveres do professor 98
3.2.1 Uma análise discursiva no(a)/do (a) cartaz (ou cartilha?) do ESP 99
3.3 Os direitos do professor: a discursividade que se contraidentifica com os deveres do professor 108

4. Sequências discursivas que naturalizam os discursos do ESP e do PCESP **118**
4.1 Imaginário de Nomeação de Professor 119
4.2 A Produção Discursiva de Sentidos da Ideologia 131
4.3 O discurso da liberdade de expressão e de cátedra 137
4.4 Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 143
4.5 Quais os imaginários são produzidos no Escola *sem* ou *com* Partido? 150
4.6 Gestos censórios que insistem 154

5. Considerações Finais **164**

Referências **170**
Anexos **181**

Introdução

O discurso é uma prática social, um modo de estabelecer relação com o outro e com o mundo. Essa característica me despertou interesse quando tive meus primeiros contatos com a Análise do Discurso, talvez por estabelecer uma relação entre esse pressuposto e a própria disciplina Língua Portuguesa, na qual estabeleci minha trajetória como professora. Já no Ensino Médio, quando fiz magistério, curso secundário para a formação de professores do ensino infantil e básico, me encantava com o estudo da retórica, mesmo desconhecendo sua complexidade. Mas a considerava como simples sinônimo de discurso. Naquela época, recorrendo a Aristóteles, aprendi que a arte retórica propõe situações de discurso para adequá-lo ao seu objetivo maior que é convencer e, também, que um dos pontos fundamentais na arte de persuadir está na qualidade das provas empregadas pelo orador. Essa capacidade de argumentar e o modo de fazê-lo a ponto de "convencer" o sujeito sempre me instigaram.

Ao longo de minha caminhada, encantei-me com o poder do discurso e, buscando capacitar-me profissionalmente, tive a oportunidade de fazer algumas disciplinas isoladas no Mestrado em Linguagens do CEFET-MG (Centro Federal de Educação Tecnológica de Minas Gerais). Como não sabia exatamente que disciplina poderia ser relevante, optei por escolher uma que fosse condizente com meus interesses pessoais e profissionais. Foi então que conheci a Análise do Discurso (AD), a qual era trabalhada em linha de pesquisa, cujo objeto de estudo me fascinava. Não conhecia ainda pesquisas em AD nem a noção de discurso, mas a palavra "discurso" me bastava.

Nessa mesma época, assisti a uma palestra ministrada pelo professor Eli Sabino, da FAE (Faculdade de Educação) da UFMG (Universidade Federal de Minas Gerais), sobre os movimentos Escola Sem Partido (ESP) e Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP), que apresentam discursos oponentes no *Facebook,* sobre questões relacionadas à educação. Por se tratar de assuntos polêmicos voltados, principalmente, para questões docentes, passei a acompanhar as postagens dos dois movimentos e percebi que o espaço de promoção do debate ocorria na rede social, enquanto o de disputa de poder se localizava na escola.

Assim, quando me tornei aluna regular do mestrado, recorri à AD para compreender melhor a discussão promovida no *Facebook* pelos dois movimentos, ESP e PCESP, designados como tema dessa pesquisa. Foi então que, aprofundando meus conhecimentos, aprendi com o trabalho de Pêcheux ([1969] 1997, p. 77) que o discurso é uma prática política, lugar de debate, confronto e conflito de sentido, que se origina em outros

discursos e simultaneamente assinala outros vindouros. O discurso não provém de uma fonte única, mas de várias. O autor define o discurso como sendo, "[...] sempre pronunciado a partir de condições de produção dadas [...]" (PÊCHEUX, [1969] 1997, p. 77).

Considerei que seria necessário também aprofundar meus estudos acerca das redes sociais. Afinal, as mídias sociais apresentam-se como um espaço singular que possui e cria acontecimentos discursivos interativos. Percebem-se aí diferentes imbricações, que podem ser analisadas de forma empírica pelas noções da AD francesa à luz de Pêcheux, Orlandi e outros autores, a serem apresentados posteriormente, que dão suporte aos estudos desses teóricos, que serão abordados em nossa pesquisa. Assim, a escolha da AD como concepção teórico-metodológica justifica-se por ser uma área híbrida e fluida, que nos permite discutir o discurso em todos os âmbitos, inclusive o virtual.

O *Facebook*, por ser um espaço virtual bastante popular, é a plataforma em que se percebe mais visivelmente esse novo processo de comunicação. Essa rede social foi criada em 2003 pelo estudante da Universidade de Harvard, Mark Zuckerberg, e três amigos. O objetivo era promover um espaço na rede social de discussão para o público estudantil, no entanto, com o passar do tempo, popularizou-se e tornou-se um *site* de amplo acesso a todas as categorias de usuários.

Nesse contexto, dominada pelas tecnologias, surge uma nova forma de interação, trazendo uma mudança fundamental no caráter da comunicação humana, que agora ocorre por meio de textos, imagens e sons em um mesmo sistema. Segundo Castell (1999), a comunicação molda a cultura, porque não vemos a realidade, mas, sim o que "ela" significa em nossa linguagem. Portanto, a mudança da comunicação para uma rede global eletrônica faz surgir uma cultura da virtualidade real. Atualmente, essas redes de comunicação computacionais constituídas pela internet caracterizam-se pela penetrabilidade, flexibilidade e descentralização, mas trazem culturalmente, subjacentes em sua estrutura, as propriedades de individualização e interação.

Geralmente, as comunidades virtuais se organizam em torno de interesses comuns, sugerindo, desse modo um novo tipo de socialização tecnológica e *on-line* como podemos observar na formação tanto do ESP quanto do PCESP. Enquanto o primeiro grupo organizou-se em nome de uma educação "sem doutrinação" e "sem ideologia", o segundo estrutura-se com o objetivo de monitorar e acompanhar as postagens do grupo oponente. Essas redes interpessoais são apropriadas à formação de laços muitas vezes fracos, diversificados e especializados, úteis ao fornecimento de informações de baixo custo, também capazes de gerar reciprocidade e apoio por intermédio da dinâmica da interação sustentada,

mediada por computadores que também contribui para a valorização da individualização em detrimento de preocupações de interesse coletivo (CASTELL, 1999): o uso da rede de computadores valoriza ao máximo o indivíduo e minimiza aquelas discussões de interesse coletivo.

Desse modo, a linguagem e a polêmica a partir de um novo contexto da produção do dizer no ciberespaço - espaço virtual, espaço digital, espaço de circulação - e demais designações encontradas em textos que abordam as discursividades inscritas no digital, apresentam uma produção de sentidos e acontecimentos ligados a todo tipo de discurso, sobretudo ao discurso político (ORLANDI, 2005), lugar em que bem se encontra a questão dos movimentos estudados, Escola Sem Partido (ESP) e Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP).

Recorrendo a Pêcheux (2011), compreendi que a linguagem estabelece um elo entre o discurso, o político e o histórico, e que é interpelada pela ideologia, questões caras tanto ao ESP quanto aos PCESP, embora sob perspectivas antagônicas. Assim, existem condições de produção de efeito, posição e lugar para o sujeito na análise linguística: o dito e o não-dito, sequências discursivas, o ponto de vista das condições de produção que os dominam (ORLANDI, 2011, p. 222).

Quando observamos esses discursos, verificamos que o testemunho tem papel capital na produção de um efeito de verdade que funciona como alicerce na prática de militância (ORLANDI, 2015), espaços de interpretação que ensaiam outras formas de dizer: “Espaço político, logo, espaço da divisão, da dissimetria, do resto” (*Ibidem*, 2015, p. 22). Lugares de narratividade, cujo desempenho produz um gesto de resistência, por meio da denúncia (ORLANDI, 2015).

Pêcheux (2009, p. 281), por sua vez, ressalta que “não há dominação sem resistência”. Nesse sentido, o ESP apresenta uma proposta de educação que considera apartidária e sem cunho ideológico e, em nome desses ideais, pretende limitar o papel do professor em sala de aula. Já o PCESP luta contra as relações de poder que se pretende estabelecer. Atualmente, as redes sociais digitais têm contribuído com diversos movimentos contrários a essas relações de poder. Se o sujeito, nessas redes, assume uma posição para ler, comentar, compartilhar e produzir discursos, ele também pode sair da rede para ir à rua. Muitos eventos surgiram nas redes sociais, mas ganharam o meio social, sendo que a presença do sujeito nesses eventos se corporifica não de forma dócil, mas de maneira desobediente, desorganizada, resistente às políticas de coerção implantadas. Foi o que ocorreu com o ESP,

que, inicialmente, promovia uma discussão apenas nas redes sociais e que depois começou a ganhar relevância, chegando a propor Projetos de Leis (PLs) que defendem seus ideais.

Diante desse contexto complexo que aborda questões políticas, sociais e virtuais, que interpelam a história, a ideologia, a memória e a censura, é que levantamos a hipótese de que tanto o ESP quanto o PCESP se valem do *Facebook* para divulgarem seus pontos de vista e posicionamentos político-ideológicos. A partir da percepção dessa polêmica, desse acontecimento, buscou-se delimitar o tema e o objeto desta pesquisa.

Os textos que são postados sinalizam para posições distintas, demarcadas por formações discursivas e sentidos diversos, com sujeitos ideologicamente determinados. Assim como no início de minha trajetória, deparei-me novamente com a ideia de discurso, mas de uma forma mais elaborada, em um contexto diferente. Também justifico aqui a minha voz em primeira pessoa, seja do singular ou do plural, em função das motivações pessoais. Daqui em diante, esta voz estará atravessada, cada vez mais, por outras, estando também presente nelas, no caso das citações.

Vejamos a seguir um pouco sobre nosso problema de pesquisa, nossos objetivos e a justificativa deste trabalho.

Problema, Objetivos e Justificativa

Vive-se hoje no país um momento tenso, principalmente, no âmbito político e educacional. É perceptível a disputa de diversos grupos por assumir um discurso cada vez mais "politicamente correto" nas redes sociais com o intuito de alcançar outros objetivos, que nem sempre são explícitos. Esse confronto seria fruto da conjuntura política brasileira e se intensificou após o *impeachment* da presidente Dilma Rousseff, em 2016. Essa situação estimulou a ascensão de ideias conservadoras e tem ganhado força principalmente no campo político, produzindo uma intensa disputa ideológica polarizada país afora entre grupos apelidados de "esquerdistas" e de "nova direita".

Enquanto pesquisadora, não tenho o intuito de apresentar um discurso neutro, sem ideologias, mesmo porque, segundo Pêcheux ([1975] 1997), não há discurso sem sujeito, não há sujeito sem ideologia: não há realidade sem ideologia, o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia, sendo que é no discurso que a ideologia se concretiza. Portanto, ao descrever, analisar e interpretar, apresento marcas desse sujeito (mulher, educadora, mãe, cidadã, filha de

classe operária, que se preocupa com o contexto sócio-político-educacional do país) interpelado por ideologia.

No entanto, é preciso esclarecer que, ainda como pesquisadora, não poderia descartar e deixar de apresentar outros pontos de vista diferentes do meu. Apresentamos, então, nosso problema de pesquisa: quais imaginários discursivos são produzidos nas postagens e nos comentários postados nas páginas do *Facebook* pelos membros do ESP e PCESP referentes ao papel do professor na escola?

Como se percebe, é no/pelo discurso que se realiza nossa dissertação. Por ser o "discurso a palavra em movimento" (ORLANDI, 2005, p. 15), o outro está sempre inserido em nosso dizer. Já que todo discurso é um interdiscurso, segundo Pêcheux (2007) e Courtine (2003), e que o sujeito faz parte desse contexto, percebemos que, muitas vezes, o discurso é apresentado como "de um" e perpassado pelo discurso de outrem, podendo tratar-se de uma manipulação da opinião pública visando o poder. Dessa forma, faz-se necessário pensar no papel discursivo, principalmente daquele divulgado através do *Facebook*, do ESP e do PCESP.

Nessa perspectiva, esta pesquisa tem como objetivo geral: analisar nas postagens e nos comentários do *Facebook* do ESP e do PCESP, os imaginários produzidos pelo cartaz "Deveres do Professor", referente ao papel do professor na escola. Nessa esteira temos como objetivos específicos: verificar quais os imaginários discursivos o cartaz produz referente ao papel do professor nos dois movimentos; verificar quais imaginários dos discursos do ESP se identificam com os discursos do PCESP; elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* [1] em funcionamento no discurso do ESP e do PCESP; verificar como se dá a apropriação da noção de ideologia pelos dois movimentos; verificar quais sentidos são produzidos sobre "liberdade de expressão" e/ou "liberdade de cátedra" nos dois grupos.

Dada à natureza do *corpus* trabalhado, esperamos também contribuir com subsídios teóricos e metodológicos para pesquisas que lidem com *corpora* oriundos do universo digital e, sobretudo, para o avanço de pesquisas sobre o espaço digital. Com base nos objetivos supracitados, esperamos ainda que esta pesquisa também forneça subsídios para um debate mais amplo e maduro sobre as ideologias e posturas que buscam nortear a educação no país.

---

[1] *Evidenciamento/evidenciar* será grafado em itálico quando se apresentar na ordem do discurso enquanto produção de evidência a um discurso antagônico (MOREIRA, 2007; 2009), caso contrário será grafado sem marca. A noção será explicada posteriormente.

Observa-se que o poder tece uma realidade social que controla as práticas discursivas por meio do uso da linguagem e, neste caso, inexiste “manipulação de crença, fabulação e engano” (PÊCHEUX, [1999] 2007, p. 18). Essas práticas discursivas dos dois movimentos ocorrem, principalmente, na internet, que, por sua vez, se apresenta como um lugar de discursos repletos de opacidade e equivocidade (PÊCHEUX, [1982] 2010). Torna-se, então, um espaço especial para se analisar a materialidade específica dos discursos que se formulam e circulam nesse espaço digital, filiados a determinados campos de saber, no caso, o ESP e o PCESP.

Nesses discursos, há uma demanda estabelecida como reivindicação de direitos à ideologia, na qual já se encontra uma interpretação posta acerca do papel do professor. Nesse espaço digital observa-se a presença de coletivos políticos, grupos de militantes, que buscam defender a causa dos movimentos no *Facebook* (DIAS, 2012). Esses grupos se compõem de militantes declarados e pessoas anônimas que atuam como porta-vozes dos movimentos no ciberespaço por meio dos gestos performativos de “curtir”, “compartilhar” e “comentar”, isto é, empregam dispositivos a fim de promover a articulação discursiva em rede de discursos que denunciam e contrainformam.

As redes sociais convivem hoje com uma competição pela opinião pública e uma disputa entre o poder, a liberdade de expressão e a difamação (MITTMANN, 2011). Nesse contexto de confronto e concorrência é que surgiu o grupo chamado Escola Sem Partido, que diz representar pais e professores. O grupo iniciou-se em 2004, fundado por Miguel Nagib e, no site oficial, diz preocupar-se "com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras" (ESCOLASEMPARTIDO, 2019a) e afirma lutar contra a “doutrinação ideológica”, usando o *Facebook* para endossar suas ideias. Também existem projetos de lei, inspirados no movimento (GUILHERME; PICOLI, [2018] 2019), que pretendem especificar os limites da atuação dos professores, impedindo que eles promovam suas crenças particulares em sala de aula, que incitem estudantes a participarem de protestos e que reprimam os alunos que pensem de forma distinta. Além disso, afirmam que o espaço escolar deve promover apenas a apresentação dos conteúdos.

Em contrapartida, existe uma insatisfação por parte de educadores e discentes, uma vez que acreditam que o posicionamento do ESP é de um discurso falacioso, promovido por uma elite cuja motivação é questionável. Dessa forma, surgiu o movimento Professores Contra o Escola Sem Partido, que começou com um grupo de estudos de graduandos em História, na Universidade Federal Fluminense (UFF), em 2015. A atividade fazia parte da aula de pesquisas e práticas e o professor de História, Fernando Penna, trouxe para a

discussão a proposta do movimento criado pelo advogado Miguel Nagib. O grupo passou então a se debruçar sobre o Escola Sem Partido e criou uma página no *Facebook* denominado "Professores Contra o Escola Sem Partido" e um site: o *professorescontraoescolasempartido.wordpress.com,* no qual são monitorados os Projetos de Lei apresentados pelos estados, promovendo discussões sobre o tema.

É preciso refletir que o ESP busca promover uma discussão e projetar a imagem de um grupo preocupado com os valores morais e sociais. Também busca apresentar o grupo oposto, PCESP, a partir de um imaginário de "inimigo da família". Ao acusar os professores de promoverem doutrinação ideológica, o ESP apoia a adoção de uma "vigilância policial" sobre escolas, professores, currículos e materiais didáticos, o que é algo muito preocupante para a classe docente, sendo essa uma das justificativas sobre a importância de se promover um estudo sobre o assunto. O ESP também considera importante que o Estado determine os limites de atuação do professor, cabendo aos técnicos governamentais a seleção cultural daquilo que deve ser transmitido/ensinado/aprendido (ESCOLASEMPARTIDO, 2019a). Esse fenômeno aguerrido se reforçou pelas redes sociais e parece constituir um risco à proposta de uma educação democrática voltada ao exercício da cidadania. A apresentação de blogs no *Facebook* na divulgação da contrainformação encontra-se articulada a diferentes dispositivos que integram a circulação desses discursos digitais, formando uma prática adequada à militância do contrapoder (DIAS, 2012).

Essa discussão ocorre principalmente no *Facebook*, mídia social em que, além das relações interpessoais, soma-se um conjunto de características próprias, como a organização dos espaços publicitários (públicos), os espaços de empresas/pessoas jurídicas, grupos de interesses comuns (privados) etc. Para Dias (2004), o espaço digital deve ser estudado discursivamente. Para a autora, o espaço e o tempo são dimensões intervenientes na produção de sentidos: "o espaço define a temporalidade, e a temporalidade configura o espaço de significação" (DIAS, 2004, p. 24). A internet propõe uma liberdade jamais vivenciada anteriormente pelo usuário, "como se ali ele estivesse livre das coerções do mundo" (*Ibidem*, 2004, p. 25). Entretanto, é pela língua que este sujeito se adentra neste "mundo" e como tal, não pode evitar a ideologia, visto que já se encontra interpelado pela linguagem.

É necessária a compreensão de que, atualmente, a configuração que a internet dá a esse dizer, produz materialidade discursiva, afeta e reconfigura o discurso político. Daí a relevância de uma análise sobre o funcionamento do discurso político-eletrônico, de modo a apontar algumas regularidades para os sujeitos e os discursos no espaço-tempo da virtualidade (MURILLO, [2007] 2020). Também não se pode perder de vista que as postagens no

Facebook funcionam como um lugar de representação - de pais, educadores, alunos - que discutem virtualmente questões do espaço real: a escola.

É perceptível no espaço escolar uma preocupação no que tange a esses discursos divulgados no *Facebook* pelo ESP. Enquanto educadora da prefeitura de Belo Horizonte e da Escola Profissionalizante Santo Agostinho - rede privada - fica clara a importância de refletir sobre essas questões que perpassam, atravessam e ultrapassam esses ambientes, posto que tal movimento busca apresentar uma neutralidade dita "sem partido" e parece desvelar sua orientação ideológica em seus discursos e nos Projetos de Lei que incorporam suas ideias e que se contrapõem com a legislação educacional. Como professora e pesquisadora, apresento como questões desta pesquisa: quais os imaginários produzidos nos comentários postados nas páginas pelos membros do ESP e o PCESP no *Facebook* ou se inscrevem nessas posições discursivas referentes ao papel do professor e sua atividade docente? A discussão no ciberespaço, pela maneira que ela atua, se inscreveria na política imaginária estabelecendo-se como uma representação social do professor? Como o gesto censório e o *evidenciamento* são produzidos e funcionam discursivamente nas postagens e nos comentários postados dos dois movimentos? Em que medida esta pesquisa pode contribuir para o entendimento discursivo sobre ideologia e de discursos fundadores que se manifestam na ordem do discurso dos dois movimentos ideologicamente opostos, ESP e o PCESP, dentro da plataforma do *Facebook*? Quais discursos fundadores constituem o ESP e o PCESP? Quais os imaginários constituem o sentido de "sem partido" tanto para o ESP quanto para o PCESP? Quais os efeitos de sentido de escola constituem o imaginário do discurso do ESP e do PCESP?

Assim, é possível perceber que essa pesquisa trata de um assunto polêmico, delicado e atual que apresenta um discurso virtual, o qual, muitas vezes, parece tentar silenciar um outro discurso comumente empregado pelos professores: aquele da educação democrática vigente no país (PÊCHEUX, [1982] 2010).

A internet e as mídias digitais estão abrindo um leque de debates públicos nos meios virtuais que criam uma espécie de arena democrática eletrônica, que, nos próprios "chats" e salas de discussão, costuma-se chamar de democracia virtual. Um novo desenho pode ser vislumbrado no quadro do discurso político, afetado agora pelo espaço virtual que, frequentemente, funciona sob o imaginário de que a internet passaria a reestabelecer a democracia. A pesquisa nos ajuda a compreender como os sujeitos que atuam nesse espaço virtual se propõem a atualizar a democracia dita convencional, permitindo "maior interatividade das pessoas em função dos recursos acoplados (texto, vídeo, áudio) num único

lugar, gera ao mesmo tempo pluralidade de pensamento e esgotamento cultural" (SILVEIRA, 2009, p. 58).

As novas tecnologias dos meios de comunicação digital estão começando a revelar os seus primeiros efeitos e como eles se apresentarão nos próximos anos. As pessoas estão procurando suas "tribos" e encontram-se fragmentadas em gostos e estilos pessoais. As tendências dos sistemas participativos e interativos mexem com a velha tendência passiva de quem só recebe informações e não as emite (MURILLO, 2007). O avanço da Sociedade Digital e da internet, por meio da presença e influência das redes sociais digitais, passou a fazer parte do cotidiano do indivíduo pós-moderno. A literatura especializada (MARIANI, 1996; MURILLO, 2007; SILVEIRA, 2009; MITTMANN, 2011; DIAS, 2012, 2013; ORLANDI, 2013; DELA-SILVA, 2014; PAIOTTI DIAS, 2018; MOREIRA, 2018 etc) elucida sobre as repercussões das redes sociais na subjetividade de seus usuários, por isso é fundamental para nosso estudo. O ciberespaço possui potencial de causar os possíveis efeitos interpretativos na/para a esfera pública virtual sobre quaisquer temáticas e não seria diferente quando se trata da discussão de aspectos político-ideológicos que permeiam a ação educativa.

A partir desse contexto, a realidade mudou. Os reflexos e impactos dessas transformações são perceptíveis em várias instâncias, principalmente na escola e nas redes sociais. Por muito tempo, o espaço escolar representou o único centro de obtenção de informação e conhecimento para a maioria das pessoas. Nas perspectivas educacionais mais antigas, os alunos deveriam buscar nas escolas o conhecimento transmitido pelo professor, representante máximo do saber. A estrutura organizacional das instituições educacionais e, principalmente, as características comuns do corpo discente colaboravam para a calmaria tão peculiar ao ambiente escolar predominante nos moldes da educação tradicionalista, a qual buscava, por meio de uma prática e de um discurso conservador, a manutenção e a continuidade da ordem estabelecida, sem se dar ao exercício do senso crítico, o que a levava a recusar a possibilidade de ocorrer mudança, inovação ou transformação. Por isso, o discurso tradicional conservador, com receio constante diante de tudo o que modifica ou constitua conflito com as convicções adotadas, busca "conservar" sistemas e instituições que sobreviveram ao tempo, mantendo o respeito à tradição e resistindo a mudanças, como se percebe no discurso promovido pelo ESP.

Compreende-se que ainda existe uma grande dificuldade de se perceber a ideologia que vem a ser manifestada por esses discursos, sobretudo em sociedades consideradas democráticas. O ciberespaço é uma teia de relacionamentos entre indivíduos e hipertextos. Ademais, tal espaço parece exacerbar a fantasia de ser um espaço discursivo com

menor coercitividade e exclusão do que as demais modalidades discursivas. Em uma comunidade virtual não existe o imperativo de o autor subscrever um comentário ou posts. Destarte, por estar nesse espaço, este autor não necessita se responsabilizar pelo que é dito, imagina-se com liberdade para escrever o que quiser sob seu ponto de vista, o que provavelmente não expressaria pessoalmente, fora do espaço virtual, pois, nas redes sociais, ele se depara com "um lugar de dizer que não é controlado, regulado pelas diferentes instâncias sociais, como é o caso da escola, e da nossa sociedade letrada como um todo" (GRIGOLETTO, 2009, p. 8). Por isso é tão crucial compreendermos a funcionalidade e a constituição das comunidades virtuais para podermos empregar as noções escolhidas.

O *Facebook* aloja os dois perfis, ESP e PCESP, é neles que os comentários são postados. Assim, é por meio da análise dos modos de circulação e dos efeitos de sentidos produzidos pelos discursos a serem avaliados que será possível obter maior compreensão do modo de constituição dos sujeitos do discurso político-eletrônico, que passam a discursivizar a partir de um novo lugar, antes privativo dos discursos políticos e da mídia tradicional. Portanto, a análise das redes sociais justifica-se por ser um recurso que permite identificar as relações, seus efeitos e as influências na composição, na constituição e na recriação de uma rede ideológica. Como consistem em laços sociais que ligam atores a pontos específicos de destino, as redes são orientadas pela lógica da interatividade e definidas pela multiplicidade quantitativa e qualitativa dos vínculos entre os seus diferentes membros, o que não significa que essa estrutura exclua a existência de relações de poder e de dependência, tanto internamente, com os moderadores, como externamente, entre os próprios usuários.

Essas relações de poder que dinamizam e garantem a construção permanente das redes sociais revelam estruturas sociais (padrões de interação) que podem evoluir de forma não linear e produzir consequências imprevistas sobre determinado contexto. Essa ação emergente, por sua vez, tem implicações nas dimensões macro e micro. A compreensão desse processo, por sua vez, nos aproxima muito mais da realidade dos discursos aos quais os sujeitos se filiam e se inscrevem, através de uma formação discursiva, e nela se relacionam com os dizeres que lhe pertencem (PÊCHEUX, [1975] 2009).

Tanto o mecanismo político e ideológico que interfere na ordem do discurso e no controle de sentidos, via silenciamento ou *evidenciamento*, como a materialidade digital são assuntos vastos e instigantes, e a relevância dessa pesquisa está particularmente no fato de discutir, concomitantemente, as postagens dos dois grupos e os comentários relativos a essas postagens no *Facebook* sobre o papel e a atuação do professor em sala de aula. Pêcheux ([1982] 2014) sugere refletir sobre as lutas ideológicas de movimento, conceituando-as como

uma sucessão de colisões móveis, travadas em torno de objetos ideológicos, também denominados de paradoxais, por serem idênticos e antagônicos entre si, que levam a "relações de força móveis, em mudanças confusas, que levam a concordâncias e oposições extremamente instáveis" (PÊCHEUX, [1982] 2010, p. 115-116). Assim, podemos pensar em como a educação, enquanto objeto paradoxal, tal qual a definição de Pêcheux, tem historicamente se constituído como um campo de contenda entre diferentes posições que questionam o lugar da escola, suas fronteiras e quais os propósitos do processo de ensino/aprendizagem.

Ainda podemos considerar que essa pesquisa se justifica sob três aspectos principais: a relevância social, a relevância teórico-metodológica e a relevância para os estudos em AD. Sobre o primeiro aspecto, a progressiva polarização que tem ocorrido no país desde as duas últimas eleições presidenciais (2014 e 2018) tem provocado um intenso debate (também polarizado) sobre questões de grande interesse da sociedade. Dentre esses temas está a própria educação, que também se tornou objeto de discussão mesmo de setores que não têm relação com ela ou que não aparentam ter o devido conhecimento sobre essas questões.

Ao apresentar uma pesquisa correlacionada à educação e a posicionamentos sobre ela, esta dissertação colabora para que se estabeleça um debate mais sólido e responsável sobre tendências e contra-tendências que se colocam como norteadoras das políticas e das práticas educacionais. Um debate que tende a trazer maior conhecimento sobre a postura de movimentos sociais que declaram, cada uma a seu modo, suas pautas em favor da educação e favorece um posicionamento mais esclarecido da sociedade frente a esse cenário.

A investigação e o debate propostos nesta pesquisa, por sua vez, também mostram a atualidade e aplicabilidade da teoria de Pêcheux, o que pode ser demonstrado também pelos trabalhos de Orlandi. Surgidas no final dos anos 1960 e, inicialmente, voltadas para um tipo de preocupação e para *corpora* mais específicos, as ideias de Pêcheux e Orlandi, no tipo de deslindamento que propõem para o discurso, chegam ao século XXI como uma teoria bastante atual, na perspectiva em que possibilitam uma análise não apenas do explícito, mas, sobretudo, dos implícitos e silenciados, que são constantes naqueles discursos, digamos ideológicos, e que apresentam um caráter fortemente manipulador.

As noções presentes na AD pecheutiana, em parte, talvez, devido ao seu caráter atual, também demonstram grande operacionalidade dada a sua propriedade de auxiliar no entendimento de problemáticas controversas, como a que estamos estudando. E, ao enfocar elementos como a ideologia, as formações discursivas e o silenciamento, a teoria de base utilizada favorece um entendimento do discurso em sua complexidade e como ele se coloca

em relação a questões sociais de extrema importância, como é o caso da educação, não se tratando, no caso, de uma teoria engajada. A não ser um engajamento com o debate, com o esclarecimento, com a crítica às ideias (e discursos) pré-concebidos que se propagam na sociedade.

Vista desse modo, esta dissertação demonstra sua importância na promoção de um debate profundo e esclarecedor sobre discursos acerca da educação ao mesmo tempo em que devolve à AD a contribuição de uma confirmação da atualidade da teoria de Pêcheux ao mesmo tempo em que uma confirmação da viabilidade de se adotar novos *corpora* de pesquisa, como aqueles concebidos no/pelo universo das mídias digitais.

Agora, com o objetivo de nortear o leitor sobre a organização desta pesquisa, apresentaremos o modo como a dividimos.

Na Introdução, conforme já depreendido, apresentamos alguns eventos motivadores, o tema e a escolha teórico-metodológica, assim como a definição do problema, hipótese, os objetivos geral e específicos e a justificativa deste trabalho, enfocando inclusive a importância da pesquisa para a AD.

No primeiro capítulo, discorremos sobre os dois movimentos ESP e PCESP (incluindo o estado da arte) e os Projetos de Lei propostos pelo ESP. Também abordamos nesse capítulo as comunidades virtuais, ou seja, como esses movimentos se valem da internet e das redes sociais para divulgar suas ideias.

Já no segundo capítulo, abordamos o referencial teórico-metodológico escolhido para a pesquisa, enfocando nas principais noções utilizadas. Nesse capítulo, também discorremos sobre a metodologia e fizemos uma contextualização do corpus.

No terceiro e no quarto capítulo, apresentamos as análises e os resultados obtidos a partir dos procedimentos metodológicos aplicados na segmentação e descrição do *corpus*, tendo em vista o quadro teórico em que foi desenvolvida essa etapa. Este capítulo também foi destinado a uma discussão sobre os resultados alcançados e a imbricação teórico-interpretativa conseguida com este trabalho. Por fim, apresentamos nossas Considerações Finais, buscando fazer um balanço dos resultados da pesquisa e apontamos alguns aspectos que sugerem a continuidade da pesquisa.

1. ESP, PLs, PCESP e as Comunidades virtuais

1.1 Movimento Escola Sem Partido (ESP)

Miguel Francisco Urbano Nagib, advogado e procurador do estado de São Paulo em Brasília, funda o movimento Escola Sem Partido (ESP) em 2004, a partir de uma demanda pessoal. Em 2003, o presidente do movimento, agastado com o professor de História de sua filha, por comparar Che Guevara a São Francisco de Assis, indignado com a situação, que considerou um processo de doutrinação, resolveu agir.

Segundo entrevista concedida por Nagib ao jornal *El País* (edição brasileira), "[sua filha] já vinha relatando casos parecidos de doutrinação. Fiquei chateado e resolvi escrever uma carta aberta para o professor" (BEDINELLI, [2016] 2019). Quando terminou o documento, imprimiu 300 cópias e as distribuiu no estacionamento da escola. De acordo com o mesmo, "foi um bafafá" (BEDINELLI, [2016] 2019). A direção me chamou, falou que não era nada daquilo que tinha acontecido. "Recebi mensagens de estudantes me xingando. Fizeram passeata em apoio ao professor e nenhum pai me ligou" (BEDINELLI, [2016] 2019).

Depois do ocorrido, Nagib resolve criar o Escola Sem Partido (ESP) inspirado em um grupo norte-americano, que, de acordo com Espinosa e Queiroz (2017), foi fundado por Luann Wright, mãe, que, assim como o advogado, diante de conteúdos apresentados pelo professor de Literatura do filho se sentiu preocupada com o grau de "doutrinação". Assim, ela fundou o movimento No *Indoctrination* (Sem Doutrinação) que recebe denúncias em seu site noindoctrination.org e, também, alega apresentar um discurso apartidário. Ainda de acordo com os Espinosa e Queiroz (2017), "chama a atenção que a maior parte dos depoimentos publicados no site, que incluem comentários anônimos, eram ataques a professores com visões críticas ao conservadorismo" (ESPINOSA; QUEIROZ, 2017, p. 50) . Também,

> Há ainda outros movimentos com a mesma natureza, como o Campus Watch3 (Vigia do Campus), que incentiva estudantes universitários a denunciarem professores que tenham posições políticas contrárias ao Estado de Israel ou que sejam solidários à causa palestina. Recentemente o website produziu artigos expondo e denunciando professores, diretores, centros de estudo e grupos de pesquisa sobre o islamismo e o Oriente Médio por terem criticado o declaradamente islamofóbico e anti-imigrante Donald Trump. No Brasil, o movimento foi fundado em 2004, um ano após a fundação de sua matriz norte-americana. (MAGRÃO, [2018] 2020)

Dessa forma, o que se percebe é que o ESP foi inspirado por outros movimentos já existentes e que apresentam objetivos comuns: a vigilância e combate a "suposta" doutrinação docente. Desde então o movimento vem ganhando notoriedade no cenário nacional, principalmente a partir de 2014, quando conseguiu apresentar suas proposições como pautas políticas e tornou-se alvo de estudos no meio acadêmico.

O movimento "Escola Sem Partido", em seu site oficial, se apresenta, sob a autoria de Miguel Nagib, como "uma iniciativa conjunta de estudantes e pais preocupados com o grau de contaminação político-ideológica das escolas brasileiras, em todos os níveis: do ensino básico ao superior" (NAGIB, 2019). Segundo o ESP, essa "contaminação político-ideológica" (NAGIB, 2019), entendida como prática ilegal, estaria sendo reproduzida pelos professores nas salas de aula, vistos como "doutrinadores ideológicos" (NAGIB, 2019). De um lado, haveria a "doutrinação política e ideológica esquerdista-comunista" (grifo nosso) e, de outro, a "ideologia de gênero" (grifo nosso) – categoria construída para desqualificar os debates e estudos acerca dos papéis de gênero na sociedade.

Para o ESP, os professores "fazem a cabeça" e "manipulam" os alunos quando problematizam a questão de gênero como uma construção social e histórica e quando tratam do preconceito à mulher, aos homossexuais e à comunidade LGBT como um todo. Desse modo, o ESP é contra qualquer discussão que o professor possa fazer em sala de aula sobre questões relacionadas ao gênero e à sexualidade.

De acordo com Penna (2016), o ESP atua tanto na dimensão política como na dimensão moral. E pode-se dizer que essas duas dimensões parecem indissociáveis para os membros e defensores do ESP, os quais se colocam como um antimovimento social que busca denunciar e combater essas "doutrinações" nas salas de aula por meio de propostas e medidas que visam interferir no trabalho docente. Acrescentamos que essas atitudes cerceiam a liberdade de expressão do professor, assim como interferem na relação entre professores e alunos e nas políticas pedagógicas escolares.

Em seu site, o ESP (ESCOLASEMPARTIDO, 2019b) expõe seus objetivos e disponibiliza artigos pretensamente isentos de ideologia e instrui pais e estudantes sobre procedimentos para denunciar professores que supostamente estejam utilizando as salas de aula como púlpito. Na seção *Objetivos,* o movimento realiza uma apresentação na qual afirma que ele

> foi criado para dar visibilidade a um problema gravíssimo que atinge a imensa maioria das escolas e universidades brasileiras: a instrumentalização do ensino para fins políticos, ideológicos e partidários. E o modo de fazê-lo é divulgar o testemunho das vítimas, ou seja, dos próprios alunos (ESCOLA SEMPARTIDO, 2019b).

Ainda nessa seção, aponta-se uma série de bandeiras levantadas pelo movimento, dentre elas: "luta pela descontaminação e desmonopolização política e ideológica das escolas" (ESCOLASEMPARTIDO, 2019b), "pelo respeito à integridade intelectual e moral dos estudantes" (ESCOLASEMPARTIDO, 2019b), "pelo respeito ao direito dos pais de dar aos seus filhos a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções" (ESCOLASEMPARTIDO, 2019b).

Essas "bandeiras" são endossadas por vários outros grupos, inclusive políticos, como foi possível observar em nossa pesquisa. Em sua página oficial (https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/2020), são apresentados na seção *Membros da Equipe* Miguel Nagib e Ruth Kicis (esposa de Nagib). Além disso, temos outra seção que consta como *Páginas curtidas por esta Página,* composta por: *Movimento Universidade Livre- RJ*[2], que em seu site oficial apresenta como *Páginas relacionadas* os seguintes grupos *Anti-Comunismo*, *Núcleo de Estudos Veritas* e *Direita Nacional Brasileira*; na mesma esteira temos *Escola Sem Partido- Núcleo São Paulo*[3] que tem como *Páginas relacionadas* a *Direita Brasileira, Bolsonaro por um Brasil melhor*, *Escola Sem Partido Já*; também temos como curtidas *Tradutores de Direita*[4] que apresenta seções como Páginas curtidas por esta Página, *Instituto Borborema*, *Direita Conservadora*, *Canal da Direita*.

Ainda associada ao ESP temos *Escola Sem Partido – Núcleo Espírito Santo* [5], *Páginas relacionadas por esta Página, Escola Sem Partido -Maringá*, *Escola Sem Partido-Núcleo Santa Catarina*, *Escola Sem Partido Já*; também temos *SFLB- Students For Liberty Brasil*[6] que apresenta somente uma seção como *Páginas curtidas por esta Página, LibertyCon*; e, por último, como *Páginas curtidas por esta Página*, o *Escola Sem Partido-*

[2] Disponível em: < https://www.facebook.com/movuniversidadelivre/> Acesso em: 01 abril 2020.
[3] Disponível em: < https://www.facebook.com/escolasempartidooficial.sp/?fref=profile_friend_list&hc_location=profile_browser- Acesso em: 01 abril 2020.
[4] Disponível em: < https://www.facebook.com/tradutoresdedireita/?fref=profile_friend_list&hc_location=profile_browser-%202020) Acesso em: 01 abril 2020.
[5] Disponível em: < https://www.facebook.com/EscolaSemPartidoNucleoES/?fref=profile_friend_list&hc_location=profile_browser Acesso em: 01 abril 2020.
[6] Disponível em: < https://www.facebook.com/SFLBrasil/?fref=profile_friend_list&hc_location=profile_browser- Acesso em: 01 abril 2020.

Núcleo Paraná[7], que apresenta como *Páginas relacionadas* as seguintes: *Eduardo Bolsonaro, Bolsonaro Crente* e *Direita Opressora*, nesta página especificamente temos na seção *Página curtidas por esta Página* um nome relevante para nossa pesquisa: Bia Kicis, deputada federal eleita pelo estado do Espírito Santo, irmã de Ruth Kicis. Essas informações nos apresentam uma rede de conexões virtuais que serão fundamentais para entender os Projetos de Leis (PL s), dos quais trataremos posteriormente.

Ademais, é preciso apresentar os estudos que nos auxiliaram a entender o movimento. Entre as pesquisas existentes que já abordaram a questão do ESP se encontra a dissertação de mestrado em Sociologia de Paiotti Dias (2018). Sob o título *O ciberativismo (in) tolerante e (ant)agonístico em grupos de Facebook: um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao programa "Escola Sem Partido",* essa pesquisa apresenta um viés sociológico sobre o ciberativismo de direita. O autor pesquisou os grupos liberais e conservadores no *Facebook* que se articulam e se posicionam sobre o ESP, nos ajudando a pensar sobre a questão deste grupo no ciberespaço. Para Paiotti Dias (2018), "não há dúvidas de que o programa Escola Sem Partido, criado em 2004, é de cunho ideológico." (PAIOTTI DIAS, 2018, p. 68).

A dissertação de mestrado em História, de Caldas ([2018] 2020), *Narrativas em movimento – do "Escola Sem Partido" à "Educação Democrática": História Pública e trajetórias docentes,* pesquisou sobre os "sujeitos coletivos" envolvidos nos debates públicos em torno dessas questões. O autor analisou as narrativas públicas, os valores e as ações dos sujeitos mobilizados na construção e consolidação do que o autor entendia por antimovimento social "Escola Sem Partido" (ESP) e por movimento social "Professores Contra o Escola Sem Partido" (PCESP). Tal investigação nos municiou de um conhecimento prévio sobre o objeto de pesquisa e também estimulou um diálogo com ela a partir da elaboração de nosso próprio trabalho.

Os dois grupos, segundo o autor, possuem diferentes orientações valorativas e distintos repertórios de ação coletiva nos espaços públicos e colocam em jogo divergentes projetos de escola, de educação, de docência e de sociedade. Caldas ([2018] 2020) ainda analisou as narrativas dos professores de História do Ensino Básico sobre suas próprias experiências, trajetórias e práticas docentes, e que também se posicionam nesses debates públicos sobre "Escola sem Partido", tendo em vista que são questões que lhes afetam

[7] Disponível em: < https://www.facebook.com/EscolaSemPartidoParana/?fref=profile_friend_list&hc_location=profile_browser- 2020 Acesso em: 01 abril 2020.

diretamente. O objetivo foi observar como suas histórias de vida, memórias pessoais e coletivas, bem como os valores incorporados em suas formações familiares, escolares, políticas, intelectuais e profissionais fazem parte da sua maneira de ser professor em sala de aula.

Outra pesquisa que também se destaca é a dissertação de mestrado em Educação de Katz ([2017] 2018) que, com o título *Escola Sem Partido: uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes*, analisa as enunciações proferidas pelo Escola Sem Partido em seus ditos constantes, sobretudo, no website do movimento, o *escolasempartido.org*. O autor, baseando-se em Foucault (1989), observa as investidas de poder que o movimento lança sobre as condutas docentes. Seus estudos favoreceram nossa reflexão acerca do papel do professor.

A dissertação de mestrado profissional em História, de Moura ([2016] 2019), *Escola Sem Partido: relações entre estado, educação e religião, e os impactos no ensino de História*, mostra que, no projeto do movimento ESP, havia maior número de parlamentares associados às chamadas bancadas "BBB": "da Bala", defensora do armamento e ações mais duras das polícias; "do Boi", atrelada a ruralistas e setores do agronegócio; e "da Bíblia", ligada a alas religiosas mais conservadoras. Para Moura ([2016] 2019), o grande alvo do movimento é "o combate às desigualdades de gênero, sexualidade, raça, racismo religioso e classe" (MOURA, [2016] 2019, p. 65). Ela acrescenta: "o discurso defendido por eles é que essas desigualdades são naturais e que defender igualdade é ir contra a própria doutrina cristã" (*Ibidem*, [2016], 2019, p. 66). Isso nos auxiliou a ponderar sobre a questão do discurso autoritário versus resistência. Segundo a autora, o ESP é um movimento que revela o interesse privado sufocando a esfera pública.

Algumas teses de doutorado também abordam esses movimentos como a de Tommaselli ([2018] 2019), que estudou a mudança de foco do ESP. De acordo com o autor, o movimento, nos seus primeiros dez anos, centrava-se somente no combate à doutrinação ideológica "marxista" nas escolas. Posteriormente, o ESP acrescentou ao seu tema inicial o combate à "ideologia de gênero". Com isso, deslocou-se do campo político para o campo moral, e tal fato lhe aumentou a capilaridade social, deixando de ser apenas um projeto e, em casos mais drásticos, se tornando temporariamente uma realidade, como no estado de Alagoas, onde foi implantado como lei estadual, conhecida como "Escola Livre". Para desenvolver a análise, o autor articulou esse movimento à questão do autoritarismo e sua disseminação, por meio da educação, possibilitando, assim, que avançássemos sobre a ideia do autoritarismo enquanto promotor de censura no meio docente.

Outra tese interessante é a de Pinheiro ([2017] 2018)*: Escola sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP): tensões e discurso nas redes sociais.* O tema de pesquisa é o confronto entre os discursos das organizações do ESP e do PCESP, acerca de um suposto processo de doutrinação ideológica, ocorrido nas salas de aula da Educação Básica e no Ensino Superior no Brasil, promovido pelos professores.

Segundo Pinheiro ([2017] 2018)

> O ESP é uma organização a qual busca combater aquilo que identificam como a 'instrumentalização' do ensino para fins políticos e ideológicos em contrapartida aos PCESP. Os Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP) nasceu como uma reação, como resistência. Reação e resistência à ofensiva empenhada pelo ESP. (PINHEIRO, [2017] 2018, p. 78-83)

Essa pesquisa foi fundamental a nossa produção dissertativa, pois, além de abordar o confronto discursivo dos dois movimentos ,apresentando como *corpus* os principais acontecimentos entre 2015 e 2017 (no *Facebook,* usou como suporte teórico-metodológico a AD pecheutiana. Dessa forma, contribuiu para que compreendêssemos as noções teóricas e também os discursos antagônicos dos dois movimentos. Além disso, ajudou na discussão sobre o processo de resistência no campo educacional. Portanto, percebe-se que a contribuição desses trabalhos de pesquisa tanto de mestrado como de doutorado sobre os dois movimentos, ESP e PCESP, que apresentamos aqui como Estado da Arte, são essenciais e basilares, já que, por serem voltados para a discussão e análise desses movimentos, contribuíram para nossa pesquisa nos mostrando aspectos diferentes sobre a mesma temática.

Os estudos elaborados sobre o ESP e o PCESP discutem questões sócio-ideológicas que envolvem esses dois movimentos e, de certa maneira, têm dado visibilidade nos últimos anos a essa problemática: no caso do ESP, pelo ataque sistemático aos profissionais da educação; no caso do PCESP, pela resistência à mordaça e ao retrocesso à liberdade de cátedra do professor em relação às posturas autoritárias no ensino-aprendizagem. A partir das teorizações e das contribuições de cada pesquisador sobre as enunciações proferidas pelos movimentos em suas mais diversas materializações, percebe-se que estes discursos, aparentemente, expressam uma vontade de governar o papel e o desempenho dos docentes. Buscam fiscalizar os professores, delimitando discursos tidos como desejáveis e indesejáveis, construindo fronteiras discursivas bem demarcadas para caracterizar e censurar os chamados professores "doutrinadores". Essas pesquisas dialogam entre si com as questões de poder e ponto de vista ideológico, discutem sobre os dois movimentos, ESP e PCESP, e a produção de seus possíveis efeitos de sentidos para a sociedade brasileira.

É por intercessão do relacionamento entre o mundo e a linguagem (mediada pela ideologia) que os caminhos da língua, da história e da sociedade se encontram (PÊCHEUX, [1975] 2009) e tecem um colóquio entre pesquisas na academia. Neste caso especifico sobre o ESP e o PCESP, o diálogo acontece entre o que já foi pesquisado e o que estamos desenvolvendo, pois, além das questões apresentadas, nos preocupamos em priorizar o papel, por nós concebido como eminentemente político, do professor enquanto profissional que segue educando para a transformação da sociedade atual, tendo em vista uma educação igualitária e com qualidade para todos.

Todavia, ainda se observa que predomina na maior parte das abordagens o foco ora no ESP ora no PCESP. A análise discursiva, concomitante, sobre o papel do professor nos dois movimentos ainda é bastante incipiente. Dessa forma, acreditamos que nossa pesquisa contribuirá para ampliar a discussão sobre o papel docente na perspectiva dos dois movimentos.

1.2 Projetos de Lei (PLs) do Movimento Escola Sem Partido (ESP)

Abordaremos agora os projetos de lei (PLs), entre 2014 e 2019, apresentados pelo movimento, que são questões caras à nossa pesquisa, pois nos possibilita ter um panorama da atuação nacional do ESP, além de nos ajudar a visualizar as conexões do grupo no cenário político. No entanto, nos limitaremos aos PLs que ganharam mais visibilidade, aqueles apresentados no Congresso Nacional (Senado e Câmara dos Deputados) e nas Assembleias Legislativas, uma vez que nosso objetivo principal é analisar a imagem dos docentes no discurso do *Facebook* e não os projetos. Esses PLs versam sobre a educação escolar, mas possuem como corolário um projeto de nação normativo e mutilador, sendo inspirados por um movimento alegadamente apartidário e anti-ideológico autodenominado Movimento Escola Sem Partido.

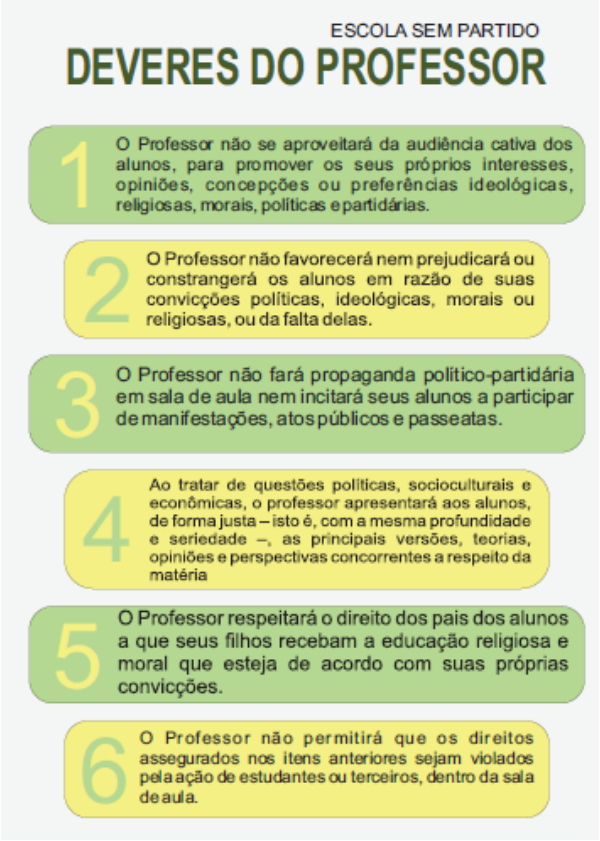
Em 2014, temos uma ascensão do ESP por apresentar numa casa legislativa o Projeto de Lei de nº 2.974/2014[8] denominado de “Escola sem Partido”, através do então deputado estadual Flávio Bolsonaro (PSC-RJ), a pedido do advogado Miguel Nagib. A partir dessa ação, o ESP ganha mais visibilidade e Nagib cria um novo site[9] para divulgar o

[8] Disponível em: < http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument > Acesso em: 27 mar. 2020.

[9]Disponível em: < https://www.programaescolasempartido.org/> Acesso em: 01 abr. 2020.

anteprojeto *Programa Escola Sem Partido* que serve como modelo para PLs de outros estados do Brasil. A ideia principal é que seja colocado na sala dos professores de todas as escolas o cartaz com os "Deveres do Professor" (Figura 1):

Figura 1- Imagem do cartaz proposto pelo ESP para afixação nas escolas



Fonte: disponível em: www.programaescolasempartido.org.

Em 2015, Izalci Lucas (PSDB/DF) apresenta também o PL nº 867/2015[10], no nível federal, que propõe a fixação desse cartaz, na sala dos professores, e sugere que as Secretarias de Educação criem um canal de denúncia relacionado ao descumprimento da lei. A ideia é incluir o programa "Escola Sem Partido" na Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB), segundo a alegação de que isso já faz parte da Constituição, e que o desejo é apenas que a lei seja cumprida. Isso, de acordo com Penna ([2016] 2020), não procede, pois,

[10] Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/tag/carta-de-repudio/> Acesso em: 27 mar. 2020.

> Apesar dos líderes do movimento dizerem que querem apenas que a Constituição seja cumprida, o Projeto de Lei 867/2015 é inconstitucional. Ele pretende estabelecer princípios orientadores da educação, mas isso é algo que já está previsto pela Constituição Federal. Por exemplo, o segundo princípio inscrito no PL 867 é o do 'pluralismo de ideias'. Na Constituição está previsto 'pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas'. Em outro momento, eles dizem que não existe liberdade de expressão durante o exercício profissional do professor. Na verdade, o que o PL propõe é mutilar dispositivos constitucionais que garantem a liberdade do professor. (PENNA, [2016] 2020)

No mesmo ano, o deputado Rogério Marinho (PSDB/RN) apresentou o Projeto de Lei nº 1.411/2015[11] na Câmara dos Deputados. O objetivo desse PL era tipificar como crime "o assédio ideológico", o que seria punido com três meses a um ano de prisão mais multa. Nesse mesmo diapasão, vários projetos defendendo as ideias do ESP foram apresentados no Brasil. Cabe ressaltar que, em 2017, o próprio deputado propõe a retirada do PL.

Em contrapartida, alguns movimentos sociais se manifestaram contrários aos PLs. Também o PCESP inicia um movimento de resistência e mobilização social, através do seu *site,* com o intuito de alertar e combater as ideias e PLs do ESP.

Ao final de 2015, o grupo PCESP também propôs uma petição pública pelo arquivamento dos PLs nº 7.180/2014 (e seus apensados) e nº 1.411/2015:

> Nós, abaixo-assinados, pedimos o arquivamento dos seguintes Projetos de Lei que ora tramitam na Câmara dos Deputados: PL nº 7180/2014; PL nº 7181/2014; PL nº 867/2015; PL nº 1859/2015; PL nº 2731/2015 (estes cinco primeiros encontram-se apensados); e PL nº 1411/2015. Esses seis projetos colocam em risco as bases da educação escolar e criminalizam a prática docente. (PETIÇÃO PÚBLICA, 2020)

Ainda nesse período, no estado do Alagoas, o deputado Ricardo Nezinho (PMDB) conseguiu aprovar o PL 69/2015 [12] denominado de "Escola Livre", que nada mais é que uma versão das ideias do ESP. No início de 2016, o governador Renan Filho (PMDB) vetou o projeto, devido a mobilizações sociais, dentre elas uma carta aberta do Movimento Liberdade Para Educar[13] direcionada a ele e aos deputados, mas o veto foi derrubado pela Assembleia Legislativa e passou a ser a Lei nº 7.800/2016[14]. Assim, temos a primeira vitória legislativa

[11] Disponível em: <https://www.cartamaior.com.br/?/Editoria/Politica/O-que-esta-por-tras-do-Escola-Sem-Partido-/4/36486 > Acesso em: 27 mar. 2020.

[12]Disponível em: < https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/tag/pl-692015/> Acesso em: 27 mar. 2020.

[13] Disponível em: <https://liberdadeparaensinar.wordpress.com/tag/pl-692015/> Acesso em: 27 mar. 2020.

[14] Disponível em: < https://sapl.al.al.leg.br/norma/1195 >. Acesso em: 27 mar. 2020.

do ESP. O PCESP continua reagindo através do seu site, com manifestos, cartas, artigos, debates públicos etc.

Em 2016, o senador Magno Malta (PR-ES) também apresentou o PL n° 193/ 2016 no Senado, com o intuito de incluir, na Lei de Diretrizes e Bases da Educação, o programa "Escola Sem Partido[15]". Em novembro, o PCESP participa de uma audiência pública[16] para discutir o PL. Cabe ressaltar que o próprio senador, em 2017, retirou o projeto de pauta quando estava prestes a ser votado. Segundo publicação no *Facebbok* do PCESP (21 de Nov. 2017) "o que Malta parece ter feito foi ter evitado que o seu projeto fosse rejeitado em plenário para evitar uma derrota mais chamativa", uma vez que a Comissão de Educação do Senado já havia se manifestado contra o PL.

Também é preciso destacar que tanto a Associação Nacional de Pesquisa em Educação (ANPEd) como a Associação Brasileira de Ensino de História (ABEH) e várias associações de pesquisa consideram essa PL antidemocrática e criminalizadora do trabalho docente, bem como enfatizam que este instrumento contesta a produção acadêmica e as melhorias das últimas décadas em educação democrática voltada para todos.

Em 2017, segundo o Supremo Tribunal Federal (STF), ao analisar lei nº 7.800/2016, entendeu que a questão da postura de neutralidade do professor apresenta-se como um impasse, uma vez que, de acordo com a LDB deve-se considerar a proteção ao pluralismo de ideias, as concepções pedagógicas e a promoção da tolerância (STF, 2017, p. 11-12 *apud* PINHEIRO, [2017], p. 143). Depois disso, o ESP passa a mudar de estratégia: diminui seu ritmo em relação aos PLs e busca propor mudanças em leis federais, como a própria LDB.

Em 2018, a Associação Nacional de História (ANPUH) redigiu uma carta aberta em "defesa as educação democrática (contra projetos de censura à educação nacional)[17]" contra o relator deputado Flavinho (PSC/SP), que apresentou um parecer favorável sobre o PL

[15] Disponível em: <https://www25.senado.leg.br/web/atividade/materias/-/materia/125666?fbclid=IwAR2YsKScgqcoxqe-OUSPppPu8I9ZEv3qROkfkMPx4SY_KeL3498gk_5Z9Ec>. Acesso em: 27 mar. 2020.

[16] Disponível em: < https://www12.senado.leg.br/ecidadania/visualizacaoaudiencia?id=9776&fbclid=IwAR3cQEBvpnrATW_0etzZp57PRTuwkRQ6vnwa6UlKORvlOoPWoS7ENa02bGc>. Acesso em: 27 mar. 2020.

[17] Disponível em: < anpuh.org.br/index.php/2015-01-20-00-01-55/noticias2/noticias-destaque/item/4762-carta-aberta-em-defesa-da-educacao-democratica-contra-projetos-de-censura-a-educacao-nacional>. Acesso em: 27 mar. 2020.

(PRL1 PL718014)[18], que endossa as ideias do ESP, e, acompanhado ao parecer, apresentou também um substitutivo (SBT1 PL 718014)[19], que resume os principais projetos com as ideias do movimento. No entanto, após doze tentativas de votação na Câmara dos Deputados, o projeto foi arquivado e só voltaria à pauta em 2019. Penna (2018) considera isso uma vitória, uma vez que a maioria dos deputados estava a favor do projeto e que o adiamento só foi possível devido "as estratégias de obstrução" da oposição (BASÍLIO, [2018] 2020).

Em fevereiro de 2019, o projeto do deputado Flavinho foi desarquivado e atualizado a partir do PL 246/19[20] , de autoria da deputada Bia Kicis (PSL-DF) e do deputado Pastor Eurico (Patriota-PE), PL 258/2019[21], que protocolaram a "versão 2.0 [22]" do ESP, como batizou o próprio Nagib. Segundo os proponentes, o projeto tem por objetivo "despartidarizar as escolas do país" e a "prática da doutrinação política e ideológica nas escolas e a usurpação dos direitos dos pais a que seus filhos recebam a educação moral que esteja de acordo com suas próprias convicções[23]". Também concede aos alunos o direito de gravar as aulas e limita a participação do grêmio estudantil. Em vertente oposta, as deputadas Talíria Petrone, Luiza Erundina, Fernanda Melchionna e Sâmia Bomfim, todas do PSOL, apresentaram, dois dias depois, o PL 502/2019[24], batizado de "Escola Sem Mordaça", no qual pedem que seja garantida a livre expressão de pensamento a todos os professores e estudantes, garantia da laicidade, respeito às diferenças religiosas, pluralismo de ideias, dentre outras. Esses PLs

[18] Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2174255>. Acesso em: 27 mar. 2020.

[19]Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2174249>. Acesso em: 27 mar. 2020.

[20] Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2190752 >. Acesso em: 29 mar. 2020.

[21] Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra;jsessionid=A7FC474E8064EAB0B33B23F6B32E5FCC.proposicoesWebExterno2?codteor=1715802&filename=Avulso+-PL+258/2019 https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/16/projetos-camara-educacao/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

[22]Disponível em: < https://soundcloud.com/profscontraoesp/extra-7-escola-sem-partido-20>. Acesso em: 29 mar. 2020.

[23] Disponível em: < https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/16/projetos-camara-educacao/ >. Acesso em: 29 mar. 2020.

[24] Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/prop_mostrarintegra?codteor=1708313&filename=PL+502/2019https://piaui.folha.uol.com.br/lupa/2019/02/16/projetos-camara-educacao/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

ainda não foram votados e, segundo a Câmara dos Deputados[25], em janeiro de 2020, seria criada uma Comissão especial, composta por 34 parlamentares para discuti-los.

Em outubro de 2019, foi aprovado em primeiro turno, na capital mineira[26],outro PL (n° 274/2017)[27] do ESP, de autoria da bancada evangélica. O deferimento ocorreu após quatorze sessões, que foram obstruídas pela esquerda com a finalidade de impedir a votação, que é considerada inconstitucional pelo grupo, com 25 votos a favor e apenas 8 contrários. Inclusive, nessa mesma época o PCESP também manifestou, através de seu perfil no *Facebook,* sua indignação frente à aprovação e à forma que os professores foram excluídos do processo de votação[28] e parabenizou os professores de Belo Horizonte (BH) pelo movimento de resistência. O projeto ainda tem de passar pelo segundo turno em 2020 e, só depois, se aprovado, poderá ser sancionado pelo prefeito Alexandre Kalil. O texto apresenta questões polêmicas como proibição imposta ao poder público de intervir na orientação sexual dos alunos e no desenvolvimento da sua personalidade, "em harmonia com a respectiva identidade biológica de sexo, com vedação à ideologia de gênero[29]".

Os PLs são, em sua maioria, protocolados por partidos de direita. Vale ressaltar que "a rede de conexões", apresentada no tópico anterior, aborda a aproximação entre políticos de direita e o ESP. Como já foi mencionado na seção *Páginas curtidas por essa Página*, do site do ESP, temos a da deputada Bia Kicis, cunhada de Nagib, que protocolou o PL 246/19. A referida deputada, em sua página no *Facebook* na seção *Minha História*, afirma ser apoiadora de Bolsonaro:

> Bia Kicis há muitos anos comunga das pautas de Jair Bolsonaro e tem trabalhado, incansavelmente, em várias frentes, como Congresso, STF, Ministério Público, em Conselhos de classe e entidades etc., na defesa da segurança pública e jurídica, da família, da vida e da propriedade privada, além de apoiar a Lava Jato e de combater, duramente, a corrupção e a impunidade[30].

[25] Disponível em: < https://www.camara.leg.br/radio/radioagencia/630080-projeto-sobre-escola-sem-partido-volta-a-ser-discutido-em-2020/>. Acesso em: 29 mar. 2020.

[26] Disponível em: < https://cjt.ufmg.br/2019/10/23/existe-neutralidade-no-ensino-escola-sem-partido-e-ameaca-a-democracia/ >. Acesso em: 29 mar. 2020.

[27] Disponível em: < https://www.cmbh.mg.gov.br/atividade-legislativa/pesquisar-proposicoes/projeto-de-lei/274/2017>. Acesso em: 29 mar. 2020.

[28] Como a ABNT não propõe normatização para a citação desse tipo de referência eletrônica, optamos provisoriamente pela referenciação a seguir. Postagem realizada em 15/10/2019. Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/contraoescolasempartido/posts/?ref=page_internal>. Acesso em: 31 mar. 2020.

[29] Disponível em: <https://cjt.ufmg.br/2019/10/23/existe-neutralidade-no-ensino-escola-sem-partido-e-ameaca-a-democracia/ >. Acesso em: 29 mar. 2020.

[30] Postagem no *Facebook*. Disponível em: <https://www.facebook.com/biakicisoficial/>. Acesso em: 30 mar. 2020.

Temos também, em *Páginas curtidas*, a coligação com a família Bolsonaro. Inclusive, o ESP (2017) apresenta seu apreço pelo discurso de Bolsonaro, que endossa a ideia do movimento:

> PARABÉNS, JAIR BOLSONARO!
> O Escola sem Partido é um movimento cuja pauta se resume a um único item: a defesa do Programa Escola sem Partido (www.programaescolasempartido.org). Logo, não tem legitimidade para manifestar seu apoio a qualquer político ou partido, uma vez que o programa dos políticos e dos partidos compreende uma infinidade de itens que são alheios à pauta do ESP. Isso não nos impede, porém, de aplaudir quando um político ou partido -- seja ele qual for -- se compromete com o projeto Escola sem Partido. Por isso, nossos cumprimentos ao pré-candidato à Presidência da República Jair Messias Bolsonaro por apoiar o Programa Escola sem Partido[31].

A relação de Bia Kicis com a família Bolsonaro (PSL) e Nagib contradiz o fato de o fundador do movimento apresentar o ESP como um grupo apartidário. O fato de Nagib se manifestar contra a aproximação com políticos e/ou partidos ao mesmo tempo em que tem seus projetos endossados por partidos direitistas nos faz questionar o discurso de neutralidade ideológica do ESP. Além disso, em julho de 2019, Nagib declarou que encerraria as atividades do ESP e um dos motivos seria justamente a falta de apoio do presidente da república. Em outros momentos, o próprio ESP menciona que "muitos candidatos" foram eleitos usando o discurso do movimento:

> Por absoluta falta de apoio, suspenderemos nossas atividades neste perfil a partir de 1° de agosto.
> Daí pra frente, denúncias, pedidos de socorro e orientação deverão ser dirigidos ao MEC, secretarias de educação, Ministério Público e políticos que **se elegeram com a bandeira do ESP**.
> **Escola Sem Partido** Agradecemos o apoio dos que seguem a página e curtem e compartilham nossas postagens. Mas não é desse apoio que estamos falando. A atividade do ESP vai muito além das redes sociais. Precisamos de ajuda profissional, o que exige uma fonte estável de custeio.
> O ESP tem muitos simpatizantes e defensores. Mas quem cuida das páginas, lê e responde e-mails, escuta os áudios, edita os vídeos, redige as petições, denúncias e pareceres, dá palestras e entrevistas, e arca com todas as despesas é uma só pessoa.
> Uma causa tão importante, com adversários tão numerosos e poderosos, não pode ser defendida dessa forma. Se as autoridades constituídas — nos três níveis de governo — e, sobretudo, o Ministério Público cumprissem o seu dever, o ESP nem precisaria existir. Mas é notório que isso não está acontecendo nem há sinais de que esteja para acontecer, para nossa grande frustração[32]. (Grifos nossos)

---

[31] Postagem no *Facebook*. Disponível em: https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>. Acesso em: 30 mar. 2020.
[32] Postagem realizada em 16/07/2019. Disponível em <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/>. Acesso em: acesso em 30 mar 2020.

Em outras palavras, o discurso da abolição da ideologia parece ser uma tomada de posição que está a serviço de uma perspectiva ideológica, antidemocrática e personalista. Essas afirmações ratificam a orientação ideológica do processo pedagógico proposto por esses projetos. Algo paradoxal, já que se defende uma escola sem partido, sem ideologias. Mas vejamos a seguir o movimento opositor ao ESP, o Professores Contra o Escola Sem Partido.

1.3 Movimento Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP)

Em sua pesquisa, Caldas ([2018] 2020) nos explica que ao tomar conhecimento do "Escola Sem Partido" e dos seus Projetos de Lei em tramitação em âmbito municipal, estadual e federal, estudantes e professores da Faculdade de História e de Educação da Universidade Federal Fluminense (UFF) iniciaram uma mobilização contra o ESP, em 2015. Sob a liderança do professor Doutor em Educação, Fernando Penna, que também é docente adjunto de História da UFF, começaram a reunir e divulgar notícias relativas aos avanços do antimovimento. Inicialmente, esse grupo criou o Movimento Liberdade para Educar (MLE), no entanto, devido a debates internos, parte dos integrantes deixaram-no para formar o movimento "Professores Contra o Escola Sem Partido" (PCESP), que está ativo até hoje (CALDAS, ([2018] 2020). Vale ressaltar que esse movimento foi criado 11 anos após a fundação do ESP, em 2004, pois até então o ESP não havia se apresentado como uma ameaça aos professores e associações. Somente depois do movimento apresentar proposições no meio político é que houve uma preocupação em se combater suas ideias.

O PCESP surge, então, como um dos primeiros movimentos sociais de oposição direta às propostas do ESP e como principal divulgador de notícias sobre suas atuações e sobre seus Projetos de Lei, além de criar análises e reflexões sobre o mesmo. O PCESP é um grupo que se apresenta como defensor da liberdade de expressão e da liberdade de educar dos professores, afirmando a importância da relação dialógica de ensino-aprendizagem entre o docente e os seus alunos. Ao contrário dos discursos do ESP, essa liberdade, segundo o PCESP, é fundamental para construção de um senso crítico por parte dos alunos e, principalmente, para estimular uma consciência cidadã, o respeito à pluralidade de valores, de ideias e de comportamentos, e a valorização da democracia. O movimento Professores Contra o Escola Sem Partido vigia os projetos de lei e disponibiliza o andamento de todas as discussões em seu site, através do endereço: <https://professorescontraoescolasempartido.wordpress.com/vigiando-os-projetos-de-lei/>.

Ademais, a partir do PCESP, foi formada uma nova associação, também fundada por Penna, denominada de Movimento Educação Democrática (MED). De acordo com o perfil desse movimento no Facebook 33, na seção Sobre, "a associação foi criada para reunir pessoas de todo Brasil e articular grupos na mobilização por uma educação democrática e pela escola pública34". O intuito é avançar no que tange à proposta da defesa da educação e ir além da resistência contra o ESP.

Quando buscamos, no site do PCESP, não encontramos nenhuma seção sobre *Membros da Equipe* e, em *Páginas curtidas por esta Página,* encontramos o MED[35], que tem como curtidas os grupos: "Ação democrática", "Mobilização por mais professores em Goiás", "Professores Contra o Escola Sem Partido". O PCESP apresenta como páginas curtidas "Pela Escola Municipal no Rio de Janeiro- NA LUTA POR UMA EDUCAÇÃO PÚBLICA DE QUALIDADE[36]", que tem como páginas relacionadas *Gerência de Educação Infantil –RJ, Central de Suporte Educação, Tribunal de Justiça do Estado do RJ*. Continuando a busca pelas relações virtuais, temos associado ao PCESP o *Escola Sem Censura Araraquara*[37], que curte: *Escola sem Mordaça, Fora Escola Sem Partido, UNESP Araraquara EM LUTA*. E, por último, associada ao movimento em *Páginas curtidas por esta Página* temos *Fora Escola Sem Partido-MA*[38], que apresenta na seção *Páginas relacionadas*: *Escola Sem Partido-Tatuí, Escola Sem Partido- Professor não é Educador, PCB-Roraima*. A busca por essas relações nos possibilitou verificar a relação do PCESP com movimentos voltados para a luta em prol da educação. A relação partidária que encontramos foi como o PCB de Roraima.

Os debates estão acontecendo em diversos espaços públicos e mobilizam diferentes sujeitos que disputam posições e interpretações entre seus discursos tanto de contradição como de dominância, e consideramos essencial fazer uma leitura mais pormenorizada desses discursos. Para Pêcheux ([1990] 2002), é na instância do interdiscurso

[33] Disponível em: < https://www.facebook.com/pg/moveducacaodemocratica/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 01 abril. 2020.

[34] Postagem realizada no *Facebook*. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/moveducacaodemocratica/about/?ref=page_internal>. Acesso em: 01 abr. 2020.

[35] Disponível em: < https://www.facebook.com/pg/moveducacaodemocratica/about/?ref=page_internal >. Acesso em: 01 abril. 2020.

[36] Disponível em: < https://www.facebook.com/pelaescolamunicipal/?eid=ARCE28Lognl8DNYYeE6HoUojTpPnxUJths6TR9TH0Bjtc2-QSBbt424Ua5k2qmP01JXVu3ZxLN-GcYI6>. Acesso em: 01 abril. 2020.

[37] Disponível em: < https://www.facebook.com/escolasemcensuraararaquara/?eid=ARDiDQzUPDVRov09CyX6Kn9bBRF8ERyDsyinuIlKftJnv-NBhgoay12nOnvh9Sw6OnXLpL6A_2Vfoz56>. Acesso em: 01 abril. 2020.

[38] Disponível em: < https://www.facebook.com/foraescolasempartido/>. Acesso em: 01 abril. 2020.

o que ocorre a cadeia de filiação das séries discursivas e não propriamente no campo da exterioridade, isto é, no plano das contradições da formação social e das lutas de classe. Isso nos leva a pensar que, por mais competente que seja o processo de sujeição causado pela linguagem e pelo discurso, o modo produtivo e social se manterá como instância e lugar das contradições e das lutas de interesses, seja na escola, seja nas redes sociais.

Este fato coloca no centro da discussão, e também da disputa, os sentidos de escola, de currículo, de docência e de educação no Brasil. Ao observar o PCESP e o ESP no *Facebook*, percebe-se um ponto particular, a publicização do movimento, na conjuntura em que ambos convocam, tentam persuadir e "vendem o seu ponto de vista" (PÊCHEUX, [1982] 2010), percebe-se como o *Facebook* funciona como um espaço de ativismo político com a presença de milhares de grupos e comunidades que veem na rede a possibilidade de transformação e intervenção social.

1.4 Comunidades virtuais na internet

Nesta seção, observamos o ambiente virtual em que os dois movimentos estudados tem um importante espaço de divulgação de suas ideias e também como a coletividade social interage pela internet, organizando-se através das chamadas comunidades virtuais. Nessa abordagem, importa anteciparmos algumas noções de ordem teórica, como silenciamento, formações imaginárias e memória, para melhor sustentar essa discussão. Mas salientamos, que essas mesmas noções serão retomadas e melhor explicadas no capítulo 2.

A era tecnológica introduziu mudanças em todos os setores da vida humana, interferindo nas relações do sujeito com o mundo e produzindo novas subjetividades. As tecnologias da informação revolucionaram as formas de acesso ao saber e de comunicação humana, fomentando a possibilidade de relacionamentos virtuais entre pessoas de todo o mundo. As comunidades virtuais resultam de um novo modo de organização social: a sociedade em rede. Pensamos que as tecnologias da informação e da comunicação exibem efeitos de sentidos paradoxais, pois, ao mesmo tempo em que rompem com valores tradicionais, aceitando a criatividade e liberdade de expressão, reforçam as desigualdades sociais, numa relação ideológica de poder que se alicerça sobre a imposição de valores do capitalismo (ORLANDI, 2005). Com base nisso, buscamos a seguir sistematizar os elementos que devem ser observados nas comunidades virtuais na internet e nos tipos específicos de redes.

A cibercultura se apoia nos princípios da conexão, interação e colaboração, alavancas básicas para a comunicação mediada por computador. Deve-se considerar a natureza complexa da comunicação digital, que envolve imagens, sons e textos, os quais interagem entre si na liquidez do ciberespaço, gerando interfaces, conexões e encontros imprevistos na linha de tempo, o que compõe a substância das conversações em redes sociais. E é a complexidade desse sistema que perpassa toda a análise dos movimentos do ESP e PCESP no *Facebook*.

A complexidade dos processos de interação via redes sociais, como o *Facebook*, a nosso ver, com base nas análises dos comentários sobre o ESP e o PCESP, também estabelece uma espécie de ilusão relacionada à homogeneidade do sentido: homogeneidade daquilo sobre o que se comenta nessas redes. Dessa maneira, o *Facebook* poderia ser comparado a um espaço uniforme no qual a forma de comunicação, que envolve elementos verbais e icônicos, configura uma linguagem homogênea que mobilizaria "uma só produção de sentidos" (ARAÚJO DA COSTA, [2013] 2020, p. 78), o que pressuporia também uma estabilidade do sentido, conforme nos sugere o trabalho de Araújo da Costa ([2013] 2020, p. 78).

A tecnologia possibilitou a ascensão da internet e o surgimento de um outro processo de conexão entre pessoas por meio dos sites de relacionamento, denominados de mídias sociais ou redes, que constituem e potencializam formas interacionais entre os indivíduos. Nesse contexto, as comunidades virtuais e o espaço da internet colocam-se como um lugar público de discursos para que os internautas possam estabelecer-se como sujeitos que ocupam tais lugares (ORLANDI, 2006). Esse tipo de comunidade está associado diretamente aos laços fortes e à intimidade construída entre os indivíduos e se refere a grupos pequenos de pessoas.

No entanto, nos *sites* de rede social, a ideia de comunidade foi popularizada com outro sentido: tornaram-se grupos, focados na associação de pessoas que compactuam com uma ideologia, como se observa na composição do ESP e dos PCESP. A interação, necessária para a intimidade não é prescindível. Assim, temos um novo modelo de comunidade, decorrente da associação entre os membros, completamente independente da interação social, mas que dá a esse grupo acesso a determinados valores. São comunidades mantidas pelos sites.

Nota-se, então, uma ressignificação da palavra "comunidade" (grifo nosso). Estando focados sobre um mesmo assunto, as ações comunicativas levam a "uma ebulição de sentidos", para usar a expressão do trabalho de Araújo da Costa ([2013] 2020, p. 79). Ebulição que é dada pelo estabelecimento de "um novo espaço de interpretação" (*Ibidem*,

[2013] 2020, p. 106), que é dado pelas múltiplas discursividades que, por via das redes sociais, emergem em um outro "local-tempo" (*Ibidem*, [2013] 2020, p. 106). O *Facebook*, desse modo, se coloca como um novo espaço, inclusive porque se trata de um espaço virtual, em que os discursos fazem significar e ressignificar constantemente o discurso.

As comunidades do *Facebook* são acessíveis a qualquer internauta. Para isso basta ter nome de cadastro (login), senha e pedir para participar delas. Quem preencher os requisitos de acesso e participar delas não tem necessariamente que usar uma identidade correspondente à que utiliza "fora" do ciberespaço. De modo que o usuário recorre a uma espécie de identidade fictícia, ou falsa (do inglês, *fake*). Alguns internautas usam deste subterfúgio para participar ativamente de fóruns de discussão propostos nas comunidades virtuais. Para além de um nome, o *fake* pode ser um perfil utilizado nos sites de relacionamento. A existência dessa prática corresponde a comportamentos que reforçam o processo de assujeitamento desse indivíduo (PÊCHEUX, [1975] 2009) à forma virtual.

Essa forma (virtual) de se assujeitar e, por essa via, leva a uma errância dos sentidos, uma vez que as relações entre os sujeitos nas redes sociais são extremamente fluidas e dinâmicas. Assim, "os sentidos (...) erram, no duplo sentido, porque não representam modelarmente e porque se movimentam, circulam" (ORLANDI, 2008, p. 26). Essa fluidez e dinamicidade se manifestam através de comentários postados no Facebook. E a utilização desse recurso poderia ser entendida como uma espécie de "jogo de poder que sustenta efeitos de sentido: o silenciamento que a acompanha" (ORLANDI, 2008, p. 24).

Conforme será abordado mais adiante no capítulo 2, o silenciamento consiste em instaurar um silêncio, de modo que este não é uma ausência de palavras ou sentidos, podendo ser ele mesmo aquilo que simplesmente significa, sendo, então, o silenciamento um processo de ocultação dos mesmos. Podemos dizer de um jogo de poder atenuado, porque se trata de relações entre indivíduos comuns que discursivizam em um espaço virtual acessível, mas se movem em um jogo não menos intenso.

É importante destacar que o *Facebook* possui três tipos de plataformas para publicação. De acordo com Pinheiro (2017) temos:

> **o perfil** (possui caráter pessoal e individual, tem o objetivo de conectar pessoas que são amigas. Todo o conteúdo publicado é identificado com o nome do usuário do perfil); **a página** (tem a função de promover uma marca, empresa, instituição, etc. Todo o conteúdo publicado em uma página é postado com o nome da página) e **os grupos** (que são espaços criados para reunir pessoas com interesses em comum para conversar e trocar experiências. Toda a publicação realizada em um grupo é identificada com o nome do usuário que produziu a postagem). (PINHEIRO, 2017, p. 60, grifos do autor).

Tanto o ESP quanto o PCESP apresentam-se discursivamente no *Facebook* como página. A criação de uma página no Facebook[39] é algo bem simples e fácil. Apresentemos os passos de modo sucinto: a) é preciso acessar o *Facebook* com nossa conta (a ela é que nossa página estará vinculada). Todas as páginas são vinculadas a um perfil; b) ao acessar nosso perfil, basta clicar na seta que fica no canto superior direito do site em "criar página"; c) depois escolhemos a categoria de nossa página (de acordo com as opções apresentadas pelo site); d) ao clicar na categoria, devemos preencher as informações solicitadas. Depois devemos clicar em "termos das páginas do Facebook" e, em seguida, em "começar"; e) depois, deve-se configurar a página fornecendo informações básicas (sobre, foto de perfil, adicionar favoritos, alcance mais pessoas); f) ao concluir, a página estará disponível para qualquer perfil do *Facebook*, podendo divulgar o discurso para milhões de perfis.

Essa "facilidade", de acordo com Moreira (2018, p.852), nos dá ilusão de que "o discurso que vem sendo naturalizado [...] apaga as relações de poder, a disputa pelos sentidos, opacizadas pela ilusão de que a participação de todos e de qualquer um reproduz um espaço democrático em que todos os sentidos seriam possíveis." Ou seja, esse novo espaço do dizer que se apresenta de modo tão "democrático" e "acessível" nos dá a sensação de que todos podem ter acesso a ele e de que tudo é permitido "falar"(postar).

O *Facebook* é considerado como uma rede fechada emergente, embasada nas interações recíprocas dos seus atores. Um dos aspectos relevantes presente nessa interação é o uso do conjunto imagem-palavra para expressar a fala. É muito comum o texto escrito ser associado à imagem, sobretudo quando esta se compõe de elementos fotográficos que lembram uma amarração composta pela expressividade que o discurso pode vir contrair em diferentes materialidades. Como consequência, compreende-se a relação entre a linguagem verbal e a imagem como efeitos de sentido, ressaltando que elas formam um conjunto que como tal deve ser observado para que se possa depreender ambas as formas de linguagem (ORLANDI, 1999).

Essa forma de linguagem que se estabelece entre palavras e imagens se volta mais do que para as coisas do mundo, para um discurso sobre o mundo. A conversação por meio dessa linguagem no *Facebook* resulta de uma sofisticada engenharia de sistemas lógico-matemáticos, mas pode ser manipulada por pessoas com os mínimos recursos cognitivos considerando as competências tecnológicas contemporâneas, tais como "a experiência do

[39] Disponível em <https://canaltech.com.br/redes-sociais/Como-criar-uma-pagina-no-Facebook/> acesso 19 de maio.

usuário" e "intuição", já que se podem compreender os comentários, de maneira geral, como textos, os quais podem ser analisados, na perspectiva da AD, como discursos. Assim, o discurso se faz presente nos textos postados na plataforma, incluindo os comentários produzidos nos *sites*.

De maneira geral, o comentário designa uma observação, uma apreciação ou opinião sobre alguma coisa: uma pessoa ou evento. O comentário, como tal, é também um discurso produzido subjetivamente e se enquadra em uma interlocução, na qual se marca o posicionamento de um sujeito sobre algo em questão. Os comentários postados no *Facebook*, como as colocações do ESP e do PCESP, como aqueles postados em outras redes sociais, seriam discursos produzidos sobre outros discursos. E como discursos sobre discursos, esses comentários seriam práticas de ressignificações, as quais incluiriam "inclusões e exclusões de sentidos na ordem dos próprios discursos" (MARIANI, [2003] 2020a, p. 77). Os comentários ainda podem ser entendidos como acontecimentos discursivos, porque produzem sentidos e provocam uma ruptura com outros sentidos pré-existentes (cf. MARIANI, [2019] 2020b, p. 74).

Uma vez que, segundo a AD, num texto existem vários significados construídos historicamente e que fazem parte de formações discursivas (ORLANDI, 2007a) ao frequentar os espaços virtuais e publicarem seus *posts*, os indivíduos se "assujeitam" a essas formações discursivas. Entretanto, não se pode olvidar que as mesmas possuem significações e representações que dão acesso às formações imaginárias, formulações através das quais os sujeitos atribuem a si mesmos e ao outro um lugar do qual enunciam (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 82), incorporadas pelo sujeito virtual, e acaba por orientar os comentários dos indivíduos nas mídias sociais (PÊCHEUX, [1975] 2009). Esses comentários vinculam o(s) sujeito(s) desse discurso a uma formação, ou a uma memória, discursiva dada pela incessante retomada ou repetição de um discurso por outro em uma complexa rede interdiscursiva.

Dessa maneira, esses comentários repetem um já dito que é ressignificado através de uma memória interdiscursiva (ORLANDI, 2007a, p. 70-71). E o que permite que esses comentários apresentem sentidos considerados novos é que eles, repetindo um já dito, se filiem a uma memória: a uma constante de discursos já produzidos por outros sujeitos (cf. ARAÚJO DA COSTA, [2013] 2020, p. 121). Tais sujeitos virtuais incorrem na repetição de um discurso, conforme a filiação ideológica, para que seu dizer faça sentido. É a mesma operação que possibilita que a formação discursiva a que sujeitos se filiam (cf. *Ibidem*, [2013] 2020, p. 121).

Desse modo, os indivíduos nas mídias sociais se comportam a partir de uma formação constituída pelo pré-construído pecheutiano, porquanto o discurso está em processo articulador com outros discursos. Neste caso, considera-se que o "sempre-já" sujeito é um pré-construído. Salientando que o pré-construído se constitui como um "já dito" que justifica e sustenta o sentido de cada discurso, o sujeito é, portanto, um elemento exterior ao discurso: um efeito ideológico que produz os dois tipos de esquecimento, dados pela formação discursiva dominante e pela escolha de uma formação discursiva pelo sujeito (PÊCHEUX, [1975] 2009). Esquecimento que oferece ao sujeito a ilusão necessária de ser ele a origem do dizer, e também o esquecimento de que o sentido do discurso poderia ser outro. Por sua vez, a filiação a uma formação discursiva também determina quais sentidos serão excluídos no/do discurso e que sentidos serão fixados (ORLANDI, 2008, p. 20). Nesse âmbito, pode-se entender como, nos comentários sobre o ESP e PCESP, há uma constante apregoação e exclusão de sentidos que se manifestam nesses discursos.

Com a proposição de Pêcheux ([1975] 2009) sobre a relação sujeito e formação discursiva, pode-se analisar como, nos espaços das mídias sociais, os sujeitos vão articulando como primeiro pré-construído ideológico a noção significante de liberdade. Eles se acham livres para comentar sobre diferentes assuntos. Nos comentários, os internautas das mídias sociais se posicionam como sujeitos do discurso. E pode-se dizer que há uma ressignificação da própria liberdade através de um acontecimento discursivo, o qual, segundo Pêcheux (2006, p. 19), promove um encontro entre uma memória, a liberdade, no caso, e um contexto atual dentro do qual essa memória é retomada, o uso do *Facebook*, no caso. O posicionamento do sujeito, segundo Pêcheux ([1975] 2009), como no caso dos usuários do *Facebook*, é uma construção discursiva, concretizada a partir de formações discursivas que atuam significativamente na posição que os indivíduos tomam nos espaços virtuais. Esse posicionamento é motivado pela interpelação que o sujeito sofre pela ideologia, através da qual esses sujeitos discursivizarão suas formações discursivas.

Demonstra-se isso com o fácil acesso a esse espaço virtual e com a possibilidade de compartilhar e disponibilizar informações, tanto no ambiente do site quanto em outros sites, a partir dos comandos "comentar", "compartilhar" e "curtir", que permitem ao usuário partilhar discursos de interesse com seus amigos conectados no *Facebook*. O "curtir" e o "compartilhar" traduzem os modos de usar este *plug-in* social, lançado em 2010 para encorajar as pessoas tanto a compartilharem seus interesses fora do *Facebook* (artigos, vídeos, produtos etc.) quanto para oferecer recomendações para seus amigos *on-line*. Desse modo, o

botão “curtir” permite exprimir, com apenas um *click*, os interesses dos usuários, divulgar e compartilhar outros links com os amigos.

Já o *plug-in* “compartilhar” foi delineado para distribuir discurso do *Facebook* com outros integrantes do *site*. Trata-se de um *link* funcional de compartilhamento interno, cuja real utilidade é a interação com outros *links*. A sua função subjacente é promover os discursos postados pelos usuários em seu mural. É uma estratégia recorrente dos dois movimentos estudados, permitindo que, ao visitar essa página, o interlocutor possa enviar esses discursos a outros perfis no *Facebook*. O *plug-in* “comentar” indica uma participação mais ativa da rede de amigos, presença solidária opinando sobre os *posts*, as fotos e demais discursos, expressando afetos como gratidão e indignação.

Na perspectiva da Análise do Discurso, os *posts* podem ser entendidos como discursos decorrentes da disponibilidade, dada pelas redes sociais de espaços discursivos que dão ao sujeito uma espécie de poder para dizer.

As postagens, assim, se relacionam com a busca de poder pelo discurso, oportunidade dada pelas redes sociais, que favorece esse tipo de discurso na medida em que elas oferecem um espaço sem restrições institucionais, um espaço em que o sujeito experimenta uma ilusão de liberdade para dizer, um espaço sem interdições, em um mundo em que “temos consciência de que não temos o direito de dizer o que nos apetece, que não podemos falar de tudo em qualquer circunstância, que quem quer que seja, finalmente, não pode falar do que quer que seja” (FOUCAULT, 2004, p. 2).

O *post* e comentário são discursividades distintas. Este consiste em uma reação ou resposta àquele. Um *post*, assim, interpelado pela ideologia também traz uma outra característica: a de funcionar, ele mesmo, como uma elemento carreado de ideologia que interpela, principalmente, os seguidores de um perfil de rede social. Todo discurso é ideológico, mas o *post*, principalmente quando inserido em uma comunidade virtual, traz um potencial ampliado de interpelar o indivíduo. Os comentários, por sua vez, geralmente decorrem de um *post*, retomando este discurso na forma de concordância ou de discordância.

Portanto, as possibilidades dadas pelos comandos “comentar”, “compartilhar” e “curtir” podem ser entendidas como uma nova característica recorrente em certos tipos de discursividade. Dias ([2017] 2019) vem demonstrando em seu trabalho uma mudança na discursividade mundial, a qual ela denomina de “digitalização do mundo”, ou seja, “práticas de linguagem que tendem à metaforização das relações sociais e das práticas dos sujeitos” (DIAS, [2017] 2019, p. 3) que, “por meio do acesso deslocam o campo da “luta” para uma inscrição na forma digital” (*Ibidem*, [2017] 2019, p. 3). Dito de outra maneira, a digitalização

do mundo é um processo de descrição dos sentidos que desliza o modo de significar, acarretando "um outro modo material, porque inscreve o dizer, o fazer, as práticas dos sujeitos, em outras condições de produção, afetada por outras instituições, como as corporações do tipo Google ou Microsoft" (*Ibidem,* [2017] 2019, p. 3). Este fato garante o funcionamento da máquina ideológica por meio das relações de poder e de produção-reprodução do trabalho. A digitalização do mundo é essa coisa "en-formada" pelo digital (ORLANDI, 2012, p. 72). E esse universo digital, por sua vez, oferece um espaço amplo e aberto à participação de múltiplos sujeitos que experienciam uma liberdade de fazer significar, ou ressignificar, certos referentes, conforme a terminologia de Araújo da Costa ([2013] 2020), ou discursos, conforme sua própria motivação ideológica (cf. ARAÚJO DA COSTA, [2013] 2020, p. 111) e, ao mesmo tempo experimentando uma ilusão de infalibilidade e de transparência ideológica dos comentários postados nas redes sociais. O que também é possibilitado pelo que Orlandi (2006) chama de memória metálica.

Observa-se que conforme "vai-se avançando em pesquisa o conceito de memória metálica vai sendo elaborado" (ORLANDI, 2006, p. 25). A noção de memória metálica (ORLANDI, 1996) conceitua teoricamente sobre essa quimera da memória infalível da informatização dos arquivos que, de acordo com a autora, reduz "o saber discursivo a um pacote de informações, ideologicamente transparentes" (ORLANDI, 1996, p. 16). Essa ilusão de infalibilidade da memória metálica se produz por meio da premissa de que a tecnologia não falha e de que suas possibilidades físicas são inesgotáveis.

Este cenário sugere uma evolução do que a teoria de Pêcheux havia anunciado sobre "os riscos redutores do trabalho com a informática" (PÊCHEUX, 2010, p. 59), onde esses riscos tocam as práticas de leitura de arquivo e o trabalho da memória. Um dos problemas que aparece com o mundo digital, cujos efeitos de sentido produzidos pelo seu modo de inscrição histórica são os da eficácia e transparência técnica, bem como uma convicção de infalibilidade.

É fato que as tecnologias de armazenamento em nuvem e de aplicabilidade contribuem enormemente para a atomização dos arquivos, confirmando a evidência de uma memória inesgotável. É com esse dizer repetidamente reatualizado que as pessoas denominam de memória, com a qual o sujeito se relaciona e se constitui nessas relações. Nesse sentido, a noção de memória metálica de Orlandi (1996) designa o funcionamento pela quantidade, possibilidade de armazenamento e processamento dos dados pela memória do computador. Por outro lado, para Dias ([2017] 2019), a memória digital seria o resíduo que escapa à estrutura totalizante da máquina e se inscreve já no funcionamento digital pelo trabalho do

interdiscurso. Assim, a memória digital seria uma atualização discursiva pelo trabalho do interdiscurso, que, considerando o acontecimento do digital e não somente uma reatualização técnica da memória, ocorre como uma expansão horizontal dos discursos.

No entanto, o funcionamento do universo digital/virtual vem sendo marcado pelo dinamismo, possibilita que os sentidos circulem, se embatam num jogo de posições de poder, se movimentem, se desorganizem (cf. ORLANDI, 2008, p. 26). E nessa aparente desordem se configuram a identidade do sujeito e o(s) próprio(s) sentido(s) que(s) esse(s) sujeito(s) constrói (constroem). Através dessa identidade têm-se dizeres não legitimados onipresentes em redes sociais, como o *Facebook*.

Silveira ([2017] 2019) denomina o vasto conjunto de dizeres não legitimados em circulação no meio digital de discurso ordinário digital, que, para a autora, se opõe com o discurso político-midiático das mídias tradicionais, vistas aqui como espaços de legitimação. São espaços de processos resultantes da internalização de todo um sistema de dominação, oriundos de ações de deslegitimação realizadas pelos sujeitos dentro dos campos sociais, os quais atuam nas redes sociais e contextos digitais reforçando lógicas de legitimação social conduzidas pela fácil aceitação e reprodução de discursos de dominação.

Nessa compreensão, lança-se um olhar sobre as funções técnicas dos dispositivos que estão associados às intenções, afetos e cognições geradores de subjetividades e formas de coesão social, as quais têm constituído o nosso objeto de interesse. No entanto, é preciso pensar que esses comandos também podem funcionar como um mecanismo de censura, mecanismos que constituiriam um "saber censório" (grifo nosso). Por isso, compreender a multidimensionalidade de processos sociais em que estão envolvidos e dos quais são constituídas as concepções político-ideológicas, as negociações de interesses, as informações simultâneas, as articulações e as relações de poder, que colidem e disputam entre si, requer uma análise que contemple a dimensão micro e macro das relações existentes entre os usuários. Vale ressaltar a importância de se dar visibilidade à discursividade e sua significância para a constituição da memória coletiva, visto que a censura que advém sobre os comentários está envolta como um mecanismo político e ideológico que interfere na ordem do discurso, procurando atuar no controle de sentidos, seja pelo silenciamento, seja pelo *evidenciamento* (MOREIRA, 2007; 2009; 2018).

Retomando a questão dos comentários enquanto exercício de censura, esses discursos também funcionam como mecanismos de sobreposição de discursos sobre discursos, semelhantemente ao descrito por Orlandi (2008), segundo a qual certos sentidos podem ser apagados, e com isso silenciados, graças à colocação de um outro discurso sobre

aquele silenciado. Essa sobreposição de discursos ilustra parte do funcionamento de ferramentas disponibilizadas em rede sociais como o *Facebook*. Essas ferramentas que permitem aos usuários colocarem uma voz censória, como podemos dizer, sobre outra voz que se deseja *evidenciar*.

Assim, conforme Moreira (2009), o *evidenciamento* e o silenciamento se colocam como procedimentos que integram um mesmo saber censório e/ou de resistência, prática de aplicação de mecanismos de controle do dizer. Isso decorre pelo fato de o silêncio ser um agente divisor de sentidos. Nas palavras de Orlandi (2008, p. 24), "o silêncio divide, significativamente, o que se conta e o que não se conta". E desse modo podemos concordar com Orlandi (2007b), que acrescenta que esse silenciamento não é uma "forma de calar, mas de fazer dizer 'uma' coisa, para não deixar dizer 'outras'" (ORLANDI, 2007b, p. 108). De modo que temos, nesse processo, uma ordem, ou um modo, não de calar um discurso, mas de evitar que nesse outras coisas sejam ditas, o que envolve uma tensão entre censura propriamente dita e o acolhimento de comentários, responsáveis pelo silenciamento e/ou apagamento de sentidos.

Nesse jogo complexo em que se embatem ideologias e movimentos de poder, Orlandi (2002, p. 23) nos lembra que, nessas relações, "dois grupos diferentes reivindicam o mesmo sentido, mas esse sentido é diferente", o que os leva a continuamente buscarem uma hegemonia de sentido sobre o outro, o que caracterizaria a postagem, a acolhida e a censura de comentários observados no *Facebook*.

Nessa perspectiva, tanto a censura quanto o acolhimento dos comentários devem ser analisados em sua materialidade digital, aceitando as implicações pertinentes às relações entre sujeito, conhecimento e tecnologia que constituem a compreensão dos processos de significação dentro do espaço digital, enquanto lugar de produção do discurso em sentido estrito, e em um sentido lato, históricos e sociais, que assinalam para as novas implicações da relação linguagem e tecnologia no processo de constitutivo do sujeito - mencionado pelo *Facebook*. Assim, de acordo com Moreira (2018),

> as políticas que produzem (novas/outras) técnicas e saberes censórios no espaço digital foram analisadas enquanto condições de produção do discurso no Facebook. Essas condições de produção, em sentido estrito, e as condições de produção históricas e sociais – que apontam implicações para a relação linguagem e tecnologia – permitem-nos compreender um processo de constituição do sujeito - referido pelo Facebook por "você", "usuário" e "pessoa" - e efeitos de sentido para censura. Assim, a análise do que vem sendo compreendido como censura no/pelo *Facebook* confirmou novos gestos materializados por discursividades como "remover", "desabilitação", nas condições de produção dispostas nos Termos e princípios do *Facebook*, e marcas como "bloquear", "suspender", "tirar do ar", "exilar", "impedir", "calar", um "conteúdo", um "perfil", "página", "marca X", "ele". (MOREIRA, 2018, p. 847)

A internet é um dispositivo técnico que se constitui como mídia e tem a característica de não possuir mediadores formulando os discursos e arranjando os sentidos que deverão circular. A conexão entre os internautas nos grupos de mídias sociais quase sempre se associa ao sentimento de pertencimento a um determinado grupo, o que ocorre pelo fato de os membros possuírem os mesmos valores e ideologias. Entretanto, essa condição de não mediação é ilusória, posto que o funcionamento da internet ocorre em função das interfaces pré-determinadas que permitem certas formulações e impedem outras, em razão das suas clivagens subterrâneas que configuram as possíveis e as impossíveis formas de ler os textos que aí circulam. Essa materialidade discursiva, mesmo sendo na internet, subjaz às determinações sócio-históricas e ideológicas para o que aí se formula ou se lê, mesmo que o sujeito mediador não seja identificado. Portanto, o domínio das condições de navegação midiática está mais próximo daqueles que têm acesso à tecnologia, que é um tipo de poder (GALLO, [2015] 2020).

Ora, partindo dessa perspectiva, a análise das redes sociais procura focar a interação como primado fundamental do estabelecimento das relações sociais entre os sujeitos, que originam as redes sociais, tanto no mundo concreto quanto no mundo virtual. Isso porque, em uma rede social, as pessoas são os nós e as arestas são constituídas pelos laços gerados através da interação social. Portanto, quando se trata de analisar a interação através da mediação do computador, é necessário, que exista um *locus* onde essa interação possa e efetivamente aconteça para que seja possível falar em redes geradas por essas ferramentas.

Essa problemática pode ser melhor compreendida dentro do quadro teórico da AD, sobre o qual discorremos no capítulo seguinte, apresentando as noções fundamentais a esta pesquisa e as inter-relações que se estabelecem entre eles.

2. Quadro Teórico-Metodológico

O objetivo deste capítulo é apresentar o percurso teórico-metodológico deste trabalho pela AD de linha francesa, encabeçada por Pêcheux ([1975] 1997; [1975] 2009; [1979] 2011; [1982]2010; 1990; [1994] 2010; 1999; [1999] 2007; 2006) e Orlandi (1984; [1994] 2020; 1996; 1998; [1968] 1999; 2002; 2003; 2005; 2006; 2007a; 2007b; [2007] 2020; 2008; 2010; 2011, 2012; [2013]2019; 2015), uma vez que os autores apresentam noções que auxiliam a analisar nosso objeto de estudo.

Antes de apresentarmos o referencial teórico utilizado é preciso explicar sobre nossa escolha em trabalhar com a Análise do Discurso pecheutiana. Sabe-se que um dos aspectos mais relevantes da AD é a sua aplicabilidade ao objeto de análise de modo a permitir uma compreensão deste em conformidade com o decorrer da análise. No caso, a teoria do discurso e a prática da AD da escola francesa foram sendo construídas nos movimentos – arrancos criativos, retrocessos e retomadas conceituais – que marcaram a trajetória acadêmica de Michel Pêcheux, seu principal teórico e expoente. E o que a AD pecheutiana apresenta é o caráter histórico da linguagem (cf. ARAÚJO; BRASIL [2013] 2020), um campo de estudo de ruptura, que implica em uma série de reconsiderações no interior do próprio fazer linguístico (cf. *Ibidem*, [2013] 2020, p. 2).

Portanto, a AD constitui-se como uma disciplina de confluência, uma vez que se inscreve em um lugar em que se agregam os conhecimentos do materialismo histórico: uma teoria das formações sociais, em que se inclui, então, a ideologia, a linguística como teoria dos mecanismos sintáticos e dos processos discursivos, e a teoria do discurso como determinação histórica dos processos semânticos (cf. *Ibidem*, [2013] 2020, p. 2). Nesse caso, as noções de história, língua, ideologia e inconsciente deixam de ter a formulação de origem, ganhando novas dimensões e formulações nas redes discursivas.

É nessa trajetória que é possível visitar o processo de criação das teorias e sua aplicação metodológica, para isso elegemos algumas noções-chave que são fundamentais para compreensão deste trabalho, como o discurso, a ideologia, a formação discursiva (FD)[40], formação ideológica (FI)[41], o sujeito, a formação imaginária, as condições de produção, a memória, o silenciamento, o *evidenciamento*, os gestos de interpretação, acontecimento discursivo e discurso fundador.

[40] Toda vez que nos referirmos a Formação Discursiva usaremos (FD).
[41] Toda vez que nos referirmos a Formação Ideológica usaremos (FI).

2.1 Ideologia e Discurso

A AD não se compôs como um campo teórico e metodológico homogêneo. Estabeleceu-se na França durante os anos 1960, ganhou vigor nos anos 1970 e vem sofrendo uma expansão desde os anos 1980 (SARGENTINI, 2006). Na década de 60, apareceram múltiplos projetos de AD, elemento então obsessivamente disputado pelos mais diferentes estudiosos do campo das Ciências Sociais e da Linguística.

De acordo com Maldidier (1994), a AD teve um duplo embasamento: pelos trabalhos de Jean Dubois e pelos de Michel Pêcheux. Sem dúvida, a maioria dos trabalhos produzidos neste período foi concretizada baseando-se nas noções e métodos elaborados por esses dois autores. Entretanto, se identifica nesse período outros projetos como o da fase da arqueologia do saber, de Michel Foucault (ORLANDI, 2013).

A AD francesa seguiu por duas vertentes: a da ideologia e a do discurso. A noção de ideologia foi introduzida por Althusser (funções de mediadora da integração social/coesão do grupo, dominação, deformação) e a de discurso por Foucault (o discurso como jogo estratégico de ação e reação, de dominação e esquiva, de luta) (BRANDÃO, 2004). O pensamento de Pêcheux ([1990] 2002) centraliza-se naquilo que o autor chama de "a tripla entente" (SAUSSURE-MARX-FREUD) que fundamenta toda a sua obra. Cabe lembrar que a proposta de Pêcheux não era retirar as bases saussurianas de seu trabalho, mas operar de um espaço que não havia ainda ganhado importância no estruturalismo: a influência do exterior-linguístico (história, ideologia) na significação. Assim, à teoria de Saussure seria associada a uma de cunho histórico-sócio-psicológico.

Para abordarmos a noção de ideologia, partiremos de Althusser (1985), autor de base marxista que foi de suma importância para a construção dessa noção na obra de Pêcheux, e, para tratarmos do discurso, usaremos, além de Foucault ([1969] 2009), as colocações de Orlandi (2010). A noção clássica de ideologia remete ao pensamento marxista, que a relaciona ao sistema capitalista, criticado por Marx em obras como *O Capital*. A ideologia, na concepção marxista, assim, seria uma forma de dominação usada pela classe dominante, que impõe suas ideias à classe dominada. Em Althusser (1985), filósofo marxista, temos que a ideologia é materializada através de práticas, nas quais o sujeito é assujeitado:

> [...] ideologias como um conjunto de práticas materiais necessárias à reprodução das relações de produção. O mecanismo pelo qual a ideologia leva o agente social a reconhecer o seu lugar é o mecanismo de sujeição. (ALTHUSSER, 1992, p. 8 *apud* GUERRA, [2009] 2019, p. 10)

Portanto, o sujeito se reconhece como sujeito e se assujeita a outro, ao Aparelho de Estado. Althusser (1985), assim como Marx, afirma que o Aparelho de Estado é repressivo e isso permite à classe dominante, que compõe o mesmo, dominar a classe operária e contribuir para esse assujeitamento do sujeito, o qual, na concepção discursiva, é interpelado pela ideologia, pelo inconsciente e pela história, noção esta que será melhor explorado mais adiante.

Althusser (1985, p. 69) amplia a ideia de Marx, no que concerne ao Aparelho de Estado (AE) e ao Aparelho Ideológico de Estado (AIE). O AE passa a ser a nomenclatura de Aparelho de Estado (repressivo) e funciona primeiramente através da/pela violência e depois pela ideologia. É formado pelo exército, governo, administração, polícia, tribunais e prisões:

> O AE (repressivo) funciona predominantemente através da repressão (inclusive física) e secundariamente através da ideologia (não existe aparelho unicamente repressivo). Exemplos: o exército e a polícia funcionam também através da ideologia tanto para garantir sua própria coesão e reprodução como para divulgar os "valores por eles propostos." (ALTHUSSER, 1985, p. 70, grifo do autor).

Enquanto isso, o AIE funciona predominantemente através da ideologia e depois de modo sutil pela repressão. Compreende diferentes instituições: igrejas, escolas, famílias, culturas etc.:

> Da mesma forma, mas inversamente, devemos dizer que os AIE funcionam principalmente através da ideologia, e secundariamente através da repressão seja ela bastante atenuada, dissimulada, ou mesmo simbólica (não existe aparelho puramente ideológico). Desta forma, a escola, as igrejas "moldam" por métodos próprios de sanções, exclusões, seleção etc. E assim a família [...] Assim o AIE cultural (a censura, para apenas mencionar ela) etc. (ALTHUSSER, 1985, p.70, grifo do autor).

Portanto, segundo o filósofo, todos esses aparelhos se impõem, seja através da violência, seja através da ideologia. E dentre todos eles, Althusser (1985) chama a atenção para o aparelho ideológico escolar, que assume uma posição dominante em relação aos outros. Pois se trata de "aparelho ideológico de Estado dominante nas formas capitalistas" (ALTHUSSER, 1985, p. 78). Assim, pressupõe-se que, "dominar" esse aparelho, por sua representatividade social, política, ideológica seja uma preocupação tanto do ESP quanto do PCESP, já que:

> É pela aprendizagem de alguns saberes contidos na inculcação maciça da ideologia da classe dominante que [...] os mecanismos que produzem esse resultado vital para o regime capitalista são naturalmente encobertos e dissimulados por ideologia da escola universalmente aceita. (ALTHUSSER, 1985, p. 80)

Assim, percebe-se, ao contrário do que o ESP afirma, que a escola é um AIE que reproduz uma ideologia capitalista e talvez, por isso, seja o cerne da preocupação do movimento, que vislumbra nos professores, através de um imaginário marxista, a "perda" do controle dessa instituição. Para Althusser (1985), a ideologia relaciona-se com a representação imaginária que os sujeitos têm de suas condições reais de existência com suas relações de produção. E esse imaginário pode ser apresentado de forma alterada:

> [...] é a natureza imaginária dessa relação entre os homens e suas condições de existência que dá suporte a toda e qualquer deformação imaginária da ideologia – quando essa relação não é vivida "na sua verdade." (ALTHUSSER, 1985, p. 39, grifo do autor).

A afirmação do autor nos leva a refletir sobre a produção do imaginário ideológico re/produzido pelo ESP, segundo o qual alguns docentes seriam comunistas e exerceriam uma atuação de doutrinador, talvez, enquadrando-se tal fato naquilo que Althusser (1985) denomina de "deformação ideológica imaginária" (grifo nosso), já que "toda ideologia representa na sua deformação necessariamente imaginária não as relações de produções existentes [...], mas a relação (imaginária) dos indivíduos com as relações de produção" (ALTHUSSER, 1985, p. 39-40).

Ainda sobre essa relação do imaginário ideológico com suas condições reais de existência do sujeito, Althusser (1985) afirma que o imaginário só poderá corresponder com o "real" se o sujeito vivenciar essa realidade:

> Diz-se comumente, que a ideologia religiosa, ideologia moral, ideologia jurídica, a ideologia política, etc são "concepções de mundo". Contrapomos, a menos que se viva uma dessas ideologias como a verdade (se, por exemplo, se crê em Deus, no dever, na justiça etc), que esta ideologia que falamos a partir de um ponto de vista crítico, de um exame semelhante ao do etnólogo dos mitos de uma "sociedade primitiva", que essas "concepção de mundo" são, em grande parte, imaginárias, ou seja, não "correspondem a realidade". (ALTHUSSER, 1985, p. 85-86, grifo do autor).

Desse modo, essas ideologias do campo religioso, jurídico, escolar são concepções de mundo que, muitas vezes, não correspondem à realidade de fato. Portanto, a menos que seja algo perpétuo, contínuo, vivido, serão, em sua maioria, imaginários que não corresponderão com a realidade.

Assim, considerando Althusser (1985), retornamos ao problema de nossa pesquisa: quais imaginários discursivos são produzidos nas postagens e nos comentários postados nas

páginas do *Facebook* pelos membros do ESP e PCESP referentes ao papel do professor na escola?

A partir da concepção marxista althusseriana é possível averiguar que a ideologia constitui uma relação imaginária dos sujeitos com sua existência, que se percebe materialmente através das ações do AE e AIE e, também, que a ideologia é contígua do inconsciente. Dessa forma, o nosso problema de pesquisa interpela não só o campo do imaginário, mas principalmente o da ideologia materializado pelos discursos promovidos pelos dois grupos nas redes sociais.

Já a noção de ideologia utilizada por Pêcheux, que se originou no pensamento teórico de Althusser (1985) e foi transformada a partir de outras áreas, se interessa pelas brechas que se abrem nas falhas do ritual de interpelação e permitem alcançar o sujeito e a língua naquilo que lhes é mais próprio: o ato falho. Formações essas que se deixam invadir subitamente por dubiedades de várias ordens.

Por sua vez, a noção de ideologia de Althusser (1985) é criticada por Pêcheux ([1990] 2002) na medida em que a ideologia não domina inteiramente o sujeito, ainda que este esteja imerso na ideologia, ele resiste. Primeiramente podemos pensar que o sujeito pode resistir à ideologia, à medida que tem consciência dela ou não: ter consciência de uma ideologia não significa necessariamente dialetizá-la, mas não se enquadrar em certos valores ou preceitos que essa ideologia traz consigo. Assim, a cada discurso ideológico que tende a dominar o sujeito, pode haver um discurso contraideológico.

Esses discursos contraideológicos poderiam ser entendidos como indício da existência de ideologias dominadas e ideologias dominantes, abordado por Pêcheux ([1990] 2002). Ideologias dominadas que, no caso, ocorrem "sob a dominação ideológica e contra elas, e não em um 'outro mundo', anterior, exterior ou independente" (PÊCHEUX, [1990] 2002, p. 16, grifos do autor). E a resistência, por sua vez, mostra que há "falhas" (grifo nosso) no processo de assujeitamento, já que o sujeito não completamente dominado na interpelação pela ideologia, vindo a se opor a ela (cf. *Ibidem*, [1990] 2002, p. 17).

Embora Pêcheux recorra à teoria de Althusser para construir sua explicação teórica para o processo de assujeitamento, o primeiro se afasta do segundo porque, embora ambos recorram à psicanálise de Lacan, Althusser deixa de considerar que o sujeito não é determinado apenas pelo significante, mas pela relação com um dado objeto de desejo (cf. LEITE, [2005] 2020, p. 81). Assim, na ilusão experienciada pelo sujeito no processo de assujeitamento deve-se levar em conta não apenas a ideologia, mas um objeto que vem a ser considerado causa de desejo do sujeito e a forma como ele resiste.

Consoante ao pensamento de Pêcheux, Orlandi (2015) nos relata que a ideologia está relacionada à linguagem e nesse processo a interpretação parece óbvia. Ao nos depararmos com um objeto simbólico, automaticamente já nos colocamos a interpretá-lo, o que parece claro e simples. No entanto, a interpretação é um processo opaco, falho, pois ao mesmo tempo em que o sujeito interpreta, ele nega esse processo, produz um apagamento ideológico, no qual temos a "sensação" de que a história e a linguagem são processos naturais materializados nessa interpretação. Para autora,

> Ideologia não se define como o conjunto de representações, nem muito menos como ocultação de realidade. Ela é uma prática significativa; sendo necessidade da interpretação, não é consciente – ela é efeito da relação do sujeito com a língua e com a história em sua relação necessária, para que se signifique. (ORLANDI, 1998, p. 48)

Desse modo, tem-se que o sujeito pode, através de seu discurso, marcar uma identificação com a ideologia de uma determinada classe ou segmento social hegemônico, mesmo não pertencendo a essa classe e não tendo consciência disso. Por conseguinte, a ideologia vai funcionar como reprodutora das relações de produção, isto é, o sujeito será assujeitado como sujeito ideológico, de forma que cada sujeito interpelado pela ideologia busque ocupar o seu lugar em um grupo ou classe social de uma determinada formação social, acreditando estar exercendo a sua livre vontade.

Compreende-se que a formação dos grupos que compõem o ESP e o PCESP se materializa na realidade social com muitas contradições, através de indivíduos com projetos societários distintos. Pode-se dizer que a contradição entre os dois projetos educativos implica três dimensões: uma em torno do papel docente, outra em torno do currículo escolar e outra em torno da função da escola na construção de valores democráticos e exercício da cidadania com expressão da diversidade. É bastante evidente que o contraditório passa pelo viés das noções de democracia e de democratização da educação.

A partir da noção de ideologia, conforme visto em Althusser (1985), é preciso pensar também nos discursos produzidos pela sociedade sobre o papel e a imagem do professor. Esse dizer sobre o professor é, muitas vezes, ocupado por pessoas que não são docentes e que resolvem falar sobre tal prática e sobre o ensino. Isso ocorre porque a própria ideologia constrói um efeito de evidência sobre a qual esses sujeitos vêm a falar. Conforme Orlandi ([1994] 2020), "a ideologia não é 'x' mas o processo de produzir 'x'" (ORLANDI, ([1994] 2020, p. 56) através de uma "injunção à interpretação" (ORLANDI, 1994, p. 56) frente a um evento ou a um discurso, que leva determinados sujeitos a interpretarem o que X

quer dizer (cf. *Ibidem*, [1994] 2020, p. 56). Desse modo, esses sujeitos se colocam no lugar em que, supostamente, possuem autoridade para proferir esses discursos.

De acordo com Pêcheux ([1975] 2009), a ideologia "fornece as evidências pelas quais 'todo mundo sabe' o que é um soldado, um operário, um patrão, uma fábrica, uma greve, etc., evidências que fazem com que uma palavra ou um discurso 'queiram dizer o que realmente dizem'" (*Ibidem*, [1975] 2009, p. 160-grifos do autor). Assim, os sentidos são tomados como naturais, como uma interpretação inevitável que "já estava ali" (grifo nosso), de modo que o sentido não é apenas construído na/pela ideologia, mas dirigido por ela, alterando-se de um sujeito para outro, conforme seu próprio processo de assujeitamento.

Frente a esse processo, em que leigos discursivizam sobre práticas docentes e ensino, o professor acaba tendo sua voz apagada e silenciada, não se constituindo como sujeito na apresentação do ESP, enquanto um grupo que se preconiza sem interesses ideológicos. Portanto, pode-se observar que, consoante ao que nos diz Orlandi (2005), "o trabalho da ideologia é produzir evidências" (*Ibidem*, 2005, p. 65) dessas práticas. Por sua vez, essas evidências são produzidas/reproduzidas e atravessadas no/pelo discurso.

Segundo Orlandi (1999, p. 19), a noção de discurso apresentada pela AD é diferente da noção de modo de comunicação, no qual temos emissor (transmissor da mensagem), receptor (recebe a mensagem) e a mensagem (código de algo da realidade). Para a AD, o discurso não é codificação e decodificação, já que o emissor e o receptor discursivos realizam esse processo de forma mútua, com uma alternância constante das funções de emissor e receptor. Nesse sentido, a mensagem não é o centro desse processo, e, sim, o discurso. Portanto, não se trata de transmitir uma ideia em si, mas a relação que se estabelece entre essa ideia com o sujeito, com a língua e com a história. Assim, podemos considerar que o discurso não é apenas uma mensagem em si, já que "o discurso é efeito de sentido entre locutores" (ORLANDI, 2015, p. 20).

Ainda segundo a analista do discurso supracitada, a noção de discurso não deve ser limitada à noção de fala, proposto por Saussure como parte da dicotomia língua e fala, pois assim como a fala, o discurso também tem sua regularidade. Mas este é, sobretudo, uma prática social ligada à história, a ideologia. É importante ressaltar que a história, nesse sentido, não é aquela que se apresenta no texto, mas materializada no discurso.

Sobre essa relação, Orlandi (2005), assim se expressa:

> [...] nem o discurso é visto como uma liberdade em ato, totalmente sem condicionantes linguísticos ou determinações históricas, nem a língua como totalmente fechada em si mesma, sem falhas ou equívocos. As sisternaticidades linguísticas - que nessa perspectiva não afastam o semântico como se fosse externo - são as condições materiais de base sobre as quais se desenvolvem os processos discursivos. A língua é assim condição de possibilidade do discurso. (ORLANDI, 2005, p. 20)

Portanto, como foi posto, a língua é condição para que o discurso aconteça e não há como separá-los. Também de acordo Pêcheux ([1975] 2009, p. 82), língua e fala não têm sentidos opostos e, ao usarmos a expressão "discursividade", não estamos nos referindo à fala. A expressão "processo discursivo visa explicitamente a recolocar em seu lugar (idealista) a noção de fala (parole) [...]" (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 82). Podemos afirmar então que não é possível conceber a língua como oposição à fala, por isso busca-se um entremeio que considere os fatores externos (históricos/ideológicos). E é nessa instância da linguagem que temos o discurso.

O homem constrói sua existência e lhe confere sentido ao transformar a realidade em que vive e a si mesmo por meio da linguagem. É essa competência de atribuir sentidos ao mundo e a si mesmo que ele promove seu inalterável devir e, também, o das coisas. Dessa forma, o homem insere a linguagem à sua exterioridade, à sua historicidade, sendo, o homem e seu discurso, influenciados e influenciadores pela história. Será por meio da linguagem que poderemos observar a relação da língua com a ideologia. Em se tratando de discurso, não se distingue estrutura e acontecimento, relacionando a linguagem à sua exterioridade. Essas duas categorias são abordadas por Orlandi (1999) da seguinte maneira:

> Nos estudos discursivos […] procura-se compreender a língua não só como uma estrutura, mas, sobretudo, como acontecimento. Reunindo estrutura e acontecimento a forma material é vista como o acontecimento do significante (língua) em um sujeito afetado pela história. (ORLANDI, 1999, p. 62)

A entrada do ser humano na linguagem é afetada pelo funcionamento da distância entre um significante e outro, e nesse espaço marca-se um vazio, que inclui a descontinuidade significante. Quando tomamos a palavra e falamos, nós o fazemos marcados por esse funcionamento descontínuo, que inclui o vazio (o espaço entre os significantes) e traz a marca da distância entre a linguagem e o mundo. É por isso que, de acordo com o comentário de Lebrun (2008) sobre o trabalho de Lacan, o sujeito falante é um sujeito dividido pelo funcionamento da linguagem, pois é "atingido por essa descontinuidade, barrado e em via de se barrar; é o que vai marcá-lo com um inconsciente" (LEBRUN, 2008, p. 51).

Entrar na linguagem é condição para existir inconsciente e estabelecer laços sociais. De acordo com Lebrun (2008, p. 51), “um sujeito não é um pleno que tem de se dizer no descontínuo da linguagem, ele é o que resulta desse descontínuo imposto pelo sistema da linguagem”. Assim, para o autor, o que de mais importante se transmite na espécie humana, para além do caráter genético, são os significantes.

Essa construção de laços sociais e do próprio inconsciente através da linguagem remete, por sua vez, à formulação da noção de discurso. De acordo com Foucault ([1969] 2009), o discurso é um conjunto de enunciados que possui uma mesma formação discursiva, que é “[...] um conjunto de regras anônimas, históricas, sempre determinadas no tempo e no espaço que definiram em uma época dada, e para uma área social, econômica, geográfica ou linguística dada, as condições da função enunciativa” (FOUCAULT, [1969] 2009, p. 153).

2.2 Formação Discursiva (FD) e Formação Ideológica (FI)

A partir da relação entre o discurso e a ideologia, temos a formulação da noção de formação discursiva (FD), que, por sua vez, remete a outra noção, a de formação ideológica (FI). Pode-se dizer, preliminarmente, que a formação ideológica precede à formação discursiva, já que esta depende daquela para se constituir.

A noção de formação discursiva (FD) tem origem em Foucault (1989), em sua obra Microfísica do Poder, e foi desenvolvida por Pêcheux ([1975] 1997), sendo que este último autor trabalha essa noção a partir de uma ótica marxista. De acordo com Foucault (1989), as relações sociais, econômicas e políticas seriam definidas e “controladas” (grifo nosso) por instâncias superiores, que seriam o próprio Estado e a classe dominante, instituições que intervêm na sociedade e na cultura através da escola, da religião e da mídia (o que corresponderiam aos Aparelhos Ideológicos de Estado, de Althusser). Essas intervenções, por sua vez, se revelariam através de discursos, os quais se constituem enquanto produções ideológicas. Todo discurso, conforme Foucault (1989), seria construído ideologicamente e a essa produção ideológica, que Foucault (1989) chamou de formação ideológica.

A noção pecheutiana de formação discursiva e de formação ideológica recorre tanto a Foucault (1989) quanto a Althusser, e sua noção de Aparelhos de Estado. Para Pêcheux; Fuchs (1990), as formações ideológicas produzem formações discursivas, de modo que as ideologias se firmam e circulam em discursos, as formações discursivas (cf. PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166). As quais podem ser identificadas, partilhadas de modo a virem a legitimar uma posição do sujeito perante a sociedade, os fatos e os eventos. Assim, as

formações ideológicas (FIs) comportam necessariamente, uma ou várias formações discursivas interligadas que determinam "o que pode e deve ser dito" (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166), a partir de uma posição assumida pelo sujeito (assujeitado), uma "tomada de posição" (PÊCHEUX, [1975] 2009, 171), em uma dada conjuntura.

Vê-se que a noção de FD, desde o início, é concebida de forma entrelaçada, de acordo com Pêcheux ([1975] 2009), com a de ideologia, e é um lugar de articulação entre língua e discurso. Já Foucault ([1969] 2009) considera as condições discursivas e históricas na constituição de uma FD. De acordo com Pêcheux ([1975] 2009), a FD envolve dois tipos de funcionamento: o da paráfrase e do pré-construído. Posteriormente, Orlandi (1984) acrescentou o da polissemia. No caso da paráfrase, ela é um sistema que se mantém e se dá na semântica e na sintaxe. Ela significa-se através da repetição, da regularidade. Segundo Orlandi (2015, p. 34), "a paráfrase está do lado da regularização." Ainda segundo a autora,

> Os processos parafrásticos são aqueles pelos quais em todo dizer há sempre algo que se mantém [...] A paráfrase representa assim o retorno aos mesmos espaços do dizer. Produzem-se diferentes formulações do mesmo dizer sedimentado. (ORLANDI, 2015, p. 34)

Já a polissemia "está do lado do deslocamento, da ruptura de processos de significação. Ela joga com o equívoco" (ORLANDI, 2015, p. 34). Assim, podemos considerar que a paráfrase trabalha com os vários sentidos do discurso. O sujeito ao produzir seu discurso vai significar-se na/pela paráfrase e pela polissemia "e é nesse jogo entre paráfrase e polissemia, entre o mesmo e o diferente, entre o já-dito e o a se dizer que os sujeitos e os sentidos se movimentam, fazem seus percursos, (se) significam" (*Ibidem*, 2015, p. 34). Desse modo, a paráfrase, do ponto de vista discursivo, é atravessada por uma ideologia, por uma história, e se inscreve, portanto, numa FI que, por sua vez, se inscreve em uma FD:

> A paráfrase discursiva é entendida, portanto, por um ponto de vista peculiar, que leva em conta o ideológico, não se restringindo ao nível estritamente linguístico. Toda paráfrase discursiva é, pois, determinada ideologicamente e historicamente, inscrevendo-se em dada FD. Quando observamos o funcionamento dessa noção, podemos dizer que há uma repetição com vistas à cristalização dos sentidos referentes a um discurso em específico, construindo um dado imaginário de sentido. (SERRANI, 1997 *apud* SCHNEIDERS, [2013] 2019, p. 1001)

A paráfrase e a polissemia, por sua vez, vão produzir o efeito metafórico. É importante ressaltar que a metáfora, no sentido discursivo, não é uma figura de linguagem, e, sim, uma produção de sentidos que são construídos a partir de rupturas e repetições (paráfrase e a polissemia). Dessa forma, o efeito metafórico é materializado no discurso através delas:

> Em princípio não há sentido sem metáfora. As palavras não têm, nessa perspectiva, um sentido próprio, preso a sua literalidade. Segundo Pêcheux (1975), o sentido é sempre uma palavra, uma outra expressão ou uma proposição por uma outra palavra, uma outra expressão ou proposição; e é por esse relacionamento, essa superposição, essa transferência (metaphora), que elementos significantes passam a se confrontar, de modo que se revestem de um sentido. Ainda segundo esse autor, o sentido existe exclusivamente nas relações de metáfora (realizadas em efeitos de substituição, paráfrases, formação de sinônimos) das quais uma formação discursiva vem a ser o historicamente o lugar mais ou menos provisório. (ORLANDI, 2007a, p. 42)

Já o pré-construído refere-se ao que é evidente ao que é possível "ver" (grifo nosso) em uma determinada situação. É como se esse pré-construído "já estivesse" (grifo nosso) na superfície do discurso e se constituísse na FD. Essa evidência do sentido, segundo Orlandi (2015, p. 43), é um efeito ideológico, que não permite que os sujeitos percebam a construção da historicidade no discurso. Assim, "[...] o sujeito se constitui por uma interpelação - que se dá ideologicamente pela sua inscrição em uma FD [...]" (*Ibidem*, 2015, p. 43).

Nesse quadro teórico, como se percebe, a noção de sujeito também é convocada para formular a noção de formação discursiva. Nesse contexto, em que cada palavra assume uma filiação ideológica inserida em uma FD, é que se percebe a materialização discursiva de ideologias marcadas por um contexto sócio-histórico tanto do ESP quanto do PCESP e as posições assumidas por esses grupos.

Segundo Pêcheux ([1975] 2009), "os indivíduos são 'interpelados' em sujeitos de seu discurso, pelas formações discursivas que representam 'na linguagem' as formações ideológicas que lhes são correspondentes" (*Ibidem*, [1975] 2009, p. 161). O autor ainda afirma que "a interpelação do indivíduo em sujeito de seu discurso se efetua pela identificação (do sujeito) com a formação discursiva que o domina (isto é, na qual ele é constituído como sujeito)" (*Ibidem*, [1975] 2009, p. 163). E, mais adiante, acrescenta que tal identificação ocorre pelo viés da forma-sujeito (*Ibidem*, [1975] 2009, p. 167). A formação discursiva, desse modo, é o próprio lugar onde o sentido se constitui e também onde se pode identificar o sujeito.

Vista desse modo, a FD pode ser entendida como o que pode e deve ser dito pelo sujeito: ela tem seus saberes regulados pela forma-sujeito e se apresenta dotada de unicidade, sobretudo pela "tomada de posição" (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 171), cujo funcionamento é explicado da seguinte maneira:

> a tomada de posição resulta de um retorno do ‘Sujeito’ no sujeito, de modo que a não-coincidência subjetiva que caracteriza a dualidade sujeito/objeto, pela qual o sujeito se separa daquilo de que ele ‘toma consciência’ e a propósito do que ele toma posição, é fundamentalmente homogênea à coincidência-reconhecimento pela qual o sujeito se identifica consigo mesmo, com seus ‘semelhantes’ e com o ‘Sujeito’. O ‘desdobramento’ do sujeito - como ‘tomada de consciência” de seus ‘objetos’ - é uma reduplicação da identificação. (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 172)

Segundo Orlandi ([2007] 2020, s. p.), portanto,

> a formação discursiva representa o lugar de constituição do sentido e de identificação do sujeito. Nela o sujeito adquire identidade e o sentido adquire unidade e especificidade. Essa articulação entre um fora e um dentro são efeitos do próprio processo de interpelação. A ordem da língua e a da história, em sua articulação e funcionamento, constitui a ordem do discurso. Então é nas entrelinhas, nos interdiscursos (memória) 42, nos desvãos entre o dito e o não-dito que se encontra a formação discursiva.

Pêcheux se apropria da noção de formação discursiva e a ressignifica no campo da AD. Para o autor, o sujeito é o resultado da relação existente entre história e ideologia. O sujeito, como tal, é constituído em uma formação discursiva, na qual ele se inscreve. Inscrição esta que define a significação do discurso. A origem do sentido do discurso, assim, se encontra na relação com o outro, de modo que o sujeito não é, ele mesmo, a origem do sentido, estando condenado a significar, sendo atravessado pela incompletude. Nessa perspectiva, o sentido do discurso resulta de sua inscrição em uma FD, já que uma mesma palavra varia de uma FD para outra (cf. BRASIL, [2011] 2020, p. 174).

Orlandi (2007a) nos deslinda que o sentido das palavras é marcado ideologicamente, dependendo da posição que elas ocupam:

> O sentido não existe em si mesmo, mas é determinado pelas posições ideológicas colocadas em jogo no processo sócio-histórico em que as palavras são produzidas. As palavras mudam de sentido segundo as posições daqueles que as empregam. Elas “tiram” seu sentido dessas posições, isto é, em relação às formas ideológicas nas quais essas posições se inscrevem. (ORLANDI, 2007a, p. 42-43)

A partir de uma FI dada, permitida socialmente, o sujeito produz uma FD. Uma mesma palavra ou expressão pode mudar de sentido dependendo da FI na qual ela se inscreve, produzindo, assim, uma FD diferente.

Os sujeitos-falantes em suas FDs apresentam FIs. Dependendo da posição ideológica, no discurso, uma mesma palavra pode apresentar sentidos diferentes. Ainda segundo Pêcheux (1997) *apud* Orlandi (2005),

[42] Interdiscurso (memória): a noção será ampliado mais adiante.

> uma palavra, uma expressão ou uma proposição não tem um sentido que lhe seria "próprio", vinculado a sua literalidade. Ao contrário, seu sentido se constitui em cada formação discursiva, nas relações que tais palavras, expressões ou proposições mantêm com outras palavras, expressões ou proposições da mesma formação discursiva. De modo correlato, se se admite que as mesmas palavras, expressões e proposições mudam de sentido ao passar de uma formação discursiva a uma outra, é necessário também admitir que palavras, expressões e proposições literalmente diferentes podem, no interior de uma formação discursiva dada, "ter o mesmo sentido", o que- se estamos sendo bem compreendidos- representa, na verdade, a condição para que cada elemento (palavra, expressão ou proposição) seja dotado de sentido. A partir de então, a expressão processo discursivo passa a designar o sistema de relações de substituição, paráfrases, sinonímias etc., que funcionam entre elementos linguísticos- "significantes"- em uma formação discursiva dada. (PÊCHEUX, 1997 *apud* ORLANDI, 2005, p. 147-148)

Logo, as palavras e expressões em si mesmas não têm um sentido próprio, já que ele muda de acordo com a FD em que se encontram. Pode-se afirmar também que palavras e expressões diferentes podem assumir o mesmo sentido, dependendo da FD em que elas estão inseridas. Assim, esse discurso é proferido por um sujeito que é o executor do discurso.

Para Pêcheux; Fuchs (1990), a noção de sujeito é determinada pela posição, pelo lugar de onde se fala. Esse sujeito é assujeitado/interpelado pela história, e esse processo ocorrerá dentro de uma FD. Assim, o assujeitamento seria o efeito do lugar no qual o sujeito se acha inscrito e a situação em si, na qual é revelada uma discrepância entre o imaginário e o real. Isso implica dizer que os sentidos são definidos ideologicamente, pois a ideologia determina as relações interdiscursivas presentes no dizer do sujeito. Dessa forma, os sentidos do discurso não estão predeterminados na língua, mas se acham constituídos nas/pelas formações discursivas. De acordo com Moreira (2009),

> O sujeito do discurso, assim, inscrito na linguagem, está atravessado pelas posições de onde fala, suscitando ou suscitado pelas relações de poder. Para a Análise do Discurso, o sujeito não tem total controle sobre os sentidos, e os sentidos não estão nas palavras e na simples relação entre elas. (MOREIRA, 2007, p. 11)

O sujeito do discurso é interpelado pelo histórico, pelo social e pela ideologia. Ele não pode controlar os sentidos, pois estes não estão simplesmente nas palavras. No entanto, de acordo Foucault ([1975] 2014), o sujeito tem a ilusão de controlar a origem de seu discurso, não se dando conta de que o determinante dos sentidos destes discursos é a história, que se manifesta através das diferentes formações discursivas. A FD do sujeito, então, está diretamente ligada ao seu contexto sócio-histórico, que é materializado no discurso.

A posição-sujeito (PÊCHEUX, [1975] 1997) caracteriza-se como um objeto imaginário que invade o espaço do sujeito no processo discursivo. Desse modo, o sujeito não é uno, já que se ajusta a diferentes posições-sujeito, que variam de acordo com as formações

discursivas e ideológicas em que o sujeito se inscreve. Em consequência disso, o discurso parece ser um "retorno do saber no pensamento que produz uma evocação sobre a qual se apoia a tomada de posição do sujeito" (PÊCHEUX, [1975] 2009, p. 113), e articula os enunciados, "incide, na verdade, sobre a passagem à discursividade, ao engendramento do texto" (*Ibidem*, [1975] 2009, p. 113).

Dessa forma, podemos afirmar que todo discurso tem um sujeito, que apresenta um discurso, que contém uma ideologia e que depende das condições sócio-históricas. Para Orlandi (2015, p. 28), essas condições de produção "compreendem fundamentalmente os sujeitos e a situação". De modo que esse sujeito do discurso depende das condições de produção desse dizer.

Orlandi (2015, p. 28-29) apresenta dois contextos em que essa produção ocorre: o contexto imediato e o contexto amplo. Para a autora, no imediato, temos as condições de produção ligadas às circunstâncias discursiva e, no amplo, inclui-se o contexto sócio-histórico-ideológico.

Assim, podemos afirmar que as condições de produção estão relacionadas aos sentidos que, por sua vez, estão onde são "colocados". É dessa maneira que o sentido emerge, como efeito de sentido entre interlocutores, dado que as condições de produção de um discurso sugerem referências "materiais (a língua e a história), institucionais (a formação social), e aspectos imaginários (as projeções de sentido realizadas pelo sujeito) condicionadoras dos sujeitos em seus discursos, para então buscar explicar a maneira como os sentidos estão sendo produzidos e auxiliar melhor na compreensão do que está sendo dito" (ORLANDI, 2005, p. 40).

Nessa condição de produção temos uma relação de forças. O lugar do qual o sujeito discursiviza é típico do que ele apresenta e, como exemplifica Orlandi (2015), no caso do professor, suas palavras significam de modo diferente do que significariam caso discursivizasse na posição de aluno. Percebe-se que o ESP assume um discurso enquanto "defensor de alunos e pais", enquanto o PCESP assume um outro discurso enquanto "defensor de alunos e professores". No entanto, mesmo que os dois grupos "defendam os alunos", seus discursos significam de modo diferente. Portanto, o ESP significa seu discurso assumindo uma posição diferente do PCESP, ou seja, de acordo com Orlandi (2015),

> [...] temos a chamada relação de forças. Segundo essa noção, podemos dizer que o lugar a partir do qual fala o sujeito é constitutivo do que ele diz. Assim, se o sujeito fala a partir do lugar de professor, suas palavras significam de modo diferente do que se falasse do lugar de aluno [...] Como nossa sociedade é constituída por relações hierarquizadas, são relações de força, sustentadas no poder desses diferentes lugares, que se fazem valer na "comunicação". A fala do professor vale (significa) mais que a do aluno. (ORLANDI, 2015, p. 37)

A autora ainda acrescenta que todo esse processo discursivo constitui as formações imaginárias: não se trata do professor em sua forma física, empírica, e, sim, dos imaginários construídos que resultam das projeções que fazemos acerca do papel do educador. Ressalte-se ainda que

> Em toda língua há regras de projeção que permitem ao sujeito passar da situação (empírica) para a posição (discursiva). O que significa no discurso são essas posições. E elas significam em relação ao contexto sócio-histórico e à memória (o saber discursivo, o já-dito). (ORLANDI, 2015, p. 38)

É sobre a memória e suas relações discursivas que trataremos a seguir.

2.3 Memória, Esquecimento, Silenciamento e *Evidenciamento*

Conforme explicitado anteriormente, o sujeito, dependente da condição de produção, atravessado pela relação de forças, produz um discurso que está ligado a uma memória. De acordo com Orlandi (2007a, p. 31), a memória, em relação ao discurso, é tratada como interdiscurso. Este pode ser conceituado como aquilo que já foi dito, como sentidos discursivizados antes, em outro lugar. O interdiscurso passa a ser definido também como memória discursiva, que, de acordo com Orlandi (2007a), "o saber discursivo que torna possível todo dizer e que retorna sob a forma do pré-construído, o já dito que está na base do dizível, sustentando cada tomada de palavras" (ORLANDI, 2007a, p. 31). E, ainda de acordo com Orlandi (2007a, p. 34), é importante considerar que essa prática discursiva deve considerar o que é dito em um discurso de um modo e o que é dito de outro modo. É relevante também considerar aquilo que se deixa de dizer, procurando observar o não dito.

Se o discurso é heterogêneo, múltiplo, aberto a outros discursos que o circundam e/ou o constituem, há uma memória do dizer (dado por uma espécie de conjunto de discursos anteriores) que autoriza ou não a produção de certos discursos e a possibilidade de que eles sejam reatualizados, relacionando aquilo que foi dito antes com uma situação atual. Essa reatualização se dá em razão de outras circunstâncias discursivas que se valem dos pré-construídos.

Pêcheux ([1975] 2009, p. 151) designa de pré-construído "o que corresponde ao sempre-já-aí da interpelação ideológica que fornece-impõe 'a realidade' e seu 'sentido' sob a forma da universalidade (o 'mundo das coisas')". O pré-construído é, então, a própria memória do discurso, os outros discursos chamados para compor a FD. Nessa perspectiva, de acordo com Pêcheux (1999, p. 57), a memória torna-se "um espaço móvel de divisões, de disjunções, de deslocamentos e de retomadas, de conflitos de regularização. Um espaço de desdobramentos, réplica, polêmicas e contra-discursos". O que nos possibilita vislumbrar a possibilidade de o sujeito agir nesse espaço e não apenas ser dominado pelas sobredeterminações do discurso e pela ideologia. Existe uma contraidentificação desses discursos, uma resistência.

A acepção de imposição da realidade pela interpelação ideológica, mencionada por Pêcheux ([1975] 2009, p. 151), demanda que se mobilize, além da noção de memória discursiva, abordada anteriormente, a noção de FD. A FD, nessa perspectiva, abarca todos os discursos já ditos e esquecidos, presentificados, transformados e reatualizados, segundo as redes de memória a que esses se filiam. De acordo com Pêcheux (1999, p. 52), "face a um texto que surge como acontecimento a ler, [a FD] vem estabelecer os 'implícitos' (quer dizer, mais tecnicamente, os pré-construídos, elementos citados e relatados, discursos transversos, etc) de que sua leitura necessita" (grifo do autor). Assim, os já ditos (pré-construídos) constituem um aparato de memória necessário à própria inteligilidade do discurso.

Nas FDs, segundo Pêcheux ([1975] 2009), o sujeito se identifica ou se contraidentifica, instaurando a resistência e a crítica. No entanto, uma não funciona isolada da outra: ao contrário, se cruzam, se reforçam ou se compensam, formando o que Pêcheux ([1975] 2009) chama de redes de memória, "dando lugar a filiações identificadoras" (Pêcheux, [1975] 2009, p. 54).

O que se percebe é que tanto o ESP quanto o PCESP são sujeitos que, dependentes da condição de produção, apresentam uma memória discursiva que está ligada aos dizeres e saberes que fazem parte de um contexto marcado pela ideologia e pela história. Por sua vez, essa memória discursiva, segundo Orlandi (2015, p. 32), "é afetada pelo esquecimento". A memória é, então, constituída pelo esquecimento. Orlandi (2015) nos explica que, de acordo Pêcheux ([1975] 2009), temos duas formas de esquecimento: a de número dois e a de número um.

O esquecimento de número dois remete ao fato de acreditarmos que escolhemos as palavras, sendo, portanto, da ordem discursiva . Ainda segundo a autora, "ao falarmos, o fazemos de uma maneira e não de outra [...] Ao falarmos 'sem medo' poderíamos dizer 'com

coragem', ou livremente" (ORLANDI, 2015, p. 33). Assim, acreditamos que a escolha é nossa, que nós é que decidimos de que maneira falar. Desse modo,

> Pensamos que o que dizemos só pode ser dito com aquelas palavras e não outras, que só pode ser assim. Ela estabelece uma relação 'natural' entre palavra e coisa. Mas este esquecimento é parcial, semi-consciente e muitas vezes voltamos sobre ele [...]. (ORLANDI, 2015, p. 33)

O esquecimento de número um é da ordem do inconsciente e nos inscreve na língua e na história. Segundo Orlandi (2015, p. 33), esse esquecimento "é chamado de esquecimento ideológico: ele é da instância do inconsciente e resulta do modo pelo qual somos afetados pela ideologia". Esse esquecimento tem relação direta com nossa história e nossa língua. Acreditamos que nosso discurso é original, no entanto, "quando nascemos os discursos já estão em processo e nós é que entramos nesse processo" (ORLANDI, 2015, p. 33).

A memória e o esquecimento estão estritamente ligados e são muito importantes para nossos estudos, pois, ao analisarmos os discursos dos comentários e as postagens dos grupos do ESP e PCESP, é perceptível esse percurso entre a memória e o esquecimento. E muitas vezes, em função do esquecimento, produzimos o silêncio, que, por sua vez, relaciona-se com a censura.

Para Orlandi (2007b), o silêncio não é diretamente observável, entretanto ele não é vazio nem mesmo do ponto de vista da percepção: "nós o sentimos, ele está lá" (ORLANDI, 2007b, p. 45). E, para torná-lo visível, é preciso observá-lo indiretamente através de métodos (discursivos), históricos, críticos e des-construtivistas, pois sem teoria é impossível atingir o seu modo de existência e funcionamento na significação:

> Discursivamente, o sentido se faz em todas as direções. Conceitos discursivos como 'interdiscurso' (memória do dizer), ' intertexto' (relação entre textos), 'relação de sentidos', o atestam. A significação não se desenvolve sobre uma linha reta, mensurável, calculável, segmentável. Os sentidos são dispersos, eles se desenvolvem em todas as direções e se fazem por diferentes matérias, entre as quais se encontra o silêncio. A materialidade do sentido não é indiferente aos processos de significação e a seus efeitos: o silêncio significa de modo contínuo, absoluto, enquanto que a linguagem verbal significa por unidades discretas, formais. Eis uma diferença que é preciso não apagar. (ORLANDI, 2007b, p. 48)

Orlandi (2007b) apresenta o silêncio como sentido, história, como matéria significante. Não interessa o silêncio em sua qualidade física, pois ele é o que instala o limiar do sentido. O silêncio é condição de significação, resultando na incompletude constitutiva da

linguagem. Portanto, para explicar este sujeito constituído pela memória, pelo silêncio, as formações discursivas e ideológicas, Orlandi (2006) utiliza-se da noção de formações imaginárias. Pêcheux ([1975] 1997) afirma que os sujeitos que compõem o discurso, "não são, apenas, pessoas físicas, empíricas, são sujeitos marcados social, histórica e ideologicamente. Eles designam lugares determinados na estrutura de uma organização social" (PÊCHEUX, [1975] 1997, p. 82). Com base nisso, nota-se que o que determina a constituição do discurso é a antecipação imaginária dos lugares ocupados por cada sujeito, determinação que opera como controle do discurso.

Orlandi (2007b), em seus estudos pioneiros sobre o papel do silêncio no discurso, fornece também um outro e novo olhar sobre a linguagem e o sentido através da consideração de que o silêncio é a própria condição para produção de sentido. A autora aborda pelo menos três aspectos: o silêncio fundador, "aquele que existe nas palavras, que significa o não-dito e que dá espaço de recuo significante, produzindo as condições para significar" (*Ibidem*, 2007b, p. 24), a política do silêncio, que se divide em dois tipos de silêncio, que incluem a censura, e, por último, silêncio e resistência, em que se analisa(m) o(s) mecanismo(s) usado(s) por vozes sociais, reprimidas por uma ideologia dominante, que buscam significar em silêncio. Portanto, a comunicação se faz também pelo silêncio. E por essa via, pelos limites de uma FD, assujeitada por uma ideologia, a comunicação só cruza seus limites pelo silêncio, como explanaremos a seguir.

O silêncio fundador produz significado e sentido. É o "lugar que permite a linguagem significar" (ORLANDI, 2007b, p. 68). No sentido discursivo, o silêncio não é o não-dito, o não-dizer, não é a ausência do dizer, e, sim, "o que há entre as palavras" (BUSSET, 1984 *apud* ORLANDI, 2007b, p. 68). Esse silêncio vai produzir seu próprio sentido, o fato de dizer de uma forma e não de outra, ou seja, o "apagamento" desse dizer tem um significado que nos indica um sentido. Podemos exemplificar com uma análise apresentada por Orlandi (2015) em um *campus* universitário:

> Época de eleições no campus universitário. Logo na entrada, vê-se uma grande faixa preta com o seguinte enunciado em largas letras brancas: *"vote sem medo!"*, seguido de uma explicação sobre o fato de que os votos não seriam identificados. Logo abaixo, o nome de entidade de representação de funcionários e professores. (ORLANDI, 2015, p. 27, grifo da autora)

O fato de escreverem *"vote sem medo"* ao invés de *"vote com coragem*" (ORLANDI, 2015) indica um sentido, que está ligado a uma memória, a uma história, a uma condição de produção:

> Resta dizer que, explicitamente, as posições em jogo nas eleições universitárias eram elas todas de esquerda, como convém. Desse modo, ao fazermos essa "leitura" que estamos propondo, estamos procurando ir além do que se diz, do que fica na superfície das evidências. Ou seja: todo mundo é de esquerda, mas o que a mobilização dessas ou daquelas palavras pode mostrar além das aparências? Para se perceber isso, basta que produzamos uma paráfrase 3 dessa faixa. Seria então uma faixa branca escrita em vermelho: *"vote com coragem"*. Nesse outro modo de dizer, outras palavras e outras cores seriam mobilizadas produzindo outros efeitos de sentidos. A cor vermelha está ligada historicamente a posições revolucionárias, transformadoras. Sobre fundo branco, as palavras "com coragem" fazem apelo à vida, ao futuro, à disposição de luta. (ORLANDI, 2015, p. 27, grifos da autora)

Já a política do silêncio, o silenciamento, é apontada por Orlandi (2007b) segundo duas modalidades: o silêncio constitutivo e o silêncio local, a censura. O silêncio constitutivo, como nos explica Orlandi (2007b), é aquele que para dizer é preciso que não se diga. Nesse caso, uma palavra apaga as outras. Segundo a autora "aí entra toda a questão do 'tomar' a palavra, 'tirar' palavra, obrigar a dizer, fazer calar, silenciar" (*Ibidem,* 2007b, p. 29). E esse percurso do silêncio constitutivo, o silenciamento, apresenta-se em um "jogo" de poder, no qual temos o opressor e a resistência. Essa ideia nos parece bastante visível ao analisarmos o discurso do ESP e o PCESP, uma vez que o ESP é apresentado pelo PCESP como opressor, e este como movimento de resistência contra o ESP. Conforme nos apresenta o Penna ([2016] 2020b),

> A escola democrática encontra-se sob múltiplos ataques. Um dos mais graves é o Programa Escola Sem Partido, que o PL 867/2015 pretende incluir entre a Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este projeto sintetiza as propostas do movimento homônimo, que defende que professores não são educadores, mas apenas instrutores que devem limitar-se a transmitir a "matéria objeto da disciplina" sem discutir valores e a realidade do aluno [...]
> [...] Os criadores do Programa Escola Sem Partido insistem que o projeto de lei apenas garante direitos constitucionais já estabelecidos e sua única inovação seria a proposta da afixação de um cartaz com os "deveres do professor" em todas as salas de aula das escolas brasileiras [...].
> [...] Nos opomos veementemente a esta tentativa de excluir todos dispositivos constitucionais que garantem as atribuições do professor em sala de aula e, mais do que isso, retirar dos docentes seu direito constitucional à liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional [...]. (PENNA, [2016] 2020b)

Quanto ao silêncio local, ou censura, conforme anteriormente mencionado, é bom ressaltar que, como afirma Moreira (2009, p. 21- 22) "a censura não pode ser reduzida ao silêncio", já que o constitui. A autora ainda acrescenta que "mas se a censura impede que o sujeito ocupe certas posições no discurso, ela sempre traz no espaço do seu funcionamento a resistência, o auto sentido, censura e resistência [...]" (*Ibidem*, 2009, p. 22). A censura, então, é composta pelo silêncio, mas isso não significa que ela não encontre resistência. Ela tenta

inibir, silenciar os sentidos, impedir que estes ganhem força, relevância social, histórica, como nos apresenta Orlandi (1995) *apud* Moreira (2009):

> a censura é um processo que não trabalha apenas entre o dizer e o não dizer mas aquela que impede o sujeito de trabalhar o movimento de sua identidade e elaborar a sua história de sentidos, a censura é então entendida como o processo pelo que se procura não deixar o silêncio ser elaborado historicamente para ele não adquirir força identitária, realidade social etc. Isto só pode ser apreciado pensando a relação com o silêncio. (ORLANDI, 1995, p. 175 *apud* MOREIRA, 2009, p. 22)

A censura é associada historicamente a um contexto de ditadura ou a outros tipos de regimes autoritários, o que traz uma grande dificuldade em identificar esse tipo de silenciamento (MOREIRA, 2018) e, mais ainda, de associá-lo a um contexto de política democrática, no qual acreditamos "poder dizer tudo" (grifo nosso). Nas redes sociais também existe essa forma de silenciamento, contrariando a ideia de que essas redes são um lugar "livre" para publicação, portanto, "sem censura". O ESP e PCESP usam o *Facebook* para divulgar seus discursos, e seus usuários postam comentários nos dando a impressão de exercerem com propriedade uma liberdade de expressão através do discurso. O que nos indica a importância de se investigar até que ponto esse lugar de "livre acesso para publicação e postagens" é censurado ou não. Afinal, como afirma Moreira (2018, p. 848), "enquanto houver a possibilidade da palavra ou o espaço do silêncio significante, há de se atentar para a presença mais ou menos incisiva da censura". Portanto, sendo o *Facebook* um espaço do dizer, essa rede também está sujeita ao silêncio local, a censura.

Ademais, não podemos ignorar que nossa discussão central tem como objeto também a ideologia, que é apresentada de forma diferente pelos dois grupos, ESP e PCESP. Também há uma disputa de "espaço discursivo" para sustentar seus pontos de vista. O que nos remete a questões políticas, educacionais e sociais que estão interpeladas por uma história, uma memória. Portanto, para que haja um silenciamento de um e/ou de outro, muitas vezes, é possível que se faça valer a censura, como nos informa Moreira (2009):

> Há uma ordem ideológica geral que produz a censura, estruturando-a e instituindo-a. [...] essa parte invariante da censura deixa marcas no discurso ao atuar sobre ele, mas principalmente, que ela poderia os apontar uma investida de poder que pretende apagar os sentidos da história, forjá-la e controlar os sujeitos através do discurso. (MOREIRA, 2009, p. 18)

Por sua vez, segundo Moreira (2009), a censura produz um processo censório, que são saberes que perpassam o discurso da/na/sobre censura, ou conforme as palavras do autor, o "processo censório produz saberes que se inscrevem no discurso da e sobre a censura"

(*Ibidem*, p. 16). Ainda de acordo com a autora, o primado de toda ou qualquer censura é o processo censório, que se constitui do controle. Esse controle atua sobre as condições de dizer e não-dizer buscando silenciar, *evidenciar* e produzir dizeres. Ao se investigar as normas que presidem a construção do discurso, devem-se analisar as marcas que, materializadas nele, produzem significados na sua relação com "os aspectos históricos e ideológicos, e quanto às condições de produção dos discursos em torno da censura" (*Ibidem*, 2009, p. 17). Buscar essas marcas discursivas colabora para que se possam compreender os sentidos sobre produção e circulação de imaginários construídos pelo julgamento e censura na sociedade sobre o papel do professor apresentados tanto pelo ESP quanto pelo PCESP.

Também podemos afirmar que gestos censórios são práticas de censura, que "falam" antes do discurso, que estão ligadas a uma memória discursiva e que dependem de algumas condições, como nos informa Moreira (2009):

> [...] os saberes censórios produzidos sob certas condições e circunstâncias. Estes saberes a serem investigados estão inscritos em uma memória discursiva, constituída em arquivos de censura.
> [...] esses saberes vão sendo disponibilizados na memória discursiva, de diferentes- no espaço e no tempo- arquivos de censura, mas em certas condições, capazes de produzir práticas censórias similares. (MOREIRA, 2009, p. 19, 13)

A censura e os gestos censórios nos ajudam a pensar sobre as formas de controle, as disputas de forças, as manifestações de resistência dentro do contexto tanto do ESP quanto do PCESP. O que se percebe é que existe uma relação, uma linha tênue, entre a memória, o esquecimento, o silenciamento, a censura, a ideologia, que se materializam no/pelo discurso do *Facebook*, que funciona como espaço do dizer. No entanto, isso não significa que não haja conflito, resistência entre essas noções. Assim, para Moreira (2009),

> A relação entre memória e esquecimento não deixa de ser tensa- há luta – e acreditamos que as outras relações nela se fundam/se fundem: censura e resistência, dizer e não dizer, silenciamento e *evidenciamento*. (MOREIRA, 2009, p. 135)

Ainda segundo Moreira (2009, p. 21), quando a censura impedir o sujeito de agir ou ocupar o lugar que lhe cabe no discurso, ela usualmente encontra a resistência como forma de oposição. As duas "trabalham na mesma região de sentidos" (*Ibidem*, 2009, p. 21).

Por sua vez, a abordagem da noção de silêncio é fundamental à nossa pesquisa, pois, como nos mostra Orlandi (2007b), ele é constitutivo e fundador. Quando dizemos algo, outros dizeres são silenciados, e esses dizeres silenciados estão ligados a uma memória, a uma história. Portanto, precisamos analisar os silêncios que perpassam o discurso apresentado nos

comentários e *posts* do ESP e PCESP em busca desse dizer, que é dito, mas, em seguida, silenciado e, muitas vezes, censurado, para tentarmos compreender esse atravessamento entre silêncio, discurso, memória e história. Porém, tomar o silêncio como objeto de estudo não é tarefa fácil. Apreender sua opacidade e seu trabalho no processo de significação traz a responsabilidade de nos colocarmos entre o dizível e o indizível, entre o dito e o não-dito. Nesse sentido, Orlandi (2007b) acredita que o mais importante é compreender que:

> Há um modo de estar em silêncio que corresponde a um modo de estar no sentido e, de certa maneira, as próprias palavras transpiram silêncio. Há silêncio nas palavras; o estudo do silenciamento nos mostra que há um processo de produção de sentidos silenciados que nos faz entender uma dimensão do não-dito absolutamente distinta da que se tem estudado sob a rubrica do 'implícito". (ORLANDI, 2007b, p. 11-12)

Moreira (2007; 2009) analisou o *evidenciamento* enquanto mecanismo de controle, afirmando que tão significativo quanto silenciar, proibir e apagar, é *evidenciar*, colocar sentidos em evidência. De acordo com a autora (idem), não se trata apenas do funcionamento enquanto efeito do silenciamento (Orlandi, 2008), no qual, de um lado, o sentido excluído promove um silenciamento, e de outro, ao ser silenciado, outros sentidos determinados são evidenciados. De acordo com Moreira (2020):

> O *evidenciamento* é uma operação na ordem do discurso que atua sobre o batimento entre opacidade e produção de evidências, buscando desconstruir sentidos antagônicos já estabilizados ou ressignificá-los. Nas relações de força travadas na história, os processos discursivos materializam, no fio do discurso (Pêcheux, 1975[1988]), as disputas/divisão pelos sentidos. Neles, *evidenciar* significa colocar em circulação dizeres/sentidos em '*relação a*' outros já-ditos, buscando '*resistir a*' essa memória que fala antes. Desse modo, o *evidenciamento*, enquanto mecanismo de c*olocar em evidência* um sentido *outro/antagônico*, aciona, no interdiscurso, uma memória do dizer/já-ditos. O que está sempre em jogo é um mecanismo discursivo de 'evidenciar *para* exclui/apagar', produzindo efeitos na ordem do discurso e na memória do dizer (MOREIRA, 2020, grifos da autrora).[43]

Nesse sentido, o discurso do PCESP se inscreve nesse funcionamento do *evidenciamento,* uma vez que busca resistir, desconstruir os sentidos propostos pelo ESP, desopacizando os discursos apresentados pelo grupo opositor. Esse *evidenciamento* traz a memória sentidos que foram silenciados. Como ESP e PCESP são constituídos de discursos antagônicos, essa noção é fundamental para nossa pesquisa e gera também uma resistência.

[43] NOTA: Moreira (2007; 2009; 2018) propôs e vem trabalhando na noção de *evidenciamento*. A noção provisória aqui apresentada, enviado pela referida autora, será publicado em artigo (no prelo) no ano corrente.

De acordo com Pêcheux (2009), a noção de resistência não significa necessariamente um movimento de um grupo em relação a um grupo contrário. Ela pode ser entendida como um efeito de sentido, ou seja, a resistência é dada por um posicionamento discursivo do sujeito. Desse modo, como nos diz Orlandi (1999), a resistência pode implicar em "conflitos de sentidos" (ORLANDI, 1999, p. 9).

A origem desse processo de resistência se encontraria na própria interpelação ideológica do sujeito. Pêcheux (2009) postula que o ato falho e a contradição seriam traços de uma revolta e/ou de uma resistência do sujeito em relação aos sentidos (PÊCHEUX, 2009, p. 278). Assim, Orlandi ([2012] 2020, p. 213) também nos mostra que "nos processos discursivos há sempre 'furos', falhas, incompletudes, apagamentos e isto nos serve de indícios/vestígios para compreender os pontos de resistência".

Dessa maneira, a própria interpelação ideológica já seria uma forma de resistência: assumindo uma FD, o sujeito resiste a outras (PÊCHEUX, 1990). A resistência, assim, se dá através das falhas no rito de interpelação ideológica. Nisso, um exemplo dessa resistência se daria através, por exemplo, de: "falar quando se exige silêncio; (...) mudar, desviar, alterar o sentido das palavras e das frases; tomar enunciados ao pé da letra" (PÊCHEUX, 1990, p. 17).

Abordaremos agora a noção de interpretação, que é também um aspecto fundamental para nossa pesquisa, uma vez que perpassa toda teoria. Como já mencionamos, o sujeito é interpelado pela ideologia, pela memória e pela história. Inserido e constituído em um espaço, um lugar, um tempo e, na relação com o discurso do outro, todos essas noções são mobilizados, inclusive quando há o silêncio, a censura e a resistência. Nesse processo o discurso é fundamental para a "interpretação dos fatos" (grifo nosso) para a construção do significado da interpretação que, por sua vez, está ligado à língua, à história, à memória e à ideologia.

A interpretação, nesse caso, não é a simples decodificação de um fato, um dizer. Para Pêcheux ([1975] 2009), ela não é o ato de explicar ou esclarecer algo, e, sim, de entender o sentido produzido discursivamente. Para o autor, ela é um gesto, um ato no nível simbólico. É o lugar no qual a ideologia se manifesta e se materializa na história.

Orlandi (1996) ressalta que a interpretação é um gesto fundamental que une a língua e a história, contribuindo na produção de sentidos. A autora também ressalta que o processo de interpretação é derivado da relação com a memória. É nesse espaço que o autor – inserido com seu gesto- se constitui e é constituído como tal, que emana a sua relação com a memória discursiva. Para a autora, "o autor é carregado pela força da materialidade do texto, cujo gesto de interpretação é historicamente determinado pelo interdiscurso" (*Ibidem*, 1996, p.

15). Podemos afirmar então que o gesto de interpretação vai depender da memória e, por essa via, do interdiscurso. Portanto, a interpretação não se limita ao trabalho com a língua, já que aquela considera toda relação simbólica que perpassa esse processo de produção de sentidos.

Isso posto, o que se busca nesse trabalho é interpretar esses discursos, considerando todos os aspectos que não estão explícitos neles: o simbólico, o ideológico, o sócio-histórico.

Agora trataremos de mais uma noção de nossa pesquisa: a de acontecimento discursivo. Pêcheux, em sua *obra O Discurso: Estrutura ou Acontecimento* (2006, p. 19) pontua o acontecimento discursivo como "o fato novo [...], as primeiras declarações, em seu contexto de atualidade no espaço de memória que ele convoca e que já começa a reorganizar". Ou seja, é uma relação entre o novo e o interdiscurso (a memória).

Essa relação produz uma ruptura com a conjuntura atual e com a memória, e, assim, passa a ser ressignificada, reorganizada, produzindo novos sentidos. De acordo com Orlandi (1996, p. 92-93), "cada acontecimento discurso é inédito e o retorno da memória não é simples reprodução". Portanto, a partir de uma reorganização da memória, produzimos uma nova FD. De acordo com Moreira (2009),

> o acontecimento discursivo surge como renovação de novos dizeres, e estes, como estamos compreendendo, são constitutivos da mesma rede de memória que as normas censórias, embora não necessariamente se inscrevam em uma mesma FD (MOREIRA, 2009, p. 142)

Considerando os dizeres dos autores supracitados, pretendemos ao longo de nosso trabalho retomar a questão do acontecimento discursivo, com o intuito de esclarecer o papel do PCESP e do ESP nessa rede discursiva que perpassa a história, a memória, os já-ditos. Mas também consideramos importante, neste capítulo destinado à explanação teórica, abordar o discurso fundador, posto que ele se faz presente naqueles discursos que constituem nosso *corpus*. Assim, apresentamos na seção seguinte uma explanação teórica sobre o discurso fundador, o que pode ser considerado essencial para melhor compreendermos as formações ideológicas e discursivas que compõem os movimentos ESP e PCESP.

2.4 O discurso fundador e o discurso do ESP e PCESP

O discurso do ESP, tal como pode ser depreendido**,** se coloca como uma palavra de ordem, uma espécie de uma convocatória frente a um novo contexto contra o qual é

necessário se mobilizar para o benefício maior de um bem comum, no caso, a educação livre de uma suposta "doutrinação ideológica" (SALLES, 2017, p. 1) movida por professores em relação a seus alunos. Esse mesmo discurso, o ESP, se coloca como discurso fundador de outros discursos que podem ser de setores e/ou movimentos diversos que sustentam discussões contra o ESP, ou se colocam como alinhados a ele. Na relação que se estabelece entre esses dois movimentos antagônicos, temos o ESP como um discurso fundador e o PCESP como um discurso fundador a partir do ESP. O PCESP, portanto, é um discurso contrário, um discurso de resistência que refuta as posições do ESP, considerado "uma ameaça à educação e à sociedade brasileira" (PENNA, 2017, p. 35), segundo informa Penna (2017, p. 35) já no título de seu artigo.

O discurso do ESP se coloca como discurso autofundante que se autoinaugura e que, de certo modo, apaga sua base constituinte, estabelecendo-se como a instauração de um novo contexto de problemáticas. O efeito de sentido instaurado pelo ESP, em princípio, é o de uma nova reflexão sobre a qual a sociedade deve ser alertada. Já o PCESP, que se coloca como uma nova resistência frente a um novo processo de coerção social a ser enfrentado, que parece resistir a um discurso cujos já-ditos devem ser desconstruídos (ESP). Fato é que o discurso se autolegitima, tendo em outros discursos, como o do Imil as condições de produção necessárias, pelo interdiscurso, a sua eclosão e a sua legitimação. Nesse âmbito, uma questão crucial para compreendermos o discurso do ESP é sua relação com os discursos que formam suas condições de produção. E para entendermos a relação do PCESP com o ESP, observamos a relação daquele com este que veio a constituí-lo.

Essa relação entre discurso fundador (ESP) e discurso fundado (PCESP) se dá através de uma memória interdiscursiva e se realça mais quando levamos em conta a noção de discurso fundador, tomado aqui segundo o trabalho de Orlandi (2003). Em seguida faremos uma abordagem do discurso desses dois grupos.

2.4.1 A noção de discurso fundador

A noção de discurso fundador, abordada por Orlandi (2003), não têm um fim em si mesmo. Esse(s) discurso(s) subsistem em uma espécie de limbo da significação ganhando repercussão apenas quando vêm a constituir um discurso filiado, que ressignifica esse discurso fundador. Tem-se então o efeito de eclosão de um discurso novo, embora seu cerne seja um discurso anterior, que cabe a esse "novo discurso" (grifo nosso) apagar tacitamente.

A esse respeito, uma questão interessante colocada por Orlandi (2003, p. 11) é "como do sem-sentido se faz sentido e irrompe o sentido novo?". O discurso "fundador", conforme a nomenclatura trazida por Orlandi (2003), estabelece uma ressignificação do dizer dentro de um outro contexto dado pelo acontecimento discursivo que promove: "a. apagamento por uma memória já estabelecida dos sentidos (o já-dito), b. a resistência ao apagamento e a consequente produção de outros sentidos; e c. o retorno do recalque (ou seja, do que foi excluído pelo apagamento) sobre o mesmo deslocando-o" (*Ibidem*, 2003, p. 11).

Nota-se então que a eclosão de um discurso por via de uma relação com um discurso fundador se dá de maneira conflituosa em uma espécie de tentativa de negação do discurso que lhe deu origem e que, desse modo, lhe tiraria o estatuto de originalidade. Entretanto, esse discurso fundador retorna na forma de certos deslocamentos de sentido. Para Orlandi (2003), o discurso fundador tende a ser justamente "apagado" (grifo nosso) pelo acontecimento do discurso.

De acordo com Orlandi (2003), esse(s) discurso(s), considerado(s) fundador(es), constroem um imaginário social que "fundam sentidos onde outros sentidos já se instalaram" (ORLANDI, 2003, p. 13). Dessa maneira, podemos dizer que o discurso, ao se constituir a partir de outros dos quais se apropria, apaga essa memória, que ainda assim resiste, para construir outros sentidos. Esses sentidos então construídos, por sua vez, convivem com uma espécie de "persistência" (grifo nosso) do sentido antigo.

Ainda segundo Orlandi (2003, p. 13), uma das características do discurso fundador é que ele cria uma "relação particular com a filiação. Cria tradição de sentidos projetando-se para frente e para trás trazendo o novo para o efeito de permanente". O discurso fundador, então, conforme a autora, criaria uma tradição de sentidos que se encontra justificada em outros discursos anteriores e também se projetaria em uma manutenção desse mesmo sentido em discursos que virão. O que "produz desse modo o efeito do familiar, do evidente, do que só pode ser assim" (*Ibidem*, 2003, p. 13-14), responsável pelo efeito construído a partir dessa fundação discursiva de que o sentido é permanente, que é anterior e posterior ao próprio discurso, estando presente "desde sempre" (grifo nosso).

Esse processo se dá em uma relação com a historicidade dos processos discursivos: no caso, segundo Orlandi (2003, p. 23), alguns processos discursivos vão se constituindo em relação aos outros. Assim, o que define o discurso fundador é sua relação histórica com outros discursos, estabelecendo uma "ruptura que cria uma filiação de memória, com uma tradição de sentidos" (*Ibidem*, 2003, p. 24) que "estabelece um novo sítio de significância" (*Ibidem*, 2003, p. 24).

Acrescente-se também que o processo discursivo está relacionado com uma situação histórica. É o que nos informa Guimarães (2003, p. 30), segundo o qual, os discursos remetem a situações históricas específicas relacionadas ao próprio processo no qual se deu. Isso acontece porque o discurso não é apenas um evento deslocado e/ou descolado de uma dada conjuntura, ele é histórico (*Ibidem*, 2003, p. 27), não apenas situando-se num tempo e numa conjuntura, mas numa relação com outros processos e, por essa via, com o(s) interdiscurso(s).

Orlandi (2003) assim como Guimarães (2003) afirma que a historicidade tem um papel importante na constituição do sentido dado pelo discurso fundador. Acrescente-se também que Guimarães (2003) aponta o papel essencial da semântica nas palavras usadas no(s) discurso(s) fundador (es) em questão. No capítulo 04, faremos uma análise da relação entre o ESP e PCESP a partir da noção de discurso fundador.

2.4.2 A constituição do(s) discurso(s) fundador(es) do ESP e PCESP

Ao refletirmos sobre a relação entre o ESP e o PCESP através da noção de discurso fundador, a nossa busca principal é sobre quais discursos fundadores constituem o ESP e o PCESP e quais os efeitos de sentido de escola constituem o imaginário do discurso do ESP e do PCESP. Também é fundamental atentar para as condições de produção que possibilitaram esse processo.

Conforme se pode depreender nesta seção, é um auxílio precioso ao entendimento do discurso do ESP e do PCESP identificar como eles se relacionam por via da noção de discurso fundador e de suas condições de produção, recorrendo à terminologia de Orlandi (2003). Vale ressaltar que esse é o início dessa discussão, que será ampliada no capítulo 4, quando analisaremos as marcas discursivas nos *posts* e comentários relacionados à questão do discurso fundador e das condições de produção.

2.4.3 Condições de produção do discurso do ESP

Para entender o papel fundador do discurso do ESP em relação ao movimento opositor - o PCESP -, é importante considerar que aquele é o primeiro grupo surgido no Brasil (já mencionamos que o ESP se inspirou em um grupo norte-americano *No Indoctrination - Sem Doutrinação)* com a proposta de combater a doutrinação ideológica no espaço digital *(Facebook)*, noção cristalizada por Nelson Lehmann da Silva (SALLES, 2017). Cabe ressaltar

que Lehmann conheceu Nagib no instituto Imil e publicou artigos que tratam da suposta doutrinação do professor, inclusive, contribuindo muitas vezes para o site do ESP. Embora suas discursividades tenham sido condicionadas e tenham certa semelhança com as da ditadura militar e as do neoliberalismo, como veremos mais adiante, o ESP atualiza esses discursos criando o seu próprio e, ao mesmo tempo, propiciando a eclosão de outros discursos derivados dele, independentemente de serem ou não contestatórios. Com isso, o ESP estabelece um novo espaço do dizer, uma nova rede de significações que levará a outras discursividades a partir dessa origem comum.

Por isso é importante verificar as condições de produção do discurso do ESP, as quais nos ajudarão a entender seu caráter de discurso fundador e, ao mesmo tempo, seu papel enquanto discurso que funda o do PCESP. Para isso, recorremos ao trabalho de Katz ([2017] 2018) sobre as origens do ESP, que nos mostra como os discursos que participam das condições de produção se manifestam nos discursos do ESP. Desse modo, consideramos o discurso do ESP como fundador na medida em que ele funciona como um acontecimento discursivo, ou seja, é interpelado por uma memória (*No Indoctrinatio)*, passa a ser ressignificado (*Facebook*) e surge a partir de uma ruptura (conflito entre Nagib e o professor). O ESP funciona, então, como um grupo que dá origem a outros discursos.

Se o ESP opera como um discurso fundador, dado sua eclosão como acontecimento discursivo, cabe também verificar as condições que deram origem a esse discurso e o caráter que lhe é atribuído. Com base na argumentação apresentada por Katz ([2017] 2018), o Instituto Millenium (Imil) e a Ditadura Civil Militar serviram como condição de produção do discurso do ESP, na medida em que aqueles atuam como um interdiscurso que leva à eclosão deste último, dando-lhe um caráter fundador por ele estabelecer uma nova filiação de discursos, entre os quais o do PCESP. Podemos citar também, como participantes das condições de produção do discurso do ESP, a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT) e a consolidação deste no governo federal em 2002, com a eleição de Luiz Inácio Lula da Silva. Vejamos essas condições de produção dadas por esses discursos.

Primeiramente, importa considerar que o caráter fundador do discurso do ESP não significa que ele seja auto-originário, ou autofundante. Esse efeito de autofundação não deixa de ser uma característica comum a qualquer discurso, na medida em que todo discurso tem sua origem dada pela interpelação ideológica. Assim, o ESP, “apesar de possuir objetivos próprios, não deixa de ser interpelado por uma multiplicidade de outros discursos” (KATZ, [2017] 2018, p. 14-15). A ditadura militar influenciou o ESP em pelo menos três aspectos diferentes: um ideário conservador e moralizante aplicado à sociedade em geral, um ideário

anticomunista e a valorização do ensino tecnocrata, que repudiava o ensino politizado (*Ibidem*, p. 42). Outro discurso que integra as condições de produção do ESP enquanto discurso fundador é neoliberalismo, surgido na década de 1990 (*Ibidem*, p. 40), e que ainda tem como órgão divulgador o Instituto Millenium (Imil).

Não poderíamos deixar de considerar nessas condições de produção o discurso do Partido dos Trabalhadores (PT), no período ocupado por este na presidência da república. Ao PT o ESP atribui uma filiação ideológica com o marxismo, que conta com apoio de professores militantes, conforme apresentaremos nos comentários e postagens no capítulo 4. Outra justificativa das ações do ESP contra partidos políticos de esquerda, encabeçados pelo PT, seria uma relação deste com o comunismo, ao qual se atribuiria uma corrupção moral, conforme já apregoava o discurso da ditadura militar no Brasil, que atingiria setores como o ensino.

Vejamos primeiramente a Ditadura Civil Militar e seu papel na condição de produção do ESP. A ideologia do regime militar pregava a regeneração da sociedade e do país contra a corrupção infligida por ideias marxistas. Essa busca de regeneração se dava através da extrema valorização do conservadorismo religioso cristão e da família como núcleo essencial para formação ética e moral do indivíduo. Nesse âmbito também foi rechaçado qualquer ideário político que não se harmonizasse com a ditadura, ao mesmo tempo em que se valorizaram ideias liberalistas e tecnocráticas que colocavam o mercado como prioridade na elaboração de políticas públicas.

Uma das consequências dessa conjuntura para o ensino no Brasil foi justamente o enfraquecimento do ensino público no país, a precarização da docência e, ao mesmo tempo, a vigilância constante contra ideias subversivas (KATZ, [2017] 2018, p. 42). O ensino então se tornou tradicional e, mais do que isso, autoritário, e parte desse autoritarismo se devia à intensa propaganda, feita através de disciplinas como Moral e Cívica, de direitos e deveres do cidadão, nas quais se consideravam um conjunto de práticas necessárias ao bem-estar e progresso da nação.

Outro discurso importante na constituição do ESP é o neoliberalismo, que ganhou força, no país, na década de 90 e, atualmente, tem ideias divulgadas pelo Instituto Millenium (Imil), o qual também pode ser tomado como parte das condições de produção do discurso do ESP. Ao valorizar o mercado como norteador da elaboração de diretrizes políticas, abriu-se espaço para o ensino tecnocrático que, na sua forma mais acirrada, valoriza o anti-intelectualismo, recusando qualquer forma de criticismo e/ou de discussão política no ensino.

Mas o liberalismo também ofereceu ao discurso do ESP argumentos que versam sobre liberdade e direitos dos estudantes.

Os discursos sobre defesa da "liberdade de consciência"[44] dos estudantes, do "princípio da constitucionalidade"[45], do "pluralismo de ideias"[46], das "convicções morais"[47], do "exercício de direitos básicos"[48] e "democracia"[49] são apresentados pelo ESP em seu *site* oficial e no seu perfil no *Facebook*[50], na seção intitulada *Sobre*[51] *o ESP*, reportando-o a uma filiação com pensamento liberalista, preconizador da liberdade, sobretudo no campo político e econômico.

Como dissemos anteriormente, no Brasil, uma instituição divulgadora do liberalismo é o Instituto Millenium[52] (Imil), que se apresenta como "referência nas ideias modernas, (...). Inovando sempre na comunicação sobre economia de mercado, democracia, debate de políticas públicas e liberdade individual" (INSTITUTO MILLENIUM, 2020). Tendo como missão "promover a democracia, a economia de mercado, o Estado de Direito e a liberdade" (*Ibidem*, 2020), sobretudo as liberdades individuais, o que inclui: "liberdade de escolha, em todos os seus desdobramentos: liberdade de expressão, liberdade religiosa, (...), liberdade de pensamento, liberdade política" (*Ibidem*, 2020).

Entre outros preceitos, o liberalismo divulgado pelo Imil prevê a "possibilidade de fiscalização pela sociedade civil e imprensa, estímulo ao trabalho correto dos agentes públicos, (...) restrição ao abuso de liberdades individuais" (INSTITUTO MILLENIUM,

---

[44] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[45] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[46] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[47] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[48] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[49] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[50] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[51] Disponível em: <https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal> Acesso em: 25 jan. 2020.

[52] Disponível em: < https://www.institutomillenium.org.br/ > Acesso em: 25 jan. 2020.

2020). Ideias que se encontram apregoadas no discurso do ESP, que propõe uma "lei contra o abuso da liberdade de ensinar (ESP, 2019a)", uma vez que "a doutrinação política e ideológica em sala de aula ofende a liberdade de consciência do estudante; afronta o princípio da neutralidade política e ideológica do Estado; e ameaça o próprio regime democrático" (ESP, 2020a). Sendo então necessário, segundo o referido movimento, garantir "o direito que eles [os estudantes] têm de não ser doutrinados por seus professores" (*Ibidem*, 2020a).

Cabe ressaltar que, de acordo com Penna (2016a), Miguel Nagib foi articulista e mantenedor do Instituto Millenium entre 2009 e 2011 (Figura 6), mas depois se desvinculou do grupo, pois "seria muito estranho deixar explícito a adesão a uma determinada corrente política com o discurso 'sem partido' que eles fazem. Para a propaganda é importante que ele seja representado como neutro" (PENNA, 2016a). Penna (2016a) ainda acrescenta que Nagib teria apagado a autoria do texto "Por uma escola que promova os valores do Millenium", que passou a ser assinado pela "Comunicação Millenium" (*Ibidem*, 2016a). Ainda, de acordo com Penna (2016a), "há capturas de tela que provam que ele é de autoria de Nagib". Essas foram "printadas" e publicadas pelo PCESP em seu site no artigo "A ideologia do Escola Sem Partido" (PCESP, 2016).

Figura 2 – Página inicial do *Instituto Millenium* vigente entre 2009 e 2011



Fonte**:** disponível em https://medium.com/revista-apuro/escola-sem-partido-trata-professor-como-criminoso-ae771430beef. Acesso em: 25 jan. 2020.

Em 29 de novembro de 2013, a *Revista Fórum* publicou uma entrevista com a professora Cléo Tibiriçá ([2013] 2020), professora da Faculdade de Tecnologia de São Paulo (Fatec), que foi acusada por Miguel Nagib, no site no ESP, de doutrinação esquerdista. No corpo do texto, o Instituto Millenium publicou uma nota, na qual explica que o advogado não era mais articulista do grupo:

> Em nota, o Instituto Millenium (Imil) diz que Miguel Nagib "não faz parte do atual grupo de articulistas e que não mantém nenhum vínculo ou parceria com a iniciativa 'Escola sem partido'", ainda que seu nome constasse na página eletrônica da instituição até a realização dessa matéria. "O Imil, que é formado por intelectuais e empresários, visa promover valores e princípios que garantem uma sociedade livre, como liberdade individual, direito de propriedade, economia de mercado, democracia representativa, Estado de Direito e limites institucionais à ação do governo", diz a nota. "Os especialistas que participam do *think tank* defendem ideias distintas, já que a pluralidade de pensamento é um valor importante para a instituição. São publicados no site do Imil e debatidos em eventos institucionais temas que tenham afinidade com os valores. O Instituto Millenium não responde, no entanto, por todas as ideias defendidas pelos especialistas". (*apud* TIBIRIÇÁ, [2013] 2020)

Hoje, quando buscamos pelo nome Nagib no *site* do Imil, na Seção de *Mantenedores*, *Especialistas*, *Convidados* não encontramos o nome do advogado. Ao que consta, ele apenas colabora com algumas publicações. Isso nos faz crer que a rede relacional de Nagib com o Imil faz parte de um discurso ideologicamente liberalista, e o "apagamento" da autoria de seus textos e de sua imagem em relação ao grupo nos leva a questionar a neutralidade argumentada pelo ESP, inclusive em relação às questões políticas, econômicas e educacionais.

Poderíamos tomar esses discursos, o da Ditadura Civil Militar no Brasil, o do neoliberalismo do Imil e o do governo do PT, como constituintes, ou fundadores, do discurso do ESP; no entanto, o papel fundamental que esses discursos exercem no ESP está no fato de eles servirem como condições de produção de ordem política e econômica do discurso desse movimento. Como parte das condições de produção, esses discursos anteriormente citados podem ser retomados e/ou atualizados, de maneira implícita e/ou explícita, na forma de contraposições, como no caso do discurso do governo PT, ou serem "dissimulados" (grifo nosso), tendendo a ser apagados, como no caso do discurso da ditadura militar, retornando na forma de recalques, revelando-se nas contradições, nos interditos, nos lapsos, como no dizer de Orlandi (2003).

A retomada e/ou atualização desses discursos que participam das condições de produção do discurso do ESP pode ser identificada por certas marcas postadas pelo ESP em

sua página oficial e comentários (capítulo 4), fragmentos que mostram uma ressignificação do professor e seu trabalho, assim como dos alunos. Acrescente-se a maneira como é expresso um convite feito à sociedade para se posicionar em relação a esse fato. Referimo-nos à recorrência de marcas como "denunciar/denuncie", "militante disfarçado de professor", "comunista", "vítima" (ver capítulo 4).

A vitimização e vulnerabilidade da juventude escolar é também comunicada por seguidores do ESP, que publicam comentários e notícias sobre "doutrinação ideológica" (ESP, 2020a) movida por docentes, como se pode observar a seguir: "Vítimas da doutrinação processam Estado de Santa Catarina por danos morais" (ESP, 2020a) (grifos nossos). Por sua vez, em depoimento colhido na página do ESP, temos: "Ele me atormentou durante meses", diz vítima de militante disfarçado de professor" (ESP, 2020a). O mesmo *site* também divulga o seguinte depoimento anônimo: "Muitos jovens, assim como eu, são vítimas da doutrinação todos os dias, (...) todos os fatos relatados aqui aconteceram em 2018, no ar acalorado das eleições, onde professores que manipulam seus alunos fazem seu 'trabalho sujo' em dobro" (ESP, 2020a).

O discurso da humilhação e da vulnerabilidade, por sua vez, leva a dois procedimentos: a identificação de uma ameaça e de um inimigo e, ao mesmo tempo, a um chamamento contra essa mesma ameaça. Vejamos como são construídas as representações das práticas docentes consideradas ameaçadoras:

> Essas práticas, todavia, apesar de sua manifesta inconstitucionalidade e ilegalidade, tomaram conta do sistema de ensino. A pretexto de "construir uma sociedade mais justa" ou de "combater o preconceito", professores de todos os níveis vêm utilizando o tempo precioso de suas aulas para "fazer a cabeça" dos alunos sobre questões de natureza político-partidária, ideológica e moral. (ESP, 2020a)

A identificação de uma ameaça à ordem, sintetizada como "contaminação político-ideológica das escolas brasileiras" (ESP, 2020a), por sua vez, leva à construção de uma imagem desumanizada do professor, o qual passa a ser visto como um inimigo da sociedade, como se observa na expressão "militantes disfarçados" (ESP, 2020a), que é rotineira no discurso do ESP, e também nos fragmentos a seguir, em que o professor é associado a um sujeito contaminador que deve ser desinfetado: "Afinal, como disse certa vez um conhecido juiz da Suprema Corte dos Estados Unidos, um pouco de luz solar é o melhor desinfetante[53]" (ESP, 2020a).

[53] Tradução nossa de: "a little sunlight is the best **disinfectant**".

Por sua vez, o discurso de engajamento e excitação do público se dá através de um chamamento para o estado de vítima dos alunos, representados de forma dramatizada, e também nas representações feitas sobre os professores e sua atuação pedagógica, como se pode observar a seguir:

> A pretexto de transmitir aos alunos uma "visão crítica" da realidade, um exército organizado de militantes travestidos de professores prevalece-se da liberdade de cátedra e da cortina de segredo das salas de aula para impingir-lhes a sua própria visão de mundo. Como membros da comunidade escolar - pais, alunos, educadores, contribuintes e consumidores de serviços educacionais -, não podemos aceitar esta situação. (ESP, 2020a) (grifos nossos)

A esse respeito, o ESP alega que se trata de um problema que consiste na "execução de um projeto de engenharia social, que supõe a implementação de uma nova escala de valores" e que "não apenas existe, como está presente, de algum modo, em praticamente todas as instituições de ensino do país" (ESP, 2020a) (grifos nossos). E sobre o problema apontado pelo ESP, a solução envolveria a denúncia e a educação de professores, havendo especialmente o cuidado de estimular a denúncia de professores.

As marcas denúncia/denunciar são onipresentes no *site*, tanto em sua apresentação quanto nos diversos materiais apresentados, havendo inclusive um *link* para "divulgar o testemunho das vítimas" (ESP, 2020a), com formulário para descrição da atuação dos professores e a possibilidade de enviar vídeos e/ou áudios que comprovem as atuações pedagógicas ilícitas por eles cometidas. Esse procedimento supostamente atende a uma operação simples de "informar e educar os professores sobre os limites éticos e jurídicos da sua liberdade de ensinar" (ESP, 2020a). Embora a "informação" possa ser pressuposta, não há detalhamento sobre como seria essa "educação" a ser aplicada aos professores.

A participação de outros discursos na eclosão daquele discursivizado pelo ESP deixa traços de memórias, às quais o ESP retorna a fim de constituir seu próprio discurso. Essas memórias também são interpeladas por imaginários que colaboram para a produção dos sentidos daquilo que o ESP discursiviza, e uma dessas memórias é a do medo do comunismo, o que abordaremos a seguir.

2.4.4 A memória do medo do comunismo

Uma das maneiras pelas quais o discurso da Ditadura Civil Militar no Brasil se coloca como partícipe das condições de produção do ESP é através da atualização, feita por

esse movimento, do discurso, ou de uma memória do medo do comunismo, o qual era apontado como um corruptor de valores tradicionais da sociedade, como moralidade e religião. O medo do comunismo, no caso, cresceu com o governo petista, de 2002 a 2017, e atuou progressivamente na seleção de certas "ameaças" ao país, as quais estariam "infiltradas" em diversas instituições, como a escola.

O ESP apregoa a denúncia de professores/militantes por alunos e pais. Aqui cabe ressaltar que esse *inimigo/professor,* que deve ser denunciado pelo aluno, é caracterizado, muitas vezes, como comunista, conforme veremos nas análises do capítulo 4. Portanto, é preciso atentar sobre essa memória do medo do comunismo e pensar sobre os imaginários que corroboram para um medo que vai dando sentido para o sem sentido e que está associado a uma memória, a um contexto que fala antes. O medo do comunismo representa uma síntese de valores e ideias que justifica o discurso do ESP, permitindo a esse movimento estabelecer um novo campo de significação, ou atualizar esse mesmo campo. Posto isso, é preciso compreender, nas condições de produção do discurso do ESP, o que representaria esse medo do comunismo. Para refletir sobre essas questões, recorremos ao trabalho de Mariani (1996).

Em sua tese, Mariani (1996, p. 16) sinaliza sobre o discurso da ameaça do comunismo, que era veiculado nos mais diversos meios de comunicação, no mundo ocidental e, também, especificamente, no Brasil. Esse discurso antissoviético, imposto pelo modelo político e econômico capitalista, não impediu que os partidos comunistas e socialistas fossem fundados. No entanto, essa prática foi construindo ao longo do tempo um imaginário pejorativo do comunismo. De acordo com a autora:

> A queda do muro de Berlim sinalizou aquilo que há muito já se murmurava: nos países comunistas, a censura imposta pelos governos autoritários camuflava mordomias e abusos por parte do poder no modelo econômico. O esfacelamento da URSS, junto com o fim do PC soviético, bem como as guerras na Albânia, Iugoslávia etc., por sua vez, produziram uma nova onda de noticias, filmes e livros. Algumas destas produções enfatizaram o fim desse modelo e um vazio se instalando em seguida, outras, aproveitaram para fazer denúncias, generalizando para a estrutura social questões particulares. Para a propaganda anticomunista do mundo capitalista, nada melhor do que comprovar aquilo que antes era dito apenas no espaço ficcional. As reportagens jornalísticas, por sua vez, ratificaram com imagens e depoimentos o centralismo e dirigismo do Estado, a falta de liberdades individuais, a falência do modelo sócio-econômico, revelado através, por exemplo, da comparação entre o estágio de desenvolvimento das duas Alemanhas, etc. (MARIANI, 1996, p. 17)

Em 1998, Mariani fez uma análise dos discursos que perpassam o imaginário sobre o comunismo e ser comunista, em jornais cariocas que circularam entre 1922 e 1989. Essa análise foi publicada no artigo intitulado "O PCB e a imprensa comunista: os comunistas

no imaginário dos jornais". Em 2019, a autora retoma essa pesquisa e lembra que o levantamento feito em 1998 permitiu compreender que, ao longo de décadas, a palavra comunismo/comunista "ganhou consistência com um imaginário polarizado entre o bem (o *status quo* burguês) e o mal (ou inimigo da pátria, como eram chamados os comunistas)" (MARIANI, [2019] 2020, p. 275). A marcas "*comunismo* e *comunista* eram submetidos a processos de significação negativizados (como a falta de apreço pela família, pelos valores pátrios, pela religião católica, dentre outros) e contrários ao que seria 'índole' do brasileiro" (*Ibidem*, p. 275). Ainda de acordo com a autora, em 1998 foi possível constatar que o efeito de sentido de comunismo e comunista deslizou para os partidos de esquerda (*Ibidem*, p. 277), de modo que partidos políticos como o PT, assim como organizações trabalhistas, como a CUT, ficaram fortemente associados ao ideário comunista.

Após vinte e um anos, o trabalho de Mariani ([2019] 2020) discute sobre o retorno dessa memória do medo do comunismo. Essa memória vem circulando de forma mais notória nas redes sociais, principalmente, através de grupos neoliberais de extrema direita, desde as eleições de 2018 (MARIANI, 2019, p. 278). Agora esse "inimigo" (grifo nosso) é re-parafraseado por um partido político em especial, o PT, cujo discurso, conforme mencionamos anteriormente, ofereceu condições para a eclosão do discurso do ESP. Há, portanto, uma naturalização do medo do comunismo no discurso da extrema direita brasileira, o que se manifesta especialmente no discurso do ESP, no qual, a propósito, buscaremos, no capítulo seguinte, marcas discursivas, através da formação das famílias parafrásticas, que evidenciam tais discursos sobre o comunismo.

A memória do medo do comunismo, que se manifestava sobremaneira durante o período ditatorial militar, como podemos ver, também participa das condições de produção do discurso do ESP. Essas condições de produção, da qual também participam os discursos da ditatura militar brasileira e do neoliberalismo divulgado pelo Imil, podem resistir ao apagamento e se manifestar à revelia do sujeito. Assim, pode-se partir da contradição presente no discurso do ESP para identificar outros discursos que ofereceram condições para que este surgisse. Desse modo, apregoando a liberdade de expressão, a pluralidade de ideias, a defesa de valores educacionais e a neutralidade do ensino, o ESP parece *evidenciar* os traços de discursos autoritaristas e neotecnicistas pelos quais se faculta à coletividade o direito de controlar as práticas de ensino através de vigilância e denúncia (incluindo-se a censura), adequando uma visão de educação/escolaridade favorável ao neoliberalismo que aponta a mercantilização da educação como uma causa social relevante.

2.4.5 O ESP e a constituição do discurso do PCESP

O PCESP divulga suas discursividades em seu *site* na internet. Seu posicionamento é contrário ao do ESP, colocando-se como uma resistência a este, mas recorrendo às mesmas bases, como a *Constituição Federal de 1988*, para argumentar seus pontos de vista. Chama a atenção no discurso do PCESP a constituição do próprio nome do grupo: "professores" e "contra". A primeira parte, "professores", remete a uma posição-sujeito que denota os próprios docentes que, tal como pode ser depreendido, o ESP busca deslegitimar, considerando os professores como "militantes disfarçados", "picaretas", "manipuladores" (ESP, 2020a). Já a segunda, "contra", sugere o posicionamento do discurso do PCESP em relação ao do ESP: resistência da qual são chamados a participar educadores e estudantes.

O link *Sobre nós* [54], na página oficial do movimento, apresenta seus objetivos, que podem ser sintetizados na busca de se "desconstruir o apoio que eles [ESP] conquistaram nos últimos anos". Para isso o grupo chama a atenção para os procedimentos utilizados na construção desse discurso de resistência: "informar e produzir conteúdo de análise e reflexão sobre o crescimento e organização do ESP" (PCESP, 2020a). O foco da resistência é a "censura na educação" (PCESP, 2020a), que apontaria um "retrocesso" que se deve "combater".

Esses objetivos e estratégias são manifestados em artigos de colaboradores do PCESP e publicados no referido *site*, como: "devemos nos informar sobre o real teor dos PLs e saber o que eles falam para podermos argumentar de fato" (BRAGANÇA; AQUINO, 2020). Parte dessa estratégia de desconstrução é organizada com base em uma bibliografia, assim como PLs, tramitações e pareceres relacionados às propostas do ESP.

Um ponto central no discurso do PCESP é a defesa da liberdade de expressão dos professores (veremos no capítulo 4), o que motiva a resistência (discursiva) através da vigilância das ações do ESP, apresentando uma discursividade fundamentada em autoridade, de modo a desconstruir aquilo que é apresentado pelo grupo opositor. Nesse caso, podemos depreender que o discurso do PCESP se funda a partir do discurso do ESP, dado que aquele se coloca como uma oposição e resistência a este. Denota-se, assim, o funcionamento da noção de *evidenciamento* no discurso, conforme aduz Moreira (2009). Parte dessa resistência e

[54] Disponível em: < https://profscontraoesp.org/> Acesso em: 03 mar. 2020.

oposição consiste em desmantelar e desconstruir as ideias do ESP, mostrando suas relações com outros discursos, especialmente com discursos de restrição a liberdades individuais.

Destarte, de modo sucinto, foi possível depreender, por meio das discussões apresentadas, que o ESP pode ser considerado um discurso fundador, sendo um acontecimento discursivo que surge a partir das condições de produção como a Ditadura Civil Militar, o discurso do Imil (neoliberalista) e a ascensão do Partido dos Trabalhadores (PT). O PCESP, por sua vez irrompe a partir do ESP como uma forma de resistência a este. Quanto a quais os efeitos de sentido de escola constituem o imaginário do discurso do ESP e do PCESP, é preciso uma análise mais ampla para entender como isso funciona discursivamente, o que faremos no capítulo 4.

2.5 Metodologia

A partir dos objetivos específicos de nossa dissertação (verificar quais os imaginários discursivos o cartaz produz referente ao papel do professor nos dois grupos[55], verificar quais imaginários dos discursos do ESP se identificam com os discursos do PCESP, elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* em funcionamento no discurso do ESP e do PCESP, verificar como se dá a apropriação da noção de ideologia pelos dois movimentos, verificar quais sentidos são produzidos sobre "liberdade de expressão" e/ou "liberdade de cátedra" nos dois grupos), usamos a Análise do Discurso (AD) como ferramenta metodológica para análise dos dados de nossa pesquisa.

Através dessa metodologia, realizamos uma análise reflexiva a partir de algumas noções de suma importância dentro do dispositivo teórico da AD: discurso, ideologia, FD, FI, sujeito, formação imaginária, condição de produção, interdiscurso (memória), silenciamento, gestos de interpretação, acontecimento discursivo e discurso fundador. O encadeamento destas não retira outras noções que, imperiosamente, se fazem presentes como as de internet, redes digitais e comunidade digital nas redes sociais. Esse percurso singular de sentidos torna-se necessário para desenvolver uma análise dentro do quadro epistemológico da linha pecheutiana. O que é devido a um dos traços mais instigantes da AD, seu caráter errante, promovido pelos diversos deslocamentos epistemológicos e reformulações teóricas aos quais se propõe para definir seu terreno de atuação. É também importante mencionar a permanente

[55] Usaremos ao longo da pesquisa a expressão grupo e/ou movimento apenas como palavras sinônimas para designar o ESP e o PCESP, uma vez que nosso trabalho não contemplará um estudo acerca da noção de grupo e/ou movimento.

redefinição a qual a AD se submete, por causa da demanda de novas reconfigurações devidas ao aparecimento de novos dispositivos materiais, que precisam ser analisados e interferem também no dispositivo teórico.

Considerando o tipo de *corpus* que utilizamos e aproveitando o caráter dialógico da AD, que se abre para acolher considerações teóricas de outras áreas, abrimos espaço para abordar o trabalho de autores que discorrem sobre o universo das mídias digitais. Dentre eles podemos citar Moreira (2009, 2018), sobre a produção de sentido no mundo virtual, e Dias ([2017] 2019), sobre o discurso/discursividade na/da era digital. Ressaltamos que o trabalho desses autores encontra franco diálogo com postulações de Orlandi (1996, 2006, 2012).

Conhecer os dois movimentos estudados, ESP e PCESP, também é etapa essencial. Para tanto, contamos com uma considerável produção acadêmica sobre esses dois grupos. Recorremos, principalmente ao trabalho de Frigotto (2017), Oliveira; Freitas ([2017] 2020), Pinheiro ([2017] 2018), Caldas ([2018] 2020) e Tommaselli ([2018] 2019). Na ocasião, buscamos também apresentar uma descrição e caracterização desses dois movimentos, retratando sua origem, suas ideias e suas propostas, tarefa esta que nos auxiliara de sobremaneira a apresentar e descrever o *corpus*.

A propósito, na composição e delimitação do *corpus*, recorremos a uma coleta de postagens[56] feitas pelos dois movimentos, ESP e PCESP, em suas respectivas páginas, ou perfis, no *Facebook*, e dos respectivos comentários postados pelos seguidores ou críticos desses dois movimentos. É preciso ressaltar que essas páginas virtuais apresentam grande carga de informações (verbais, visuais, sonoras, etc.) que fazem parte da dinâmica de utilização e interação entre os usuários do *Facebook*. É preciso levar em conta que o *Facebook* é um *site* cujo discurso é inconstante, o que torna a coleta de dados complexa devido ao seu dinamismo e ao processo interacional que ocorre de modo rápido, no qual os discursos são construídos e desconstruídos, postados e/ou retirados de modo instantâneo.

Nesse percurso teórico-metodológico, a pesquisa foi feita pela abordagem das noções citadas, buscando relacioná-las ao problema de pesquisa (quais imaginários discursivos são produzidos nas postagens e nos comentários postados nas páginas do *Facebook* pelos membros do ESP e PCESP referentes ao papel do professor na escola?) e também ao *corpus* selecionado.

De acordo com Orlandi (2005), ao se fazer a análise, a delimitação do *corpus*, a materialidade, a espessura semântica dos processos de produção de sentidos, pode não dar

[56] Consideramos como postagem aquilo que o ESP e o PCESP publicam em suas páginas e as reações são os comentários.

conta de todos os dados. Por isso, “considera-se que a melhor maneira de atender à questão da constituição do *corpus* é construir montagens discursivas que obedeçam a critérios que decorrem de princípios teóricos da análise de discurso, face aos objetivos da análise” (ORLANDI, 2005, p. 63). O que se busca, nesse caso, é fazer um mapeamento das regularidades do processo de produção discursiva, e não a exaustão temática de um discurso, o que acabaria por cair no conteudismo que a AD refuta desde sua aparição como campo epistêmico de produção de conhecimento.

Para Orlandi (2005), também é cara a construção do dispositivo de análise (ou a “singularização” do dispositivo teórico feito pelo analista com vistas a dar conta de seu objeto de estudo). A partir da questão das transferências (ou “deslizamentos”) presentes nos processos de identificação do sujeito, a autora mostra que o dispositivo analítico elaborado deve mostrar “o como se fala a mesma língua, mas, ainda assim, são falados diferente(s) sentido(s)” (*Ibidem*, 2005, p. 60).

É válido ressaltar que a opção dos métodos de pesquisa (e, por extensão, as técnicas a eles pertinentes) está saturada de significado por causa de sua relação intrínseca com a orientação teórica e ideológica do pesquisador. Por isso elegemos como orientação o “Dispositivo de Análise” apresentado por Orlandi (2005) em sua obra *Análise de Discurso: princípios e procedimentos*. A partir dessa perspectiva, consideramos que cabe ao analista buscar o sentido real que se materializa através do discurso, o qual apresenta marcas ideológicas, históricas e de memória, e cabe, também, contrapor o que foi dito com aquilo que não está explicito e, principalmente, considerar o posicionamento do sujeito, pois, dependendo da condição de produção, a mesma palavra toma um novo sentido.

Assim, optamos por considerar em nossa análise dois momentos apresentados por Orlandi (2015, p. 58): no primeiro, foi preciso descrever os gestos de interpretação dos sujeitos que postavam e comentavam no *Facebook*, que, por si só, já falam e interpretam os seus discursos; no segundo, enquanto analistas, ponderar que estávamos envolvidos nesse processo de interpretação. Por isso é importante reconhecer a importância das noções, tendo clareza de que não teríamos uma postura neutra, mas que seríamos capazes de considerar o processo de interpretação sopesando toda sua complexidade, que é perpassado pela opacidade da linguagem.

Partimos, então, para as bases de análise do *corpus*. Segundo Orlandi (1998), a delimitação do *corpus* não segue critérios empíricos e sim teóricos. A constituição do *corpus* e sua análise são processos intrinsecamente ligados e para tal procedimento é preciso considerar o processo de de-superficialização do *corpus*. Nesse processo, o analista coleta o

corpus (o material bruto) que faz parte da superfície linguística e, automaticamente, passa a ser objeto discursivo, pois já recebe um primeiro tratamento superficial.

Para de-superficializar o *corpus* (o discurso), é preciso considerar alguns fatores, segundo a analista do discurso: como se diz, quem diz, em que circunstância se diz, como o sujeito deixa suas marcas no que diz e como essas marcas são textualizadas. Para tanto, é preciso considerar o esquecimento de número 2 (não existe uma única forma de dizer algo). Dessa forma, conseguimos sair do material bruto para a construção do objeto discursivo. Assim, "construímos a partir do material bruto, um objeto discursivo em que analisamos o que é dito nesse discurso e o que é dito em outros, em outras condições, afetados pela memória discursiva" (ORLANDI, 2015, p. 63).

Portanto, quando transformamos a superfície linguística (objeto bruto) em objeto discursivo (pensando nos gestos do analista, limitando o *corpus*), começamos o processo de compreensão real, que se baseia nas noções estudadas. A partir daí avançamos para o que é chamado de processo discursivo (2ª fase), no qual precisamos considerar a relação das Formações Discursivas (FDs) com a ideologia, os sentidos, a memória, a história "processos como paráfrase, metonímia, sinonímia, são presença da historicidade na língua" (*Ibidem*, 2015, p. 65).

De modo sucinto, podemos dizer então que, para o processo de de-superficialização do *corpus*, é preciso cumprir duas etapas: a 1ª, na qual ocorre a passagem da superfície linguística (texto) para o objeto discursivo (discurso), onde se considera o esquecimento número 2, o trabalho com paráfrases, polissemia, metáfora, o dito, o não dito que compõem a FD, que são materializados nas marcas discursivas, que agrupamos e denominamos de famílias parafrásticas (apresentaremos adiante o agrupamento). A 2ª etapa trata da passagem do objeto discursivo (FD) para o processo discursivo, que relaciona a FD à Formação Ideológica (FI) que a compõe.

Portanto, os procedimentos metodológicos empregados na AD pecheutiana não carregam em si uma metodologia predeterminada: ao utilizar os elementos constitutivos de sua estrutura teórica é que vão se delimitando as análises. Nesse contexto, o analista ergue, simultaneamente, seus dispositivos metodológicos. Dito de outra forma, teoria e metodologia em AD são indissociáveis. Por isso, à medida que apresentamos algumas questões, ponderamos sobre os procedimentos na seleção e organização do *corpus*. Em seguida, refletimos sob o dispositivo teórico-metodológico pecheutiano, partindo, para tanto, da realidade dos novos suportes discursivos e analisamos o *corpus*.

Assim a partir da noção de ideologia e discurso, buscamos identificar as ideologias materializadas nos discursos do ESP e PCESP. Já a noção de FD e FI nos ajudou no processo de de-superficialização do *corpus*. A concepção do sujeito perpassa todo o trabalho e nos esclarece que todo discurso, inclusive do ESP e PCESP, apresenta uma ideologia. A noção de condição de produção foi fundamental no momento de análise do cartaz nomeado como "Deveres do professor" (ESP, 2019b) e "Direitos do professor" (PCESP, 2017). Com a noção de memória buscamos identificar as FDs inscritas nas FIs de cada grupo, além dos gestos de interpretação, que passam pela busca das paráfrases, polissemia, metáforas, que foram fundamentais na análise dos *posts* e comentários dos dois grupos.

Como se vê, não se trata de uma análise linear, horizontal, do início ao fim do discurso, buscando abranger a compreensão total do que o mesmo diz, visto que todo discurso é incompleto. Em função do exposto, foram selecionados alguns *posts* e comentários representativos sobre o objeto de nossa investigação. A seguir apresentamos os procedimentos de análise de forma mais didática e detalhada.

2.5.1 Seleção e apresentação do *corpus*

As postagens foram coletadas nas páginas do *Facebook*, do ESP e PCESP, considerando o período de 2015 a 2019. Fizemos a opção por começar em 2015, já que o nosso trabalho faz uma análise paralela entre os dois grupos e foi neste ano que o PCESP começou. Selecionamos os *posts* e comentários que atendiam ao nosso objetivo geral (analisar nas postagens e nos comentários do *Facebook* do ESP e do PCESP os imaginários produzidos pelo cartaz "deveres do professor" referente ao papel do professor na escola).

Para isso fomos à caixa de *Publicações* do *Facebook* de cada movimento e digitamos (entre aspas) algumas palavras-chave: "deveres do professor", "direitos do professor", "liberdade de expressão", "liberdade de cátedra", "papel do professor", "papel do docente", "ideologia". As postagens que tinham relação com nosso objetivo e estavam dentro do período de tempo estipulado foram selecionadas com o recurso digital *print screen.* Em seguida, copiamos e colamos aquelas mais adequadas ao nosso propósito.

Por fim, depois de acessar o perfil desses grupos no *Facebook* e verificar suas postagens, optamos pela coleta de um *post* discursivo, aquele que trazia marcas linguístico-discursivas mais claras, de cada ano sobre o cartaz (Deveres do Professor) e coletamos também os comentários referentes ao *post* coletado. Tendo sido feita a coleta da postagem, também registramos a data, o horário e endereços *on-line* para validar nossa pesquisa,

tornando os dados coletados acessíveis a eventuais verificações. O material completo está na seção “Anexos”.

Optamos por não identificar os autores dos comentários, por uma questão ética, assim como propõe a Comissão Nacional de Ética em Pesquisa (CONEP), no Art.1º, inciso III. As pesquisas com banco de dados sem possibilidade de identificação não precisam passar pelo comitê de ética e, como é apresentado no *Facebook*[57], “Termos das Páginas do *Facebook*”, no qual consta que o discurso publicado em uma página é publico e visível para qualquer pessoa.

Ao coletarmos os comentários fizemos a enumeração de todos de modo cardinal, usamos a expressão “comentarista + o número” (exemplo: **Comentarista 05**) de forma a preservar a identidade dos mesmos. Fizemos o recorte apenas dos comentários que poderiam nos auxiliar na pesquisa.

2.5.2 O processo de análise do cartaz *Deveres do Professor* e dos comentários *sobre ele*

Com o material selecionado, buscamos as noções de discurso, de ideologia, de FD, FI, de sujeito, de formação imaginária, de condições de produção, de memória, de silenciamento, de *evidenciamento*, de gestos de interpretação, de acontecimento discursivo, de discurso fundador, à luz de Pêcheux ([1979] 2011) e Orlandi (2007a, 2007b), para fazer a análise do *corpus*. Para isso, analisamos inicialmente as marcas linguístico-discursivas, “materialização discursiva que produz significado e se relaciona com a história, a ideologia, a memória e as condições de produção” (MOREIRA, 2009, p. 17), nos *posts* e comentários. As marcas linguístico-discursivas são importantes no processo de análise porque “permitem recuperar o modo como o enunciador se posiciona” (SARTI; CHIARETTI, [2016] 2020, p. 73).

Depois das marcações prévias, formamos famílias parafrásticas, sequências discursivas (SDs) que estabelecem relação entre si e produzem imaginários que se materializam discursivamente (ver Anexo completo). As famílias parafrásticas, na obra de Pêcheux (1990) são aquelas matrizes sobre as quais o(s) sentido(s) do discurso é (são) construído(s) e por essa razão podemos dizer, com base em Pêcheux; Fuchs (1990), que no interior das famílias parafrásticas se forma o sentido, de modo que elas são essenciais para as formações discursivas (FDs) e também para as formações imaginárias (FIs), as quais

[57] Disponível em: <https://www.facebook.com/policies/pages_groups_events/>. Acesso em: 15 jun. 2020.

determinando o lugar de A e B, assim como o lugar eles se atribuem a si e ao outro, e também "a imagem que eles se fazem de seu próprio lugar e do lugar do outro" (PÊCHEUX, 1997, p. 82) também permitem a construção dos imaginários sobre os sujeitos. As marcas que foram analisadas dessas sequências discursivas foram destacadas em itálico e negrito. Para identificar a que grupo pertence cada SD, usamos siglas correspondentes a cada grupo de família parafrástica como apresentado no quadro seguinte:

Quadro 01- Grupos de Famílias Parafrásticas

GRUPOS DE FAMÍLIAS PARAFRÁSTICAS
Grupo de Nomeação do Professor- ***(SDGNP)***
Grupo de Posição Ideológica ***(SDGPI)***
Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra ***(SDGLC)***
Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade ***(SDGDA)***
Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido ***(SDGSCP)***
Grupo Gestos Censórios ***(SDGGC)***

Depois organizamos nossa análise conforme o quadro a seguir explicita.

Quadro 02- Quadro Organizativo dos Discursos do ESP e PCESP

Capítulo 3: Memórias que perpassam os cartazes e o Discurso Fundador do ESP e do PCESP	**Capítulo 4: Sequências discursivas que naturalizam os discursos do ESP e do PCESP**
1. Discurso do cartaz na página do *Facebook* do ESP: o cartaz foi analisado discursivamente. O discurso dele se constituiu em 2005, ou seja, antes do período estabelecido por nós para análise. No entanto, para atender o nosso objetivo geral optamos por analisar seu funcionamento no *Facebook*, uma vez que recorrentemente o ESP faz o uso dele para endossar seus discursos. Isso significa que nos interessa a materialização discursiva do cartaz nesse espaço enunciativo e que a partir dele pretendemos: verificar quais os imaginários discursivos o cartaz produz refrente ao papel do professor nos dois grupos.	1. Os *posts* e comentários foram separados em famílias parafrásticas para nos ajudar a refletir sobre os seguintes objetivos específicos: verificar quais imaginários dos discursos do ESP se identificam com os discursos do PCESP; elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* em funcionamento no discurso do ESP e do PCESP; verificar quais sentidos são produzidos sobre "liberdade de expressão" e/ou "liberdade de cátedra" nos dois grupos; verificar como se dá a apropriação da noção de ideologia pelos dois movimentos. Também consideramos algumas questões de nossa pesquisa: como o gesto censório e o *evidenciamento* são produzidos e funcionam discursivamente nas postagens e nos comentários postados dos dois grupos? Quais os imaginários são produzidos nos comentários postados nas páginas pelos membros do ESP e o PCESP no *Facebook* ou se inscrevem nessas posições discursivas referentes ao papel do professor e sua atividade docente? Quais imaginários constituem o sentido de "sem partido" tanto para o ESP quanto para o PCESP? Quais os efeitos de sentido de escola constituem o imaginário do discurso do ESP e do PCESP?
2. Discurso do cartaz na página do *Facebook* do PCESP: o cartaz do PCESP também foi analisado discursivamente. Ele "surge" para contrapor o do ESP, por isso foi fundamental sua análise. Procuramos também refletir sobre um de nossos objetivos específicos: elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* presentes no discurso do ESP e do PCESP.	

É preciso ressaltar que muito ainda há por ser pesquisado sobre o tema e que não será contemplado nesta pesquisa, já que ela apresenta apenas um recorte, sendo que um aprofundamento e/ou outras explorações sobre o problema ainda constitui o objetivo de trabalhos futuros.

3. Memórias que atravessam os cartazes do ESP e do PCESP

A proposta deste capítulo é apresentar/discutir/analisar o cartaz do ESP e o do PCESP, que apontam para um processo de produção do discurso que silencia e evidencia. Também abordaremos o papel da memória, da história, a partir do Discurso Fundador do ESP e do PCESP. Conforme mencionado no capítulo da Metodologia, a fonte primária para coleta de dados foi o Facebook do ESP e do PCESP. O período selecionado foi de 2015 a 2019. Os nossos objetivos específicos para este capítulo são: verificar quais os imaginários discursivos o cartaz produz referente ao papel do professor nos dois grupos e elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* em funcionamento no discurso do ESP e do PCESP.

Faremos considerações acerca do cartaz, apresentado pelo ESP como "Deveres do professor" (2015) e do PCESP como "Direitos do Professor" (2017) e, posteriormente, apresentaremos os materiais que serviram para uma discussão sobre o modo como esses discursos constituem as discursividades no ESP e no PCESP. Para compreender esse funcionamento discursivo, analisaremos o silenciamento (Orlandi, 2007b) e o *evidenciamento* (Moreira, 2007; 2009; 2018)

3.1 ESP x PCESP: acontecimento discursivo que silencia/evidencia

No Brasil, o ESP é o primeiro a formar um grupo no *Facebook* para manifestar suas ideias contra uma suposta doutrinação por parte dos professores. Como já sabemos, o grupo surge em 2004 a partir de uma ruptura, de um conflito entre Miguel Nagib, fundador do movimento, e as ideias do professor de História de sua filha. Também já mencionado, o movimento está ligado a uma rede de memória norte-americana (*No Indoctrination* - Sem Doutrinação) Espinosa e Queiroz (2017), e como abordado no capítulo 2, embasados na noção de Orlandi (1996, p. 92-93), consideramos o ESP como nosso acontecimento discursivo, uma vez que está interpelado por uma memória (*No Indoctrination* - Sem Doutrinação*)* e que passa a ser ressignificado (*Facebook*) e surge a partir de uma ruptura (conflito entre Nagib e o professor), que resulta na produção de uma nova discursividade. O PCESP, por sua vez, surge como um movimento de resistência, por isso é importante compreender o funcionamento discursivo desse acontecimento e sua relação entre os grupos.

Vejamos a seção *Sobre*[58] (2020) que se encontra no site oficial dos dois grupos, mostrado no quadro abaixo:

Quadro 3- interdiscursividade do PCESP em relação ao ESP

ESP	Esta é a página oficial de Escola Sem Partido, uma organização de estudantes e pais preocupados com a contaminação político-ideológica das escolas. Início em 14 de maio de 2004.
PCESP	Esta página reúne todos aqueles que estão se mobilizando ***contra*** o Programa Escola Sem Partido e em defesa da autonomia docente e de uma escola democrática! Início 2015

No discurso do ESP temos um grupo que inclui pais e alunos preocupados com a forma como os professores têm "contaminado", com suas "doutrinas ideológicas", os filhos. No PCESP, temos um grupo de professores e "todos aqueles", inclusive os não professores, que não concordam com as ideias do ESP e que, portanto, concordam que este tem uma ideia de escola antidemocrática, que cerceia o trabalho docente. O que o PCESP busca é *evidenciar* o não-dito (escola democrática é aquela que o professor pode manifestar-se), o que foi silenciado pelo ESP (professor não pode se manifestar). Assim, temos

> [...] o confronto discursivo em torno do acontecimento, que ganha expressão através do enunciado principal. De um lado o ESP busca consolidar o enunciado da doutrinação ideológica e de outro o PCESP busca desconstituí-lo propondo o enunciado alternativo da 'educação democrática'. (PINHEIRO, 2017, p.170. Grifo do autor)

Enquanto o ESP se manifesta como acontecimento discursivo que quer "combater a doutrinação ideológica nas escolas" (silenciar), o PCESP se apresenta como opositor, como resistência, que busca *evidenciar* aquilo que considera um ataque à escola. Enquanto o ESP tenta silenciar sua vinculação político-ideológica e a busca de manter o controle sobre a liberdade de expressão dos professores, o PCESP busca *evidenciar* que esse combate à doutrina ideológica se dá justamente através dessa restrição da liberdade do professor em sala de aula e de procedimentos de censura.

Consideramos, então, que os dois grupos estão ligados a um mesmo acontecimento discursivo, uma vez que estão filiados a uma rede de memória. No entanto o

[58] Disponível (ESP E PCESP) respectivamente em: https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal e https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/about/?ref=page_internal. Acesso em: 10 jun. 2020.

discurso gerado nesse acontecimento apresenta efeitos de sentido distintos, sendo o PCESP aquele que evidencia e discute os procedimentos do ESP. Os dois movimentos passam a ser aceitos enquanto discursos significativos no *Facebook*.

3.2 Condições político-ideológicas para produção dos deveres do professor

Ao acompanhar as publicações do período de 2015 a 2019 foi possível perceber que no *site* do ESP, recorrentemente há a postagem de seu cartaz com os "Deveres do Professor" (ver Anexo 01 - Postagens ESP). Também cabe lembrar que o primeiro PL de repercussão nacional relacionado ao ESP, o PL nº 2974/2014, propunha colar o cartaz com os "Deveres do Professor" na sala dos professores de cada escola. É importante ressaltar que o cenário político de 2014 a 2019 favoreceu as condições de produção para o crescimento do ESP no âmbito nacional, uma vez que vivemos no referido período uma polarização política entre direita e esquerda, que se tornou ainda mais acentuada nas últimas eleições para presidente, em 2018, cujo vencedor foi o candidato Jair Messias Bolsonaro (eleito pelo PSL e agora sem partido), pai de Flávio Bolsonaro, do partido Republicano, que foi o autor do mencionado PL nº 2974/2014.

Várias circunstâncias atuaram nas condições de produção para que o cartaz se materializasse discursivamente. Em 2007 o ESP começa a ter uma certa notoriedade nas mídias, principalmente depois de criticar, por meio de um artigo, o material didático que abordava temáticas sobre escravidão e desigualdade, do sistema de ensino *COC by Pearson*[59]. No mesmo ano, de acordo com Catelli Jr. (2016, p. 84), várias matérias publicadas por veículos de comunicação ajudaram a divulgar as ideias do ESP. Dentre elas temos a da *Revista Época*: "Boa parte dos livros didáticos apresenta distorções ideológicas. Por que elas existem e como comprometem a educação" (22/10/2007); e a do jornal *O Globo*: "Um livro didático bisonho, encharcado de ideologia" (18/09/2007). Na *Folha de São Paulo,* o jornalista Sli Kamel publicou o artigo "O que ensinam às nossas crianças?", o qual critica o livro *Nova História Crítica*, de Mário Schmidt (2005). Nesse artigo, Kamel acusa o referido livro didático de ser um instrumento de manipulação ideológica usado contra crianças[60]. Nesse mesmo ano, de acordo com Caldas (2018, p. 59), foi criada uma seção denominada

[59] Disponível em: <https://anovademocracia.com.br/no-176/6629-o-espantalho-do-escola-sem-partido-continuacao>. Acesso em: 08 mai. 2020.

[60] Disponível em: <https://revistahorizontes.usf.edu.br/horizontes/article/view/378> . Acesso em: 08 mai. 2020.

"Campanha do Cartaz Antidoutrinação", no *site* do ESP entre agosto 2005 e julho de 2007. Só então que, segundo Nagib[61] "veio [...] em 2008, a ideia de afixar um cartaz com os Deveres do Professor nas salas de aula do ensino fundamental e médio (medida que constitui a essência dos anteprojetos de lei elaborados a partir de 2014) [...]".

3.2.1 Uma análise do discurso no/do cartaz (ou cartilha?) do ESP

A princípio, nos parece importante discutir o verbete *cartaz* para compreendermos melhor o discurso e os efeitos de sentido que nele e a partir dele são ou podem ser construídos. Isso porque cartaz nos parece uma definição muito simplista para se referir a um objeto rotineiro, mas cujos discursos desse objeto foram propostos como PL. O PCESP também questiona essa ideia ao alegar que "não é só um cartaz[62]", conforme divulga o ESP. Assim, observamos também o verbete *cartilha*, através do qual ampliamos o debate sobre o cartaz/cartilha e sua utilização para a divulgação das ideias do ESP.

Silva (2014, p. 3) nos explica que no Brasil a cartilha foi usada desde a segunda metade do século XIX como material didático. E que as primeiras "cartas" ou "cartinhas" foram produzidas em Portugal.

Cartaz, de acordo com o *Dicionário*[63] *HOUAISS Online de Português*[64], significa "papel que se afixa nas paredes ou lugares públicos [...] contendo qualquer informação de que se quer que o público tome conhecimento" e cartilha é designado como "livro para ensinar a ler; rezar ou ler pela cartilha de alguém, ter as mesmas convicções, seguir as ideias [...]". É importante, contudo, pensar essa significação sob uma perspectiva discursiva, ou seja, como nos aponta Silva[65], na *Enciclopédia Discursiva da Cidade* (ENDICI), vem do espanhol "cartilla" e significa também "livrete que contém rudimentos da doutrina cristã". De acordo com Auroux (1992) *apud* Silva (2014):

---

61 Disponível em: <https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/posts/1005787792905545>. Acesso em: 08 mai. 2020

62 Disponível em: < https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/> Acesso em: 24 abr. 2020.

63 Aqui como em outras partes do texto, recorremos ao dicionário com o propósito de apresentarmos ao leitor uma definição básico do objeto da discussão feita no parágrafo.

64 Disponível em: < https://www.dicio.com.br/houaiss/> Acesso em: 24 abr. 2020.

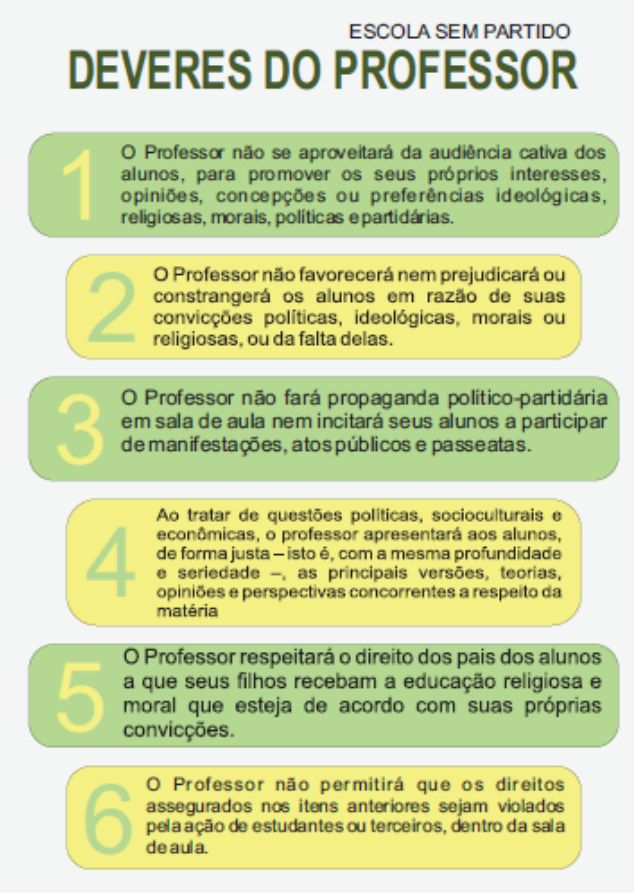
65 Disponível em: < https://www.labeurb.unicamp.br/endici/index.php?r=verbete%2Fview&id=49 > Acesso em: 24 abr. 2020.

> A cartilha é um manual didático e um instrumento linguístico, que descreve e instrumentaliza a língua e, ao mesmo tempo, constitui-se em um manual de comportamento e de conduta, de conselhos morais, de amor à família e à Pátria, de rememoração dos feitos considerados dignos de serem lembrados por toda uma nação, visando à formação de um sujeito-cidadão adequado aos valores dominantes em um tipo determinado de sociedade. Ela coloca em funcionamento diferentes formações discursivas, em que se pode observar uma migração e deslizamento de sentidos entre diferentes discursos, construindo novas formas de gestão do político nas práticas sociais. Ela dá visibilidade a um processo amplo e complexo de trabalho com a letra, a sílaba, a palavra, o texto. (AUROUX, 1992 *apud* SILVA, 2014, p.2)

Portanto, numa perspectiva discursiva, a cartilha funciona como um instrumento didático que tem como objetivo claro aconselhar, conduzir, rememorar e está ligada a preceitos cristãos, a condutas morais. E, com base nessa abordagem sobre a noção de cartilha e seus usos, utilizaremos a palavra cartilha para nos referirmos ao cartaz do ESP, conforme se observará ao longo desta análise.

A cartilha do ESP é constituída de seis "Deveres do Professor" (Figura 1), que devem ser cumpridos para evitar a suposta doutrinação ideológica.

Figura 3 - Deveres do Professor



Fonte: disponível em: www.programaescolasempartido.org.

Quando observamos a estrutura da cartilha, notamos que ela tem um formato didático: o discurso é organizado em tópicos enumerados, que aconselham, através do verbo imperativo negativo, sobre a conduta do professor, designando o que ele não pode fazer e informando o que ele pode e deve fazer, usando o verbo no futuro.

Ao considerarmos o cartaz como cartilha, retomamos também a noção de interdiscurso (memória) que atravessa a constituição da produção da cartilha, que no passado foi usada como instrumento didático de produção e repetição daquilo que deve ser, que se deve repetir, que se deve aprender. Na apresentação dos "Deveres do Professor", o ESP resgata essa ideia ao apresentar de forma "didática" aquilo que o professor pode e não pode fazer e que, supostamente para o movimento, está de acordo com uma moral que ajudará na formação satisfatória deste "sujeito-cidadão" (aluno), que é apresentado como um aluno que deve corresponder a um determinado modelo conservador de sociedade. Podemos depreender que há um imaginário acerca dessa cartilha intitulada "Deveres do Professor", que, se cumprida, conduzirá à boa "conduta do professor".

Assim, retomando Orlandi (2015, p. 38), ao consideramos a projeção discursiva, é preciso verificar a posição sujeito que será assumida em relação à representação imaginária da cartilha. Ainda de acordo com a autora (ORLANDI, 2007a, p. 31), essas formações discursivas são resultados de uma memória, de um dizer que retorna, o já-dito que acaba por constituir as formações imaginárias. Ou seja, a cartilha, enquanto um material que apresenta em sua memória algo que retoma a ideia da aplicação de "uma boa conduta", produz uma representação imaginária que conduz à posição sujeito que se identifica com tal, como ressalta Silva (2014, p. 4): "a cartilha constitui-se em um dispositivo estruturante da construção do sentido e dos sujeitos que aí se reconhecem".

É importante retomar o contexto histórico e jurídico que, de acordo com o ESP, justificam o uso dessa cartilha. Primeiramente, é importante assinalar que o grupo ressalta que se trata apenas de cumprir a lei, referindo-se à Constituição Federal[66], em seu artigo 206, em que se especificam as liberdades de ensinar (KATZ, 2007, p. 84). Em segundo lugar, mencionamos que o primeiro PL nº 2974/2014[67], que busca inserir a cartilha na sala dos

[66] O trecho do Artigo 206 da Constituição Federal mencionado pelo Escola Sem Partido afirma que "O ensino será ministrado com base nos seguintes princípios: I - igualdade de condições para o acesso e permanência na escola; II - *liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber;* [...]" (BRASIL, 1988 *apud* KATZ, 2007, p. 84).

[67] Disponível em: < http://alerjln1.alerj.rj.gov.br/scpro1115.nsf/e4bb858a5b3d42e383256cee006ab66a/45741a7e2ccdc50a83257c980062a2c2?OpenDocument > Acesso em: 27 mar. 2020.

professores e, posteriormente, no PL (PRL1 PL718014)[68] do deputado Flavinho, prevê que a cartilha seja colada em cada sala de aula e que também altere a Lei de Diretrizes e Bases da Educação (LDB)[69].

Inicialmente, a proposta apresenta que a cartilha sirva como um conjunto de determinações apenas para os professores (colar na sala dos professores) e depois para os alunos (colar em todas as salas de aula). A cartilha agora busca determinar o que o professor deve fazer, como deve se comportar. Esse material não se restringe em lembrar o professor de seu "dever" apenas em sala de aula, mas passa a ser afixado em todas as salas, para que os alunos (fiscais) possam "monitorar" o cumprimento desses deveres pelo professor, de modo que o tempo todo o professor será lembrado de sua "obrigação" e, em contrapartida, o aluno será lembrado que tem de "vigiar" o professor. O fato de dar à cartilha o poder de "lei" endossa a ideia de seu cumprimento na justificação da voz jurídica e busca *evidenciar* os deveres e ao mesmo tempo silenciar/censurar a voz que trata dos direitos do professor.

Antes de analisarmos cada um dos "Deveres do Professor", cabe observar algumas marcas linguísticas que se repetem ao longo da cartilha, pois, como afirma Moreira (2009, p. 100), "na língua, é possível perceber as marcas linguísticas desses silenciamento/*evidenciamento*". A seguir reproduzimos[70] o discurso presente na cartilha do ESP e verificamos algumas sequências discursivas, do Grupo Censório**,** que compõem esse *evidenciamento*/silenciamento/censura:

1 - ***O Professor não se aproveitará*** da audiência ***cativa*** dos alunos ***para promover*** os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.

2 - ***O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá*** os alunos ***em razão de*** suas convicções ***políticas, ideológicas, morais ou religiosas***, ou da falta delas.

3 - ***O Professor não fará*** propaganda político-partidária em sala de aula ***nem incitará*** *seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.*

4 - Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, ***o professor apresentará*** aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – ***as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.***

5 - ***O Professor respeitará o direito dos pais*** *dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções*.

6 - ***O Professor não permitirá*** que ***os direitos*** assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (ESP, 2020).

---

[68] Disponível em: < https://www.camara.leg.br/proposicoesWeb/fichadetramitacao?idProposicao=2174255>. Acesso em: 27 mar. 2020.

[69] Disponível em: < https://www2.camara.leg.br/legin/fed/lei/1960-1969/lei-4024-20-dezembro-1961-353722-norma-pl.html> Acesso em: 30 abr. 2020.

[70] Optamos por digitar a cartilha respeitando a mesma estrutura e enumeração para que o leitor possa acompanhar a análise através das sequências discursivas destacadas.

Nas sequências discursivas (SD's) acima, que compõem a família parafrástica Grupo Gestos Censórios, temos um advérbio de negação + verbo no futuro que formam uma ordem (imperativo) ***"não se aproveitará (SD 01)/ não favorecerá (SD 02)/ não fará (SD 03)/ não permitirá (SD 06)"*** que compõem uma ordem (imperativo). Temos, então, uma tentativa do controle do dizer aquilo que pode ou não ser dito/feito pelo professor. E, mesmo nos itens 4 e 5, nos quais não aparece o advérbio de negação, temos a ordem imperativa do controle do dizer limitando e direcionando a atuação do professor. De acordo com Moreira (2009, p. 138),

> essas normas constituem as proibições, que, por sua vez, são representadas por marcas linguístico-discursivas que servem então para tentar excluir e apagar os contrários, anular os antagonismos, para controlar e censurar o discurso [...]. (MOREIRA, 2019, p. 138)

Ao mesmo tempo em que o ESP evidencia o que deve ser feito também silencia/censura as ações do professor. O silenciamento também se relaciona com o *evidenciamento* no procedimento censório, já que "o movimento no espaço do dizível está associado não somente ao silenciamento, mas também ao *evidenciamento*. Mais do que isso, ambos são mecanismo de censura" (MOREIRA, 2009, p. 131). Compreendendo essas tentativas como marcas censórias no discurso, agora discutiremos cada uma dessas sequências discursivas apresentadas na cartilha.

Na primeira dessas sequências, segundo a qual ***"O Professor não se aproveitará*** *da audiência* ***cativa*** *dos alunos* ***para promover*** *os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias* ***(SD01)"***, temos dois verbetes que chamam a atenção: ***cativa e promover***. A palavra ***cativo*** nos remete a uma discursividade e a uma memória de prisão, de um sujeito que se submete a uma situação contrária a sua vontade. Nesse caso, poderíamos nos perguntar: o professor, segundo o ESP, submeteria os alunos a sua vontade, obrigando-os a algo que eles não gostariam de fazer? Se, conforme nos lembra Pêcheux ([1990] 2002), o sujeito não é "dominado", não é "cativo", não está "inerte", nem totalmente "dominado" pela ideologia, o professor, interpelado ideologicamente, conseguiria dominar o aluno a ponto de este precisar ser protegido ou resistir a essa dominação?

O que o ESP apresenta é uma leitura literal desse texto, no qual o professor coage o aluno como a um "prisioneiro" pacífico que precisa ser "protegido" das ideologias do docente. O verbo "***promover(SD 01) "*** aponta que o professor tem a capacidade e a obrigação de "escolher o que falar", o que remete ao esquecimento nº 2 (Orlandi, 2015), e também de

não apresentar em seu discurso suas marcas "ideológicas". Isso nos parece um tanto controverso, uma vez que, como nos afirma Pêcheux ([1975] 1997), não existe sujeito sem ideologia, portanto nos parece improvável que um sujeito (professor) possa apresentar um discurso sem apresentar marcas de sua FI. A própria abordagem de um determinado assunto na aula apresentaria marcas, como abordar um assunto de História como "Ditadura Civil-Militar" ou "Intervenção Democrática[71]", conforme sugere o presidente Jair Messias Bolsonaro.

Na sequência de número dois, mostrada na cartilha, a proibição "***não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá (SD 02)",*** temos a repetição do advérbio de negação acompanhado dos verbos que dão a discursividade o sentido de evitar que o aluno seja tolhido de sua liberdade. Isso em uma leitura rápida e sem criticidade, parece bem razoável e fundamentada. Afinal parece correto que o professor, em função de suas ideologias, não prejudique o aluno. O ESP tira do professor a possibilidade de tratar questões importantes no âmbito da educação como a ética e o respeito ao próximo. Caso o aluno apresente um discurso homofóbico, a partir dessa concepção o educador não poderia intervir, afinal "é sua convicção", portanto não cabe a ele, professor, promover essa discussão, pois poderia "prejudicar" os alunos ao tentar discutir a questão do preconceito que perpassa o discurso homofóbico.

A terceira sequência "***O Professor não fará*** propaganda político-partidária em sala de aula ***nem incitará*** *seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas* ***(SD03)"*** é apresentada como se fosse tudo "a mesma coisa" ao repetir o advérbio de negação com verbos no futuro que produzem sentidos de evitar que se faça algo, há um discurso ambíguo e controverso. No primeiro momento, é proposto que o professor não faça propaganda político-partidária, o que nos parece aceitável e coerente. No entanto, quando o ESP diz que o professor não "incitará" seus alunos a participarem de manifestações, o que ocorre é o silenciamento da prática da cidadania. O verbo ***"incitar (SD 03)"*** também chama a atenção. Isso porque incitar, conforme citado por Foucault (2006, p. 67), é também é uma forma de controle. É como se o professor tivesse total poder, domínio sobre os alunos a ponto de encorajá-los a praticar algo e automaticamente eles "obedecessem". Podemos dizer que esta também é uma prática censória.

[71] Disponível em: < https://noticias.r7.com/brasil/bolsonaro-chama-ditadura-militar-brasileira-de-intervencao-democratica-31032015> Acesso em: 30 abr. 2020.

Segundo Moreira (2018), práticas censórias podem se repetir ou se atualizar em relação a outros períodos históricos (MOREIRA, 2018). No caso da sequência em análise, temos um gesto censório que se repete. Primeiramente, observamos que a "***incitação (SD 03)"***, assim, como a proibição *"**O Professor não fará (SD 03)"***, também é um tipo de gesto censório, já que, para o exercício do poder por meio da censura, "não se trata somente de proibir, mas de incitar" (MOREIRA, 2018, p. 853). Mas cabe enfatizar o uso que a cartilha do ESP faz do verbo "incitar". A cartilha do ESP, na terceira sequência analisada, atribui ao professor uma capacidade de controlar os alunos, qual seja "***o Professor não fará*** [...] ***nem incitará*** **seus alunos** ***a participar de manifestações, atos públicos e passeatas (SD 03)***" silencia-se, no caso, a voz do sujeito professor e evidenciasse no lugar dela um efeito de sentido segundo o qual o professor é detentor de um poder de incitar os alunos, devendo, portanto, ser coagido por isso.

Por outro lado, esse *evidenciamento* da incitação criado pelo próprio gesto censório do ESP contradiz a própria prática do grupo que incita os alunos gravarem aulas[72] e práticas dos professores. O que nos sugere que a proposta de prática de cidadania é unilateral, já que ela propõe um engajamento contrário ao que defendem os professores e favorável ao que defende o ESP, conforme postagem feita em agosto de 2017[73], ilustrada com a imagem seguinte (FIGURA 4), na qual o ESP, faz uma postagem convidando as pessoas a participarem de um debate sobre o ESP que ocorrerá no dia 08/08/17, na Câmara dos deputados.

Figura 4 - imagem presente na postagem do ESP



Fonte: disponível em: https://www.facebook.com/camaradeputados/photos/a.344711122292765/1370339886396545/?type=3&theater

[72] Disponível em:< https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/photos/a.498441666973496/1264540487030273/?type=3&theater > Acesso em: 01 mai. 2020.

[73] Disponível em: https://www.facebook.com/camaradeputados/photos/a.344711122292765/1370339886396545/?type=3&theater_%3E

A quarta sequência versa sobre a prática do professor *"**o professor apresentará*** aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade – ***as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria (SD 04)***". Aqui, usando o verbo no futuro no sentido imperativo o ESP discursiviza questões que diriam respeito estritamente ao universo pedagógico e à área específica de formação do professor e a disciplina lecionada por ele usando o verbo no futuro "***apresentará (SD 04)***", ou seja, o grupo impõe o que o professor dever fazer. No caso, o ESP discursiviza de um lugar social que não nos consta ser o seu próprio, o que parece é que existe um posição discursiva sendo construída que, em princípio, não lhe caberia tomar: o ESP não é um movimento educacional, posto que não apresenta uma base teórico-filosófica que sustenta suas propostas. De modo que, se essa posição discursiva determina o que pode e o que deve ser dito, encontramos uma desarmonia entre o universo educacional-pedagógico e o universo moralizante-ideológico no qual o ESP parece discursivizar.

A quinta sequência ***"O Professor respeitará o direito dos pais*** *dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções* ***(SD 05)"***, ao usar o verbo no futuro no modo imperativo "***respeitará (SD05)***" é atribuída uma ordem ao professor que deve ser cumprida. Essa por sua vez esta ligada a expressões como direito dos pais de darem aos seus filhos a educação religiosa e moral segundos os padrões da família. Isso nos parece um dos mais complexos e difíceis de ser aplicado. Ao fazer tal determinação sobre o discurso do professor, o ESP parece recorrer a uma relação família-religião-moralidade, ativando uma memória que não se mostra condizente com uma prática pedagógica, materializadas em discurso. Ao propor uma individualização da relação professor-aluno em sala de aula, o ESP não leva em conta que a sala de aula é o espaço da própria heterogeneidade, espaço onde se manifesta a pluralidade.

Por fim, a sexta, que apregoa que o professor não deve permitir que os direitos dos alunos (citados anteriormente) sejam violados por estudantes ou terceiros através da marca do advérbio de negação, do verbo permitir e da expressão direito *"**o Professor não permitirá** que* ***os direitos*** *assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula* ***(SD06)",*** o ESP parece recorrer a uma formação imaginária a partir da qual discursiviza que o professor deveria assumir funções semelhantes às de um servidor público responsável pela fiscalização da lei e manutenção da ordem. A menção aos "terceiros", por sua vez, não esclarece que outros sujeitos, constituiriam risco aos alunos em sala de aula, ao mesmo tempo em que reforça o imaginário sobre o papel do professor: o de proteger os alunos contra a doutrinação ideológica. Segundo o *Glossário de termos jurídicos*

do Ministério Público Federal (MPF), a palavra "terceiro(s)" é recorrente no discurso jurídico e remete àquele(s) que tem (têm) ligação ou interesse por um processo[74]. Desse modo, encontramos uma relação interdiscursiva entre a cartilha do ESP e o discurso jurídico, através da qual se determina uma responsabilidade ao professor, o qual estaria subordinado a uma espécie de legislação ou, como poderíamos citar, a uma forma de controle do dizer.

A busca, manifestada pelo ESP em seu discurso, pelo controle do dizer, apresentando os deveres e ao mesmo tempo silenciando o discurso docente, vai ao encontro do que Foucault ([1979] 2004, p. 105), em sua obra *Microfísica do Poder*, nos apresenta a respeito da noção de disciplina e de como esta era praticada como técnica de controle de um grupo para se manter um poder sobre ele: a disciplina é uma técnica antiga, desde os séculos XVII e XVIII é usada de forma elaborada. Segundo Foucault ([1979] 2004), trata-se de uma forma de "controle", de "gestão dos homens" que era aplicada "nas grandes oficinas que começam a se formar, no exército, na escola". Nos séculos XVII e XVIII, um tipo de técnica "disciplinar" comum já era aplicado tanto na escola quanto no exército, conforme nos elucida o autor:

> No exército do século XVII, os indivíduos estavam amontoados. O exército era um aglomerado de pessoas com as mais fortes e mais hábeis na frente, nos lados e no meio as que não sabiam lutar [...]. A partir do século XVIII, ao contrário, a partir do momento em que um soldado recebe um fuzil, se é obrigado a estudar a distribuição dos indivíduos e a colocá-los corretamente no lugar em que sua eficácia seja máxima. A disciplina no exército começa no momento em que se ensina o soldado a se colocar, se deslocar e estar onde for preciso. Nas escolas do século XVII, os alunos também estavam aglomerados e o professor chamava um deles por alguns minutos, ensinava-lhe algo, mandava-o de volta, chamava outro, etc. Um ensino coletivo dado simultaneamente a todos os alunos implica uma distribuição espacial. A disciplina é, antes de tudo, a análise do espaço. É a individualização pelo espaço, a inserção dos corpos em espaço individualizado, classificatória, combinatório. (FOUCAULT, [1979] 2004, p. 105-106)

A censura e o controle já eram práticas bastante recorrentes. O ESP apresenta em sua proposta (Deveres do Professor) um retorno a essa forma de disciplina e controle, a qual compõe um quadro censório que silencia tanto o docente quanto o aluno, pois compromete o protagonismo de ambos no processo educacional, incutindo ao discente uma posição-sujeito "indefesa" e ao mesmo tempo promovendo a ideia de que ele deve "vigiar/fiscalizar" constantemente as práticas docentes. Baseando-nos em Foucault ([1979] 2004, p. 106), segundo o qual a "disciplina é uma técnica de poder que implica uma vigilância perpétua e constante dos indivíduos", sendo "preciso vigiá-los durante todo o tempo e submetê-los a uma

[74] Disponível em: http://www.mpf.mp.br/es/sala-de-imprensa/glossario-de-termos-juridicos#T. Acesso em: 12 jun. 2020.

perpétua pirâmide de olhares" (FOUCAULT, [1979] 2004, p. 106), podemos entender que a proposta de colar a cartilha com os deveres em todas as salas sugere uma forma de submeter os professores a constante vigilância.

Também é preciso acrescentar que após as análises das seis sequências, no qual o uso recorrente do advérbio de negação "***não (SD 01/02/03/06)***", bem como o uso do modo imperativo apresentado na discursividade dos verbos no futuro "***aproveitará (SD 01)/favorecerá (SD 02)/ fará (SD 03) apresentará (SD 04)/ respeitará (SD 05)/ permitirá (SD06)***", foi possível depreender a partir desses gestos que o ESP se inscreve numa FD de censura, ou seja ele discursiviza aquilo que o professor não poderá fazer, por meio da ordem discursivizada pelos verbos.

Essa constatação pode ser melhor fundamentada, por sua vez, através da análise dos seis itens do cartaz do PCESP. Cartaz que se contrapõe à cartilha do ESP, conforme analisamos na seção seguinte.

3.3 Os direitos do professor: a discursividade que se contraidentifica com os deveres do professor

O cartaz[75], ou cartilha, postado, em 2017, pelo PCESP, em sua página no *Facebook*, apresenta uma publicação sobre os "Direitos do Professor[76]" no mesmo formato da cartilha do ESP. Mas para levar adiante uma análise mais apropriada, retomamos a diferenciação entre cartaz e cartilha que fizemos anteriormente. Do mesmo modo, podemos tomar essa relação entre estes a partir da perspectiva de uma resistência estabelecida pelo PCESP em relação ao ESP. Para tanto também abordamos sobre a relação entre discurso e resistência e estratégias de resistência, conforme o trabalho de Moreira (2009).

Primeiramente, é chamativa a semelhança entre o "cartaz" (grifo nosso) do PCESP e o do ESP: semelhança que se dá na quantidade de proposições, seis, e no aspecto gráfico-visual que, embora não constitua uma categoria de análise deixa mais nítida a proposta de resistência ao discurso do ESP. Essa semelhança ilustra como a resistência e o discurso que leva a essa mesma resistência "trabalham na mesma região de sentidos" (ORLANDI, 2007b, p. 114). Desse modo, o cartaz do PCESP em relação ao do ESP reforça a

[75] Usamos aqui a palavra "cartaz" propositadamente como estratégia para conduzir a discussão e, oportunamente, esclarecer a distinção entre cartaz e cartilha. Podemos também pensar na expressão cartaz-cartilha porque relaciona a forma gráfico-visual de um cartaz com as características do discurso de uma cartilha.

[76] Disponível em: < https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945/1805340813091560/?type=3&theater> Acesso em: 01 mai. 2020.

concepção de Orlandi (1996), segundo a qual os sentidos são uma relação e não somente um dizer que exista por si só: “os sentidos, como diz Canguilhem (1980), são ´relação a`” (ORLANDI, 1996, p. 67). A semelhança entre os dois cartazes mostra não apenas a relação entre dois discursos, mas movimentos relacionados a uma determinação (controle do dizer) e a resistência a essa determinação (busca de se garantir o direito de dizer).

A relação entre os dois cartazes pode ser esclarecida por Orlandi (2002, p. 47), segundo a qual a significação é um processo histórico que envolve significação(ões) e ressignificação. Cada processo de construção de sentidos evoca uma memória institucionalizada, que é “o trabalho social da interpretação que distingue quem tem e quem não tem direito a ela” (ORLANDI, 2007a, p. 67) e uma memória constitutiva, que é aquela que remete ao interdiscurso. A memória institucionalizada abre margem para procedimentos censórios, para o silenciamento e interdição da interpretação. Moreira (2009), ao abordar o funcionamento da memória institucional em contextos de autoritarismo político, nos mostra que há luta e resistência contra esse silenciamento: estratégias de resistência, ou de *evidenciamento*, dos próprios procedimentos censórios.

Segundo Moreira (2009, p. 165-166), a resistência é uma relação com o discurso do outro e se relaciona com o controle dos sentidos. A resistência seria “força motriz que dá movimento ao discurso” (*Ibidem*, 2009, p. 171), sendo ela imposta pela própria censura, procedimento constituinte de cada discurso nasce de um conjunto de determinações sobre o que se pode e o que se deve dizer. Não há uma única forma de resistência e o fato de mencionarmos “estratégias de resistência” implica que a resistência pode se dar de variadas maneiras.

A concepção de estratégia de resistência pode ser dado pelo trabalho de Moreira (2009) sobre a resistência à censura no discurso jornalístico. Segundo a autora, uma estratégia recorrente durante o período ditatorial militar no Brasil (1964-1985) era a persistência de temas, publicados na imprensa, proibidos pela censura: persistir em dizer o que era proibido era uma forma de resistir sem fazer oposição ao regime. A oposição, no caso, não era o objetivo da resistência. O objetivo era a própria persistência dos sentidos, já que a resistência dos sentidos leva a sua persistência, de modo a desconstruir outros dizeres, especialmente os que buscam controlar os sentidos (MOREIRA, 2009, p. 171).

Outro tipo de estratégia menos velada de resistência é aquela que se dá por oposição. Considerada como máximo de resistência (MOREIRA, 2009), a resistência por oposição promove uma cisão, uma interrupção de outros discursos já cristalizados de modo a propor ou promover uma reorganização no funcionamento do discurso, por essa via, no

funcionamento dos sentidos (cf. MOREIRA, 2009, p. 173-174). Essa estratégia pode ser tomada então como a colocação de um discurso em oposição frontal ao discurso contra o qual se resiste.

Retomando o cartaz do PCESP, ele, o cartaz, pode ser tomado também como cartilha na medida em que retoma alguns procedimentos do ESP para cumprir um determinado propósito. A cartilha, como um tipo de texto injuntivo, que instrui e aconselha, visando levar a um determinado grupo a partilha de uma opinião (cf. AUROUX, 1992 *apud* SILVA, 2014). Não se trata, portanto, de atribuir a palavra cartilha um sentido político-ideológico, uma vez que o simples uso desse cartaz-cartilha (porque utiliza a forma gráfico-visual de um cartaz e os objetivos e estratégias recorrentes em uma cartilha) nos mostra como o PCESP recorre a uma dupla estratégia de resistência ao ESP: a insistência e a oposição.

Como insistência e repetição, podemos citar a repetição da forma cartaz escolhida para divulgar esses direitos e a repetição literal daquilo que, na cartilha do ESP é o sexto dever do professor e que, na do PCESP, é o sexto direito do professor. Repetição que promove uma "nova demanda na rede interdiscursiva, outra matriz de sentido" (MOREIRA, 2009, p. 171). Já como resistência por oposição, além da escolha do nome do movimento (PC[contra]ESP) que faz oposição ao ESP, "contra" o seu antagonista, também citamos, na cartilha do PCESP, a marca "direito(s)" que se opõe(m) ao(s) dever(es) do professor. Mas é importante nos aprofundarmos na abordagem dessa cartilha, a fim de dar continuidade nessa discussão.

Na postagem em que essa cartilha é publicada, o discurso que a antecede diz: "É muito comum o 'escola sem partido' falar de 'deveres do professor' como um pretexto para promover censura em salas de aula. Mas e os direitos dos educadores quanto à sua atuação profissional?" A discursividade que se contraidentifica aqui só foi possível porque temos uma rede de memória que retoma essa ideia da cartilha, um já-dito. No caso, o próprio título, ***"Direitos do professor"***, evidencia a ideia de uma contraposição aos ***"Deveres do professor"***, que se naturalizou no ESP, que foi evidenciado no *Facebook* por esse movimento. A cartilha do PCESP se inscreve, então, numa rede de memória que se contrapõe e coloca em *evidência* um discurso antagônico que resiste ao ESP. O uso das aspas nos dizeres "escola sem partido" e "deveres do professor" já nos indica a ideia de resistência, uma resistência que recorre à ironia, dada pela remissão a um discurso que se deseja desconstruir, *evidenciando* discursos que são silenciados pelo ESP. Vejamos então a cartilha proposta pelo PCESP:

Figura 5 - cartilha postada pelo PCESP



Fonte: disponível em: https://www.facebook.com/contraoescolasempartido/photos/a.1501216993503945/1805340813091560/?type=3&theater>.

O primeiro aspecto que precisamos pontuar, e que diferencia esta cartilha daquela a qual ela se contrapõe, é que esta foi apresentada apenas na postagem do PCESP do dia 5 de novembro de 2017. Não encontramos mais menções diretas ao texto[77], nem existe qualquer sugestão para que ele seja colado na sala dos professores, tampouco na sala de aula. O que encontramos nessa cartilha, como naquela do ESP, é a característica da repetição, da memorização, mas de maneira atenuada. Como na menção que se faz ao artigo 206 da Constituição Federal, artigo que fundamenta muito do discurso do PCESP, e também na frase injuntiva: "Diga não ao Escola Sem Partido". Essa atenuação da repetição e da memorização, já que esse texto, aparentemente, teve pouca circulação nas redes sociais, justifica nossa ponderação inicial em considerar o cartaz como uma cartilha.

Podemos entender a produção dos "Direitos do Professor" como uma forma de resistir ao uso da cartilha do ESP. O que o PCESP nos leva a entender é que o grupo não

[77] Essas poucas menções ao texto podem ser constatadas através de uma busca por imagens realizada no Google, empregando as palavras "direitos do professor PCESP".

concorda com o uso da cartilha do ESP e que cria a sua própria com o intuito de *evidenciar* o silenciado. O fato de o PCESP não republicar a cartilha com os Direitos do Professor, ao contrário do que faz o ESP com os "Deveres do Professor", nos sugere que o grupo *evidencia* e descarta, justamente por não concordar com a produção da cartilha do ESP.

Antes de nos atermos às análises específicas de cada sequência, é importante destacar algumas marcas linguístico-discursivas que aparecem "listadas" como normativas - trazendo à memória a ideia de lei – e que nos chamam a atenção. Vejamos:

1 - ***Ser respeitado*** na sua pessoa e nas suas funções, tanto pela comunidade escolar quanto pela sociedade.

2 - ***Liberdade para*** ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; conforme garantido pela Constituição Federal (Art. 206 §11).

3 - ***Direito ao*** pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; conforme garantido pela Constituição Federal (Art. 206 §111).

4 - ***Acesso a*** um ambiente adequado ao processo de ensino e aprendizagem.

5 - ***Direito de*** ser apoiado no exercício de sua atividade, pelos órgãos de direção, administração e gestão, diretamente ou por intermédio das estruturas da orientação educativa.

6 - ***O professor não permitirá*** que os ***direitos*** assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula. (PCESP, 2020)

Para entender esse processo e respaldar nossa análise precisamos retomar uma noção de Orlandi (1996), segundo a qual:

> Para que a língua faça sentido é preciso que a história intervenha. E com ela o equívoco, a ambiguidade, a opacidade, a espessura material do significante. Daí a necessidade de administrá-la, de regular as suas possibilidades, as suas condições. A interpretação, portanto, não é mero gesto de decodificação, de apreensão do sentido. Também não é livre de determinações. Ela não pode ser qualquer uma e não é igualmente distribuída na formação social. O que a garante é a memória sob dois aspectos: a) a memória institucionalizada, ou seja, o arquivo, o trabalho social da interpretação em que se distingue quem tem e quem não tem direito a ela; e b) a memória constitutiva, ou seja, o interdiscurso, o trabalho histórico da constituição da interpretação (o dizível, o repetível, o saber discursivo) (ORLANDI, 1996, p. 67).

Esses dizeres se filiam a um mesmo domínio de memória: "dever a x" que se contrapõe ao "direito a x", ou seja, nosso gesto de interpretação está vinculado a outro, em "relação a". Temos um gesto censório de dever (ESP) e, em contrapartida, um discurso que surge a partir desse gesto (PCESP). Nesse processo, o PCESP lança mão de uma resistência que consiste em se contrapor ao discurso do ESP, *evidenciando-o* ao mesmo tempo em que propõe sua negação, o que nos mostra, conforme mencionamos anteriormente, a ocorrência de uma estratégia de resistência por oposição. No momento em que o discurso do PCESP

evidencia o direito, através das marcas linguístico-discursivas ***"Liberdade para; Direito ao; Acesso a; Direito de; direitos (SD02/03/04/05/06/PCESP)",*** ele também resiste à censura, ao silenciamento imposto pelo ESP. Temos a mesma rede de memória (censura), no entanto os sentidos produzidos são distintos (censura x resistência / deveres x direitos). Falando de outra forma, a partir dessas filiações de sentido podemos relacionar as sequências discursivas a um modo de resistência que se inscreve numa mesma rede de memórias, mas que, no entanto, produzem efeitos de sentidos diferentes.

Na primeira sequência, ***"ser respeitado*** *na sua pessoa e nas suas funções, tanto pela comunidade escolar quanto pela sociedade* ***(SD01/PCESP)"****,* através do uso do verbo auxiliar (ser) + verbo principal no particípio (respeitado), a voz que aparece é a do professor, que é sujeito de direito no exercício de sua função. O que se evidencia ***"ser respeitado (SD01/PCESP)"*** é que o professor precisa ser respeitado para exercer a sua função e não ser vigiado, censurado para evitar uma suposta doutrinação que aponta o professor como aquele que oprime o aluno, como aquele que se submete a "***O Professor não se aproveitará*** *da audiência* ***cativa*** *dos alunos* ***para promover*** os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias ***(SD01)"***. O que Moreira (2019, p. 150) classifica como "o outro subversivo", ou seja, "compreendemos o uso da passiva como um processo de desopacização dos sentidos de subversivo e subversividade em que está silenciado quem acusa, quem processa, quem condena [...]" .

A sequência de número 2, que trata da "***liberdade para ensinar***, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; conforme garantido pela Constituição Federal (Art. 206, §11) ***(SD02/PCESP)"***, se contrapõe ao item 2 da cartilha do ESP - "***O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá*** *os alunos* ***em razão de*** *suas convicções* ***políticas, ideológicas, morais ou religiosas****, ou da falta delas* ***(SD02)."*** A expressão **"liberdade *(SD02/PCESP)"*** discursiviza o fato de o professor apresentar ideias diferentes do ponto de vista político, ideológico, moral ou religioso do aluno é tratado como liberdade de ensinar. O que o PCESP considera como "***Liberdade para ensinar (SD02/PCESP)"*** o ESP discursiviza como uma forma do professor impor ao aluno suas próprias ideologias, usando como marca o pronome possessivo ***"suas [do professor]*** *convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas* ***(SD02)".***

Na terceira sequência, "***Direito ao*** *pluralismo de ideias e concepções pedagógicas; conforme garantido pela Constituição Federal (Art. 206, §111)* ***(SD03/PCESP)"***, temos uma posição antagônica: enquanto o PCESP discursiviza o ***"direito",*** o ESP faz o oposto - *"****O Professor não fará*** *propaganda político-partidária em sala de aula*

nem incitará *seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas* ***(SD03)”*** - discursivizando, por meio do advérbio de negação e do verbo o dever, em um gesto censório - ***“não fará”***. Portanto, a marca “***Direito (SD03/PCESP)”*** discursiviza que o professor pode fazer o uso do pluralismo de ideias; em contrapartida, o ESP não permite que o professor faça isso por meio das marcas ***“não fará/nem incitará (SD03)”*** .

Na sequência de número 4, “***Acesso a*** um ambiente adequado ao processo de ensino e aprendizagem ***(SD04/PCESP)”***, essa marca funciona discursivamente como ***“Direito a (SD03/PCESP)”***, ou seja, a voz que reivindica o ***direito a*** “um ambiente adequado” para que ocorra o processo de ensino-aprendizagem é a mesma voz que parece conhecer a realidade da escola, que muitas vezes não tem o material básico para que esse processo educacional aconteça. Nas salas de aula faltam carteiras ou, muitas vezes, elas estão quebradas, os alunos não têm internet e, às vezes, o material escolar básico - como caderno, lápis e borracha - demora a chegar à escola, a ponto de o próprio professor ter de buscar outros recursos para oferecer isso aos alunos, porque algumas famílias não têm como providenciá-lo. O verbete ***acesso*** também nos chama atenção, pois o discurso é do todo, de que todos tenham ***acesso [direito a]*** a um ambiente adequado. Nesse caso, o verbete ***acesso*** se refere ***[ao direito a]*** à educação, que proporciona o ingresso ao “conhecimento filiado a instituições e gerido pelo Estado” (ORLANDI, [2010] 2020, p. 21). Cabe lembrar também que esse ***acesso [direito]*** ao conhecimento proporcionado pelas instituições de ensino é parte de uma política pública, que, como uma prática que distinguindo, através do discurso, “as posições-sujeito em suas práticas sociais” (ORLANDI, [2016] 2020, p. 69), engloba os sujeitos envolvidos na educação.

Também quando se menciona **“*Acesso a* *um ambiente adequado*** ao processo de ensino e aprendizagem ***(SD04/PCESP)”***, essa reivindicação de *um ambiente* adequado não se restringe ao sujeito-professor, pois em seguida se propõe que este ambiente adequado faça parte do processo de ***“ensino-aprendizado”***, ou seja, professor (ensino) / aluno (aprendizado). Portanto, sujeito-professor e sujeito-aluno precisam de ***“um ambiente adequado”*** para que se obtenha um processo educacional satisfatório. Ou seja, mais importante que se preocupar com o tratamento de ***“questões políticas, sócio-culturais e econômicas [...] (SD04)”*** apresentando “***as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria [...] (SD04)”*** é preciso garantir o ***acesso [o direito]*** adequado a todos.

Na sequência 5, **“*Direito de* *ser apoiado no exercício de sua atividade*, pelos *órgãos de direção, administração e gestão*,** diretamente ou por intermédio das estruturas da orientação educativa ***(SD05/PCESP)”***, temos uma oposição à sequência 5 da cartilha do ESP,

“ *o professor respeitar* ***o direito*** *dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções* ***(SD05)”****.* ***Direito*** manifesta-se de forma antagônica para os grupos, enquanto o PCESP reivindica ***o direito*** *do professor* o ESP reivindica ***o direito*** *dos pais dos alunos*. Ou seja, o que o PCESP busca é o “***direito [do professor]*** *de ser apoiado [respeitado]* ***(SD05/PCESP)”*** para exercer sua função (ensinar) sem censura (com liberdade) ***“****no exercício de sua atividade* ***(SD05/PCESP)”***, enquanto o ESP busca “***o direito dos pais dos alunos (SD05)”*** de serem respeitados pelo professor (no exercício de sua função) ensinando aos seus filhos uma ***“****educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções* ***(SD05)”.***

A sexta sequência trata de uma estrutura sintática quase idêntica: ***“O professor não permitirá*** *que* ***os direitos*** *assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de terceiros, dentro da sala de aula (SD06/PCESP)”* x “***O Professor não permitirá*** *que* ***os direitos*** *assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula*” (*SD06*). A negação, dada através do “não”, na cartilha do PCESP, tem o efeito de um chamado a resistência, a uma busca de se garantir direitos *“que* ***os direitos****”*, ao passo que esse mesmo “não”, na cartilha do ESP, funciona como uma restrição, na medida em que determina um dever ao professor. O *não* estabelece uma negativa e, ao mesmo tempo, uma oposição: a negativa ao próprio *não* relacionado aos direitos do professor (proposta pela cartilha do ESP) e a oposição à determinação de deveres que restringem a liberdade do professor. Assim, os sentidos das duas sequências são totalmente opostos: no PCESP - ***“o professor não permitirá*** *que* ***os direitos...”*** - o que se busca *evidenciar* no silenciado é que o sujeito-professor e o sujeito-aluno tenham seus direitos assegurados e que suas vozes não podem ser censuradas/silenciadas ***por terceiros*** (pais, gestão, direção); enquanto, no ESP - ***“o professor não permitirá*** *que* ***os direitos”*** - não há necessariamente direitos, mas deveres do sujeito-professor aos quais o professor deve obedecer. O professor é, então, sujeito-de-dever e ele mesmo deve garantir que se cumpram todas as “leis” e que nem os pais ou direção (terceiros) nem estudantes possam interferir no cumprimento delas.

Nessa oposição entre ***direitos*** e ***deveres***, podemos observar também como essas duas marcas se referem aos sujeitos professor e alunos em cada uma das cartilhas: na do ESP, fala-se em direito na perspectiva dos alunos e suas famílias (o direito de serem protegidos contra a ação dos professores), cabendo ao professor apenas os deveres (o dever de acatar medidas que não prejudiquem as liberdades, de pensamento e crença de pais e alunos). Já na cartilha do PCESP, os direitos contemplam professores e alunos de modo a unir esses sujeitos em uma única causa, que é a educação.

O que se compreende entre esses discursos antagônicos (deveres x direitos) é que um lado (ESP) está centrado nas obrigações do professor, no que ele pode ou não dizer, o que pode ou não fazer, e que o outro lado (PCESP) está preocupado com a sua prática e a do aluno, com o contexto escolar, de como exercer na prática sua função, de como promover o processo de ensino-aprendizagem dentro da escola e reivindicando que se tenha um ambiente adequado para isso. Temos de um lado (ESP), um pré-construído, um já-dito, uma memória discursiva que aponta para um silenciamento/uma censura e, de outro, "essa voz proibida" é evidenciada em um sujeito-subversivo (professor), que parece apresentar em sua FD o *direito* de exercer condignamente sua profissão: esses direitos são marcados ***"nos itens anteriores (SD06/PCESP)"***, principalmente pela menção a CF de 1988, especialmente a partir do artigo 206.

Ao apontar "direitos do professor" nessas sequências, o PCESP *evidencia* aquilo que está sendo silenciado ou, de certo modo, negado: os direitos do professor relacionados ao exercício de sua profissão e, ao mesmo tempo, o direito de acesso à educação e a condições favoráveis de ensino-aprendizagem, o que é dado por marcas como: "***liberdade, direito e acesso (SD02/03/04/PCESP)"***. Ao promover essa *evidenciação* do silenciamento, o PCESP promove um chamamento à resistência, reivindicando uma defesa por direitos. A voz silenciada, presente na cartilha do ESP, é evidenciada na do PCESP como uma reinvindicação de direitos, o que, a nosso ver, é determinado como *o que não deve* e *não pode* ser dito sob a perspectiva do discurso do ESP. Assim, como nos ensina Moreira (2019, p. 152), "devemos dizer que as normas censórias vão silenciar os dizeres que não podem/devem ser inscritos [...]". Isso, como já vimos, não significa que essa censura não encontra resistência, ao contrário, a censura gera o "outro subversivo" (*Ibidem*, 2019, p. 150).

A censura pode estabelecer estreitas relações com o Estado em uma conjuntura de autoritarismo político, tornando-se parte de um mecanismo de governo: uma censura normatizada e normatizadora, já que é institucionalizada (*Ibidem*, 2009, p. 79). Entretanto, nem toda censura decorre de um mecanismo estatal. Ela pode ser não institucionalizada, funcionando através de gestos censórios, que são práticas de censura, ou de silenciamento discursivo com vistas a controlar o sentido (MOREIRA, 2018), o que se pode dar de maneiras diversas. Essas práticas não institucionalizadas de silenciamento censório criam ou estabelecem determinadas evidências através das quais se acobertam lacunas criadas pelo próprio gesto censório: gestos censórios silenciam determinados sentidos, e as lacunas deixadas por esse gesto são preenchidas por evidências geradas por esses mesmos procedimentos censórios (MOREIRA, 2009, p. 101). Desse modo, os já-ditos de uma FD, o

que se pode e se deve dizer, ficam preestabelecidos por essa memória censurada. Há então uma espécie de engenharia de censura (MOREIRA, 2009, p. 101), graças à qual certos sentidos são projetados e construídos e colocados em lugar de outros, silenciados.

O que podemos sintetizar dessas análises das cartilhas é que para o ESP ela funciona como uma norma a ser seguida e legalizada por meio dos PLs. Ela é perpassada por um discurso aparentemente democrático e lógico, mas, como evidencia o PCESP, apresenta marcas discursivas que buscam silenciar/censurar e controlar a conduta do professor. Desta forma, é bem compreensível que o grupo do ESP retome sua publicação de modo recorrente, em sua plataforma no *Facebook*, como uma forma de lembrar ao professor que ele é um sujeito de deveres, que está e precisa ser controlado. De forma antagônica, ao publicar sua cartilha, o PCESP busca *evidenciar* aquilo que se opõe ao discurso do ESP, e até mesmo o fato de ter publicado apenas uma vez (em 2017) parece discursivamente como uma forma de resistência, de *evidenciar* ao ESP que isso não deve ser feito. Também coloca o professor como sujeito de direito. Assim, os imaginários que perpassam essas cartilhas sobre o papel do professor (que deve ser vigiado, que deve controlar o seu dizer) e do aluno (que deve vigiar e denunciar o professor, quando se sentir doutrinado) nos apontam para um gesto censório no que tange ao ESP e num modo de resistir no caso do PCESP.

Portanto, após as análises das seis sequências, cujas marcas discursivas ***"respeitado/liberdade/direito/acesso (SD 01/02/03/04/PCESP)"*** evidenciam uma resistência, que se contraidentificam com as marcas discursivas do ESP como gesto censório "***não (SD 01/02/03/06)"***, foi possível depreender que o ESP se inscreve numa FD de censura (como já mencionamos na seção 3.2.1) e o PCESP numa FD de resistência.

Aqui também fica muito marcada a heterogeneidade das FDs. A FD PCESP está atravessada pelo ESP. Por mais que não esteja materializado na língua com as mesmas construções parafrásticas, fica materializado pela produção dos imaginários que o PCESP produz em relação ao ESP, ou seja, o PCESP é atravessado pela FD do ESP enquanto um grupo que busca resistir ao outro.

4. Sequências discursivas que naturalizam os imaginários produzidos no discurso do ESP e do PCESP

O objetivo deste capítulo é buscar, a partir da formação das famílias parafrásticas, as marcas discursivas que nos ajudam a refletir sobre nossos objetivos específicos (verificar quais imaginários discursivos o cartaz produz referentes ao papel do professor nos dois grupos; verificar quais imaginários dos discursos do ESP se identificam com os discursos do PCESP; elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* em funcionamento no discurso do ESP e do PCESP; verificar como se dá a apropriação da noção de ideologia pelos dois movimentos; verificar quais sentidos são produzidos sobre "liberdade de expressão" e/ou "liberdade de cátedra" nos dois grupos).

Neste capítulo também consideramos algumas questões de nossa pesquisa: como o gesto censório e o *evidenciamento* são produzidos e funcionam discursivamente nas postagens e nos comentários postados dos dois grupos? Quais os imaginários são produzidos nos comentários postados nas páginas pelos membros do ESP e do PCESP, no *Facebook*, ou se inscrevem nessas posições discursivas referentes ao papel do professor e sua atividade docente? Quais imaginários constituem o sentido de "sem partido" tanto para o ESP quanto para o PCESP?

Queremos esclarecer, antes de iniciarmos as análises dos *posts* e comentários, que a nossa busca não é pela ordem cronológica, mas sim pela regularidade expressa no discurso, ou seja, as marcas que produzem efeito de sentido auxiliando em nossa pesquisa. Além disso, é preciso pontuar que o fato de o comentário ser postado no site do ESP ou do PCESP não significa automaticamente que estejam inscritos na mesma FD. Isso porque quando um comentarista posta algo no *site* do ESP não significa que ele, comentarista, esteja interpelado das mesmas ideologias do grupo, pois as FD's são heterogêneas, podendo uma atravessar a outra.

Ao contrário do que se pode supor a princípio, muitas vezes, esse discurso presente no perfil de um grupo se manifesta como uma oposição. A mesma consideração se aplica às postagens realizadas no perfil do PCESP, no *Facebook*. Portanto, ao analisarmos essas postagens, buscamos apresentar os discursos que se inscrevem numa mesma FD do ESP, distinguindo-os dos discursos presentes na FD do PCESP, que são marcadamente opostas.

Também cabe ressaltar o uso das expressões postado "no/pelo", quando usamos o *no*, referimo-nos aos comentários postados nos grupos do ESP e PCESP; já quando usamos

pelo, referimo-nos à voz discursiva do próprio grupo, que assume a autoria da publicação usando o nome do grupo ao fazer a postagem. Assim, "postado no" indica que a mensagem foi postada, na página ou perfil do referido movimento, por qualquer comentarista, enquanto que "postado por" se refere à postagem, diríamos, assinada, pelo ESP ou pelo PCESP. Também é preciso esclarecer que usamos a sigla dos grupos (ESP/PCESP) quando estes assumem a voz da postagem e/ou comentário.

Como mencionado na Metodologia para identificar a que grupo pertence cada SD, usamos siglas correspondentes a cada grupo de famílias parafrásticas: Grupo de Nomeação do Professor (SDGNP); Grupo de Posição Ideológica (SDGPI); Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra (SDGLC); Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade (SDGDA); Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido (SDGSCP); Grupo Gestos Censórios (SDGGC). Todos os comentários foram enumerados de modo cardinal, mas aqui apresentaremos somente os que nos auxiliarão na pesquisa. Os comentários completos se encontram no anexo.

4.1 Imaginário de Nomeação de Professor

No discurso do ESP e do PCESP, um dos aspectos mais chamativos é a maneira como é produzido o imaginário sobre o docente. O professor é, então, nomeado de diversas formas tanto no *Facebook* do ESP quanto no do PCESP. Identificamos e selecionamos algumas dessas marcas discursivas, que caracterizam esse profissional. Depois buscamos refletir sobre elas de modo a compreender com mais profundidade a razão dessa forma de nomear (GUIMARÃES, 2003b) tais profissionais e que relações essas nomeações estabelecem entre o discurso desses movimentos e suas condições de produção. Para isso mobilizamos a noção de imaginário e de paráfrase (já apresentadas no quadro teórico-metodológico - capítulo 2). Retomemos aqui esses dois aspectos como forma de iniciarmos nossas reflexões.

Como já foi dito antes, o trabalho com as marcas discursivas é um processo de desopacização, no qual precisamos analisar no funcionamento discursivo os imaginários produzidos. Como nos mostra o trabalho de Mariani (1996, p. 103), temos a ilusão de usarmos a linguagem de modo transparente, já que acreditamos ser claros e objetivos ao expormos verbalmente nossas ideias. Porém a linguagem não é transparente, menos ainda neutra. Sabemos que ela é perpassada pela memória e pela história. Vários sentidos são

construídos/constituídos a partir desses dois fatores. Os sentidos não decorrem das palavras em si, mas das relações que são estabelecidas entre os grupos de palavras. Assim, as palavras,

> enquanto formas discursivas, são substituíveis contextualmente, ou seja, são produto de um processo de produção de sentidos cuja dominância não se inaugura hoje. Lembremos que a dominância discursiva está diretamente relacionada ao processo de produção de sentidos dominante que dá visibilidade à manifestação de sequências discursivas concretas, ou melhor, efetivamente em circulação em dado momento histórico. (MARIANI, [2019] 2020c, p. 279)

Portanto, ao analisar as sequências discursivas e construir nosso gesto de interpretação, precisamos considerar "o equívoco, a opacidade, a espessura do significante" (ORLANDI, 1996, p. 67) para que a língua possa fazer sentido. Também atentamos, nessa análise, para a questão do imaginário, o qual, segundo Orlandi (2020) "não é mentira, nem imaginação, nem fantasia. Ele faz parte da maneira como o sujeito é constituído na produção de sentidos...". Esse sujeito que posta um comentário no *Facebook*, caso de nossa pesquisa, está inscrito numa posição-sujeito específica, levando-o a interpretar os sentidos em que se inscreve. Mariani (1996, p. 148) recorre a Serrani (1993) para elucidar a relação entre o imaginário e a paráfrase:

> Entendo que há paráfrase quando podemos estabelecer entre as unidades envolvidas uma ressonância interdiscursiva - de significação, que tende a construir a realidade (imaginária) de um sentido. (...). As paráfrases, então, tal como as estou entendendo aqui, ressoam significativamente na verticalidade do discurso e concretizam-se na horizontalidade da cadeia, através de diferentes realizações linguísticas. (SERRANI, 1993, p. 47 *apud* MARIANI, 1996, p. 148)

Assim, ao formarmos as famílias parafrásticas, buscamos desopacizar a linguagem e refletir sobre esses imaginários, que se manifestam nas repetições, na memória, na história, que são discursivizados nos comentários do ESP e do PCESP postados no *Facebook*. Apresentamos, agora, algumas SDs dos comentários e postagens do período correspondente de 2015 a 2019 que remetem ao imaginário do professor como comunista (ver completo no Anexo).

Grupo de Nomeação de Professor:

Comentarista 05 Muita atenção, ***eles pegam os inocentes***.
Postado no ESP 27/05/17 19:56 Curtir Responder Compartilhar

Comentarista 04 Toda semana vou a escola da minha filha. Não deixo ***esses lixos comunistas*** livres para fazerem o que bem quer.
Postado no ESP 27/05/17 20:01 Curtir Responder Compartilhar

Comentarista 05 ***Professores comunistas*** - aliás, quase um pleonasmo - usam a cadeira de Filosofia para um único propósito: ensinar 99% de marxismo e 1% para dar uma tinta sobre as outras correntes filosóficas e econômicas.
Postado no ESP 27 /05/17 19:18 Curtir Responder Compartilhar

É recorrente, no *Facebook* do ESP e do PCESP, encontrarmos as marcas "***comunista, de lixo, que pegam os inocentes (SDGNP04/05)"***, a palavra comunista é usada de modo pejorativo, como xingamento através de adjetivos e locuções adjetivas com o intuito de ofender os professores. O professor, então, passa a ser sinônimo de algo ruim. Esses sintagmas nominais remetem a uma memória sobre o comunismo, na qual esses professores comunistas são apresentados como aqueles que, digamos, "comem criancinhas". Segundo Figes (1999) Lênin, em 1919, iniciou uma apolítica de confisco de grãos dos camponeses o que resultou em uma crise de fome que levou muitas pessoas a morte. Então, na Rússia, socialista, as pessoas começaram a comer esses cadáveres, principalmente, de crianças para matar a fome. Portanto, essa expressão "comem criancinhas" está ligada a uma memória perpassada por uma história, na qual o socialismo é associado ao comunismo e, este por sua vez, é retratado como aquele que cometia atos de canibalismo por prazer. Desta forma, imagem do professor passa a ser associada à de um comunista, um criminoso, e a dos alunos a de seres passivos/inocentes, que são "devorados" (doutrinados) pelos criminosos (professores).

De acordo com Mariani ([2019] 2020c, p. 279), essas formas discursivas "funcionam como caução para processos de significação do que, na ordem das formações imaginárias, vai sendo construído discursivamente como uma única realidade". Constitui-se então um imaginário que passa a ganhar *status* de verdade. Segundo esse imaginário, *todo* professor passa a ser comunista, sendo, portanto, criminoso, que tem por finalidade "prender" (pegar) os alunos convencendo-os a adotar os ideais comunistas pregados pelo professor.

Também compreendemos o deslizamento metafórico da noção de ameaça comunista, manifestada na imagem do professor comunista/militante que, por sua vez, está associada a um partido político de esquerda.

Grupo de Nomeação de Professor:

Comentarista 36 ***A Nossa Bandeira JAMAIS será vermelha***. ***Sou 100%*** Escola Sem Partido...***BRASIL***!
Postado no ESP 22/05/16 21:55 Curtir Responder Compartilhar

Comentarista 19 Do jeito que é, todos sabem a merda que está escrita nos livros... E isso fatalmente corrobora com o pensamento ***sócio-comuno-doutrino-esquerdopata da maioria dos professores***...
Postado no ESP 27/05/17 22:49 Curtir Responder Compartilhar

ESP Deveres do Professor afixados na parede das salas de aula + celular ativado na função gravador em cima da carteira do aluno = ***cheque-mate no militante disfarçado de professor***. Nunca foi tão fácil resolver um problema tão complicado. Por isso a esquerda está apavorada com o ESP.
Postado pelo ESP 11/03/19 16:20 Curtir Responder Compartilhar

Comentarista 01 Penso que ***vocês estão usurpando o direito das famílias de educarem seus filhos***. [...] **não admito** que ***um professorzinho esquerdopata*** enfie na cabeça do aluno ideias anti-X.
Postado no PCESP em 06/11/17 16:39 Curtir Responder Compartilhar

O funcionamento do imaginário da discursividade interpelado pelo medo do comunismo, marcado com o advérbio de negação em letras maiúsculas ***"****nossa bandeira* ***JAMAIS*** *será vermelha* ***(SDGNP36)"***, produz um efeito de sentido metafórico que associa a um partido político de esquerda, o PT, com o comunismo. Esse deslizamento metafórico, para a noção de comunismo e sua associação ao referido partido político de esquerda, se dá pelo fato de este usar uma bandeira vermelha. A palavra ***"JAMAIS (SDGNP36)"***, em letras maiúsculas, é a marca na língua como grito, materializada pelo advérbio de negação, que não permite que a esquerda torne o Brasil um país comunista. Ou seja, essa marca grita uma negação ao comunismo no Brasil. A parte final do comentário, ***"sou 100% ESP (SDGNP36)"***, o verbo ser no presente do indicativo + as marcas "***JAMAIS será vermelha (SDGNP36)"*** está interpelado a uma memória que agora no presente também relaciona o vermelho com o comunismo e também com o PT, que o ESP não é comunista, nem tem ligações com o PT. Além disso, a exclamação ***"BRASIL! (SDGNP36)"*** no final do comentário propõe uma reafirmação do ESP enquanto um movimento que se preocupa com o país e seus respectivos valores perpassada por uma memória que, na atualidade, é retomada na questão da bandeira, do hino, do amor à pátria.

Como pontua Mariani ([2019] 2020c, p. 279), "vermelho, comunista e esquerda" são constitutivos de uma rede de memória que associa essas marcas linguístico-discursivas com corrupção e criminalidade. Devemos destacar as condições de produção desses discursos que exprimem medo do esquerdismo e/ou comunismo, considerando a condição de produção político-social-histórico, que, inclusive, já mencionamos: as eleições de 2018. Nesse período, houve uma intensa polarização entre direita e esquerda, com um medo latente da esquerda e sua suposta relação com o comunismo, naturalizando-se, a partir daí, um discurso antipetista (anticomunista), muitas vezes se constituindo como um discurso de ódio, e não de oposição política.

Percebe-se, então, uma discursividade a partir de um outro discurso, o discurso da ditadura militar, que enfatizava a ameaça do comunismo no Brasil e que está perpassado por uma memória da ameaça do comunismo como um sentido polarizado entre ser amigo da

pátria (bem) x ser inimigo da pátria (mal). Temos, portanto, uma condição de produção que permite essa produção de sentidos. Não há uma relação explícita entre eles, mas é possível analisar os vestígios dessas condições de produção através desses discursos.

Relacionado a marca "comunista" se regulariza o dizer esquerdopata e, adjacente a ele, se regularizam as marcas "***sócio-comuno-doutrino-esquerdopata/militante/professorzinhoesquerdopata (SDGNP19/ESP/01)"***. De acordo com Mariani ([2019] 2020c, p. 284), podemos analisar a marca esquerdopata sob dois vieses: "o das esquerdas e o da medicina". Para a autora, a formação "*esquerd (o) pata"* está posta como uma psicopatia *"psic (o) pata"***.** A "a etimologia de *psicopata* está na união de *psyché* e *pathós*, duas palavras gregas que significam alma ou mente, e doença ou sofrimento" (MARIANI, [2019] 2020c, p. 284). Portanto, esse sujeito seria doente por ser de esquerda. A marca é usada com sentido de "ridicularização e humilhação". A autora ainda pontua que a marca "esquerdopata" já está registrada no *Dicionário informal online.* Portanto, este sentido já está posto, naturalizado.

Essa "doença" (grifo nosso) é registrada como forma de xingamento e, ao mesmo tempo, como uma ameaça imaginária capaz de tomar pela força como apresentado através das marcas do verbo usurpar+o advérbio de negação+o verbo admitir ***"usurpando... não admito (SDGNP01)"*** o direito da família de educar os seus filhos. Percebe-se também a tentativa de diminuir, desqualificar o professor, apresentá-lo como um qualquer ao usar a marca professor no diminutivo, ***"professorzinho (SDGNP01)"***. Os adjetivos são marcas que funcionam também no sentido pejorativo, "***esquerdopata/ sócio-comuno-doutrino-esquerdopata/ (SDGNP01/19)"***.

Esses xingamentos acabam por promover "o empobrecimento do simbólico" e uma "exacerbação de um fantasma que se quer eliminar" (MARIANI, [2019] 2020c, p. 284). Quando esses comentaristas postam essas, digamos agressões verbais[78] aos professores, perde-se a oportunidade de apresentar argumentos, de promover discussões, de apresentar novas ideias para a educação e, ao mesmo tempo, fica latente a ideia de que se deve eliminar o comunismo, sendo o professor posto como comunista, e, por essa via, uma ameaça a ser combatida. Nesse âmbito, fica o nosso questionamento: seria o caso de combater o professor?

Ainda ocorrem outros deslizamentos nessas marcas linguístico-discursivas, por meio de adjetivos: ao colocar o professor/comunista como "***sócio-comuno-doutrino-esquerdopata (SDGNP19)"*** e, portanto, como marxista e socialista. No caso, o professor

[78] É certo que a qualificação desses comentários como "agressão verbal" (grifo nosso) contém traços de uma apreciação nossa sobre o discurso em análise, mas usamos a palavra agressão por considerar que o propósito do comentário é, mais que repreender ou criticar, depreciar e desqualificar aqueles sujeitos a quem esses comentários se destinam: os professores.

acaba sendo acusado como "***doutrino-esquerdopata (SDGNP19)"*** por promover doutrinação comunista na escola. Tal série remissiva, que é recorrente no site do ESP, promove dizeres que se estabelecem como oposição ao PCESP, e seus seguidores, através do *Facebook*. No caso, o comentário seguinte, postado na página do PCESP, nos mostra a relação de oposição entre os dois movimentos: "***militante*** *agora é sinônimo* ***de marxista, comunista, e esquerda? Militante marxista comunista, e de esquerda? é crime ser professor(a) e militante de esquerda?"/ não sou esquerdopata [...] têm a patologia da ignorância (SDGNP23/02)***"*.

Grupo de Nomeação de Professor:

Comentarista 23 [...] ***Militante agora é sinônimo de marxista, comunista, e esquerda***? ***Só existe militante marxista, comunista, e de esquerda***? E desde quando ***é crime ser professor(a) e militante de esquerda***?
Postado no PCESP em 11 /04/19 10:05 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 E ***não sou esquerdopata pq não tenho patolog***ia! Quem é patologicamente comprometido é aquele que pensa como pensavam os medievais. Têm a patologia da ignorância e só conseguem se expressar por meio de clichês!
Postado no PCESP 06/11/17 19:03 Curtir Comentar Compartilhar

Em posições antagônicas, seguidores do ESP e do PCESP, através de seus comentários postados, atribuem sentidos diferentes aos mesmos sintagmas, marcando suas diferentes posições discursivas. Assim,

> as formações ideológicas de que acabamos de falar 'comportam necessariamente, como um de seus componentes, uma ou várias formações discursivas interligadas eu determinam o que pode e deve ser dito (articulado sob a forma de um arenga, um sermão, um panfleto, uma exposição, um programa etc.) a partir de uma posição numa conjuntura', isto é, numa certa relação de lugares no interior de um aparelho ideológico, e inscrita numa relação de classes. Diremos então que toda formação discursiva deriva de condições de produção específicas, identificáveis a partir do que acabamos de designar (PÊCHEUX; FUCHS, 1990, p. 166)

Destarte, nessa discursivização o sujeito é interpelado pela memória/história/ideologia, que acaba por *evidenciar* que o ESP se contrapõe ao PCESP. O ESP produz um sentido negativo para o comunismo, marcado por adjetivos e pelo diminutivo de professor: "***sócio-comuno-doutrino-esquerdopata/militante/professorzinhoesquerdopata (SDGNP19/ESP/01)"***, que desliza metaforicamente para o professor. Em contrapartida, o que se inscreve na posição-sujeito do PCESP contradiz a ideia de professor enquanto militante do comunismo, usando a frase no modo interrogativo "***militante é sinônimo de marxista, comunista, e esquerda? militante marxista, comunista, e de esquerda? é crime ser professor(a) e militante de esquerda?"/ não sou esquerdopata [...] têm a patologia da***

ignorância (SDGNP23/02)”, ou simplesmente “esquerdopata” levantando questionamentos e produzindo um significado oposto ao do ESP sobre essa questão.

O professor também é apresentado pelo ESP, muitas vezes, como doutrinador, inclusive, combater a doutrinação é um dos objetivos principais do grupo, conforme apresentado no site do ESP (explicitado no capítulo 2). Doutrinar, segundo o *Dicionário HOUAISS Online de Português*[79], é “instruir em uma doutrina (religiosa, política, social etc.); fazer divulgação de uma doutrina, dos preceitos de uma ideia, instruir alguém religiosamente; catequizar.” Por sua vez, a palavra “catequizar”, conforme encontrada no dicionário, nos chama a atenção, pois ela se relaciona também com “cartilha” noção que já comentamos.

Há, portanto, uma memória sobre doutrinação e catequese, que perpassa o já-dito, o que foi discutido e posto pelo ESP como forma de acabar com a chamada doutrinação ideológica: a cartilha. Percebe-se que esse instrumento que, no passado, era usado na *catequização*, no presente é retomado como algo que combate essa “catequização/doutrinação” não desejada. Tanto a cartilha quanto a doutrinação têm como objetivo “catequizar”. O objetivo das as duas “parece” (grifo nosso) o mesmo: *catequizar, instruir*, no entanto, se inscrevem em posições distintas. Isso porque a cartilha é usada como forma de combate enquanto a doutrinação é aquilo que precisa ser combatido.

A cartilha, segundo o ESP, seria usada como forma de cada aluno se defender de professores doutrinadores. O aluno aparece como vítima indefesa dessa doutrinação e os professores, aproveitando de sua posição-sujeito, por sua vez, seriam aqueles que “prendem”, que cerceiam a liberdade do aluno, já que “***se aproveitam da sua audiência cativa (SDGNP/ESP)”***.

Grupo de Nomeação de Professor:

ESP DIGO EU: O projeto vai dar aos alunos os meios de que eles necessitam para se defender de professores que, a pretexto de “politizá-los”, ***se aproveitam da sua audiência cativa, da autoridade que lhes é conferida pela cátedra*** e do segredo das salas de aula***, para tentar transformá-los em réplicas ideológicas de si mesmos***. Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

É importante pontuar que essa postagem de 2015, no *Facebook* do ESP, apresenta uma resposta a uma *suposta* postagem de um *suposto* professor a respeito do PL, que prevê o uso da cartilha alegando que isso sim é uma forma de doutrinação (ver completo no Anexo). Não conseguimos, em nossa pesquisa, identificar quem é *esse professor*, no entanto supomos que a resposta apresentada pelo ***“DIGO EU (SDGNP/ESP)”*** seja do próprio Nagib, uma vez

[79] Disponível em <https://www.dicio.com.br/doutrinar/>. Acesso em: 23 mai. 2020.

que o fundador do ESP afirma ser ele mesmo quem responde aos comentários, posta os materiais e responde os *e-mails*, conforme apresentamos no capítulo 1, que trata dos PLs.

O professor, de acordo com nosso gesto de interpretação do comentário de Nagib, estabelece aquilo que Orlandi (2015) denomina de relação de força sobre o aluno. Estabelece-se uma relação imaginária, na qual o professor é projetado como aquele que detém todo o controle sobre o aluno, que, por sua vez, se assujeita a essa posição-sujeito-professor sem resistência. O que não nos parece coerente, uma vez que, conforme nos mostra Pêcheux (2009), não há dominação/doutrinação sem que haja resistência.

O gesto de se manifestar em um *site*, postando comentários sobre as supostas tentativas de doutrinação por parte do professor, já aponta uma resistência dos alunos. Assim, a postagem desses comentários contradiz a ideia de alunos enquanto vítimas impossibilitadas de reação contra atitudes doutrinadoras dos docentes. Esses comentários, por sua vez, também sugerem que os alunos têm não apenas consciência dos atos criticados por eles próprios, mas também condições de reagir ao que chamam de doutrinação. O que pode ser analisado a partir sequências discursivas a seguir, que apresentam também a posição-sujeito-aluno enquanto um discurso inconformado/de resistência, contrapondo a ideia de assujeitamento apresentada pelo ESP.

Grupo de Nomeação de Professor:

Comentarista 23 **[...]** E, ***como aluno e professor, experimentei*** ou já tive conhecimento de incontáveis ***exemplos de doutrinação ideológica***, lamentavelmente. ***Doutrinação*** é, além de tudo, ***uma atitude covarde e antiética***, contrária à pedagogia, em todos os aspectos. E sobre ***a campanha partidária e por candidatos que professores*** abertamente fazem em sala? Isso é correto?
Postado no ESP 15/09/15 00 :12 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 32 sou estudante de escola pública desde meus sete anos de idade, ***tenho aula com professores que disseminam seus ideais políticos.***
Postado no ESP 28/05/17 17 :32 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 10 ***Ser professores é ter muito cuidado em não alienar os educandos com suas escolhas***. Precisa de tomar cuidado com tudo. ***Sou professora de História*** e dou aula de Ensino Religioso. Lembro que alunos ficavam curiosos para saber qual a minha religião, em quem eu ia votar. ***Precisamos mostrar as ideologias, as doutrinas, os pensamentos, sem doutrinamentos. Doutrinamentos é alienação***.
Postado no ESP 12 /03/19 07:31Curtir Comentar Compartilhar

Doutrinação, conforme é possível depreender nas marcas, desliza metaforicamente para outros sentidos como verificamos em "***atitude covarde e antiética/ disseminam ideais políticos/é alienação (SDGNP23/32/10)",*** ou seja, os adjetivos "***covarde e antiética (SDGNP23)"*** mais o substantivo ***"alienação (SDGNP /10)"*** são marcas que

produzem um efeito de sentido, no qual a doutrinação está relacionada a um comportamento inadequado.

Segundo o próprio Nagib (2008), citado por Katz (2017), e como já mencionamos anteriormente, esse processo de doutrinação estaria ligado a uma ideologia de esquerda, de modo que a doutrinação seria unilateral, sendo característica própria de docentes que simpatizassem com a esquerda:

> É fato notório que, nos últimos 30 anos, um número cada vez maior de professores e autores de livros didáticos vem se utilizando de suas aulas e de suas obras para doutrinar ideologicamente os estudantes, visando à formação e propagação de uma mentalidade social favorável a partidos e organizações de esquerda (NAGIB, 2008, *apud* KATZ, 2017, p. 53).

Essa suposta doutrinação para a esquerda é retratada nos comentários e endossada pelo ESP em seu *site*, como podemos analisar nas sequências discursivas seguintes:

Grupo de Nomeação do Professor:

Comentarista 20 ***continuar doutrinando para o comunismo*** pode não é?
Postado no ESP 11 /09/15 16:39 Curtir Comentar Compartilhar

ESP Fica tranquilo, ***se você não*** *se aproveita da presença obrigatória dos alunos para* ***cooptá-los para o seu partido ou a sua ideologia; se você não*** *favorece nem prejudica os alunos* ***em razão*** *das suas convicções políticas, ideológicas, religiosas e morais****; se você não*** *faz propaganda político-****partidária*** *em sala de aula****; se você não*** *usa os alunos como massa de manobra dos seus próprios interesses*; se, *ao tratar de questões controvertidas, você apresenta aos seus alunos as principais versões, teorias e perspectivas concorrentes* a *respeito da matéria;* ***se você não usurpa*** *a autoridade moral dos pais dos alunos sobre seus filhos*, [...]
Postado pelo ESP 13/09/15 02:33 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 15 ***Mas tem "professores"*** *que querem plantar* ***ideologias*** *políticas* ***partidárias***? ***Estamos perdidos .S. O. S.***
Postado no ESP em 28 /05/17 00:38 Curtir Comentar Compartilhar

As marcas ***"comunismo/partido/partidárias (SDGNP20/ESP/15)"*** são recorrentes no discurso do ESP, e seus seguidores, são marcas discursivas que giram em torno do discurso de doutrinação e apresentadas como sinônimos. A preponderância de uma doutrinação ideológica de esquerda é perceptível nas sequências. Mais uma vez o discurso de comunismo desliza para o PT ***"Comunismo/partido/partidárias (SDGNP20/ESP/15)"***, de modo que o combate deve ser contra o partido, que seria comunista. Os professores são apresentados dentro de um imaginário de doutrinação segundo o qual eles desejam atrair os alunos, marcados pelo verbo cooptar, ***"cooptá-los (SDGNP/ESP)"***, a um partido comunista, no caso, o PT. Assim, a doutrinação está para ideologia, que está para o aliciamento do aluno para o comunismo/petismo. Ainda verifica-se, nessas sequências, a memória do medo do

comunismo no pedido de socorro, usando uma sigla comum para produzir esse sentido ***"SOS (SDGNP15)"***. Há também um *evidenciamento*, cujos efeitos de sentido são o da existência, no Brasil, de um sistema de doutrinação, nas escolas, movido por esse sujeito-professor-comunista.

Além desse imaginário que constrói a imagem de muitos professores como militante comunista, é possível observar, em muitas sequências, a desqualificação do professor, que é caracterizado como um sujeito sem mérito ou conhecimento, como observamos na família parafrástica de professor demérito, mostrada a seguir:

Grupo de Nomeação do Professor:

Comentarista 22 ***Se não sabe dar aula, volte a estudar***.
Postado no ESP 11/09/15 12:41Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 ***O que você quer é um curso de como dar aula***. [...] ***Não sabe dar uma aula? Peça para sair!***
Postado no ESP 01/09/15 14:12 Curtir Comentar Compartilhar

Nessas postagens, também temos efeitos de sentido de desqualificação, que apontam os deméritos do professor, como nas sequências seguintes:

Grupo de Nomeação de Professor:

Comentarista 06 Quanta distorção nesse post! ***Doutrinadores de merda***!
Postado no PCESP 24/07/16 02:09 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 28 [...] ***pelo professor, como se este fosse um jumento de viseiras***. Acredito na liberdade de ensinar e de divulgar o pensamento e o saber.
Postado no ESP 23/05/16 14:58 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 42 *Só alguém* ***muito desonesto e canalha*** mesmo pra dizer que esse programa é uma "mordaça" para os professores! Acusam o Escola sem Partido daquilo que eles mesmos promovem!
Postado no ESP 28 /05/17 23:19 Curtir Comentar Compartilhar

Assim, nesses comentários, o advérbio de negação+o verbo saber, ***"não sabe*** *dar aula, volte a estudar/* ***como dar aula/ não sabe*** *dar aula?* ***(SDGNP22)"***, que se repetem nas marcas, dicursivizam que o professor passa a ser considerado como aquele que não tem conhecimento técnico para dar aula. De modo que esse(s) profissional(is) é(são) desvalorizado(s), criminalizado(s), e caracterizado(s) de forma pejorativa por meio de locução adjetiva+adjetivo como "***doutrinadores de merda!/ jumento de viseiras/ muito desonesto e canalha (SDGNP06/28/42)"***. O que também torna patente a presença de um discurso de ódio nessas discussões.

Essas imagens negativas, marcadas por locução adjetiva+adjetivo "***de merda!/ jumento de viseiras/ desonesto e canalha (SDGNP06/28/42)",*** se relacionam com um sentido pré-construído, com uma memória na qual o comunismo é um fantasma, algo negativo, que deve ser combatido. Portanto, ao associar o professor ao comunismo, aquele também deve ser combatido, e uma das formas desse combate seria justamente ofender esse profissional, desqualificá-lo.

Há uma ressignificação do comunismo, que passa a ser retomado, ressignificado e associado a "algo já enunciado antes" (MARIANI, 1998, p. 115). Esse já enunciado "em outro lugar é retomado e ressignificado. A ressignificação, por sua vez, vai conduzindo para o esquecimento dos sentidos antes tomados como evidências" (*Ibidem*, 1998, p. 115). Mas há também os dizeres que produzem sentidos que se opõem, partindo de dentro desse grupo demérito, e desconstroem esse pré-construído produzindo novos sentidos. Tratam-se dos comentários postados no *Facebook* do PCESP, que abordaremos a seguir:

Nas sequências seguintes, apontamos algumas marcas linguístico-discursivas relacionadas aos efeitos de sentido que se opõem àqueles produzidos pelo ESP sobre a nomeação do professor:

Grupo de Nomeação de Professor:

PCESP A "DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA" SEGUNDO O ESCOLA SEM PARTIDO:
*a expressão **"formar cidadãos críticos"** se traduz, na prática, por **"fazer** a cabeça dos alunos*"; um aluno pode "estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se ***desvia** frequentemente da matéria* objeto da disciplina ***para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional***";[...] ***Formar um cidadão crítico é capacitar** o aluno a **interpretar** o mundo a sua volta e **construir** com ele a ideia de que todos podem mudar o mundo em que vivem se agirem em conjunto no espaço público*. *Se essas características de **uma educação para a democracia** podem ser consideradas doutrinação ideológica, temos **que lutar** até o fim para que este PL 867/2015 não se torne lei nunca.* Somente quando ele for derrotado, poderemos mudar nosso nome para ***"Professores por uma educação para democracia".***
Postado pelo PCESP em 23/09/15 Acessado em 02/03/20 9:50 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 19 ***Se tiver** partido, **se tiver** religião, se for pessoa, e seguir doutrina**, é doutrinador**...*
Postado no PCESP 09/04/19 21:33 Curtir Comentar Compartilhar

Como analisamos nas marcas do verbo no modo subjuntivo, que traz uma afirmação por meio do verbo ser no presente, ***"se tiver** partido, **se tiver** religião, **se for** pessoa, e seguir doutrina, **é doutrinador" (SDGNP19)***, o comentário postado no grupo do PCESP apresenta um discurso que vai por outra direção, que apresenta outra possibilidade para o mesmo dizer (doutrinação) enquanto algo natural, que faz parte do discurso, como explicita Orlandi (2020), segundo a qual "os sentidos não estão nas palavras, mas nas relações que se estabelecem".

Assim, doutrinar significa de modo diferente para o ESP e para o PCESP. Considerando que esse sujeito-professor faz parte de um contexto sócio-histórico-ideológico, é improvável que ele não exerça alguma doutrina. O PCESP ainda aponta que, segundo o ESP, a doutrinação é uma forma de manipulação do professor sobre o aluno. Isso é apresentado pelos verbos fazer e desviar no modo indicativo, retratado como algo certo, sem direito a contestação, como apresentado nas marcas "***fazer*** *a cabeça dos alunos* ***(SDGNP/PCESP)***", mostrando que o professor ***"desvia*** *frequentemente da matéria... para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional* ***(SDGNP/PCESP)"***. A isso o grupo do PCESP contrapõe com outra interpretação, dando outro sentido para doutrinação, relacionando essa prática com tornar o aluno crítico **"***cidadão* ***crítico (SDGNP/PCESP)"***, o que é possível depreender por meio das marcas que apresentam os verbos no infinitivo com uma discursividade que aponta para algo a ser construído, melhorado, alcançado ***"capacitar ...interpretar... construir... mudar*** [...] ***(SDGNP/PCESP)"***.

O PCESP também considera que essas práticas seriam características de democratização e não de doutrinação, repetindo a marca educação + democracia em sua discursividade "***uma educação para a democracia... por uma educação para democracia (SDGNP/PCESP)"***. Já o ESP, como analisamos anteriormente, associa a doutrinação a algo negativo, que deve ser combatido, "***atitude covarde e antiética/ disseminam ideais políticos/é alienação" (SDGNP23/32/10)***, mostrando como os sentidos podem resvalar para vertentes opostas.

Foi possível depreender até aqui, nessas análises, marcas que vitimizam o aluno, ***"os inocentes/ audiência cativa (SDGNP05/ESP)"***, e a criminalizam o professor, tornando este uma espécie de inimigo a ser combatido, ***sócio-comuno-doutrino-esquerdopata/militante/professorzinhoesquerdopata (SDGNP19/ESP/01)"***. Também temos uma retomada da memória do medo do comunismo, ***"comunista, de lixo, que pegam os inocentes (SDGNP04/05)"***, que produz imaginários negativos acerca do comunismo, conforme manifestado nos comentários do ESP. Essa imagem negativa do Comunismo, por sua vez, é associada à imagem do docente, gerando um deslizamento metafórico que desqualifica e insulta o docente, "***doutrinadores de merda!/ jumento de viseiras/ muito desonesto e canalha (SDGNP06/28/42)"***, e que associa doutrinação com ideologia "***fazer*** *a cabeça dos alunos* ***(SDGNP/PCESP)***". Com isso, o professor ***"desvia*** *frequentemente da matéria... para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional* ***(SDGNP/PCESP)"***.

Assim, nesse construto imaginário, ao usar marcas com adjetivos ***"comunismo/partido/partidárias (SDGNP20/ESP/15)"*** que remetem à memória do Comunismo, o professor seria o responsável por levar o aluno a adotar, forçosamente, uma ideologia-partidária-comunista , logo petista. Em oposição, temos os comentários postados no *site* do PCESP que desconstroem esses imaginários ao mostrar que outros sentidos são mobilizados, quando se discute sobre essa doutrinação ideológica, usando verbos no infinitivo que produzem sentidos voltados para a compreensão: **"***cidadão* ***crítico/capacitar...interpretar...construir...mudar*** [...] ***(SDGNP/PCESP)"***. Desse modo, a questão está em como o sentido de doutrinar foi construído pelo ESP e pelo PCESP, como ele é discursivizado, naturalizado e como pode ser entendido enquanto ideologia e censura. Sobre isso discutiremos nas próximas seções.

4.2 A Produção Discursiva de Sentidos da Ideologia

Como já analisamos, nas sequências discursivas até aqui apresentadas o ato de *doutrinar* está para incutir uma ideologia de esquerda nos alunos como nas sequências seguintes: ***"tem 'professores' que querem plantar ideologias políticas partidárias" (SDGNP15)"***. Alguns dos objetivos que buscamos aqui são responder as questões: quais imaginários dos discursos do ESP se identificam com os discursos do PCESP? Como se dá a apropriação da noção de ideologia pelos dois movimentos?

Retomemos com Orlandi (2020)[80] a noção de ideologia. Segundo a autora, a ideologia "é como o imaginário que nos liga as nossas condições materiais de existência. Somos obrigados a interpretar qualquer objeto simbólico. Diante de qualquer objeto simbólico perguntamo-nos pelo sentido". Também já sabemos que ao interpretar somos interpelados pela memória, pela história e pela ideologia e que esta se manifesta no discurso, como nos mostra Pêcheux ([1975] 2009). Portanto, segundo a perspectiva de Pêcheux e Orlandi, todos os discursos são ideológicos e esse processo de interpelação ideológica deixa traços que se manifestam no discurso.

Isto posto, cabe discorrer sobre as condições de produção que se materializam discursivamente nos comentários postados no *Facebook* do ESP e do PCESP como a ascensão do PT ao governo que, como já analisamos, é considerado pelo ESP como um partido comunista. As palavras e a produção dos discursos estão vinculadas a certas redes de

[80] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=MjCsJxfiXtg&t=2579sAcesso em: 18 mai. 2020.

significância (ORLANDI, 2005), ou seja, temos posições ideológicas distintas. Vejamos como a ideologia é apresentada nos dois grupos através dos comentários a seguir:

Grupo de Posição Ideológica

Comentarista 23 ***Professor*** não tem como ser ***neutro,*** mas tem que buscar *ser neutro sim***.** Mesmo sendo uma meta inalcançável, *deve ser buscada*. Não se trata de ser *apolítico nem de pasteurizar o ensino, mas de permitir ao aluno que forme suas próprias convicções e posicionamentos sem ser totalmente sugestionado pelo professor...*
Postado no ESP 15/09/15 00:12 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 19 ***Escola não é local de ideologia*** *e* ***sim*** *um* ***espaço neutro*** *de ensino puro e simples...*
Postado no ESP 31/05/16 19:21 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 48 ***Centra-se no conteúdo, não expresse opinião própria***, sou professor há 30 anos, ***não há dificuldade alguma***, apenas soberba da maioria dos professores, principalmente os universitários
Postado no ESP 23/05/16 00:26 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 17 *então em suma* ***os professores*** *podem ensinar tais teorias de forma* ***imparcial, tentando ser o mais neutro possível.***
Postado no ESP 11/01/18 18:05 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 10 ***Ser professores*** *é ter muito cuidado em* ***não alienar os educandos*** *com suas escolhas*. Precisa de tomar cuidado com tudo[...] ***Precisamos mostrar as ideologias, as doutrinas, os pensamentos, sem doutrinamentos. Doutrinamentos é alienação.***
Postado no ESP 12 /03/19 07:31Curtir Comentar Compartilhar

Como é possível analisar nos comentários selecionados anteriormente, a marca *neutro* vem acompanhada de *professor* em várias sequências: "***Professor [...] ser neutro/ espaço neutro/ não expresse opinião/ os professores [...] imparcial, [...] neutro(SDGPI23/19/48/17)"***. Em um primeiro momento, parece claro que, nesses comentários postados no *Facebook* do ESP, é possível que o docente seja neutro, que não apresente nenhum tipo de ideologia, que não doutrine ao ensinar. Existe uma memória que é interpelada pelo fato de o PT está no governo e que, portanto para o ESP é preciso que o professor seja neutro, não doutrine para esse partido político. Mas é importante considerar que, como nos diz Pinheiro ([2017] 2018), "a negação da ideologia expressa à falta de compreensão de que há ideologia em toda ação humana" (PINHEIRO, [2017] 2018, p. 144).

No entanto, como podemos depreender na obra *Semântica e discurso*, de Pêcheux ([1975] 2009), não podemos ter uma visão simplista acerca da ideologia. Assim, quando observamos com mais cuidado as postagens analisadas percebemos nelas o predomínio de verbos no futuro e também de conjunções adversativas. Vejamos as sequências: **"***Professor* ***não tem*** *como ser* ***neutro, mas tem*** *que busca/* ***Mesmo sendo*** *uma meta* ***inalcançável/ tentando ser*** *o mais* ***neutro*** *possível* ***(SDGPI23/17)"***. A adversatividade, a negação, o verbo no futuro - como se agora não pudesse ser, mas que é possível que ainda seja - se contrapõe à

própria possibilidade de ser ideologicamente neutro. Afinal, de acordo com Orlandi (2005, p. 17),

> Partindo da ideia de que a materialidade específica da ideologia é o discurso e a materialidade específica do discurso é a língua, trabalha a relação língua-discurso-ideologia. Essa relação se completa com o fato de que, como diz M. Pêcheux (1975), não há discurso sem sujeito e não há sujeito sem ideologia: o indivíduo é interpelado em sujeito pela ideologia e é assim que a língua faz sentido (ORLANDI, 2009, p. 17).

Dessa forma, por mais que se busque negar, em cada discurso há o não-dito, aquilo que escapa no dizer, a dispersão que produz sentido. Apesar dos dizeres estarem inscritos num discurso que busca endossar que é possível que o professor seja neutro, há algo que "escapa" nesse espaço.

Desse modo, é a busca pela evidência de sentido, é o efeito ideológico (ORLANDI, 2015) que *não permite* que esses sujeitos percebam aquilo que *parece óbvio.* Nesse âmbito, como ilustra o ministro do Supremo Tribunal Federal (STF), Luís Roberto Barroso, "a própria concepção de neutralidade é altamente questionável, tanto do ponto de vista da teoria do comportamento humano, quanto do ponto de vista da educação" (SUPREMO TRIBUNAL FEDERAL, [2017] 2020, p. 21). Tão questionável que produz esse efeito de sentido contraditório que se materializa no discurso.

Considerando que "todo dizer resiste a outro e os sentidos estão sempre em disputa" (MOREIRA, 2009, p. 157), vejamos agora como se apresentam os outros dizeres que buscam resistir à imposição da ideia de neutralidade absoluta do professor:

Grupo de Posição Ideológica

Comentarista 21 ***Não,*** caro comentarista 22 , não subestime quem você não conhece. É feio. O que quero é que perceba o óbvio: ***é impossível*** *manter qualquer tipo de* ***neutralidade*** *ao ensinar*. ***Viver é tomar partido****, meu amigo. O que ficou claro na sua forma de explicar a ditadura para mim.*
Postado no ESP 11/09/15 14:17 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 ***Claro que tomaram. Todos tomamos. É impossível não tomar***. Mas a discussão não é essa, minha cara. Ou é essa pelo avesso.
Postado no ESP 11/09/15 15:10 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 03 *As pessoas ainda não entenderam que* ***não existe neutralidade****! O ser humano é um animal político...*
Postado no PCESP 06/11/17 07:38 Curtir Comentar Compartilhar

As sequências, que se repetem, em que o verbo ser no presente+impossível+o substantivo, ***"é impossível...neutralidade / É impossível não*** *tomar/* ***não existe neutralidade! (SDGPI21/13)"****,* deixam marcas no discurso do PCESP de que não há possibilidade de o

professor ser neutro. O que ainda ocorre por meio das marcas apresentadas pela repetição do verbo *tomar*, conjugado em pessoas diferentes: ***"é tomar partido.... que tomaram. Todos tomamos (SDGPI21)"***. É possível depreender que, de acordo com o PCESP, todos tomam partido, todos são interpelados por suas ideologias. Assim, por meio dessas marcas se percebe que o PCESP se identifica com uma FD na qual o sujeito é interpelado pela ideologia.

Outro aspecto importante é a forma como esses sujeitos concebem, conforme suas FDs, a função do professor e da escola:

Grupo de Posição Ideológica

Comentarista 24 [...] **ESCOLA É LUGAR DE CIÊNCIA**.
Postado no ESP 23/05/16 00:58 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27 Rapaz! ***Professor tem que ensinar a disciplina*** *para a qual ele é pago para ensinar* [...] Na escola, não. ***Escola é lugar pra aprender as disciplinas*** *necessárias para o futuro da pessoa*, que também será o futuro da nação, do Brasil. Agora, nada impede que as disciplinas *Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil retornem à grade curricular para formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres.*
Postado no ESP 27 /05/17 21:50 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27 ***O que deve ser ensinado nas escolas***, meu amigo? Depende da faixa etária. *A primeira coisa,* ***alfabetização****, correto****?*** *Depois,* ***matemática*** *básica. A partir daí, amigo,* ***geografia, biologia, física, química, trigonometria, educação moral e cívica (direitos e deveres dos cidadãos) organização social e política (como o Estado funciona),***etc.[...]
Postado no ESP 28/05/17 7:14 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 [...] *Ou a* ***atribuição dos professores é ensinar Língua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências*** a fim de dar subsídio para que os alunos moldem suas próprias consciências?[...]
Postado no PCESP 06 /11/17 14:56 Curtir Comentar Compartilhar

O ESP deixa claro, em seu site, o objetivo de combater a doutrinação ideológica. Quando analisamos as famílias parafrásticas do Grupo de Posição Ideológica, encontramos marcas discursivas, cujos verbos no presente **ser** e **ter + escola e/ou professor+a menção da disciplina "*escola é* lugar de *Ciência/ Professor tem* que ensinar a *disciplina... Escola é* lugar pra aprender as *disciplinas/ O que deve* *ser ensinado nas escolas... alfabetização... matemática... geografia, biologia, física, química, trigonometria, educação moral e cívica (direitos e deveres dos cidadãos) organização social e política (como o Estado funciona)? / atribuição dos professores é* ensinar *Língua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências (SDGPI24/27/27/01*)"** apontam para o que o grupo considera como sendo o papel da escola e o do professor: ensinar o conteúdo.

Sobre a análise das sequências citadas acima, podemos nos perguntar: mas para quê o aluno deve aprender esses conteúdos e/ou disciplinas[81]? Com qual intuito isso deve ser ensinado/aprendido? O que desliza, o que escapa aos sentidos, o que fica silenciado nessas sequências é justamente uma discursividade que perpassa a memória de uma condição de produção que possibilitou o ESP, ou seja o Imil, que propõe uma educação neotecnicista, que visa uma formação escolar voltada para o mercado de trabalho. Desse modo, entende-se que o propósito dessa formação dada por um determinado conjunto de disciplinas e/ou conteúdos seria ministrar um conteúdo com o intuito de levar o aluno a "internalizar e associar os saberes técnicos às formas de fazer" (FERREIRA, [2013] 2020, p. 12). O efeito de sentido nesse discurso seria o de que se ensina para "garantir a ciência e a produtividade na educação" (SILVA, [2018] 2020, p. 15). Isto posto, analisamos que, nessas sequências, professor e escola deslizam para um mesmo sentido, passam a ser sinônimos e, portanto, exercem a mesma função, a de ensinar o conteúdo, conforme mostramos no quadro a seguir, com o intuito de ficar mais claro, a compilação das sequências acima:

Quadro 4- Compilação das sequências Grupo de Posição Ideológica

Professor:	***Escola:***
tem que ***ensinar a disciplina/*** *atribuição dos* ***professores é ensinar Língua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências. (SDGPI24/27/27/01)***	***é lugar pra aprender as disciplinas/*** *O que deve ser* ***ensinado nas escolas: educação moral e cívica (direitos e deveres dos cidadãos) organização social e política (como o Estado funciona). (SDGPI24/27/27/01)***

Ainda a respeito sobre o papel da escola e do professor, importa agora, analisar como o PCESP e seus apoiadores apresentam a sua concepção.

Grupo de Posição Ideológica

Comentarista 22 *O melhor da escola é a* ***pluralidade de tendências*** *dos professores. O de História sendo* ***Marxista****... o de matemática* ***Centro-Direita****, a de ciências* ***ateia, a religiosa*** *de português, a de inglês* ***evangélica,*** *a moça da secretaria* ***macumbeira*** *e por aí vai. A sociedade e sua* ***pluralidade*** presente sempre na vida do aluno. *Querer "uniformizar" é uma baita bobagem!!! E não dá certo!!*
Postado no ESP 22/05/16 23:47Curtir Comentar Compartilhar

PCESP [...] *regras e lei não são impostas, mas* ***construídas*** *coletivamente. A educação teria um papel central na constituição de uma sociedade* ***democrática,*** *para* ***discutir*** *a historicidade das nossas condições de vida e* ***construir*** *a ideia de que todos podemos alterá-las através da ação em conjunto no espaço público.*
Postado pelo PCESP 23/09/15 13:09 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP A "DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA" SEGUNDO O ESCOLA SEM PARTIDO Esta causa deveria se chamar ***"Professores por uma educação para a democracia"***. Um dia faremos a mudança para este nome com

[81] Mencionamos "conteúdos e/ou disciplinas" porque o comentarista citado, aparentemente confunde disciplina com conteúdos que são ministrados nelas.

certeza. [...] A organização “Escola Sem Partido” defende que: “professor não é educador” [...] *A proposta do Escola sem Partido defende que o* ***professor não é um educador*** *e traz uma série de restrições sobre* ***o que pode ou não ser dito*** *em sala de aula.*
Postado pelo PCESP em 23/05/15 Acessado em 02/03/20 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 09 Parece-me que as pessoas estão inconformadas com o fato de ***alguns estarem pensando "além da caixa"...***
Postado no PCESP 23/07/16 21:16 Curtir Comentar Compartilhar

Nesses comentários, a diversidade, marcada por meio dos adjetivos, bem como a repetição do substantivo democracia+verbos no infinitivo (que indicam a possibilidade de debater, de formar juntos), ***“pluralidade de tendências... marxista... centro-direita, ateia, a religiosa ... evangélica, macumbeira/ democrática, discutir ... construir/democracia (SDGPI22/PCESP)”***, apresentam marcas a respeito de uma escola que apresenta um espaço discursivo múltiplo, com diferentes pontos de vista e também uma concepção de escola como um espaço que ajude a promover a democracia. Esses adjetivos discursivizam um embate da política polarizada que vivemos hoje, que está relacionada a uma condição histórica, na qual temos um governo de direita no poder que apresenta, muitas vezes, um ponto de vista que diverge do ponto de vista da esquerda. Portanto, o PCESP apresenta nessas sequências discursivas, que se opõem ao ESP, a defesa de uma educação plural que vai além de ensinar conteúdos.

O PCESP ainda discursiviza, por meio das marcas do advérbio de negação, que o ESP não considera o professor como educador: ***“professor não é educador” [...] o professor não é um educador (SDGP/PCESP)”***. De acordo com Carolina Fedado[82] existe um não, uma negação, que é dito, que produz efeitos de sentido de ausência, o não dito, a censura. Ou seja, a marca do advérbio de negação funciona como um efeito de censurar o professor, de limitar a sua função. Ele não é educador, portanto deve limitar-se a ensinar aquilo que o ESP considera que seja papel da profissão de um professor como já analisamos, ou seja, ensinar a disciplina/conteúdo **“*escola é* *lugar de* *Ciência/ Professor tem* *que ensinar a* *disciplina... Escola é* *lugar pra aprender as* *disciplinas/* *O que deve* *ser ensinado nas escolas... alfabetização... matemática... geografia, biologia, física, química, trigonometria, educação moral e cívica (direitos e deveres dos cidadãos) organização social e política (como o Estado funciona)? / atribuição dos professores é* *ensinar* *Língua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências (SDGPI24/27/27/01*)**”.**

[82] Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=QWIzM4QOhCA Acesso em: 07 ago. 2020. Vídeo disponibilizado pelo Encidis-UFF.

Isto posto, temos uma discursividade que parece ser naturalizada pelo ESP: ***"escola é lugar pra aprender as disciplinas/Professor tem que ensinar a disciplina (SDGPI27)"***. Em contrapartida, essa mesma discursividade é apresentada de outra forma pelo PCESP: **"*escola é a pluralidade de tendências" / "Professores por uma educação para a democracia (SDGPI/PCESP)"***. Assim, a partir das marcas analisadas ao longo desse capítulo percebe-se que temos FDs distintas. O ESP apresenta uma FD que interpelada pela memória do liberalismo e do neotecnicismo, a escola enquanto espaço de aprender a disciplina/conteúdo para ingressar no mercado de trabalho, e o PCESP uma FD que busca desconstruir a primeira, resistir e produzir novos sentidos em "relação à".

Esses discursos dos dois grupos são interpelados pela história, pela memória, pela ideologia a partir de determinadas condições de produção. O fundador do ESP, Miguel Nagib, como já vimos anteriormente, tem uma vinculação ao Instituto Millenium, que promove o pensamento liberalista defendendo a livre iniciativa do capital. Assim, a partir dessa relação com o discurso neoliberal, temos a busca por uma educação instrumentalizada, voltada para o mercado de trabalho. E quanto ao PCESP, percebe-se, no discurso deste movimento, a busca por uma educação que não se limite a ministrar disciplinas/conteúdos, que seja capaz de atuar sobre a sociedade através da construção de indivíduos críticos. Isso também perpassa as condições de produção do discurso a partir do qual se funda esse grupo, mostrando como o PCESP surge a partir do ESP.

4.3 O discurso da liberdade de expressão e de cátedra

De forma recorrente encontramos nas postagens do ESP e do PCESP discussões acerca da liberdade de expressão e de cátedra, que se apresentam discursivamente de modo distinto, nos dois grupos.

Liberdade de expressão é uma noção frequentemente associada à democracia e à manutenção desse regime político. Por essa razão, liberdade de expressão traz também o problema da censura, que trataremos posteriormente. A liberdade de expressão também aparece associada à *Declaração Universal dos Direitos Humanos*, sendo, que a referida declaração apenas ratifica, não necessariamente funda essa noção. Segundo Cabral ([2010] 2020), a ideia de liberdade de expressão se torna notória em países em que o regime democrático já se acha consolidado, em que a censura, por sua vez, é considerada uma prática sem sustento moral.

A noção de direitos humanos, dentre os quais se inclui o direito à liberdade de expressão, é relativamente recente e se consolidou com a *Declaração dos Direitos do Homem e do Cidadão*, documento derivado da Revolução Francesa como um "conjunto de objetivos políticos e sociais" (COSTA, [2013] 2020, p. 7). Entretanto, cabe lembrar que, como informa Dornelles (1993, p. 21), o direito à liberdade de expressão, no final do século XVIII, era parte de um conjunto de preceitos que atendia ao desejo da burguesia e seu projeto de um mercado livre e capitalista. Em 1948, a ONU amplia a noção de direitos humanos e promulga-os como um princípio universal, importante para a elaboração de políticas nos estados nacionais: uma série de princípios que orienta o Estado a proteger seus cidadãos.

Direitos humanos são um tema levantado tanto pelo ESP quanto pelo PCESP e, praticamente, uma reivindicação feita por ambos. Contudo, como se inscrevem em discursividades distintas, esses dois movimentos, produzem sentidos contrários um ao outro. Iremos analisar agora como aqueles que se inscrevem em um posicionamento discursivo do ESP constroem o sentido de liberdade de expressão:

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra:

ESP DIGO EU: ***Não existe liberdade de expressão*** *no exercício da atividade docente*.**[...]** Em todo caso, pergunto ao Professor se *a "liberdade" que ele reivindica para o professor em sala de aula seria a liberdade de* ***(1)*** *se aproveitar da audiência cativa dos alunos para* ***cooptá-los para essa ou aquela corrente ideológica, política ou partidária; (2) favorecer ou prejudicar os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas****, morais ou religiosas****; (3) fazer propaganda político-partidária*** *em sala de aula e usar seus alunos como massa de manobra dos seus próprios interesses;* ***(4)*** *omitir, inventar, exagerar ou distorcer o que for necessário ou conveniente para* ***inculcar nos alunos suas próprias convicções e preferências políticas, ideológicas e partidárias; e (5) usurpar o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos***.[...]
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 16 **[...]** Infelizmente *para muitos dos meus colegas de profissã****o, liberdade de expressão é elogiar o comunismo.*** Luto pela Liberdade de Expressão e comunismo no Brasil NUNCA**.**
Postado no ESP 11/09/15 05 :24 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 [...] *Lembro que em lugar nenhum um profissional goza de liberdade absoluta na sua atuação. Sua liberdade termina quando passa a molestar a liberdade de outrem. No caso dos professores, moldar as consciências dos alunos,* ***fazer lavagem cerebral, de modo que eles se tornem robozinhos programados para defender o status quo ou determinado partido político.*** *Isso* ***afronta*** *tanto a liberdade de consciência, ainda muito incipiente, dos alunos, quanto* ***a liberdade da família educar seus filhos*** *e formar opinião de acordo com suas crenças e valores.* ***É*** *um* ***direito indiscutível das famílias****.*
Postado no PCESP 06 /11/17 14:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27[...] *O professor tem direito à cátedra e* ***não à livre expressão***, vou me ater a isso!!
Postado no ESP 23/05/16 13:29 Curtir Comentar Compartilhar

Nas marcas discursivas com o uso do advérbio de negação, é bem clara a opinião do ESP a respeito da liberdade de expressão: "***não existe liberdade de expressão/ não à livre***

expressão (SDGLC/ESP/27)*"**, ou seja, o ESP nega essa liberdade de expressão. As sequências "favorecer ou prejudicar*** *os alunos* ***em razão de suas convicções políticas, ideológicas... fazer [em razão de] propaganda político-partidária... fazer [em razão de] propaganda político-partidária/ moldar [em razão de]as consciências dos alunos, fazer [em razão de] lavagem cerebral, eles se tornem robozinhos programados [em razão de] para defender o status quo ou [em razão de] determinado partido político (SDGLC/ESP/01)"*** apresentam a repetição da marca verbal fazer, favorecer + a discursividade, que nos remete que isso tem um objetivo, uma função (em razão de, que se repete). Essas marcas nos faz depreender que, para o ESP, se existisse a liberdade de expressão em sala, ela estaria funcionando para favorecer/beneficiar a alguém e que teria um objetivo [em razão de],ou seja o objetivo de levar o aluno para determinado partido político.

A liberdade de expressão, assim, é interpelada pelo imaginário do professor doutrinador adepto de uma ideologia-partidária e que, em razão disso, pretende beneficiar-se de sua função para trazer o aluno para [em razão de] seu partido. O grupo defende que, em sala de aula, liberdade de expressão implica em militância ideológica. O que se constata com a repetição dos substantivos *partido* e *político*, que deslizam para a discursividade do comunismo, ***"é elogiar o comunismo/ propaganda político-partidária/ defender partido político (SDGLC16/ESP/01)"***.

O ESP e seus seguidores também ressaltam que a prática supostamente doutrinadora dos professores tira dos pais o direito de educar, de acordo com seus preceitos ideológicos e morais, os filhos. Assim, o ESP alega que muitos professores têm a finalidade de roubar o direito dos pais de educar seus filhos, repetindo, nas marcas discursivas, verbos que discursivizam o sentido de roubar + a repetição do substantivo pais/família: ***"cooptá-los... usurpar*** *o direito* ***dos pais*** *dos alunos sobre a educação moral de seus filhos/afronta* ***[...] afronta*** *a liberdade* ***da família*** *educar seus filhos e formar opinião de acordo com suas crenças e valores[****da família****]. É um direito indiscutível* ***das famílias (SDGLC/ESP/01)".***

Vamos agora analisar as marcas discursivas que materializam o funcionamento da liberdade de expressão na concepção do PCESP e dos comentaristas que endossam suas discursividades:

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra:

PCESP *Combatemos veementemente estas posturas. Defendemos que o professor-educador utiliza a sua* ***liberdade de expressão*** *em sala de aula para estabelecer o* ***diálogo*** *entre a sua disciplina e a realidade do aluno****.*** *Ele nunca se nega a ensinar os valores republicanos necessários para a vida em uma sociedade* ***democrática****, mesmo que ele entre em confronto com valores aprendidos no espaço privado da família.* ***Formar um cidadão***

crítico é capacitar o aluno a interpretar o mundo a sua volta e construir *com ele a ideia de que todos podem* ***mudar o*** *mundo em que vivem se* ***agirem em conjunto no espaço público****...*
Postado pelo PCESP em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

ESP Um professor postou no seu perfil o seguinte comentário sobre o projeto Escola sem Partido: ***"Um*** *projeto desses acaba com a liberdade de expressão dentro da sala de aula*. ***A discussão é e sempre será uma grande ferramenta para o ensino. Proibir qualquer que seja o assunto, isso pra mim é que doutrinação[..]*** Que com certeza serve apenas ***para deixar mais despolitizados os alunos***. [...]
DIZ O PROFESSOR: ***"A discussão é e sempre será uma grande ferramenta para o ensino."***
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 28 Fora isso, ***discordo dos parâmetros estabelecidos no projeto de lei,*** *que visivelmente tentam direcionar a condução das aulas pelo professor, como se este fosse um jumento de viseiras.* ***Acredito na liberdade de ensinar e de divulgar o pensamento e o saber.***
Postado no ESP 23/05/16 14:58 Curtir Comentar Compartilhar

Na sequência "***Liberdade de expressão*** *para estabelecer* ***o diálogo*** entre a sua disciplina e a realidade do aluno. ***Formar*** *um* ***cidadão crítico*** *é capacitar o aluno a* ***interpretar o mundo a sua volta*** *e* ***construir*** *com ele* ***a ideia*** *de que* ***todos podem mudar o mundo*** *em que vivem se* ***agirem em conjunto no espaço público (SDGLC/PCESP)"***, o PCESP marca a noção de liberdade de expressão com palavras que dão ênfase a discussão de ideias e pontos de vista, típica de sociedades democráticas. O exercício dessa liberdade de expressão, por sua vez, tem como finalidade, segundo o discurso do PCESP, a formação de cidadãos críticos.

Os sentidos produzidos pelo PCESP sobre liberdade de expressão estão voltados para "***diálogo/formar/interpretar/construir (SDGLC/PCESP)",*** enquanto que para o ESP liberdade de expressão significa "***se aproveitar/cooptá-los/favorecer ou prejudicar/fazer propaganda político-partidária/omitir, inventar, exagerar ou distorcer (SDGLC/ESP)"***. Assim, um grupo concebe um discurso sobre liberdade de expressão como forma de promoção de discussão entre professor e aluno, o outro acredita que esta é uma forma do educador prejudicar o aluno doutrinando-o. Ainda em relação à participação dos pais nesse processo, por um lado temos o ESP, que considera que essa liberdade pode prejudicar ao "***usurpar o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos (SDGLC/ESP)",*** já para o PCESP a discussão deve acontecer "***mesmo que entre em confronto com valores aprendidos no espaço privado da família (SDGLC/PCESP)"***.

Outro ponto central do discurso do ESP diz respeito à discussão sobre a liberdade de cátedra, ou liberdade de ensinar, a qual é distinguida da liberdade de expressão. Segundo o ESP (2020a), na seção *FAQ*, a Constituição Federal "não garante aos professores a liberdade de expressão, mas, sim, a liberdade de ensinar, também conhecida como liberdade de cátedra".

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra:

ESP DIGO EU: ***Não existe liberdade de expressão*** *no exercício da atividade docente. Se existisse, (1) o professor sequer poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina: poderia gastar todo o tempo de sua aula falando sobre o que bem entendesse (afinal, isso é liberdade de expressão); (2) a liberdade de consciência dos alunos, que são obrigados a escutar o professor, estaria anulada. Bem por isso,* ***o que a Constituição assegura aos professores é a liberdade de ensinar (art. 206, II), também conhecida como liberdade de cátedra.***
[...]
DIGO EU: O projeto vai dar aos alunos os meios de que eles necessitam para se defender de professores que, a pretexto de "politizá-los", *se aproveitam da sua audiência cativa, da autoridade que* ***lhes é conferida pela cátedra*** *e do segredo das salas de aula, para tentar transformá-los em réplicas ideológicas de si mesmos*.
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27[...] ***O professor tem direito à cátedra e não à livre expressão***, vou me ater a isso !!
Postado no ESP 23/05/16 13:29 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 23 Dá sim, falou besteira. ***Professor tem direito à cátedra e não à livre expressão***! Papo furado.
Postado no ESP 23/05/16 00:23 Curtir Comentar Compartilhar

Através das sequências ***"Não existe liberdade de expressão... a Constituição assegura*** *aos professores é* ***a liberdade de ensinar (art. 206, II),*** *conhecida como* ***liberdade de cátedra...*** *lhes é conferida* ***pela cátedra/*** *O professor* ***tem direito à cátedra e não à livre expressão/ O professor tem direito à cátedra e não à livre expressão (SDGLC/ESP/27/23)"***, observamos, pelas marcas do advérbio de negação + liberdade de expressão, que o ESP considera que o professor não tem liberdade de expressão e, ao repetir liberdade de cátedra, juntamente com o verbo *ter,* percebe-se que o grupo distingue liberdade de expressão de liberdade de cátedra, considerando que o professor tem direito a esta e não àquela.

Analisaremos agora como o PCESP distingue a liberdade de cátedra de liberdade de expressão.

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra:

PCESP "***Liberdade de ensinar é*** *condição para melhorar nosso debate* ***democrático. Liberdade de ensinar é*** *um* ***direito*** *que está relacionado a uma outra* ***liberdade mais ampla,*** *que é a* ***liberdade acadêmica ou de cátedra.*** *Está relacionada à* ***autonomia*** *do professor de gerir a sala de aula, ou seja, de* ***deliberar sobre*** *o conteúdo que vai ensinar e sobre os métodos que utilizará para abordagem deste conteúdo".*
Postado pelo PCESP 7/01/18 Acessado em 30/5/20 às 9:30 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP "(...) '[...] especialista em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), disse que as propostas desse tipo ferem o artigo 206 da Constituição, *que* ***garante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber,*** *além d****e pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas.*** *"A Constituição prevê expressamente o que se convencionou chamar liberdade de cátedra, que significa que, em sala de aula, respeitadas as diretrizes e o currículo, há a* ***liberdade de expressar suas opiniões e ideias...*** (...)".
Postado pelo PCESP 11/07/16 Acessado em 30/5/20 20 às 9:30 Curtir Comentar Compartilhar

Na sequência **"*Liberdade de ensinar ... democrático. Liberdade de ensinar é direito ...liberdade mais ampla, liberdade acadêmica ou de cátedra... autonomia deliberar/a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saberes... pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas...liberdade de expressar suas opiniões e ideias... (SDGLC/PCESP)"*, as marcas *liberdade de ensinar* estão interpeladas por *direito*. O PCESP parece que toma a liberdade de cátedra como um direito pressuposto pela liberdade de expressão. Em nossas análises não encontramos nenhuma distinção entre liberdade de expressão e liberdade de cátedra por parte do grupo.

Também precisamos ressaltar o fato de que, quando estávamos produzindo este capítulo, ao entrar no site do PCESP, verificamos uma postagem recente que tratava sobre liberdade de expressão, o que mostra que o debate sobre essa questão não se deu por concluído. Por ser algo relevante para nossa pesquisa, mesmo que esteja fora do ano estipulado, transcrevemos, apenas de modo a exemplificar, a ideia central do *Podcast*[83] que apresenta um parecer do STF sobre a atuação do professor em sala de aula: "os professores têm liberdade de expressão no exercício de sua função[84]".

As análises realizadas nesta seção sobre a liberdade de expressão como direito dos professores nos convidam a verificar também a definição de liberdade de cátedra e como ela se insere nas legislações majoritárias do país. No caso, Mello Filho (1984) define a liberdade de cátedra como "o direito que assiste ao professor de exteriorizar e de comunicar seus conhecimentos no exercício do magistério" (MELLO FILHO, 1984, p. 49). O autor ainda acrescenta que "a liberdade de cátedra constitui direito próprio do que exerce a atividade docente" (MELLO FILHO, 1984, p. 49). Já para Moraes (2007), a liberdade de cátedra designa "um direito do professor, que poderá livremente exteriorizar seus ensinamentos aos alunos, sem qualquer ingerência administrativa, ressalvada, porém, a possibilidade da fixação do currículo escolar pelo órgão competente" (MORAES, 2007, p. 786-7).

De acordo com Rodrigues; Marocco ([2014] 2020, p. 7-8), a expressão liberdade de cátedra apareceu na legislação brasileira na Constituição de 1934, sendo, posteriormente, subentendida pela *Constituição de 1988* como uma forma de liberdade de expressão, prevista no inciso IX, artigo 5º, capítulo I, segundo o qual: "é livre a expressão da atividade

[83] Disponível em <https://soundcloud.com/profscontraoesp/30-stf-genero-e-censura > Acesso em: 30 mai. 2020.

[84] Disponível em <https://soundcloud.com/profscontraoesp/30-stf-genero-e-censura > Acesso em: 30 mai. 2020.

intelectual, artística, científica e de comunicação, independentemente de censura ou licença" (BRASIL, 2020a).

O direito à liberdade de ensinar, por sua vez, também é contemplado pela *Constituição de 1988*, nos incisos II e III do artigo 206, sendo garantida a: "II-liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber; III - pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas, e coexistência de instituições públicas e privadas de ensino" (BRASIL, 2020a). Já na LDB de 1996, a liberdade de cátedra é reafirmada, com base no texto constitucional de 1988, no artigo terceiro como o direito a: "II – liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar a cultura, o pensamento, a arte e o saber; III – pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas; IV – respeito à liberdade e apreço à tolerância" (…) (BRASIL, 2020c). De acordo com o PCESP, a liberdade de ensinar está perpassada pela liberdade de expressão e pela de cátedra, como vimos nas discursividades analisadas. A liberdade de expressão também está relacionada à possibilidade de formação do pensamento crítico, por essa razão cabe ao professor o papel de estimular os alunos a discutirem e debaterem temas diversos.

Desse modo, podemos estabelecer uma reflexão a partir do que expõe Toledo (2000) sobre a neutralidade ideológica da liberdade de cátedra:

> pode-se afirmar que é impossível ser neutro nas relações humanas, notadamente naquelas que envolvem a liberdade de ensinar e aprender, mas importa discutir se, na verdade, a referida neutralidade é desejável quando o tema é liberdade de cátedra e educação, pois não se poderá afastar o caráter ideológico das próprias teorias pedagógicas uma vez que estas se ligam diretamente às práticas docentes. (TOLEDO, 2000)

Podemos observar, com base nos discursos legislativos abordados, que a liberdade de cátedra não se opõe ou pelo menos não se distancia da liberdade de expressão. O que por um lado dificulta um gesto de interpretação absolutamente neutro da lei, por outro favorece apropriações de sentido na forma de uma ressignificação daquilo que diz a lei.

4.4. Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade

Nos comentários e nas publicações postadas pelos dois grupos, ocorre, de modo recorrente, a busca pela "apropriação da lei" (grifo nosso) através da Constituição Federal. De modo geral, já antecipamos que ao analisarmos o Grupo Justificação de Discurso de

Autoridade verificamos marcas discursivas em três vozes: a da lei, a do moderador e a do professor.

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade:

ESP [...] Bem por isso, o que ***a Constituição assegura aos professores é a liberdade de ensinar (art. 206, II), também conhecida como liberdade de cátedra***.[..] ***mas a própria Constituição Federal -- princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (CF, arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput); liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI); liberdade de ensinar (que não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (CF, art. 206, II); pluralismo de ideias (CF, art. 206, III) -- e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que garante o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (art. 12, IV).[...]***
DIGO EU: Os únicos assuntos proibidos em sala de aula -- ***não por força do projeto, mas da própria CF e da CADH --*** são aqueles que pertencem ao campo da moralidade e da religião. ***E isso acontece por dois motivos: primeiro, porque esse é um campo reservado aos pais e responsáveis pelos estudantes (e, art. 12, IV)***; [...]
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 14 ***Do moderador sabemos o que faz, quem é. E vc***, [...], qual sua obra para a defesa de suas ideias, sua qualificação para querer tanto que ele lhe dê atenção?
Postado no ESP Curtir Responder 11 /09/15 17:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 ***Sou professor***...
Postado no ESP 11 /09/15 18:49 Curtir Comentar Compartilhar

ESP ***não sou professor de História***. ***Se fosse***, ao falar sobre a ditadura militar -- ou sobre qualquer outro assunto controvertido --, ***me esforçaria para seguir o 4º dever do professor***: "Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito."
Postado pelo ESP 12 /09/15 00 :28 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 23 ***Sou professor*** e, na maioria das propostas, apoio o Escola sem Partido. E, ***como aluno e professor, experimentei ou já tive conhecimento de incontáveis exemplos de doutrinação ideológica***, lamentavelmente.
Postado no ESP 15/09/15 00 :12 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 03 [..] ***Sou professor de história,*** sou de centro liberal, monarquista e apoio o movimento Escola sem Partido dentro de uma pauta democrática!
Postado no ESP 23/05/16 08:02 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 48 [...] ***sou professor há 30 anos...***
Postado no ESP 23/05/16 00:26 Curtir Comentar Compartilhar

ESP ***Se você é professor*** e defende uma escola sem partido[...]; mostrando a eles que não teme ***ser avaliado à luz dos Deveres do Professor***; e, "last but not least", infernizando a vida dos seus colegas militantes.
Postado pelo ESP em 27/05/17 Acessado em 09/03/20 11:04 Curtir Comentar Compartilhar

ESP ***os deveres do professor JÁ EXISTEM***. ***Eles decorrem da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos***...
Postado pelo ESP 27/05/17 19 :23 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 41 ***Estão todos na constituição***, eles ***só os organizaram num cartaz***.
Postado no ESP 11/01/18 22:56 Curtir Comentar Compartilhar

ESP [...] Só tem um problema: ***o item 5 apenas repete***, praticamente com as mesmas palavras, o ***que está escrito no artigo 12, item 4, da Convenção Americana de Direitos Humanos***.
Postado pelo ESP (Moderador) 11/01/18 17:53 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 10 [...] ***Sou professora de História*** e deu aula de Ensino Religioso...
Postado no ESP 12 /03/19 07:31 Curtir Comentar Compartilhar

O ESP, na sequência seguinte ***"Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos/ da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos/a Constituição assegura... (art. 206, II) [...] Constituição Federal (CF, arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput); liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI); liberdade de ensinar (que não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (CF, art. 206, II); pluralismo de ideias (CF, art. 206, III) -- e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos...(art. 12, IV). [...]/ (CADH, art. 12, IV)/ De acordo com o Código Civil/ assegurado pelo art. 12, IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos (SDGDA/ESP)"***, por meio da repetição das marcas *Constituição de 1988 e Convenção Americana de Direitos Humanos,* discursiviza que os "Deveres dos Professores" já são estabelecidos por lei.

Como é possível analisar, o ESP e seus comentaristas se valem do discurso de autoridade ao repetir essas marcas de modo recorrente para endossar seus discursos. Recurso que funciona nessa discursividade como um já posto: o discurso já-dito, que já está lá e que já é sabido, como se percebe no uso repetitivo do advérbio + do pronome isso, que é apresentado sem opção de ser contestado , quando analisamos o contexto do discurso ***"JÁ EXISTEM/*** *pois, como eu disse,* ***tudo o que está previsto no projeto/porque é ISSO****,* e *nada além* ***disso (SDGDA/ESP)"****.* Ao usar essas marcas no discurso de autoridade de forma recorrente, o ESP busca se resguardar e neutralizar qualquer tipo de questionamento quanto a sua posição. O efeito esperado com o uso dessa discursividade é o de que não é o ponto de vista do grupo que está sendo discursivisado, e sim de algo já posto, dado pela memória, já que "*todo cidadão brasileiro"* sabe que a *Constituição* é uma solução pacífica para evitar controvérsias. A Constituição de 1988 é a lei suprema do nosso país, sendo ela, portanto, inquestionável do ponto de vista jurídico. Trata-se de uma voz jurídica superior que pode legitimar a fala daqueles que se inscrevem naquela determinada posição-sujeito.

O ESP pontua, portanto, que não é propósito dele impor deveres ao professor, já que esses deveres já estariam determinados pela lei, de modo que bastaria o cumprimento

dessa legislação. O movimento, então, discursiviza de uma posição-sujeito de autoridade, que recorre à memória da lei. As conjunções adversativas e as conclusivas nas marcas **"*mas* *a própria Constituição Federal/* *mas* *da própria CF e da CADH /**pois**, como eu disse/**porque** é ISSO/Bem* ***por isso (SDGDA/ESP)***" são indicativos de que essa interdiscursividade pode ser percebida como o resultado lógico/conclusivo desse discurso. Esse efeito de sentido leva o discurso do ESP a apresentar uma única faceta, a de concordância, através do qual nada possa ser contestado, afinal tudo esta embasado na lei.

Conforme Moreira (2007), parte desse efeito de sentido, que poderíamos chamar de conclusivo, consiste em construir uma naturalização, a qual somente o sujeito tem acesso, e o direito de questionar. Para a autora "construiu-se a argumentação de forma a decifrar um código e chegar a uma verdade, pautando-se na evidência lógico-linguística do sujeito" (MOREIRA, 2007, p. 4). Essa discursividade, construída no discurso do ESP, se mostra essencial na relação entre procedimentos de censura e *evidenciamento*, na medida em que o sujeito censor se coloca na posição de quem detém o sentido do discurso, sentido que este sujeito espera que seja acatado por outros sujeitos. Esse mesmo sujeito constrói um efeito de *evidência* que tende a apagar outros fatores que intervêm no sentido desse discurso tomado como *evidente*, como a FI do sujeito e a conjuntura na qual ele se encontra. A esse respeito, Moreira (2007) assim nos esclarece:

> [...] Podemos falar que nessa posição-sujeito censor almeja-se uma identificação com o sujeito universal, aquele que detém os sentidos e espera que os outros identifiquem-no porque todo mundo sabe/é claro que[...] "Ou seja", por sua vez, anuncia um sentido supostamente evidente, e essa ilusão da evidência, creditada na transparência do sentido, encobre outros saberes, porque o conhecimento é construído – ou desconstruído – ideologicamente; as evidências são construídas. Essa evidência é que pretende apagar o caráter material do sentido e sua historicidade. Assim, o que é evidente para o sujeito está intrinsecamente ligado a uma formação ideológica específica, enfim, numa posição e conjuntura estabelecidas. (MOREIRA, 2007, p. 03 grifo da autora)

Portanto, podemos entender, conforme nos elucida a autora, que esse sujeito do discurso (ESP) se identifica com uma posição-sujeito-censória, produzindo uma ideia de *sujeito universal* (MOREIRA, 2007) buscando um discurso do supostamente evidente, que perpassa uma construção ideológica. No entanto, o que ficou silenciado sobre a CF e o CADH é evidenciado pelo grupo oponente, como veremos nas discursividades apresentadas a seguir:

PCESP "(...) '[...], especialista em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), disse que as propostas desse tipo ***ferem o artigo 206 da Constituição***[...]" ***Professores e juristas*** se unem contra avanço de projetos de lei que visam a tirar dos docentes a liberdade de expressão nas salas de aula.
Postado pelo PCESP 11/07/16 Acessado em 30/5/20 20 às 9:30 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP ***A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do MPF*** encaminhou ao ***Congresso*** uma nota técnica que aponta ***a inconstitucionalidade do Projeto de Lei 867/2015***, que inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional.[...]

Para a procuradora federal dos direitos do cidadão, [...] ***o projeto está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil***, especialmente os de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".[...]

#PraCegoVer: imagem de um quadro negro ao fundo com o texto "***Para a PFDC, o projeto Escola Sem Partido é inconstitucional porque: coloca o professor sob constante vigilância,*** nega a possibilidade de ampla aprendizagem, confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais, contraria o princípio do Estado laico, impede o pluralismo de ideias e de concepções ideológicas e nega a liberdade de cátedra."

Postado pelo PCESP em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 10 Os deveres ***são aprendidos no processo de formação***, as dezenas de horas de estágio, ***estão explícitos numa farta legislação que vai desde a LDB até os Projetos Pedagógicos escolares.***
Postado no PCESP em 05/11/17 13:04 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP [...] "***NÃO EXISTEM "DEVERES DO PROFESSOR***". [...] ***Muito pelo contrário, temos leis, diretrizes e parâmetros curriculares justamente pra isso.*** [...] ***Os "Deveres do Professor" só existem na cabeça dos criadores do ESP e seus adepto [...]*** Usar aspas na hora de mencionar os "Deveres" é importante porque esse nome foi escolhido propositadamente para transmitir a impressão de que esses 6 itens têm algum fundamento para além deles mesmos.

Postado pelo PCESP em 16/12/18 Acessado em 02/03/20 16:30 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP COMO O "ESCOLA SEM PARTIDO" INTERPRETA ***INCORRETAMENTE O PACTO DE SAN JOSE*** Tudo mundo que acompanha as discussões sobre o Escola Sem ***Partido já deve ter ouvido falar do tal Convenção Americana de Direitos Humanos, ou, para os mais íntimos, o Pacto de San José da Costa Rica.*** [1] ***O documento tem valor supralegal no Brasil (abaixo somente da Constituição)*** e é muito comum que os defensores do movimento usem um trecho específico desse tratado para dizer que os pais tem o monopólio para definir como seus filhos devem pensar: "Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções."

Só que tem um pequeno problema nesse argumento. ***O artigo da onde esse ponto é extraído fala exclusivamente sobre "Liberdade de consciência e de religião", que são liberdades INDIVIDUAIS***. Ou seja, ***você não pode ser forçado a cultuar uma religião que não seja a da sua escolha. Nada disso tem a ver com educação escolar.***

Uma outra coisa curiosa é que o Pacto tem uma seção reservada só para tratar de educação enquanto um direito social. É o Protocolo de São Salvador. [2] Aí sim nesse documento a gente tem diretrizes claras para os países signatários sobre como eles devem orientar suas políticas para a educação. ***Dentre elas podemos destacar o ponto 2, que fala que a educação deve se pautar no RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS e no PLURALISMO IDEOLÓGICO, RACIAL, ÉTNICO E RELIGIOSO...***

Postado pelo PCESP em 15/01/18 Acessado em 04/06/20 11:00 Curtir Comentar Compartilhar

O PCESP, assim como o ESP, recorre à CF e à CADH de modo recorrente em suas postagens, mas quando busca retomar os "Deveres do Professor" apresenta novos sentidos, *evidenciando* aquilo que foi silenciado, conforme apresentamos no Quadro 05 a seguir:

Quadro 5 - interpretações da CADH e CF

	ESP	**PCESP**
CADH	***"****que* ***garante o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral*** *que esteja de acordo com* ***suas próprias convicções (art. 12, IV). [...]"***	***"fala exclusivamente sobre "Liberdade de consciência e de religião", que são liberdades INDIVIDUAIS/ o Pacto tem uma seção reservada só para tratar de educação enquanto um direito social. É o Protocolo de São Salvador. RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS e no PLURALISMO IDEOLÓGICO, RACIAL, ÉTNICO E RELIGIOSO".***
CF	***"assegura aos professores é a liberdade de ensinar (art. 206, II), também conhecida como liberdade de cátedra.[..]"*** ***"Constituição Federal* -- princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do *Estado (CF, arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput); liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI); liberdade de ensinar (que não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (CF, art. 206, II); pluralismo de ideias (CF, art. 206, III)"***	*"expressamente o que se convencionou chamar* ***liberdade de cátedra, que significa que, em sala de aula, respeitadas as diretrizes e o currículo, há a liberdade de expressar suas opiniões e ideias****."* ***"na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".[...]"*** ***"o projeto Escola Sem Partido é inconstitucional porque: coloca o professor sob constante vigilância, nega a possibilidade de ampla aprendizagem, confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais, contraria o princípio do Estado laico, impede o pluralismo de ideias e de concepções ideológicas e nega a liberdade de cátedra."***

A partir das sequências discursivas apresentadas no quadro foi possível depreender que os sentidos são distintos para os dois grupos no que tange à *Convenção Americana de Direitos Humanos* e a *Constituição Federal*. Para o ESP, a CADH assegura aos pais, no âmbito da "educação", o direito ***"que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (SDGDA/ESP)"***, enquanto que o PCESP busca *evidenciar* que a CADH assegura esses direitos aos pais não no âmbito da educação formal aplicada nas escolas, e, sim, na seção que trata de ***"Liberdade de consciência e de religião (SDGDA/PCESP)"***. O PCESP também afirma que, na seção que trata especificamente da educação formal, o que a CADH coloca é o "***RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS e no PLURALISMO IDEOLÓGICO, RACIAL, ÉTNICO E RELIGIOSO (SDGDA/PCESP)"***.

Além disso, esse movimento questiona o fato de o ESP substituir, em sua colocação, a discussão sobre educação, que é um direito considerado universal, pela discussão sobre o direito específico de liberdade de consciência e de religião, direito este que seria exercido a partir de escolhas individuais e/ou familiares. Assim, segundo o PCESP, o ESP abordaria o discurso da CADH de maneira equivocada, trocando as seções para produzir um sentido de realidade através do imaginário de discurso de autoridade colocando aquilo que não está posto. Portanto, para o grupo, o ESP busca naturalizar um sentido através de um discurso imaginário de autoridade. O que, segundo Moreira (2009, p. 128), nos mostra que "os sentidos foram sendo organizados por um efeito ideológico que se favoreceu da ilusão da transparência da linguagem, dos esquecimentos [...]".

Em relação à *Constituição*, percebemos que os dizeres têm relação com o espaço intradiscursivo, que retornam ao pré-construído e que apresentam efeitos de sentido diferentes para os grupos. Enquanto para o ESP, como já analisado no Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra, o que a *Constituição* ***"assegura aos professores é a liberdade de ensinar (art. 206, II), também conhecida como liberdade de cátedra (SDGDA/ESP)"***, para o PCESP ***"o projeto Escola Sem Partido é inconstitucional porque: [...] impede o pluralismo de ideias e de concepções ideológicas e nega a liberdade de cátedra(SDGDA/PCESP)".*** Cabe também ressaltar que, de acordo com o que analisamos e apresentamos anteriormente, liberdade de expressão é entendida de uma forma pelo ESP e de outra pelo PCESP.

Mais uma vez percebemos que, para o ESP, a ***"liberdade de ensinar" [...] "não se confunde, como visto, com liberdade de expressão nem com a de cátedra (SDGDA/ESP)"***, enquanto para o PCESP, liberdade de expressão perpassa a de cátedra e a de ensinar: ***"liberdade de cátedra, que significa que, em sala de aula, respeitadas as diretrizes e o currículo, há a liberdade de expressar suas opiniões e ideias (SDGDA/PCESP)".*** Aquilo que é naturalizado pelo ESP é desnaturalizado pelo PCESP e aquilo que o primeiro grupo silencia o segundo *evidencia*. Há uma relação de oposição que se relaciona com a ordem do dizível e do não dizível, do silenciado e do *evidenciado*.

Também percebemos nessas análises que de forma recorrente temos, no discurso do ESP, uma prática censória (silenciamento/censura) que se realiza na busca pela naturalização do controle dos sentidos. Prática organizada em um efeito ideológico que busca simular uma transparência da/na linguagem e, assim, naquilo que desliza, nos esquecimentos. Esse procedimento constrói um efeito de verdade através do imaginário de justificação de autoridade: "interpelados pela ideologia- que fabrica a realidade sob determinadas condições

históricas- e sob a ilusão de deter a rede de significações a fim de controlar os sentidos, os censores desconsideravam a incompletude" (MOREIRA, 2007, p. 5). Em contrapartida, o PCESP busca *evidenciar* essa incompletude, desnaturalizar esses efeitos ideológicos, construindo novos sentidos para esse imaginário de justificação de autoridade embasado na CF e na CADH.

Ao analisarmos as famílias parafrásticas, também percebemos a constituição de um imaginário de autoridade, que ocupa a posição-sujeito daquele que "pode dizer" (grifo nosso), pois tem autoridade para tal: ***"****DIGO* ***EU****/como* ***eu*** *disse/* ***(SDGDA/ESP)"***. Nessas postagens, temos como marca o uso da primeira pessoa do singular. Quando Nagib se apresenta como ***"EU (SDGDA/ESP)"***, ele assume uma posição-sujeito de representante do ESP (grupo), do moderador. Em contrapartida, temos outras marcas para se apresentar como grupo opositor com o uso do verbo ser + professor ***"sou professor/Sou professor de história/sou professor há 30 anos (SDGDA/ESP)"***. Destaca-se o uso do discurso direto através dos verbos "***DIGO/Sou (SDGDA/ESP/PCESP)"*** nos comentários sobre os "Deveres do Professor", o que denota um imaginário da verdade, da transparência do sentido, constituindo dizeres que estabelecem sentido por meio de "autoridades", professor e moderador (representante do grupo ESP).

O ESP, através da imagem de Nagib, que transparece nas marcas ***"Do moderador sabemos o que faz, quem é (SDGDA/14)"***, veicula, nesse discurso, um sentido de verdade, dado por evidências. Essa ilusão relacionada a uma "verdade" (grifo nosso), que assim chamamos por se tratar de um efeito de sentido produzido no e pelo discurso, se constitui através de remissões ao discurso da lei: a CF e a CADH. O que favorece que o sentido desse discurso não precisa e não deve ser contestado, dado sua autenticidade.

4.5 Quais os imaginários são produzidos no Escola *sem* ou *com* Partido?

A questão da polarização e das manifestações partidárias, apresentadas ao longo de nossa pesquisa, cede lugar, nesta seção, à discussão sobre o sentido da expressão "sem partido". Cabe, então, fazermos uma análise por meio das famílias parafrásticas para responder a uma de nossas questões de pesquisa: quais os imaginários que constituem o sentido de "sem partido" tanto para o ESP quanto para o PCESP? Essa discussão pode começar pela análise das sequências discursivas seguintes:

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido

ESP DIZ O PROFESSOR: “com certeza [o projeto] serve apenas para deixar mais *despolitizados* ***os alunos***...”
DIGO EU: O projeto vai dar aos alunos os meios de que eles necessitam para ***se defender de professores*** *que, a pretexto de “politizá-****los”****,* se aproveitam da sua audiência cativa, da autoridade que lhes é conferida pela cátedra e do segredo das salas de aula, *para tentar transformá-****los*** *em réplicas ideológicas de si mesmos****.***
Os políticos que desfrutam da simpatia ou que contam com a militância ***do professor*** *sempre se beneficiam com a prática da doutrinação em sala de aula....*
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

O efeito de sentido de ser partidarista, ou de ser “com partido”, é apontado pelo ESP como um fato ligado aos professores como percebemos nas marcas do substantivo (professor), de modo que ter partido seria uma forma de os professores doutrinarem para o “seu partido” os alunos, discursivizados pela marca do pronome oblíquo (los): **“***defender de* ***professores*** *que, a pretexto de “politizá-****los*** *para tentar transformá-****los*** *em réplicas* ***ideológicas*** *de si mesmos****./****Os políticos que desfrutam da simpatia ou que contam com a militância* ***do professor*** *sempre se beneficiam com a prática da* ***doutrinação*** *em sala de aula* ***(SDGSCP/ESP)”****.* Nas marcas, o uso do adjetivo (ideológico), desliza para uma forma de doutrinação. Razão pela qual o ESP se apresenta como um grupo que deve defender o aluno da doutrinação. Portanto, a ideia de filiação a ou simpatização por um partido desliza para doutrinação, logo “sem partido” está para não doutrinação.

Agora analisaremos essas marcas no PCESP:

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido

Comentarista 21 Opa, já temos dois do total de dois que são favoráveis à ditadura. Continuemos, adeptos da Escola Sem Partido. ***Continuem provando sua neutralidade*** [...]
Postado no ESP 11/09/15 15:18 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 Escola sem Partido, é justamente o que os professores fazem![...] ***Sua operação é essencialmente ideológica*** *por isso... Uma das provas disso é achar que apresentar versões concorrentes torna uma análise neutra. Quando a própria categorização do regime como "ditadura militar" já é uma "opção partidária", caso não saiba*. [...] *Portanto, ESP, não da para ser "sem partido". No máximo apresentar as diversas versões concorrentes. Mas nem isso é possível de modo isento, porque sempre será a visão de um ser determinado, com crenças e ideologia particulares, sobre as versões concorrente*s.[...]*O que querem, portanto, é assegurar uma hegemonia de pensamento por excluir as versões concorrentes dessa que é hoje naturalizada no sendo comum. Exatamente o que dizem combater!*
Postado no ESP 12/09/15 10:48Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 Pois é. ***A pior coisa é não assumir sua parcialidade.***
Postado no ESP 16/09/15 07:47 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 13 [...] *tirando a propaganda partidária, que, para mim, não deve ser feita em sala de aula, qualquer* ***fala do professor terá cunho ideológico,*** *simplesmente pelo fato de que* ***qualquer atividade mediada pela linguagem*** *é dialógica, portanto, social e* ***ideológica*** *por excelência****...***
Postado no ESP 23/05/16 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 44 [...] Mas o que acontece é que muitos defensores do escola sem partido, ***querem na verdade é tirar o " partido" no qual é contrário e colocar o seu.***
Postado no ESP 28 /05/17 15:42 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 05 *[...]* ***Sou a favor de uma escola sem partidos,*** *mas não apolítica. Como tolerar calados o assalto às nossas instituições?Alguém já disse que todo homem é um ser político e sabemos que mesmo pessoas apolíticas fazem política sem sabê-lo. Tomamos decisões políticas a todo momento sem nos dar conta disso.[...]*
Postado no ESP 13/01/18 02:48 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 03 As pessoas ainda não entenderam ***que não existe neutralidade! O ser humano é um animal político***...
Postado no PCESP 06/11/17 07:38 Curtir Comentar Compartilhar

Ao analisarmos as sequências discursivizadas pela negação + neutralidade: "***não existe neutralidade/ já é uma "opção partidária"... não da para ser "sem partido"/ porque sempre será a visão de um ser determinado, com crenças e ideologia particulares (SDGSCP03/21)"*** o PCESP parece considerar o apartidarismo, sintetizado na marca "sem partido", como algo impossível, uma vez que toda abordagem de qualquer discurso escolar já apresenta em si uma concepção ideológica. Assim, "sem partido" aparece como uma expressão contraditória e complexa, já que todo sujeito é interpelado pela ideologia, tornando todo discurso um discurso ideológico.

O ESP se declara como um grupo totalmente neutro, sem concepções partidárias, que apenas quer proteger os alunos da doutrinação dos professores. Conforme entrevista concedida por Nagib ao programa *Conexão Conservadora*, o ESP não defende "nenhum tópico da agenda de direita, da agenda conservadora" (NAGIB, [2012] 2020). O próprio nome "sem partido" torna-se um atrativo discursivo, porque sugere um modelo de escola democrática, plural. Isso perpassa as próprias condições de produção dadas pelo neoliberalismo, fonte de inspiração ideológica[85] para uma escola livre da ação do Estado e de partidos políticos. Esses princípios corroboram para um efeito de sentido relacionado a um posicionamento moderado desse movimento. Nos discursos do ESP[86], é defendido o apartidarismo, o que, como já mencionamos, parece contraditório, uma vez que o grupo tem uma rede de políticos aliados ao seu posicionamento e que, inclusive, para propor-se um PL é necessário filiar-se a um programa ou ação político-partidária.

[85] Disponível em facebook.com/MPFederal/photos/a.178492012298211/642646892549385/?type=3&eid=ARBRyM4pJRqxanSt1fmatRapdWbMqMSemTvBesZes9yMmQ3fx_L8R2-diVTHwFpME29gjKfPA47bJ4Fm&__tn__=EEHH-R Acesso em: 08 ago. 2020.
[86] Disponível em acebook.com/MPFederal/photos/a.178492012298211/642646892549385/?type=3&eid=ARBRyM4pJRqxanSt1fmatRapdWbMqMSemTvBesZes9yMmQ3fx_L8R2-diVTHwFpME29gjKfPA47bJ4Fm&__tn__=EEHH-R Acesso em: 08 ago. 2020

O PCESP questiona a neutralidade ideológica, e política, do ESP por meio das marcas da negação acompanhadas dos adjetivos (neutralidade e imparcialidade): ***"a pior coisa é não assumir sua parcialidade/ Continuem provando sua neutralidade [...] / Sua operação é essencialmente ideológica./ não existe neutralidade! (SDGSCP21/21/03)"***. Também é possível depreender o efeito de sentido de ironia e de descrença do grupo no que tange à suposta imparcialidade do ESP.

Resumidamente, podemos dizer que o imaginário sobre a expressão "sem partido" apresenta sentidos diferentes: para os discursos decorrentes do ESP, "sem partido" significaria uma escola na qual os professores não doutrinariam/manipulariam os alunos politicamente e que isso é possível exigindo dos docentes um discurso neutro; já o PCESP apresenta a complexidade que perpassa o sentido dessa expressão, uma vez que o movimento não considera possível que alguém seja neutro. E segundo o PCESP, o ESP usaria o discurso sobre a neutralidade como estratégia para impor suas próprias ideologias.

Verificamos apenas três marcas no perfil do ESP que discursivizam um imaginário sobre a autonomia e o controle do dizer, segundo o qual o sujeito acredita ter o controle do seu dizer, como se não fosse ele, em momento algum, interpelado pela ideologia em seu dizer. São poucas as marcas, mas achamos importante apresentá-las porque nelas se aplicam algumas das noções teóricas abordadas na pesquisa.

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido

Comentarista 48 ***Centra-se no conteúdo, não expresse opinião própria,*** sou professor há 30 anos, ***não há dificuldade alguma...***
Postado no ESP 23/05/16 00:2 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 44 ***Simples: é só tratar o fazer pedagógico cientificamente e não ideologicamente***. [...]
Postado no ESP 28 /05/17 15:42 Curtir Comentar Compartilhar

As marcas no modo imperativo discursivizam uma facilidade para esse controle do dizer, apontadas na sequência seguinte, "***Centra-se*** *no conteúdo****, não expresse*** *opinião própria... **não há** dificuldade alguma... /Simples: **é só** tratar o fazer pedagógico cientificamente e **não** ideologicamente* ***(SDGSCP48/44)"***, nos permitem remeter ao trabalho de Orlandi (2015), segundo a qual a memória é perpassada pela ideologia e pela história produzindo o esquecimento, contrariando a ideia de que é possível controlar o que falamos (esquecimento de nº 2) e a de que "nosso discurso é original" (esquecimento de nº 1). Isso porque, conforme já abordado, tanto a memória quanto o esquecimento produzem o silêncio

que, por sua vez, é perpassado pela censura. Esse sujeito ocupa, então, uma posição-sujeito-censória, na qual acredita ser possível ter controle de tudo o que diz.

Além disso, esse sujeito acredita que seu discurso é original, transparente, racional, livre de qualquer *controle ideológico,* independente da memória, da história, conforme analisamos nas marcas apontadas nas sequências seguintes: ***"centra-se no conteúdo (SDGSCP48)"***, determinando ao professor que ***"não expresse opinião própria (SDGSCP48)"*** e concluindo que ***"não há dificuldade alguma/é só tratar (SDGSCP48/44)"***.

Essa posição-sujeito-censória, de acordo com Moreira (2007, p. 5), nos mostra que "há um sujeito que crê ser origem de si mesmo e de seu próprio dizer" e que "objetiva, operando de forma supostamente racional sobre a linguagem, decifrar e transformar os sentidos, anular a resistência" (MOREIRA, 2007, p. 5). Por outro lado, os que postam seus comentários no perfil do ESP, mas que concordam com PCESP, enquanto grupo de resistência, apresentam o discurso de que esse controle do dizer é impossível.

Comentarista 05 [...] ***Tomamos decisões políticas a todo momento sem nos dar conta disso***. Portanto acho difícil para qualquer professor cumprir algumas dessas premissas...
Postado no ESP 13/01/18 02:48 Curtir Comentar Compartilhar

Há uma desconstrução desse efeito de sentido sobre a possibilidade de controle do dizer, como as sequências seguintes, que mostram a franca oposição entre elas: ***"a todo momento sem nos dar conta disso (SDGSCP05)"*** (não conseguimos controlar o dizer) X ***"não há dificuldade alguma (SDGSCP48)"*** (podemos controlar o dizer). O ESP assume, então, uma posição-sujeito que se identifica com uma posição sujeito-censória, que naturaliza a ideia de controle do próprio discurso sem considerar que todo sujeito é interpelado pela ideologia, pela memória e pela história. O PCESP, por sua vez, assume uma posição-sujeito de resistência, na qual busca desconstruir esse efeito de sentido mostrando que todo dizer é ideológico. Verificamos ainda outros gestos censórios que insistem e sobre os quais trataremos em seguida.

4.6 Gestos censórios que insistem

Conforme pudemos observar nas análises apresentadas anteriormente, é notório, sobretudo no discurso do ESP, um distanciamento que se estabelece entre o sentido de ideologia e de escola. Esse distanciamento se mostra forçoso e artificial na medida em que a escola, como instituição social, também é lugar de produção e de circulação e mesmo de

confrontos entre discursos. Esses discursos que eclodem, por sua vez, não deixam de trazer em sua constituição a ideologia. Assim como não há discurso sem ideologia, é difícil conceber escola enquanto lugar de produção e entrecruzamento intenso de discursos, sem a presença de ideologia. Isso, porque, como nos lembra Orlandi (2012),

> O discurso é, pois, um elemento particular da materialidade ideológica. Daí que as formações ideológicas comportam uma ou várias formações discursivas interligadas, essas formações discursivas, por sua vez, acabam assim, por determinar [...] o que pode e deve ser dito a partir de uma posição dada em uma conjuntura dada. (ORLANDI, 2012, p. 45)

Nas análises realizadas nesta dissertação buscamos estabelecer o nexo causal entre a ideologia e o pensamento político do Instituto Millenium e as proposições do ESP, tendo Miguel Nagib como sujeito político que atua ideologicamente em ambos, Imil e ESP. O ESP busca através dos PLs a aprovação para que a cartilha com os "Deveres do Professor" possa ser seguida em todas as escolas. Para isso, ele justifica seu discurso apontando tudo aquilo que acredita que o professor não pode fazer, que não tem direito e/ou que não cabe a ele fazer no exercício de sua profissão. Essa negação constitui uma série de gestos censórios que se manifestam discursivamente pelo uso recorrente do advérbio de negação (não) e está atrelada a uma posição ideológica amparada numa suposta aprovação da lei (PL).

Percebe-se, então, que a marca linguístico-discursiva "não", conforme apontada na sequência citada mais adiante, busca apagar os antagonismos, controlar os dizeres, censurar, silenciar os contrários. Separamos, a seguir, algumas marcas discursivas do uso desses gestos censórios que permitem calcar essa análise: "***não existe*** *liberdade de expressão/* ***não*** *permitir****... não*** *é papel/* ***não*** *tem...* ***não*** *é/ Na escola,* ***não/*** *SÓ* ***NÃO/ não*** *querer...****não*** *fazer...* ***não*** *for/* ***não*** *é lugar / só* ***não (SDGGC/ESP/22/24/27/ESP/14/02/22).***

Grupo Gestos Censórios

ESP DIGO EU: ***Não existe liberdade de expressão*** no exercício da atividade docente. ***Se existisse*** *o professor sequer poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina*: poderia gastar todo o tempo de sua aula falando sobre o que bem entendesse (afinal, isso é liberdade de expressão) [...]*Em todo caso, pergunto ao Professor se a "liberdade" que ele reivindica para o professor em sala de aula seria a liberdade de (1) Faço tal pergunta porque é ISSO, e nada além disso, o que o projeto Escola sem Partido proíbe seja feito em sala de aula.[...]*

Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 *A proposta da escola sem partido* ***é não permitir*** *abusos por parte dos professores,* ***não é papel*** *dela te ensinar a dar aulas ou te ensinar sobre a história do Brasil, siga a constituição de seu país. [...]*

Postado no ESP 11/09/15 12:41Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 24 *Professor na sala de aula* ***não tem*** *pluralidade de tendências, tem pluralidade de teorias a confrontar, juntamente com os alunos[...]* ***Mas não*** *é seu papel como profissional...*
Postado no ESP 23/05/16 00:58 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27 Rapaz! [...] ***Na escola, não***. [...]
Postado no ESP 27 /05/17 21 :50 Curtir Comentar Compartilhar

ESP ***DEVERES DO PROFESSOR:*** *NOSSOS ADVERSÁRIOS SABEM QUE ELES EXISTEM. SÓ* ***NÃO*** *QUEREM QUE OS ALUNOS TAMBÉM SAIBAM.*
Postado pelo ESP em 11/01/18 Acessado em 10/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 14 *É só* ***não querer impor*** o seu entendimento, quando tiver que fazer referência à algum dogma, ***não fazer*** *de modo ofensivo ou favorável*, expor outras possibilidades, como é em outras culturas, ***não entrar*** em debate, *se* ***não for*** matéria de estudo
Postado no ESP 14/01/18 15:34 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 [...] ***Escola não é lugar*** de um embate político[...]Nossas escolas precisam da aprovação desta lei,pois ela abrirá espaço para o saber,o saber ***que pode não*** alimentar a esta geração quase que perdida, mas que ira nutrir a próxima para que seja forte[...]
Postado no PCESP 22/07/16 22:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 [...] ***só não*** *doutrinar e fica tudo certo, ensina a matéria!*
Postado no PCESP 15/04/19 17:26 Curtir Comentar Compartilhar

As discursividades apresentam gestos censórios com um efeito de sentido de ordem, graças ao uso do advérbio de negação ***não***, que é explicitado de forma recorrente. O efeito de sentido de "o professor ***não"*** seria: "não deverão ser divulgadas notícias que possam y, considerando y os antagonistas" (MOREIRA, 2009, p.139). Portanto, como nos elucida a autora supracitada, esses gestos marcam aquilo que não pode ser discursivizado pelos professores. As sequências discursivas "***não existe*** *liberdade de expressão/* ***não*** *permitir****...*** ***não*** *é papel/* ***não*** *tem...* ***não*** *é/ Na escola,* ***não****/ SÓ* ***NÃO/ não*** *querer...* ***não*** *fazer...* ***não*** *for/* ***não*** *é lugar / só* ***não (SDGGC/ESP/22/24/27/ESP/14/02/22)*** se materializam na censura a tentativa do controle do dizer, usando o modo imperativo. Esses gestos censórios buscam impor ao professor o que pode ser dito e o que não pode. Esse discurso do controle do dizer materializado no léxico da negação inscreve o ESP mais uma vez, numa FD censória, que, por sua vez, está inserida em um Discurso Fundador que surgiu a partir de condições de produção como a Ditadura Civil Militar, na qual era naturalizado esse discurso da censura.

Mas cabe retomar o postulado de que a Ditadura exercia a censura de modo institucionalizado e explícito dentro de um contexto histórico que lhe era propício, sendo esta a condição de produção de seu discurso. O ESP, por sua vez, faz parte de um momento histórico democrático, portanto esse gesto censório muitas vezes procura amparo num discurso no qual o controle dos sentidos busca justificar essa proibição de modo

"democrático". Esse controle dos sentidos busca, portanto, coagir as possíveis respostas para essas negativas usando o efeito de sentido de "democracia", da possibilidade de se pensar de modo diferente através da possibilidade (do subjuntivo) e da adversidade para, em seguida, concluir que, mesmo que existisse essa possibilidade de dizer de outra forma, não daria certo, conforme a sequência seguinte: ***"não existe*** liberdade de expressão/ ***Se existisse*** *o professor sequer poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina / Professor na sala de aula* ***não tem*** *pluralidade de tendências... **mas não** é seu papel como profissional **(SDGGC/ESP/24)"***.

Assim, de acordo com o ESP, mesmo que esses dizeres fossem possíveis, eles não seriam adequados ao papel do professor. O grupo busca por meio desses gestos censórios "cercar", "silenciar", "justificar" qualquer possível deslizamento discursivo que possa fugir desse controle do dizer. Essa relação adversativa materializa posições antagônicas, produzindo efeitos de sentidos opostos. É preciso considerar que essa tentativa de controlar o dizer produz, por outro lado, um *evidenciamento* não previsto pelo discurso do ESP. Isso porque "é preciso considerar que há sempre a possibilidade da polissemia na paráfrase, a possibilidade do deslizamento de sentidos" (MOREIRA, 2009, p. 140). O PCESP apresenta esse funcionamento do *evidenciamento* no Grupo Gestos Censórios que busca resistir ao "não", dando outro sentido para essas discursividades, usando o sentido de negação para se contrapor ao ESP: ***"E não dá certo/ discordo/ Eu defendo/ NÃO EXISTEM (SDGGC/22/28/43/PCESP)"***, conforme podemos observar nas sequências a seguir:

Grupo Gestos Censórios

Comentarista 22 O melhor da escola é a *pluralidade de tendências dos professores*. O de História sendo Marxista... o de matemática Centro-Direita, a de ciências atéia, a religiosa de português, a de inglês evangelica, a moça da secretaria macumbeira e por aí vai***.*** *A sociedade e sua pluralidade* presente sempre na vida do aluno. *Querer "uniformizar" é uma baita bobagem*!!! ***E não dá certo***!!
Postado no ESP 22/05/16 23:47 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 28 Fora isso, ***discordo dos parâmetros*** estabelecidos no projeto de lei, *que visivelmente tentam direcionar a condução das aulas pelo professor*[...]
Postado no ESP 23/05/16 14:58 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 43 *Se você é a favor **do amordaçamento do professor**, defenda sua posição. **Eu defendo** a minha...*
Postado no ESP 04/06/16 15:09 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP *De tempos em tempos, tem um tipo de publicação que aparece na página do Escola Sem Partido. O post segue basicamente o mesmo formato. Uma reprodução do cartaz com os 6 "Deveres do Professor" e um pequeno texto que diz algo como "a pergunta que os jornalistas nunca fazem" ou que "os professores contra o ESP não querem responder é: você nega a existência dos deveres do professor?"[...]* ***NÃO EXISTEM "DEVERES DO PROFESSOR"...***
Postado pelo PCESP em 16/12/18 Acessado em 02/03/20 16:30 Curtir Comentar Compartilhar

Pelos efeitos de sentidos, podemos relacionar as sequências discursivas apresentadas no Grupo Gestos Censórios (em que predomina o não) e no Grupo de Gestos Censórios (em que predomina a oposição ao não). Vejamos: "professor na sala de aula ***não tem pluralidade de tendências (SDGGC/ESP)" x "***O melhor da escola ***é a pluralidade de tendências dos professores (SDGGC22)"***. A pluralidade, considerada como algo negativo, proibida pelo ESP, é considerada positiva segundo aqueles discursos que decorrem do PCESP. Portanto, o efeito de sentido construído é de que essa pluralidade deve existir na escola. A tentativa do ESP de controlar essa pluralidade leva a um discurso de padronização e/ou homogeneização das tendências dos professores. O que desliza e se contrapõe a esse posicionamento discursivo é o posicionamento discursivo do PCESP, que considera a pluralidade de tendências dos docentes como algo positivo.

Ainda temos a oposição dada pelas sequências ***"DEVERES DO PROFESSOR: NOSSOS ADVERSÁRIOS SABEM QUE ELES EXISTEM (SDGGC/ESP)" x NÃO EXISTEM "DEVERES DO PROFESSOR (SDGGC/PCESP)"***. Essas sequências visivelmente se opõem, trazendo uma marca na língua de um grito que é marcado pelo usa das letras maiúsculas (CAIXA ALTA), levando ao efeito de sentido de querer ser ouvido, ou de se fazer ouvir. Também chama a atenção o uso das aspas na marca ***"DEVERES DO PROFESSOR (SDGGC/ESP)"***, por meio das quais o PCESP constrói o efeito de sentido de oposição, de critica, de colocar em cheque a veracidade desses "deveres", promovendo desopacização desses sentidos. Para o ESP, o professor ou qualquer outro que apresente um discurso contrário ao seu é considerado adversário, não do Nagib (fundador)- como é possível depreender pelo uso do pronome na primeira pessoa do plural-, mas sim do próprio ESP, conforme se depreende com a marca ***"NOSSOS ADVERSÁRIOS (SDGGC/ESP)"***. Ainda de acordo com o ESP são adversários porque negam a existência de deveres já sabidos.

É preciso ressaltar que de um lado temos o movimento que, em seu discurso por meio da marca do verbo, constrói o efeito de sentido de que os deveres já existem e devem apenas ser colocados em prática ***"ELES EXISTEM (SDGGC/ESP)"***. De outro lado, o movimento que constrói o sentido de que esses deveres não devem ser reconhecidos como tais, por meio da marca do advérbio de negação + o verbo ***"NÃO EXISTEM (SDGGC/PCESP)"***. Se compreendemos que essas marcas apontadas pelo ESP e essas marcas discursivizadas pelo PCESP partem de uma mesma rede de memória, compreendemos que o discurso do ESP aponta mais uma vez para um FD censória, enquanto o PCESP se inscreve em uma FD de oposição e que os dois possuem, portanto, FIs distintas.

Temos também uma rede de sentidos em relação aos PLs marcada nas discursividades por meio do uso dos substantivos proposta/parâmetros, que funcionam como sinônimo de PL: ***"A proposta** do escola sem partido **é não** permitir abusos por parte dos professores**(SDGGC/ESP)"** x **"discordo dos parâmetros** estabelecidos no projeto de lei, que visivelmente tentam direcionar a condução das aulas pelo professor/ **amordaçamento do professor(SDGGC28/43)"***. O ESP traz em sua discursividade o efeito de sentido de que seu PL tem a função de impedir que o professor cometa **"abusos (SDGGC/ESP)"** contra os alunos; em contrapartida, o PCESP constrói o efeito de sentido de que esse PL é uma tentativa de censurar as aulas do professor, como é discursivizado nas marcas "amordaçamento" e "professor": ***"amordaçamento do professor (SDGGC/ESP)"***.

Na relação desses dizeres regularizados, podemos confirmar mais uma vez o antagonismo do PCESP, que se inscreve numa mesma rede de memória (PL) sobre os "Deveres do Professor", mas que produz efeitos de sentido diferentes. Existe uma busca por *evidenciar* o silenciado, desopacizar os sentidos, gritar os gestos censórios do ESP. O processo de resistência do PCESP está relacionado à própria produção de sentidos, que busca se opor ao ESP. Portanto, observamos nesses discursos um embate, pela ordem do discurso, que se materializa através de marcas discursivas de resistência que se opõem. Assim,

> A resistência é produzida como prática discursiva pelas relações de poder em que o Outro busca controlar o que deve ou não ser dito, mas também resiste; esta tensão que se materializa no discurso só existe porque há resistência. Nesse sentido, dizeres que persistem ou insistem no discurso não só resistem; eles também indicam que há um empreendimento de controle – censura– sobre os sentidos. (MOREIRA 2009, p. 159)

Ainda temos mais discursividades que apresentam marcas evidentes da censura, do silenciamento. A censura, como já mencionamos na parte teórica, é composta pelo silêncio. Essa busca por controlar os sentidos através do silenciamento é apresentada mais uma vez nas sequências parafrásticas dos comentários postados no ESP.

Grupo Gestos Censórios

Comentarista 13 ***Ei prof, aula amanhã... Vamos dormir***
Postado no ESP 23/05/16 22:40 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP Este comentário, que decidimos reproduzir para todos aqueles e aquelas que curtem a nossa causa, é apenas um dos que recebemos. Já recebemos alguns *comentários de incitação à violência, mas os moderadores da página **vinham apagando os mesmos.*** [...]
Postado pelo PCESP em 28/08/15 Acessado em 02/03/20 10:15 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 [...]Os pais não são obrigados a admitir isso. *O papel do professor*, portanto, *deve* ***limitar-se***.
Postado no PCESP 06/11/17 16:39 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 [...] E, é claro, *a família tem todo o direito* de reclamar e ***censurar o professor*** que está enfiando na cabeça do filho ideias contrárias as que ele recebeu, pois não deve existir esse conflito entre a escola e a família.
Postado no PCESP 06 /11/17 23:00 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP Deixando esse *print* registrado aqui para toda vez que alguém vier com o papo de que "é só um cartaz"
ESP: [...] Quer uma dica pra saber se tem algum ***militante disfarçado de professor*** dando aula pro seu filho?
Acompanhe as postagens dos professores dele nas redes sociais.
Postado pelo PCESP em 09/0 4/19 Acessado em 05/03/20 10:30 Curtir Comentar Compartilhar

Nas marcas expressas pelos verbos dormir e apagar, ***"dormir/ apagando (SDGGC13/PCESP)"***, o silêncio significa, ele permite a construção de sentidos. Ao "mandar" o professor dormir, pois tem aula no outro dia, o que está silenciado é o efeito de sentido de que está na hora de o professor se calar, de adormecer seu discurso. Também percebemos o efeito de silenciamento construído pelo PCESP, que resolve apagar/silenciar os discursos agressivos que eram postados em suas páginas. Estamos tratando de uma censura em que o silenciamento se dá por uma posição ideológica contra a violência. Temos aqui a presença de um silencio constitutivo como nos explica Orlandi (2007b), segundo a qual, para a construção de certos efeitos de sentido, é preciso não dizer para se entender o que foi dito.

Outra forma recorrente de silenciamento é o ato explícito da censura marcado por meio dos verbos que discursivizam esse sentido, como se vê na sequência "***censurar*** o professor/ ***limitar-se/ Acompanhe as postagens dos professores (SDGGC01/01/PCESP)"***. O efeito de sentido de "dar o direito" às famílias de censurar e, até mesmo, acompanhar as postagens do professor nas redes sociais como forma de identificar o "*professor militante"* para censurar, naturaliza o discurso de uma prática de vigilância e controle. Desta forma, a censura é empregada discursivamente como "um instrumento de um mecanismo ideológico fundamentalmente controlador e manipulador, impõe-se sobre a ordem do discurso" (MOREIRA, 2009, p. 110) que culmina ameaça e no medo.

A política do medo, como já tratamos na pesquisa, remete a uma memória que perpassa a memória/história da Ditadura Civil, do Comunismo. Isso, por sua vez, culminou em condições de produção para que se possibilitasse o ESP enquanto discurso fundador. Um efeito de sentido presente no discurso do ESP e que se delineia melhor a partir da análise do discurso do PCESP, é o de que o ESP tem o objetivo de instituir a ameaça e o amedrontamento entre os docentes como estratégia para controlar o dizer desses profissionais.

Grupo Gestos Censórios

ESP [...] DIGO EU: [...] Bem por isso, o que a Constituição assegura aos professores é a liberdade de ensinar ***(art. 206, II)***[...] Aliás, ***não é o projeto que proíbe*** tais condutas, ***mas a própria Constituição Federal -- princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (CF, arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput); liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI); liberdade de ensinar (que não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (CF, art. 206, II); pluralismo de ideias (CF, art. 206, III) -- e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que garante o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (art. 12, IV).[...]***

DIGO EU: Qualquer ***pessoa está sujeita a ser processada. Os professores não constituem exceção***. ***De acordo com o Código Civil***, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, ***violar direito e causar dano a outrem***, ainda que exclusivamente moral, ***fica obrigado a repará-lo***. ***O professor que violar os Deveres do Professor, poderá ter problemas na Justiça*** -- ainda que o projeto não seja aprovado, pois, como eu disse, ***tudo o que está previsto no projeto decorre necessariamente da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos...***

Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

ESP Fica tranquilo, [...], ***SE VOCÊ JÁ CUMPRE OS DEVERES DO PROFESSOR, não tem motivos pra ficar nessa agitação toda***. Relaxa, irmão!

Postado pelo ESP (Moderador) em 13/09/15 02:33 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP Este comentário, que decidimos reproduzir para todos aqueles e aquelas que curtem a nossa causa, é apenas um dos que recebemos. Já recebemos alguns comentários de incitação à violência, mas os moderadores da página vinham apagando os mesmos. [...] porém, achamos que vale a reflexão: os projetos de lei apoiados pelo Escola Sem Partido, que criminalizam a prática docente e colocam o professor no papel de um criminoso a ser denunciado anonimamente, ***não estão estimulando o ódio aos professores e a violência contra eles***?

Comentarista "apagado" Professor tem que ensinar português e matemática, se passar das matérias relevantes ***deve ser espancado ou processado***.

Postado pelo PCESP em 28/08/15 Acessado em 02/03/20 10:15 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 03 O ESP funciona tanto para o professor de esquerda quanto direita. Professor não tem que puxar saco nem pra ditadura do proletariado nem pra ditadora militar. ***Existem doutrinadores de esquerda e de direita na escola e são esses que a lei do ESP tem que enquadrar.***

Postado no ESP 23/05/16 08:02 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 [...] Portanto, todos os professores, assim como qualquer profissional, e especialmente os da escola pública, ***devem ter sua atuação devidamente fiscalizada e regulamentada***.

Postado no PCESP 06 /11/17 14:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 09 Passou da hora ***de jantar essa gente na porrada***.

Postado no PCESP 09/04/19 21:17 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 15 Os caras ***estimulando uma sociedade policial cara***...

Postado no PCESP 09/04/19 23:00 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 18 [...] E se vc quer saber, cada dia que passa, ***estou ficando cada vez com mais medo do que pode vir a acontecer.*** Sou um preso político em potencial... rs

Postado no ESP 23/05/16 15:52 Curtir Comentar Compartilhar

ESP As escolas (públicas e particulares) têm todo interesse em fazer isso. ***Só não fazem por medo dos sindicatos de professores.***

Postado pelo ESP (Moderador) 12/03/19 12:14 Curtir Comentar Compartilhar

O efeito de sentido de ameaça é construído com a remissão ao discurso jurídico que se manifesta nas marcas ***"lei"*** e ***"justiça"*** e dos verbos que constroem outro efeito de sentido, o do controle: ***"****o professor que* ***violar*** *os Deveres do Professor poderá ter problemas na* ***Justiça/*** *que a* ***lei*** *do ESP tem que* ***enquadrar/acompanhe*** *as postagens dos professores dele nas redes sociais/ os professores [...] devem ter sua atuação devidamente* ***fiscalizada e regulamentada/*** *Os caras estimulando uma sociedade* ***policial*** *cara...* ***(SDGGC/ESP/03/01/15)"***. Para promover e endossar essas discursividades de ameaça aos docentes, o ESP, como já mencionamos, usa artigos da CF, ***"arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput e art. 5º, VI; art. 206, II; art. 206, III"*** e do CADH ***"art. 12, IV (SDGGC/ESP)"***.

Nesse discurso, depreende-se que, caso os professores não "respeitem a lei" estariam descumprindo os artigos. Mesmo que o PL ainda não esteja institucionalizado, esse efeito de ameaça é construído de maneira recorrente em comentários feitos na página do PCESP no *Facebook*, como a mostrada na sequência seguinte: "***se passar das matérias relevantes deve ser espancado ou processado (SDGGC/PCESP)"***. Nas marcas **"*deve ser", *"espancado"*** e ***"processado"*** temos não apenas o sentido de ameaça, mas também de ódio e violência.

Os verbos "***violar, enquadrar, fiscalizar, cumprir, regular, (SDGGC/ESP/03/01/ESP/ESP)*** promovem o efeito de sentido de uma infração que deve ser punida, de modo que o professor deve obedecer a "lei", tendo sua atividade docente cerceada. Existe ainda um efeito de sentido de tipificação de conduta, ou seja, tal ação é crime passível de pena de demissão, processo etc. Isso gera o medo de possíveis processos e a exposição de sua imagem, seja no *Facebook* (o ESP incentiva que os alunos gravem as aulas para ilustrar a "má conduta" do "professor doutrinador"), seja na mídia de modo geral. A censura é um procedimento movido pelo efeito de sentido de medo, provocado no discurso do ESP. Uma das possíveis consequências desse discurso que visa a instaurar o medo é que os professores deixem de discutir certos assuntos em sala de aula para evitar possíveis transtornos. Essa política vai ao encontro do que Mariani (1996) apresenta

> Em linhas gerais, as variadas formas de punição impostas aos que infringiam as leis seguem o processo descrito por Foucault (1986), qual seja, da incidência sobre o corpo -- quando a Igreja queimava os hereges e seus escritos -- passou-se para a aplicação de multas, a prisão, o degredo e o confisco das obras. O rigor da disciplina incidia sobre o autor e sobre a obra, confiscada ou queimada. Nas duas situações, a força da lei vinha do medo que ela suscitava. Uma vez que as penas incidiam sobre o responsável pelo texto. (MARIANI, 1996, p. 82)

O medo não surge do nada, mas está ligado a um processo de memória que muitas vezes é “esquecido”, perpassado por uma história, por uma ideologia, por uma forma de discursivização que leva a uma naturalização que acaba por ganhar *status* de verdade. O medo, enquanto efeito de sentido, já foi discutido por nós, no capítulo 3, e o retomamos aqui como forma de reflexão para entender como essas discursividades produzem uma política de silenciamento (ORLANDI, 2007b) dos professores, que acabam, muitas vezes, pela falta de conhecimento da lei, acatando e silenciando seu discurso em sua prática docente. Podemos também depreender dessas discursividades que algumas dessas condições de produção que possibilitaram o ESP enquanto discurso fundador também contribuíram para essa política do medo, como o discurso da Ditadura Civil e do medo do comunismo. Estas são políticas que caem no “esquecimento”, mas que retornam de forma recorrente sendo ressignificadas por meio do discurso, como nos explica Mariani (1996),

> Ao mesmo tempo, nas práticas sociais de fixação da memória se encontra entrelaçado aquilo que deve cair no esquecimento, pois o retorno de um sentido silenciado, ou a irrupção de um novo sentido, pode representar uma ameaça ao 'status quo' vigente e o resultado da ação da memória corresponde, então, à fixação de uma interpretação sobre as demais (também possíveis) para um acontecimento, impedindo, assim, seu esquecimento, isso se dá porque no jogo das relações de forças sociais, não deixar um sentido ser esquecido é uma forma de eternizá-lo (e, até mesmo, mitificá-lo) enquanto memória 'oficial'. (MARIANI, 1996, p.36/37, grifo da autora)

Como analisamos, a legitimidade de um discurso também pode depender daquilo que ele consegue silenciar. No caso, o que chamamos de política do medo remete a uma prática discursiva de um período histórico anterior: a ditadura. Uma vez *evidenciada* essa condição de produção do discurso do ESP, haveria prejuízo na justificativa do discurso desse movimento, que se propõe como uma causa democrática e libertária em favor de alunos e pais. Há, portanto, a busca de fixar parte dessa memória através da instauração do medo do comunismo, mas ao mesmo tempo busca-se silenciar o contexto autoritário no qual esse medo, hoje convertido em medo da esquerda, se constituiu.

5. Considerações finais

O encantamento e a ideia de trabalhar o discurso foi o propulsor que nos levou a nossa temática: as discussões promovidas no *Facebook* por dois movimentos antagonistas, ESP e PCESP. A partir desse movimento lemos, investigamos e começamos a buscar mais informações teóricas e também aquelas acerca do papel dos dois grupos. Destarte, voltamos ao ponto inicial de nossa pesquisa: o discurso. Nessa trajetória, fica clara a importância de uma análise discursiva, pois são muitos os aspectos que interpelam o discurso, como a memória, a história e a ideologia. Também temos imaginários que o compõem e que se manifestam sob marcas de silenciamento/censura e/ou resistência. Estudar o discurso do ESP e do PCESP, assim, foi fundamental para deslindar essas discursividades, que muitas vezes são opacizadas, e captar essa dispersão, essa instabilidade é, então, um privilégio para nós pesquisadores.

Com isso, levantamos a seguinte hipótese sobre o tema: tanto o ESP quanto o PCESP se valem do *Facebook* para divulgarem seus pontos de vista e posicionamentos político-ideológicos. O que acabou por ser identificado na pesquisa como campos ideológicos distintos que são representados discursivamente por FDs também diferentes, conforme os postulados teóricos de Orlandi (2015) e Pêcheux ([1975] 1997).

No capítulo 01, apresentamos os dois grupos ESP e PCESP, os PLs, as comunidades virtuais, que foram assuntos importantes para o entendimento e desenvolvimento de várias questões de pesquisa, perpassando toda a dissertação. No capítulo 02, trouxemos o quadro teórico-metodológico, no qual foi possível estabelecer as relações entre as noções estudadas e o tema de nossa pesquisa, além de organizar a forma como procederíamos com a análise do *corpus*. Buscamos demonstrar como essas noções foram fundamentais para nossa discussão. Defendemos também a ideia de que a metodologia e a teoria, no caso da AD, possuem relação direta e são indissociáveis.

No capítulo 03, começamos o nosso processo de análise efetivamente, no qual passamos à aplicação do referencial teórico-metodológico e buscamos, a partir do objetivo geral (analisar, nas postagens e nos comentários do *Facebook* do ESP e do PCESP, os imaginários produzidos pelo cartaz “deveres do professor” referente ao papel do professor na escola), discutir os cartazes, respectivamente, com os “Deveres dos Professores” (ESP) e “Direitos dos Professores” (PCESP). A partir daí, optamos, na pesquisa, por utilizar a nomenclatura “cartilha” ao invés de “cartaz”, uma vez que os textos se estruturam numa

relação interdiscursiva que retoma uma memória do que foi posto como algo naturalizado e dito.

Percebemos que os imaginários que interpelam as cartilhas são distintos para os dois grupos. Para o ESP o professor é um sujeito de deveres, que deve ser vigiado e o aluno é aquele que sofre com a doutrinação do professor, devendo vigiá-lo e/ou denunciá-lo. Já o PCESP traz um movimento de resistência, no qual se destaca um processo de questionamento e *evidenciamento* das propostas do ESP. Também apresentamos as condições de produção para o surgimento das cartilhas, como a ascensão do ESP na mídia. Foi possível também apresentar a cartilha do PCESP como uma forma de resistência à do ESP. Apontamos o ESP como acontecimento discursivo que possibilita as condições de existência para o grupo oponente: o PCESP. E, a partir das análises realizadas, percebemos os gestos censórios do ESP, discursivizados na cartilha, bem como o movimento de *evidenciamento* (PCESP) dos silenciamentos (ESP), posto como forma de resistência por parte do PCESP, mostrando como é notório o embate discursivo entre o ESP e o PCESP.

Além disso, nesse mesmo capítulo, apresentamos as condições de produção (o Imil, com sua base liberalista, as acessão política do PT ao governo, a Ditadura Civil Militar) para que o ESP se constituísse como um discurso fundador, que instaurasse um novo espaço do dizer. Desse modo, foi possível buscar respostas para duas questões específicas: quais discursos fundadores constituem o ESP e o PCESP? Quais são os efeitos de sentido de "escola" que constituem o imaginário no/do discurso do ESP e do PCESP? Assim, chegamos à conclusão de que o ESP funciona como um discurso fundador enquanto que o PCESP é um discurso que surge a partir daquele. Quanto à concepção de escola, foi possível depreender a associação do ESP a uma visão neotecnicista de ensino voltada para o mercado de trabalho. Em contrapartida, o PCESP busca desconstruir a concepção veiculada pelo ESP e propor outra forma de considerar a escola. Esse processo analítico, com base em sua respectiva sustentação teórica, foi devidamente ampliado no capítulo seguinte.

Assim, buscamos, no capítulo 04, refletir sobre nossos objetivos específicos: verificar quais imaginários discursivos o cartaz produz referente ao papel do professor nos dois grupos; verificar quais imaginários dos discursos do ESP se identificam com os discursos do PCESP; elucidar como se dá a mobilização dos gestos censórios e do *evidenciamento* em funcionamento no discurso do ESP e do PCESP; verificar como se dá a apropriação da noção de ideologia pelos dois movimentos; verificar quais sentidos são produzidos sobre "liberdade de expressão" e/ou "liberdade de cátedra" nos dois grupos. Também consideramos algumas questões de nossa pesquisa: como o gesto censório e o *evidenciamento* são produzidos e

funcionam discursivamente nas postagens e nos comentários postados dos dois grupos? Quais imaginários são produzidos nos comentários postados nas páginas pelos membros do ESP e do PCESP no *Facebook* ou se inscrevem nessas posições discursivas referentes ao papel do professor e sua atividade docente? Quais imaginários constituem o sentido de "sem partido" tanto para o ESP quanto para o PCESP? Eram muitos questionamentos e tivemos que percorrer um longo caminho para pensar sobre eles. Desenvolveremos agora algumas considerações sobre esse percurso.

As análises das marcas discursivas retratadas nas famílias parafrásticas nos permitiram verificar que os imaginários produzidos acerca do papel do professor, obtidos por meio da cartilha "Deveres do Professor", discursivizam um docente considerado pelo ESP como "***esquerdopata/ sócio-comuno-doutrino-esquerdopata/ (SDGNP01/19)"*** e que, assim, é considerado, muitas vezes, como ***"inimigo da família"*** que quer ***"usurpar o direito do aluno" (SDGNP01)",*** colocando estes como "pessoas indefesas" e passíveis de toda forma de manipulação. Esse imaginário de professor é associado à ideia de um docente demérito, que inclusive não apresenta conhecimento técnico-científico necessário para exercer sua função ***"se não sabe dar aula, volte a estudar/ o que você quer é um curso de como dar aula/ não sabe dar uma aula? (SDGNP22)"***.

Em contrapartida, temos os que se opõem (PCESP) ao discurso do ESP, questionando a noção de militante, de esquerda, de comunismo: ***"militante agora é sinônimo de marxista, comunista, e esquerda? Só existe militante marxista, comunista, e de esquerda? E desde quando é crime ser professor(a) e militante de esquerda? (SDGNP23/02)"***. O PCESP também questiona a doutrinação e apresenta outro sentido para esse dizer, *evidenciando* alguns sentidos silenciados pelo ESP: ***"cidadão crítico... capacitar o aluno a interpretar o mundo a sua volta... construir com ele a ideia de que todos podem mudar o mundo (SDGNP/PCESP)"***. O ESP produz um sentido pejorativo para aquilo que considera doutrinação e acredita que o professor não pode apresentar uma ideologia em seu discurso, enquanto o PCESP considera que todos possuem ideologia e que, portanto, cabe ao professor promover no aluno a criticidade para refletir sobre questões sociais e políticas diversas.

Escola é significada no discurso do ESP como um local de formação e ensino de saberes científicos, ***"ESCOLA É LUGAR DE CIÊNCIA" (SDGPI/ESP)"***, e, por isso, cabe ao professor ensinar os conteúdos para os alunos: ***"atribuição dos professores é ensinar Língua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências***". Há, então, uma memória que perpassa a concepção neotecnicista de educação, na qual o aluno deve ser preparado apenas

para o mercado de trabalho, e não para uma vivência crítica como cidadão capaz de refletir sobre os mais diversos problemas sociais. Para o ESP não cabe ao professor promover nenhum tipo de reflexão que fuja ao objetivo principal da aula, que seria a transmissão do conhecimento técnico. Já o PCESP constrói o sentido de escola como escola democrática, plural: "***a educação teria um papel central na constituição de uma sociedade democrática, para discutir a historicidade das nossas condições de vida e construir a ideia de que todos podemos alterá-las/ Escola é a pluralidade de tendências [...]" (SDGPI/PCESP)***.

Essa discussão de uma escola plural x neotecnicista também produz sentidos diferentes para o que se constitui como liberdade de expressão e de cátedra para os dois grupos. Para o ESP, o professor não tem direito à ***"liberdade de expressão no exercício da atividade docente (SDGLC/ESP)"***, pois isso seria uma maneira do docente prejudicar o aluno, doutrinar e ressalta que tem o direito à liberdade de cátedra**,** ou seja, o direito de ensinar os conteúdos aos alunos. Já o PCESP considera que a liberdade de expressão é perpassada pela liberdade de ensinar e pela liberdade de cátedra, não havendo como dissociar essas noções, e que a liberdade de expressão é uma forma de promover o diálogo e formar cidadãos críticos: ***"o professor-educador utiliza a sua liberdade de expressão em sala de aula para estabelecer o diálogo entre a sua disciplina e a realidade do aluno/ Formar um cidadão crítico [...] (SDGLC/PCESP)"***.

Também é recorrente que os grupos recorram a uma justificação de seus discursos embasada na lei (CF e CADH). O ESP usa a lei como uma forma de elucidar o já-dito, ou seja, aquilo que considera que já está posto, e, em contrapartida, o PCESP busca *evidenciar* aquilo que considera silenciado pelo ESP (conforme o quadro 05). Observamos que o PCESP usa também como autoridade discursiva, para legitimar o seu dizer, o professor e o próprio grupo, que se manifesta na voz do moderador. Quando colocados na posição-sujeito de professor, o grupo procura apresentar-se como aquele que vive a realidade escolar e, portanto, tem autoridade para falar sobre ela. Em contrapartida, o ESP coloca-se na posição-sujeito de moderador, na voz de Nagib, de criador de um grupo que resiste ao que ele considera como opressor, o professor. Dessa maneira, o ESP não discursiviza a partir de uma posição de professor, tendo como fonte de legitimação de seu dizer o próprio Nagib. Isso ocorre porque o profissional docente tende a ser visto como inimigo contra o qual a sociedade, através de alunos e suas famílias, deve se voltar.

A questão dos imaginários que constituem o sentido do *sem partido* é também cara a nossa pesquisa, por isso buscamos elucidá-los. Nesse aspecto, foi possível perceber que os sentidos são distintos: para o ESP, *sem partido* é uma forma de evitar a doutrinação dos

alunos pelo professor, já que o grupo se propõe a ***"defender de professores que, a pretexto de politizá-los para tentar transformá-los em réplicas ideológicas de si mesmos (SDGSCP/ESP)"***; para o PCESP, *sem partido* é algo complexo que perpassa o campo ideológico, político, já que ***"não existe neutralidade (SDGSCP03)"***. Os seguidores do PCESP consideram que a escola não deve ser um espaço para propaganda partidária, mas que deve tratar de política: ***"sou a favor de uma escola sem partidos, mas não apolítica"***. Esse movimento ainda questiona o ESP enquanto grupo apartidário considerando o discurso deste carregado de ideologia política: ***"a pior coisa é não assumir sua parcialidade/ querem na verdade é tirar o "partido" no qual é contrário e colocar o seu (SDGSCP21/44)"***.

Temos também a mobilização de saberes censórios que permeiam toda a discursividade do ESP na tentativa de controle do dizer, seja por meio dos PLs apresentados seja nas postagens do *Facebook*. Esses gestos se manifestam a partir da cartilha com os "Deveres do Professor" e, por meio de um imaginário censório, são discursivizados através da negação, do medo, da ameaça, do silenciamento. O PCESP, por sua vez, busca o tempo todo *evidenciar* esses sentidos e se opor a eles.

Todas essas discussões promovidas no *Facebook* por ambos os grupos são marcadas por posições distintas, interpeladas pela memória/história/ideologia. A ocupação desse novo espaço do dizer busca corroborar com outro espaço: a escola. Ou seja, o que se discute no espaço virtual é materializado no espaço físico. O ESP excogita inclusive uma dimensão mais ampla ao propor os PLs. Esse processo favorece na representação imaginaria social sobre o papel do professor que é retratado de forma dessemelhante pelos dois movimentos.

Essas reflexões também nos permitiram depreender que o PCESP defende uma escola mais plural e democrática ao passo que o ESP defende a formação discente mais direcionada para o mercado de trabalho, o que nos chama a atenção para a importância de discutir o papel da escola em relação a essas duas questões: pluralismo de ideias ou foco na formação para o mercado de trabalho? Mais do que concordar ou discordar do ponto de vista de um grupo ou de outro, é preciso entender que a educação é fundamental, tanto para a redução da desigualdade social quanto para o crescimento econômico do nosso país, e, sem a promoção de melhorias nesse campo essas discrepâncias sociais serão vigentes.

Acreditamos ter contribuído para o entendimento, por via de uma análise discursiva, dessa discussão envolvendo dois polos ideológicos em que pare ter-se embasado a educação no país e que teria o ESP como discurso fundador. Faz-se necessário também clarificar a questão da neutralidade discursiva na educação. Essa neutralidade se mostra

impossível, uma vez que os professores, enquanto sujeitos, são interpelados por uma memória/uma história/uma ideologia. Portanto, esses educadores assumem uma posição-sujeito, cujo discurso pode concordar ou divergir sobre qualquer questão. E esses diferentes posicionamentos são inerentes à própria constituição enquanto sujeitos do discurso.

Nesse caso, no grande debate sobre educação que hoje encontramos polarizado entre esses dois movimentos, ESP e PCESP, a contribuição esperada desta pesquisa não é a de defender a adesão a uma linha de pensamento mediante o abandono da outra, mas de, a partir da observação do discurso de ambos os movimentos, auxiliar a reflexão sobre a importância de uma educação autônoma e sobre a necessidade de resistir quando há uma tentativa de silenciar sua autonomia, necessária tanto para a melhoria das condições da educação no país quanto para a continuidade desse debate.

Por fim, é importante destacar que, apesar da amplitude da discussão que fomos levados a fazer a partir de nossos objetivos, muitas questões sobre o tema ainda permanecem em aberto, e outras ainda aguardam serem colocadas, pensadas, refletidas. Isso decorre do fato de que outras reflexões se mostram necessárias, devido à complexidade de ouras questões que atravessam o discurso de ambos os movimentos e também que decorrem da própria relação que se estabelece entre seus respectivos discursos. Entretanto, esta pesquisa opta por respeitar seus limites, ainda que estes sejam temporários. Portanto, como pesquisadoras, reafirmamos que a pesquisa está aberta a críticas, a reformulações e a novas propostas de análises, para que essa discussão seja ampliada no enriquecimento contínuo a esse amplo e necessário debate sobre a educação em nosso país.

Referências

ALTHUSSER, Louis. **Ideologia e aparelhos ideológicos do estado**. 3. ed. Lisboa: Editorial Presença/Martins Fontes, 1985.

ARAÚJO, Angela de Aguiar; BRASIL, Luciana Leão. Do digital às digitais no Sitio de Memoria (Córdoba, Argentina): (Re) Interpretações da História Política na cidade em movimento. **Revista do Laboratório de Estudos Urbanos do Núcleo de Desenvolvimento da Criatividade**, v. 1, n. 19, p. 1-24, 2013. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/rua/anteriores/pages/home/lerArtigo.rua?id=150&pagina=4. Acesso em: 14 fev. 2020.

ARAUJO DA COSTA, Thaís de. Significando e garantindo a língua nacional: o processo de Historicização da língua portuguesa do Brasil e a implementação da Nomenclatura Gramatical Brasileira. **RevLet** – Revista Virtual de Letras, v. 5, n. 2, p. 103-123, ago./dez, 2013. Disponível em: http://www.revlet.com.br/artigos/197.pdf. Acesso em: 31 mar. 2020.

BASÍLIO, Ana Luiza. Escola sem Partido é arquivado e tramitação fica para o ano que vem. **Carta Capital**, 2018. Disponível em: https://www.cartacapital.com.br/educacao/escola-sem-partido-e-arquivado-e-tramitacao-fica-para-o-ano-que-vem/. Acesso em: 27 mar. 2020.

BEDINELLI, Talita. "O professor da minha filha comparou Che Guevara a São Francisco de Assis": Movimento Escola Sem Partido foi criado a partir da indignação de um pai com um professor. **El Pais**, São Paulo, 25 jun. 2016. Disponível em: https://brasil.elpais.com/brasil/2016/06/23/politica/1466654550_367696.html. Acesso em: 05 fev. 2019.

BRAGANÇA, Rafael; AQUINO, Renata. Como responder àqueles que odeiam os professores? In: PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO (PCESP). Disponível em: https://profscontraoesp.org/2016/06/05/como-responder-aqueles-que-odeiam-os-professores/. Acesso em: 03 mar. 2020.

BRANDÃO, Helena H. Nagamine. **Introdução à Análise do Discurso**. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2004.

BRASIL, Luciana Leão. Michel Pêcheux e a teoria da Análise de Discurso: desdobramentos importantes para a compreensão de uma tipologia discursiva. **Linguagem**: Estudos e Pesquisas, Catalão, v. 15, n. 1, p. 171-182, jan./jun. 2011. Disponível em: https://www.revistas.ufg.br/lep/article/view/32465. Acesso em: 08 abr. 2020.

BRASIL. **Constituição Federal de 1988**. Disponível em: https://www.senado.leg.br/atividade/const/con1988/con1988_05.10.1988/ind.asp. Acesso em: 06 mar. 2020a.

BRASIL. **Arguição de descumprimento de preceito fundamental**. Disponível em: https://professorescontraoescolasempartido.files.wordpress.com/2019/09/adpf-624_escola-sem-partido-1.pdf. Acesso em: 10 mar. 2020b.

BRASIL. **Lei nº 9.394, de 20 de dezembro de 1996**. Disponível em: http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l9394.htm. Acesso em 10 mar. 2020c.

BRUGNAGO, Fabrício; CHAIA, Vera. A nova polarização política nas eleições de 2014. **Aurora**: revista de arte, mídia e política, São Paulo, v. 7, n. 21, p. 99-129, out. 2014-2015. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/aurora/article/view/22032/16586. Acesso em: 04 mar. 2020.

CABRAL, Bruno Fontenele. "Freedom of speech". Considerações sobre a liberdade de expressão e de imprensa no direito norte-americano. **Jus Navigandi**, Teresina, ano 15, n. 2640, 23 set. 2010. Disponível em: http://jus.com.br/artigos/17476. Acesso em: 03 mar. 2020.

CALDAS, Renan Rubim. **Narrativas em movimento – do "Escola Sem Partido" à "Educação Democrática"**: história pública e trajetórias docentes. 2018. 339 f. Dissertação (Mestrado em História) - Instituto de História, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2018. Disponível em: https://www.historia.uff.br/stricto/td/2244.pdf. Acesso em: 07 abr. 2020.

CASTELL, Manuel. **A Era da Informação**: Economia, Sociedade e Cultura Vol. 1 - O Poder da Identidade. São Paulo: Paz e Terra, 1999.

CATELLI JR, Roberto . A criminalização ideológica dos livros didáticos: a quem serve?. In: Catelli Jr, Roberto; Andrade, Leila. (Org.). A ideologia do Movimento Escola Sem Partido. 1ed.São Paulo: Ação Educativa, 2016, v. , p. 83-91.

COSTA, Maria Cristina Castilho. Liberdade de Expressão Como Direito – História e Atualidade. **NHENGATU** – Revista Iberoamericana de Comunicação e Cultura Contra-hegemônicas, v. 1, n. 1, p. 1-7, 2013. Disponível em: https://revistas.pucsp.br/nhengatu/article/view/34174/23475. Acesso em: 03 mar. 2020.

COURTINE, Jean-Jacques. Os deslizamentos do espetáculo político. In: GREGOLIN, Maria do Rosário (Org.). **Discurso e mídia** – a cultura do espetáculo. São Carlos: Claraluz, 2003. p. 21-34.

CULLER, Jonathan. **Sobre a Desconstrução**: teoria e crítica do pós-estruturalismo. Trad. de Patrícia Burrowes. Rio de Janeiro: Record/Rosa dos Tempos, 1997.

DELA-SILVA, Silmara Cristina. Quando (não) se pode dizer: uma análise do funcionamento dos comentários em sites de notícias. In: ENCONTRO NACIONAL DE LÍNGUA FALADA E ESCRITA (ELFE), 6., 2014, Maceió. **Anais do VI Encontro Nacional de Língua Falada e Escrita**, v. 1: Língua falada e escrita: reflexões e análises. Maceió: EDUFAL, 2014. p. 155-158.

DERRIDA, Jacques. **Mal de Arquivo**: uma impressão freudiana. Trad. de Claudia de Moraes Rego. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 2001.

DIAS, Cristiane. **A discursividade da rede (de sentidos):** a sala de bate-papo HIV. 2004. 176 f. Tese (Doutorado em Linguística) - Instituto de Estudos da Linguagem, Universidade Estadual de Campinas, Unicamp, 2004.

_____. **Sujeito, sociedade e tecnologia**: a discursividade da rede (de sentidos). São Paulo: Hucitec, 2012.

_____. Formas de mobilidade no espaço e-urbano: sentido e materialidade digital- Apresentação. In: _____. (Org.) **Série e-urbano**, v. 2, 2013. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/apresentacao.php. Acesso em: 01 jun. 2019.

_____. A Análise do Discurso digital: um campo de questões. **REDISCO** – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, v. 10, n. 2, mar. 2017. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php/redisco/article/ view/ 2515>. Acesso em: 01 jun. 2019.

DORNELLES, João Ricardo W. **O que são direitos humanos?** São Paulo: Brasiliense, 1993.

ESCOLASEMPARTIDO (ESP). **Por uma lei contra o abuso da liberdade de ensinar.** Disponível em: http://escolasempartido.org/. Acesso em: 20 ago. 2019a.

_____. **Objetivos**. Disponível em: http://www.escolasempartido.org/objetivos. Acesso em: 20 ago. 2019b.

_____. **Sobre o ESP**. Disponível em: https://www.facebook.com/pg/escolasempartidooficial/about/?ref=page_internal. Acesso em: 25 jan. 2020a.

_____. [Perfil oficial do Escola Sem Partido no Facebook]. Disponível em: https://www.facebook.com/escolasempartidooficial/ Acesso em: 25 jan. 2020b.

ESPINOSA, B. R. S.; QUEIROZ, F. B. C.. Breve análise sobre as redes do Escola sem Partido. In: Gaudêncio Frigotto. (Org.). **Escola sem partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. 63. ed. Rio de Janeiro: Laboratório de Políticas Públicas (LPP-UERJ), 2017. p. 49- 57.

FARIA, Ernesto. **Dicionário Escolar Latino-Português**. Rio de Janeiro: MEC, 1967.

FERREIRA, Aurélio Buarque. **Novo Dicionário da Língua Portuguesa**. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1975.

FERREIRA, Luís Carlos. 'Neotecnicismo' e precarização: estudos sobre a relação entre a educação profissional e as concepções de trabalho na política neoliberal. In: CONGRESSO INTERNACIONAL INTERDISCIPLINAR EM CIÊNCIAS E HUMANIDADES, 2., 2013, Belo Horizonte. **Anais do Congresso Internacional Interdisciplinar em Sociais e Humanidades.** Belo Horizonte: UFMG, 2013, p. 1-14. Disponível em: http://www.aninter.com.br/ANAIS%20II%20Coninter/artigos/857.pdf. Acesso em: 09 abr. 2020.

FIGES, Orlando. **A Tragédia de um Povo**, A Revolução Russa: a Revolução Russa, 1891-1924. Rio de Janeiro: Record, 1999.

FRIGOTTO, G. (Org.). **Escola "sem" partido**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ/LLP, 2017.

FOUCAULT, Michel. [1969]. **A arqueologia do saber**. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2009.

_____. [1975] **Vigiar e punir**: nascimento da prisão. 42. ed. Petrópolis: Vozes. 2014.

_____. **Microfísica do poder**. 8ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, 1989.

_____. **Microfísica do poder**. 20ª. ed. Rio de Janeiro: Graal, [1979], 2004.

_____. **A ordem do discurso**. Tradução de Laura Fraga de Almeida Sampaio. São Paulo: Edições Loyola, 2004.

GALLO, Solange Leda. Processo de Legitimação no discurso de escritoralidade. As clivagens subterrâneas/contemporâneas da rede. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 7., 2015, Recife. **Anais do VII SEAD**. Recife: SEAD, 2016. p. 1-18. Disponível em: http://anaisdosead.com.br/7SEAD/SIMPOSIO06/SolangeLedaGallo.pdf. Acesso em: 05 abr. 2020.

GRIGOLETTO, Evandra. A autoria no hipertexto. **Hipertextus**, Recife, n. 2, p. 1-13, jan. 2009. Disponível em: <http://www.hipertextus.net/volume2/Evandra-GRIGOLETTO.pdf>. Acesso em: 28 jan. 2019.

GUERRA, Vânia Maria Lescano. Uma reflexão sobre alguns conceitos da Análise do Discurso de linha francesa. In: SIMPÓSIO CIENTÍFICO CULTURAL, 1, 2009, Paranaíba. **Anais do Sciencult**, v. 1, n. 1. Paranaíba: UEMS, 2009. p. 5-18. Disponível em: paginapessoal.utfpr.edu.br › cfernandes › textos › at_download › filePDF. Acesso em: 04 dez. 2019.

GUILHERME, Alexandre Anselmo; PICOLI, Bruno Antonio. Escola sem Partido - elementos totalitários em uma democracia moderna: uma reflexão a partir de Arendt. **Revista Brasileira de Educação**, v. 23, p. 1-23, 2018. Disponível em: http://www.scielo.br/scielo.php?pid=S1413-24782018000100234&script=sci_abstract&tlng=pt. Acesso em: 07 ago. 2019.

GUIMARÃES, Eduardo. Independência e morte. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso fundador:** a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 27-30.

____. A marca do nome. **Rua**, Campinas, v. 9, p. 19-31, 2003b. Disponível: http://repositorio.unicamp.br/bitstream/REPOSIP/325237/1/ppec_8640746.pdf. Acesso em: 28 jul. 2020.

INSTITUTO MILLENIUM. **Sobre o Imil**. Disponível em: https://www.institutomillenium.org.br/. Acesso em: 29 fev. 2020.

KATZ, Elvis Patrik. **Escola sem partido:** uma análise das investidas de poder sobre as identidades docentes. 2017. 142 f. Dissertação (Mestrado em Educação) – Instituto de Educação, Universidade Federal do Rio Grande, Rio Grande, 2017. Disponível em: <https://argo.furg.br/?BDTD11673>. Acesso em: 03 nov. 2018.

LEBRUN, Jean Pierre. **A perversão comum**: viver juntos sem outro. Rio de Janeiro: Companhia de Freud, 2008.

LEITE, Nina Virgínia de. Só há causa daquilo que falha. **Estudos da Língua(gem)**, Vitória da Conquista, n. 1, p. 77-82, 2005. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/267560436_So_ha_Causa_daquilo_que_Falha_Theres_only_Cause_for_what_Fails. Acesso em: 18 fev. 2020.

MAGRÃO, Danilo. A genealogia reacionária do "Escola Sem Partido*"*. In*:* **Revista Ideias de Esquerda**, 31 out. 2018. Disponível em https://esquerdadiario.com.br/ideiasdeesquerda/?p=576. Acesso em: 25 mar. 2020.

MAINGUENEAU, D. Analisando discursos constituintes. **Revista do GELNE**, v. 2, n. 2, p. 1-12, 2000. Disponível em: https://periodicos.ufrn.br/gelne/article/view/9331/6685. Acesso em: 27 fev. 2020.

MAINGUENEAU, D. Constituinte (discurso-). In: CHARAUDEAU, P.; MAINGUENEAU, D. (Orgs.). **Dicionário de Análise do Discurso**. Coordenação da tradução por Fabiana Komesu. São Paulo: Contexto: 2004. p. 126

MAINGUENEAU, D.; COSSUTTA, F. L`analyse des discours constituants. **Langages**, n. 117, p. 112-125, 1995.

MALDIDIER, Denise. Elementos para uma história da análise do discurso na França. In: ORLANDI, E (Org). **Gestos de Leitura**: da história no discurso. Campinas: Unicamp, 1994. p. 15-28.

MARIANI, Bethania. A colonização lingüística no Brasil e nos Estados Unidos: uma comparação. **Cadernos de Letras da UFF-GLC**, n. 27, p. 7-21, 2003. Disponível em: http://www.cadernosdeletras.uff.br/joomla/images/stories/edicoes/27/artigo1.pdf. Acesso em: 30 mar. 2020a.

MARIANI, BETHANIA . As formas discursivas e a ameaça comunista. Línguas e instrumentos linguísticos , v. 1, p. 266-294, 2019.

MARIANI, Bethania. Políticas de colonização linguística. **Letras**, v. 29, n. 58, p. 73-82, jan-jun. 2019. Disponível em: https://periodicos.ufsm.br/letras/article/view/11900/7322. Acesso em 30 mar. 2020b.

MARIANI, Bethania Sampaio Corrêa. **O comunismo imaginário:** práticas discursivas da imprensa sobre o PCB (1922 -1989). 1996. 259 f. Tese (Doutorado em Linguística) – Instituto de Estudos da Linguagem, Unicamp, Campinas, 1996.

MELLO FILHO, José Celso de. **Constituição Federal anotada.** São Paulo: Saraiva, 1984.

MITTMANN, Solange. Alguns apontamentos sobre militância digital. In: GRIGOLETTO, E.; NARDI, F. S. de.; SCHONS, C. R. (Org.). **Discursos em rede**: práticas de (re)produção, movimentos de resistência e constituição de subjetividades no ciberespaço. Recife: Ed. Universitária, 2011, p. 119-139.

MORAES, Alexandre. **Direito Constitucional**. 21. ed. São Paulo: Atlas 2007.

MOREIRA, C. B.. A sempre censura contra a opacidade: subversão da historicidade e das condições de produção do discurso. In: SEMINÁRIO DE ESTUDOS EM ANÁLISE DO DISCURSO, 3., 2007, Porto Alegre. **O Discurso na Contemporaneidade: materialidades e fronteira**. Porto Alegre: UFRGS, 2007. p. 1-6.

_____. Bloqueado, suspenso, fora do ar: a atualidade da censura no espaço digital. **Caderno de Estudos Linguísticos**, Campinas, v. 60, n. 3, p. 847-868 - set./dez. 2018.

_____. **Produção, circulação e funcionamento da censura na ditadura militar brasileira e no fascismo italiano:** a censura na ordem do discurso. 2009. 188 f. Tese (Doutorado em Letras) - Instituto de Letras, Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2009.

MOURA, Fernanda Pereira de. **"Escola sem partido":** relações entre estado, educação e religião e os impactos no ensino de História. 2016. 189 f. Dissertação (Mestrado Profissional em História) – Instituto de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2016. Disponível em: https://educapes.capes.gov.br/bitstream/capes/174584/2/Disserta %C3%A7% C3% A3o%20 Fernanda%20Pereira%20de%20Moura.pdf. Acesso em: 26 jan. 2019.

MURILLO, Luis Felipe Rosado. O Virtual e o Político: a Análise de um Confronto Discursivo da Comunidade Brasileira de Software **Livre. Observatório (OBS*),** v. 1, n. 2, p. 227-238, 2007. Disponível em: http://obs.obercom.pt/index.php/obs/article/view/67. Acesso em: 06 abr. 2020.

NAGIB, Miguel. Quem somos. In: ESCOLASEMPARTIDO. Disponível em: http://www.escolasempartido.org/quem-somos. Acesso em: 21 ago. 2019.

OLIVEIRA, Renato José de; FREITAS, Letícia Calhau; SANTOS, Mônica Pereira dos. A "ética" do projeto escola sem partido: uma questão de inclusão? **Sensos-e**, Porto, v. IV, n. 1, p. 24-33, 2017. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324536556_A_etica_do_projeto_escola_sem_partido_uma_questao_de_inclusao. Acesso em: 06 abr. 2020.

ORLANDI, E. P. Na trilha: teoria, autoria, reescrita. In: INDURSKY, F.; FERREIRA, M. C. L.; MITTMANN, S. (Orgs.) **Análise do discurso**: dos fundamentos aos desdobramentos. 30 anos de Michel Pêcheux. Campinas: Mercado das Letras, 2015.

_____. A materialidade de interpretação e o discurso eletrônico. **Série e-urbano**; v. 2, 2013. Disponível em: https://www.labeurb.unicamp.br/livroEurbano/volumeII/arquivos/pdf/eurbanoVol2_EniOrlandi.pdf. Acesso em: 26 mai. 2019.

_____. **Discurso em análise:** sujeito, sentido, ideologia. Campinas: Pontes, 2012.

_____. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011.

_____. Análise de discurso. In: ORLANDI, E.; LAGAZZI-RODRIGUES, S. (Orgs.) **Discurso e textualidade**. Campinas: Pontes, 2010.

_____. **Terra a vista**: discurso do confronto: Velho e Novo Mundo. 2. ed. Campinas: Unicamp, 2008.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos de trabalho simbólico. 5. ed. Campinas: Pontes Editores, 2007a.

_____. **As formas do silêncio**: no movimento dos sentidos. 6. ed. Campinas, SP: Ed. Unicamp, 2007b.

_____. A questão do assujeitamento: um caso de determinação histórica. **Com Ciência**: Revista Eletrônica de Jornalismo Científico, 2007. Disponível em: http://www.comciencia.br/comciencia/handler.php?section=8&edicao=26&id=296. Acesso em: 13 fev. 2020.

_____. Discurso, imaginário social e conhecimento. **Em Aberto**, Brasília, ano 14, n. 61, p. 53- 59, jan./mar. 1994. Disponível em: rbep.inep.gov.br › ojs3 › index.php › emaberto › article › download. Acesso em: 12 fev. 2020.

_____. **A linguagem e seu funcionamento**: as formas do discurso. Campinas: Pontes, 2006.

_____. **Análise do Discurso**: princípios e procedimentos. 6. ed. Campinas: Pontes, 2005.

_____. Vão surgindo sentidos. In: ORLANDI, Eni (Org.). **Discurso fundador**: a formação do país e a construção da identidade nacional. 3. ed. Campinas: Pontes, 2003. p. 11-25.

_____. **Discurso e texto**: formulação e circulação dos sentidos. 4. ed. Campinas: Pontes, 2012.

_____. **Língua e conhecimento linguístico**: para uma história das idéias no Brasil. São Paulo, Cortez, 2002.

_____. Maio de 1968: os silêncios da memória. In: ACHARD, P. et. al. (Orgs.) **Papel da memória.** Campinas: Pontes, 1999. p. 59-69.

_____. A leitura e os leitores possíveis. In: ORLANDI (Org.) **A Leitura e os Leitores**. Campinas: Pontes, 1998. p. 07-24.

_____. **Interpretação**: autoria, leitura e efeitos do trabalho simbólico. Petrópolis: Vozes, 1996.

_____. As histórias das leituras. **Leitura**: Teoria e Prática, Campinas, v. 3, n. 3, p. 7-9, jul. 1984.

_____.N/O limiar da cidade. **Rua**, Campinas, Nudecri/Unicamp, número especial, p. 07-19, 1999. Disponível em: https://periodicos.sbu.unicamp.br/ojs/index.php/rua/article/view/8640678?articlesBySameAuthorPage=1. Acesso em: 07 ago. 2020.

PAIOTTI DIAS, Murilo. **O ciberativismo (in)tolerante e (ant)agonístico em grupos de Facebook**: um olhar interdisciplinar sobre o debate liberal e conservador quanto ao programa

"Escola Sem Partido". 2018. 146 f. Dissertação (Mestrado em Sociologia) – Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2018. Disponível em: <https://wp.ufpel.edu.br/ppgs/files/2018/07/Disserta%C3%A7%C3%A3o_Murilo.pd>. Acesso em: 04 nov. 2018.

PCESP. **Sobre nós**. Disponível em: https://profscontraoesp.org/. Acesso em: 03 mar. 2020a.

_____. *A ideologia do Escola Sem Partido*. Disponível em: https://profscontraoesp.org/2016/06/03/a-ideologia-do-escola-sem-partido/?fbclid=IwAR3XPYY5RdMdtlO66uEZ08_7Gr_Gci0mfgkKg_In5fqCWXbDqPCGczt3vL4/. Acesso em: 25 mar. 2020b.

PÊCHEUX, Michel. [1982]. A língua inatingível. In: ORLANDI, Eni. (Org.) **Análise de Discurso:** Michel Pêcheux. Campinas: Pontes Editores, 2010. p. 93-105.

_____. [1979]. Foi "propaganda" mesmo que você disse? In: ORLANDI, Eni. (Org.). **Análise de Discurso**: Michel Pêcheux. Campinas: Pontes, 2011. p. 73-92.

_____. Delimitações, inversões, deslocamentos. **Caderno de estudos linguístico**, Campinas, Unicamp, n.19, p. 07-24, [1982] 1990.

_____. [1994]. Ler o arquivo hoje. In: ORLANDI, E. P. (Org.). **Gestos de leitura**: da história no discurso. 3. ed. Campinas: Editora da Unicamp, São Paulo, 2010. p. 55-66.

_____. [1975]. **Semântica e discurso**: uma crítica à afirmação do óbvio. 4. ed. Campinas: Pontes. 2009. Tradução: Eni Orlandi.

_____. [1999] O Papel da Memória. In: ACHARD, P. (Org.) **Papel da memória**. Campinas: Pontes, 2007.

_____. **O Discurso:** estrutura ou acontecimento. Tradução de Eni Puccinelli Orlandi. 4. ed. Campinas: Pontes Editores, 2006.

_____. O papel da Memória. In: ACHARD, P. et. al.. (Org.) **Papel da memória**. Tradução de José Horta Nunes. Campinas: Pontes, 1999. p. 49-57.

_____. [1975]. Análise automática do discurso (AAD-69). In: GADET, Françoise; HAK, Tony. **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1997. p. 61-105.

PECHEUX, M.; FUCHS, C. A propósito da Análise Automática do Discurso. In: GADET, Françoise; HAK, Tony. (Orgs.). **Por uma análise automática do discurso**: uma introdução à obra de M. Pêcheux. Campinas: Unicamp, 1990. p. 163-252.

PEDROSO Junior, Neurivaldo Campos. Jacques Derrida e a desconstrução: uma introdução. **Revista Encontros de Vista**, 5. Ed., p. 9-20, s.d. Disponível em: http://encontrosdevista.com.br/Artigos/Neurivaldo_Junior_Derrida_e_a_desconstrucao_uma_introducao_final.pdf. Acesso em: 03 mar. 2020.

PENNA, Fernando de Araújo. **Escola Sem Partido trata professor como criminoso**. Entrevista concedida a Revista Apuro, 20 jul. 2016. Disponível em https://medium.com/revista-apuro/escola-sem-partido-trata-professor-como-criminoso-ae771430beef. Acesso em: 02 de mar. 2020a.

_____. O Escola sem Partido é tendencioso e inconstitucional. **Época**, 02 ago. 2016. Disponível em: http://epoca.globo.com/ideias/noticia/2016/08/o-escola-sem-partido-etendencioso-e-inconstitucional.html Acesso em: 04 nov. 2018.

_____. O Escola sem Partido como chave de leitura do fenômeno educacional. In: FRIGOTTO, Gaudêncio (Org.). **Escola "sem partido"**: esfinge que ameaça a educação e a sociedade brasileira. Rio de Janeiro: UERJ, 2017. p. 35-48.

_____. "O ódio aos professores". In: AÇÃO EDUCATIVA (org.) **A ideologia do Movimento Escola Sem Partido** – 20 autores desmontam o discurso. São Paulo: Ação Educativa, 2016.

PETIÇÃO PÚBLICA. **Arquivamento dos Projetos de Lei nº 7180/2014 (e seus apensados) e nº 1411/2015.** Disponível em: https://peticaopublica.com.br/pview.aspx?pi=br85668. Acesso em: 27 mar. 2020.

PINHEIRO, Cristiano Guedes. **Escola Sem Partido (ESP) versus Professores Contra o Escola Sem Partido (PCESP):** tensões e discurso nas redes sociais. 2017. 241 f. Tese (Doutorado em Educação) – Faculdade de Educação, Universidade Federal de Pelotas, Pelotas, 2017. Disponível em:< https://professorescontraoescolasempartido. files.wordpress.com/ 2018/02/ pinheiro_esp-vs-pcesp.pdf>. Acesso em 09 de nov. 2018.

PROFESSORESCONTRAOESCOLASEMPARTIDO (PCESP). Disponível em: https://profscontraoesp.org/. Acesso em: 20 mar. 2018.

QUINE, Maria Sop. **Population Politics in Twentieth Century Europe**: Fascist Dictatorships and Liberal Democracies. New York/London: Routledge, 1995.

RODRIGUES, Horácio Wanderlei; MAROCCO, Andréa de Almeida Leite. Liberdade de cátedra e a Constituição Federal de 1988: alcance e limites da autonomia docente. In: CAÚLA, Bleine Queiroz et. al. (Orgs.). **Diálogo ambiental, constitucional e internacional**, v. 2. Fortaleza: Premius, 2014. p. 213-238.

SALLES, Diogo da Costa. As bases do conceito de "doutrinação ideológica" do Movimento Escola Sem Partido na obra de Nelson Lehmann da Silva. SIMPÓSIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2., 2017, Brasília. **Anais do XXIX Simpósio Nacional de História** - contra os preconceitos: história e democracia. Brasília: APUH, 2017. p. 1-15.

SARGENTINI, Vanice. Os estudos do discurso e nossas heranças: Bakhtin, Pêcheux e Foucault. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 35, v. 1, p. 181-190, 2006.

SARTI, Milena Maria; CHIARETTI, Paula. O lugar da paráfrase no trabalho do analista do discurso. **Revista Investigações**, Recife, v. 29, n. 2, p. 69-89, julho/2016. Disponível em: file:///C:/Users/Usuario/AppData/Local/Temp/1551-15601-2-PB-1.pdf. Acesso em: 27 jul. 2020.

SAVIANI, Dermeval. **Histórias das ideias pedagógicas no Brasil**. Campinas: Autores Associados, 2008.

SCHNEIDERS, Caroline Mallmann. O funcionamento da paráfrase discursiva: constituição do sujeito e dos sentidos na produção do conhecimento dos anos de 1950. **Estudos Linguísticos**, São Paulo, n. 42, v. 3, p. 997-1011, set-dez 2013. Disponível em: http://www.gel.hospedagemdesites.ws/estudoslinguisticos/volumes/42/el42_v3_set-dez_04_v2.pdf. Acesso em: 03 dez. 2019.

SIGNIFICADOS.COM. **Censura**. Disponível em: https://www.significados.com.br/censura/. Acesso em: 06 mar. 2020.

SILVA, M.V. da . As cartilhas na sociedade do conhecimento. Entremeios , v. 8, p. 1-13-1, 2014.

SILVEIRA, Juliana. O efeito de rumor na discursivização do corpo político-midiático: as imagens rumorais do discurso ordinário digital. **REDISCO** – Revista Eletrônica de Estudos do Discurso e do Corpo, [s. l.], v. 10, n. 2, mar. 2017. Disponível em: <http://periodicos2.uesb.br/index.php /redisco/ article/view/2519>. Acesso em: 01 jun. 2019.

SILVEIRA, Juliana da. **Navegando pelo discurso político-eletrônico**: mutações dos/nos enunciados políticos na internet. 2009. 153 f. Dissertação (Mestrado em Letras) - Centro de Ciências Humanas, Letras e Artes, Universidade Estadual de Maringá, Maringá, 2009.

SILVA, Andréa Villela Mafra da Neotecnicismo: a retomada do tecnicismo em novas bases. **Revista Educação e ciências Humanas**, Londrina, v. 19, n. 1, p. 10-16, 2018. Disponível em: https://www.researchgate.net/publication/324735687_Neotecnicismo_-_a_Retomada_do_Tecnicismo_em_Novas_Bases. Acesso em: 02 fev. 2020.

SKREPETZ, Inês. Reflexões em torno de ideologia e resistência. **Extraprensa**, São Paulo, ano 1, n. 8, p. 14-22, 2011. Disponível em: http://www.revistas.usp.br/extraprensa/article/view/77235/81099. Acesso em: 12 fev. 2020.

STEWART JR., Donald. **O que é o liberalismo**. 5. ed. Rio de Janeiro: Instituto Liberal, 1995.

TEIXEIRA, Ivan. Desconstrutivismo. **CULT**, p. 34-37, 1998. Disponível em: http://www.usp.br/cje/depaula/wp-content/uploads/2017/03/Desconstrutivismo_Ivan-Teixeira-1.pdf. Acesso em: 04 mar. 2020.

TIBIRIÇÁ, C. **Minha vida se tornou um inferno**. Entrevista concedida a Revista Forum, 29 nov. 2013. Disponível em https://revistaforum.com.br/noticias/minha-vida-se-tornou-um-inferno-reclama-professora-vitima-de-artigo-do-articulista-do-instituto/. Acesso em: 25 de mar.2020.

TOLEDO, Cláudia Mansani Queda de. Direito a liberdade de cátedra. In: ENCICLOPÉDIA JURÍDICA DA PUCSP. São Paulo: PUC-SP, 2017. Disponível em: https://enciclopediajuridica.pucsp.br/verbete/102/edicao-1/direito-a-liberdade-de-catedra. Acesso em: 10 mar. 2020.

TOMMASELLI, Guilherme Costa Garcia. **Escola Sem Partido**: Indícios de uma Educação Autoritária. 2018. 202 f. Tese (Doutorado em Educação) - Faculdade de Ciências e Tecnologia, Universidade Estadual de São Paulo, Presidente Prudente, 2018. Disponível e: https://repositorio.unesp.br/bitstream/handle/11449/166392/tommaselli_gcg_dr_prud.pdf?sequence=3&isAllowed=y. Acesso em: 26 jan. 2019.

ANEXOS

Anexo 01 - Sequências Discursivas - Grupo de Nomeação do Professor - (SDGNP)

Grupo Nomeação de Professor - ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo Nomeação de Professor 2015:

ESP DIGO EU: ***se aproveitar da audiência cativa*** dos alunos para ***cooptá-los*** para essa ou aquela corrente ideológica, política ou partidária; (2) favorecer ou prejudicar os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas; (3) fazer propaganda político-partidária em sala de aula e usar seus alunos como massa de manobra dos seus próprios interesses; (4) omitir, inventar, exagerar ou distorcer o que for necessário ou conveniente para inculcar nos alunos suas próprias convicções e preferências políticas, ideológicas e partidárias; e (5) ***usurpar*** o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos.
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

DIGO EU: O projeto vai dar aos alunos os meios de que eles necessitam para se defender de ***professores*** que, a pretexto de "politizá-los", ***se aproveitam da sua audiência cativa***, da autoridade que lhes é conferida pela cátedra e do segredo das salas de aula, para tentar transformá-los em ***réplicas ideológicas de si mesmos.***
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 12 : ***Ganha pouco e quer fazer "bico",*** pega um "por fora do partido que está mamando em fontes bem superiores em volume que o Magistério. Deveria lutar pelo oposto.
Postado no ESP Curtir Postado no ESP 11/09/15 07:13 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 17 : É incrível como meus colegas ***militantes*** não se dão conta de que, cada vez mais, estão perdendo poder e autoridade, tanto em sala de aula como perante à opinião pública, por dedicar sua ação "pedagógica" à causa para que foram intelectualmente manipulados. Vide as sucessivas greves infrutíferas e os constantes casos de humilhação e agressão que sofrem de alunos e pais, para os quais sempre apontam a "coisificação do capitalismo" e nunca o embuste ***marxista-gramscista*** como causa. Sonho um dia voltar a ser professor com plenitude.
Postado no ESP 11 /09/15 17:04 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 20 continuar ***doutrinando*** para o ***comunismo*** pode não é?
Postado no ESP 11 /09/15 16 :39 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 Se ***não sabe dar aula***, volte a estudar.
Postado no ESP 11/09/15 12:41Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 O que você quer ***é um curso de como dar aula***. Todo e qualquer regime de governo terá maus exemplos de comportamento, pois o crime não é exclusividade de ninguém. a diferença é no tratamento que cada governo ou partido dá aos corruptos descobertos em seus quadros. Uns partidos enaltecem a réus condenados, portanto, criminosos, outros, os expulsam de seus quadros de afiliação. Dá para enquadrar algum partido conhecido nesse cenário? Não preciso nem dizer os nomes né? vai da consciência de cada um. ***Não sabe dar uma aula? peça para sair!***
Postado no ESP 01/09/15 14 :12 Curtir Comentar Compartilhar

ESP Fica tranquilo, Se você não se aproveita da presença obrigatória dos alunos para ***cooptá-los*** para o ***seu partido ou a sua ideologia***; se você não favorece nem prejudica os alunos em razão das suas ***convicções políticas, ideológicas***, religiosas e morais; se você não faz ***propaganda político-partidária*** em sala de aula; se você não usa os alunos como ***massa de manobra dos seus próprios interesses***; se, ao tratar de questões controvertidas, você apresenta aos seus alunos as principais versões, teorias e perspectivas concorrentes a respeito da matéria; se você não usurpa a autoridade moral dos pais dos alunos sobre seus filhos, [...]
Postado pelo ESP 13/09/15 02:33Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 23 [...] E, como aluno e professor, experimentei ou já tive conhecimento de incontáveis exemplos de ***doutrinação ideológica***, lamentavelmente. ***Doutrinação*** é, além de tudo, ***uma atitude covarde e antiética***, contrária à pedagogia, em todos os aspectos. E sobre a campanha partidária e por candidatos que professores abertamente fazem em sala? Isso é correto?
Postado no ESP 15/09/15 00 :12 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor 2016:

ESP [...] com o fato de não terem perguntado ***aos adversários*** da proposta se eles SÃO CONTRA os DEVERES DO PROFESSOR.
Postado pelo ESP em 22/05/16 Acessado em 13/02/20 16:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 28 [...] pelo professor, como se este fosse um ***jumento de viseiras***. Acredito na liberdade de ensinar e de divulgar o pensamento e o saber.
Postado no ESP 23/05/16 14:58Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 essas tendências acho impossível, sempre encarei as escolhas pessoais e políticas dos meus prof. como folclóricas. Oque a educação precisa é investimento e fomento pela ciência. E formação pesada de educadores e não ***meros trabalhadores de ensino***. Mas pra isso a casta política deve ser reciclada, não existe interesse verdadeiro por educação e cultura, e saúde representa um meio de se roubar mais dinheiro com a conivência da classe médica. Mas vamos torcer que pequenas mudanças ajudem, de alguma forma.
Postado no ESP 23/05/16 13:32Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 41 O professor de filosofia com aquela ***camisa vermelha*** escrito "democracia", já mostra ***doutrinação***...kkkk
Postado no ESP 22/05/16 22:07Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 44 Professor na sala de aula não tem pluralidade de tendências, tem pluralidade de teorias a confrontar, juntamente com os alunos. Um ex: Professor de história tem que apresentar Hobsbawm e Paul Johnson / Marx e Mises, e pedir aos próprios alunos que percebam as diferenças... ESCOLA É LUGAR DE CIÊNCIA...ñ as convicções ***ideológicas*** do professor, que pode muito bem usar e manipular os alunos.
Postado no ESP 24/05/16 22:04 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor 2017:

ESP Se você é professor e defende uma escola sem partido, mande fazer um cartaz como esse e coloque na sala durante suas aulas. Ao fazer isso, você estará, ao mesmo tempo, ***disseminando*** conhecimento sobre os limites éticos e jurídicos da atividade docente; ***"vacinando"*** seus alunos ***contra a doutrinação***; mostrando a eles que não teme ser avaliado à luz dos ***Deveres do Professor***; e, "last but not least", infernizando a vida dos seus colegas militantes.
Postado pelo ESP em 27/05/17 Acessado em 09/03/20 11:04 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 05 Muita atenção, ***eles pegam os inocentes***.
Postado no ESP em 27/05/17 19 :56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 04 Toda semana vou a escola da minha filha. Não deixo esses ***lixos comunistas*** livres para fazerem o que bem quer.
Postado no ESP em 27/05/17 20:01Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 05 ***Professores comunistas*** - aliás, quase um pleonasmo - usam a cadeira de Filosofia para um único propósito: ensinar 99% de marxismo e 1% para dar uma tinta sobre as outras correntes filosóficas e econômicas.
Postado no ESP em 27 /05/17 19 :18 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 15 Os alunos de hoje, não todos, mas a maioria nas escolas públicas não sabem a língua portuguesa e a matemática. Matérias fundamentais para a vida. Mas tem "professores" que querem plantar

ideologias políticas partidárias? ***Estamos perdidos. S. O. S.***Já passou da hora de os profissionais honrarem seus votos e começarem a ensinar de verdade!
Postado no ESP 28 /05/17 00:38 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 18 Se o professor recebe esse tipo de formação nas universidades, ***fica difícil não doutrinar*** os alunos nas escolas. Vejam o exemplo aqui do campus da UNIOESTE em Cascavel - PR.
Postado no ESP 28/05/17 00:45Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 19 V Do jeito que é, todos sabem a merda que está escrita nos livros... E isso fatalmente corrobora com o pensamento ***sócio-comuno-doutrino-esquerdopata*** da maioria dos professores... Se um aluno escrever diferente em alguma prova defendendo sua teoria, mesmo que estando correto, irá tomar zero e ainda terá a perseguição e zombaria do professor, como mostram tantos vídeos na internet...
Postado no ESP 27/05/17 22 :49 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 32 sou estudante de escola pública desde meus sete anos de idade, tenho aula com professores que ***disseminam*** seus ***ideais políticos***, desde que comecei a questioná- los e a expor um pensamento meu, que não foi "imposto" pelos meus pais ou pela sociedade que vivo, eu fui considerada como idiota, sem conhecimento dos fatos. E hoje estou cursando o ensino médio tb em escola pública, mas percebo que depois de nove anos a forma como os professores se comportam não mudou para melhor e sim para pior. Tenho professores que incentivam os alunos a ***ir para manifestações*** promovidas por partidos políticos, descriminam e fazem pouco caso de pessoas que apoiam determinados políticos ou não são de esquerda, e fazem provas que aplicam de forma autoritária ideais ***marxistas***, pregam suas ideologias em sala de aula que na minha opinião é um crime, é loucura. Eu e também outros alunos queremos e temos direito de uma escola sem partido, não com o intuito de favorecer determinada doutrinação e sim com o intuito de termos uma edução voltada para o conhecimento de forma limpa, clara, sem ideais pessoas que querem nos alienar. Eu apoio totalmente a escola sem partido, e é muito triste ver que tem pessoas que não conseguem enxergar a realidade das escolas, onde somos alienados e oprimidos por pensar diferente.
Postado no ESP 28/05/17 17 :32 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 42 Só alguém muito ***desonesto e canalha*** mesmo pra dizer que esse programa é uma "mordaça" para os professores! Acusam o Escola sem Partido daquilo que eles mesmos promovem!
Postado no ESP 28 /05/17 23:19 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor 2018:

ESP Mas isto não significa que os professores não têm direito de ensinar as teorias de Nietzsche e Marx aos alunos. Ao contrário, eles têm obrigação de ensinar isso aos alunos. Mas de forma crítica, sem tentar ***fazer a cabeça dos alunos*** e respeitando, sempre, o que está escrito no item 4.
Postado no ESP 11/01/18 17:55Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor 2019:

ESP: Deveres do Professor afixados na parede das salas de aula + celular ativado na função gravador em cima da carteira do aluno = ***cheque-mate no militante*** disfarçado de professor. Nunca foi tão fácil resolver um problema tão complicado. Por isso a esquerda está apavorada com o ESP.
Postado pelo ESP 11/03/19 Acessado em 11/03/19 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02: Olha, seria melhor ter câmeras com áudio e vídeo em todas as salas de aula. Já resolvia a situação para os dois lados. Tanto para os professores que ***desvirtuam*** suas funções, quanto para os alunos que não possuem conduta de aluno.
Postado pelo ESP 11 /03/19 23 :01 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor - PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo Nomeação de Professor 2015:

PCESP Este comentário, que decidimos reproduzir para todos aqueles e aquelas que curtem a nossa causa, é apenas um dos que recebemos. Já recebemos alguns comentários de ***incitação à violência***, mas os moderadores da página vinham apagando os mesmos. Ele não representa a maioria dos comentários intolerantes, que se limitam a algo como "***fora marxismo cultural***!"; porém, achamos que vale a reflexão: os projetos de lei apoiados pelo Escola Sem Partido, que ***criminalizam*** a prática ***docente*** e colocam o professor no papel de um criminoso a ser denunciado anonimamente, não estão estimulando o ódio aos professores e a violência contra eles?
Postado pelo PCESP em 28/08/15 Acessado em 02/03/20 10:15 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor 2016:

Comentarista 05 Escola sem Partido Urgente ***bando de marginais, covardes***, temem o contraditório e o pluralismo.
Postado no PCESP em 23/07/16 00 :39 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 06: Quanta distorção nesse post! ***Doutrinadores de merda!***
Postado no PCESP em 24/07/16 02:09 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor 2017:

Comentarista 01: Onde, nos direitos do professor acima elencados, está assegurado o direito de ***praticar doutrinação política*** a crianças? [...] No caso dos professores, ***moldar as consciências*** dos alunos, fazer ***lavagem cerebral***, de modo q eles se tornem ***robozinhos programados*** para defender o status quo ou determinado partido político.
Postado no PCESP 06 /11/17 14:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01: No caso, os professores. Penso que vocês estão ***usurpando*** o direito das famílias de educarem seus filhos. [...] não admito que ***um professorzinho esquerdopata*** enfie na cabeça do aluno ideias anti-X.
Postado no PCESP 06/11/17 16:39 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01: No seu comentário dá para perceber claramente a diferença entre ensino e ***doutrinação***. Ao invés de alimentar a aluna com conhecimentos que vão permitir que ela se politize e forme suas próprias preferências políticas, a professora em questão preferiu servir a opinião pronta, a fim de doutrinar. É muito pior do que ***má fé***: é a estratégia de Antonio Gramsci (embora, provavelmente, a "professora" em questão nunca tenha ouvido falar dele. Em todo caso, segue o link abaixo. Vale a pena a leitura).(http://omarxismocultural.blogspot.com.br/.../o-grandioso...)
Postado no PCESP 06/11/17 16:39 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Nomeação de Professor 2018: Não encontrado.

Grupo Nomeação de Professor 2019:

PCESP: Quer uma dica pra saber se tem algum militante disfarçado de professor dando aula pro seu filho?
Postado pelo PCESP em 09/0 4/19 Acessado em 05/03/20 10:30Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 19 ***Se tiver partido, se tiver religião, se for pessoa, e seguir doutrina, é doutrinador*** . Postado no PCESP 09/04/19 21:33 Curtir Comentar Compartilhar
Comentarista 23 ***Militante agora é sinônimo de marxista, comunista, e esquerda***?***Só existe militante marxista, comunista, e de esquerda***?***E desde quando é crime ser professor(a) e militante de esquerda***? É ditadura de novo? Querem apostar quanto que se o professor for militante de direita não vai sofrer nenhum constrangimento ou risco de perder o emprego?
Postado no PCESP 11 /04/19 10:05Curtir Comentar Compartilhar

Anexo 02 - Sequências Discursivas - Grupo de Posição Ideológica (SDGPI)

Grupo de Posição Ideológica - ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo de Posição Ideológica 2015:

Comentarista 21 : Não, não subestime quem você não conhece. É feio.O que quero é que perceba o óbvio: ***é impossível*** manter ***qualquer tipo de neutralidade*** ao ensinar.***Viver é tomar partido***, meu amigo. O que ficou claro na sua forma de explicar a ditadura para mim.
Postado no ESP em 11/09/15 14:17 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 : Claro que tomaram. ***Todos tomamos. É impossível não tomar***.Mas a discussão não é essa, minha cara. Ou é essa pelo avesso.
Postado no ESP 11/09/15 15:10 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 23 ***Professor não tem como ser neutro, mas tem que buscar ser neutro sim***. Mesmo ***sendo uma meta inalcançável***, deve ser buscada. Não se trata de ser apolítico nem de pasteurizar o ensino, mas de permitir ao aluno que forme suas próprias convicções e posicionamentos sem ser totalmente sugestionado pelo professor, como acontece em muitas salas de aula hoje em dia. Há uma série de interpretações equivocadas sobre o PL. E muito corporativismo no meio docente.[...]
Postado no ESP 15/09/15 00 :12 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Posição Ideológica 2016:

Comentarista 13 Pois é, Tânia, tirando a ***propaganda partidária***, que, para mim, não deve ser feita em sala de aula, ***qualquer fala*** do professor ***terá cunho ideológico***, simplesmente pelo fato de que qualquer atividade mediada pela linguagem é dialógica, portanto, social e ideológica por excelência. O que ocorre é uma inadequada compreensão e utilização da palavra ***ideologia*** . Enfim... tempos difíceis, muuuito difíceis, principalmente para vocês que estão iniciando essa caminhada do magistério... Triste...
Postado no ESP 23/05/16 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 19 Escola ***não*** é local de ***ideologia*** e ***sim*** um espaço ***neutro*** de ensino puro e simples. Quando necessário deverá haver igualdade no debate dos diversos pontos de vista. ***Um professor***, pai ou aluno, ***não*** podem exigir q os demais torçam para seu "time de futebol", por exemplo.
Postado no ESP 31/05/16 19:21Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 O melhor da escola é a ***pluralidade de tendências*** dos professores. O de História sendo Marxista... o de matemática ***Centro-Direita***, a de ciências ***atéia***, a religiosa de português, a de inglês evangelica, a moça da secretaria ***macumbeira*** e por aí vai. A sociedade e sua ***pluralidade*** presente sempre na vida do aluno. Querer "uniformizar" é uma baita bobagem!!! E não dá certo!!
Postado no ESP 22/05/16 23:47Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 43 A ***democracia*** está em quase todo o mundo livre. Defender e propagar seus valores ***não*** significa ***doutrinação***. Quanto aos professores de filosofia, em geral eles são ***apartidários***, livres-pensadores.
Postado no ESP 24/05/16 21:53 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 48 ***Centra-se no conteúdo***, ***não expresse opinião*** própria, sou professor há 30 anos, não há dificuldade alguma, apenas soberba da maioria dos professores, principalmente os universitários
Postado no ESP 23/05/16 00:26 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Posição Ideológica 2017:

Comentarista 27 Rapaz! ***Professor tem que ensinar a disciplina*** para a qual ele é pago para ensinar. Fora da sala de aula, do colégio, se o mesmo professor for questionado por um aluno, ou alunos, sobre suas escolhas políticas, pessoais, sexuais, morais e o escambau, o mesmo poderá dizer o que quiser. Na escola, não. ***Escola é lugar pra aprender as disciplinas*** necessárias para o futuro da pessoa, que também será o futuro da nação, do

Brasil. Agora, nada impede que as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil retornem à grade curricular para formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres.
Postado no ESP 27 /05/17 21 :50 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27 você não me parece ser um idiota. O que deve ser ensinado nas escolas, meu amigo? Depende da faixa etária. A primeira coisa, ***alfabetização***, correto? Depois, ***matemática básica***. A partir daí, amigo, ***geografia, biologia, física, química, trigonometria, educação moral e cívica*** (direitos e deveres dos cidadãos) organização social e política (como o Estado funciona), etc...
O que ***não pode*** acontecer ***é doutrinação política***, amigo. Política, religião e opção sexual são decisões pessoais, que devem ser respeitadas quando o indivíduo fizer suas escolhas. Entendeu, ou precisa desenhar?
Postado no ESP 28/05/17 7:14Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 44 Simples : ***é só*** tratar o fazer ***pedagógico cientificamente*** e ***não ideologicamente***. Mas o que acontece é que muitos defensores do escola sem partido, querem na verdade é ***tirar o " partido***" no qual é contrário e colocar o seu.
Postado no ESP Curtir Responder 28 /05/17 15:42

Comentarista 45 ***Tirar o "partido"*** no qual é contrário, e ***colocar o seu***... Nem se quisessem. Pra fazer isso teria q fazer uma demissão em massa e recrutar novos professores militantes de outras ***ideologias partidárias***. Existe essa possibilidade?
Postado no ESP 29 /05/17 08 :52 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 46 Escolas ***sem partidos Já***.
Postado no ESP 29/05/17 10 :26 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Posição Ideológica 2018:

Comentarista 05 A discussão é muito mais ampla e complexa do que possa parecer. Sou a favor de uma ***escola sem partidos, mas não apolítica***. Como tolerar calados o assalto às nossas instituições? Alguém já disse que todo homem é um ser politico e sabemos que mesmo pessoas apolíticas fazem política sem sabê-lo. Tomamos decisões políticas a todo momento sem nos dar conta disso. Portanto acho difícil para qualquer professor cumprir algumas dessas premissas. No entanto, é dever do professor e da escola ouvir o ponto de vista dos seus alunos e promover o debate. Não aceito uma escola de direita que oprima professores e alunos de esquerda e vice-versa, nem creio que seja possível a um professor/escola concordar pura e simplesmente com o ponto de vista de uma família quando este ponto de vista for antiético, criminoso, cruel. Uma coisa é respeitar a ***diversidade*** de opiniões, outra é fechar os olhos àquelas opiniões que se opõem à constituição e aos princípios morais e sociais universais. Um professor/escola jamais poderia fechar os olhos a manifestações (por exemplo) racistas de seus alunos por ser este ponto de vista o de seus pais. Não vejo problema em haver escolas religiosas e militares, contanto que essas escolas não incitem seus alunos à violência e ao desrespeito às crenças alheias, mesmo porque seriam inconstitucionais.A ***democracia*** nos é ainda mais uma proposta que uma realidade. Somos ainda uma nação aprendendo a conviver com essa abstração tão desejada, mas tão difícil de ser alcançada. Estamos em busca dela e seguimos convictos de que ela, a democracia, é o maior valor que uma nação pode ter para seus cidadãos. Ainda erraremos muito, mas estamos a caminho. [...]
Postado no ESP 13/01/18 02:48 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 17: Entendi, então em suma os professores ***podem ensinar*** tais teorias de forma ***imparcial***, ***tentando ser o mais neutro possível***.
Postado no ESP 11/01/18 18:05 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Posição Ideológica 2019:

Comentarista 10: Ser professores é ter muito cuidado em ***não alienar*** os educandos com suas escolhas. Precisa de tomar cuidado com tudo. Sou professora de História e deu aula de Ensino Religioso. Lembro que alunos ficavam curiosos para saber qual a minha religião, em quem eu ia votar. ***Precisamos mostrar as ideologias, as doutrinas***, os pensamentos, ***sem doutrinamentos. Doutrinamentos é alienação***.
Postado no ESP Curtir Responder 12 /03/19 07:31

Grupo de Posição Ideológica - PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo de Posição Ideológica 2015:

PCESP A "***DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA***" SEGUNDO O ESCOLA SEM PARTIDO [...]
• a expressão "***formar cidadãos críticos***" se traduz, na prática, por "***fazer a cabeça dos alunos***";
• um aluno pode "estar sendo ***vítima de doutrinação ideológica*** quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internaciona[...] ***Formar um cidadão crítico*** é capacitar o aluno a interpretar o mundo a sua volta e construir com ele a ideia de que todos podem mudar o mundo em que vivem se agirem em conjunto no espaço público. Se essas características de uma educação para a democracia podem ser consideradas doutrinação ideológica, temos que lutar até o fim para que este PL 867/2015 não se torne lei nunca. Somente quando ele for derrotado, poderemos mudar nosso nome para "Professores por uma educação para ***democracia***".[...]
Postado pelo PCESP em 23/09/15 Acessado em 02/03/20 9:50 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Posição Ideológica 2016:

PCESP Ministério Público Federal - MPF 22 de julho de 2016 ·
#EscolaSemPartidoInconstitucional
Para a PFDC, o projeto ESP é inconstitucional porque:
(X) Coloca o professor sob constante vigilância
(X) Nega a possibilidade de ampla aprendizagem
(X) Confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais
(X) Contraria o principio do Estado Laico
(X) Impede ***o pluralismo de ideias*** e de concepções pedagógicas
(X) Nega a liberdade de cátedra.
Postado pelo PCESP em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Posição Ideológica 2017:

Comentarista 03 As pessoas ainda ***não*** entenderam que ***não existe neutralidade***! O ser humano é um animal ***político***. Analfabetismo político é confundir política com politicagem, com partidos políticos!!! #nãoescolasempartidos
Postado no PCESP 06/11/17 07:38 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01: Onde, nos direitos do professor acima elencados, está assegurado o direito de praticar ***doutrinação política*** a crianças? Isso é atribuição dos professores? Ou a ***atribuição dos professores é ensinar Lingua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências*** a fim de dar subsídio para que os alunos moldem suas próprias consciências? Lembro que em lugar ***nenhum*** um profissional goza de ***liberdade absoluta*** na sua atuação. Sua liberdade termina quando passa a molestar a liberdade de outrem.
No caso dos professores, ***moldar as consciências dos alunos***, ***fazer lavagem cerebral***, de modo q eles se tornem robozinhos programados para defender o status quo ou determinado partido político. Isso afronta tanto a liberdade de consciência, ainda muito incipiente, dos alunos, quanto a liberdade da família educar seus filhos e formar opinião de acordo com suas crenças e valores. É um direito indiscutível das famílias. Portanto, todos os professores, assim como qualquer profissional, e especialmente os da escola pública, devem ter sua atuação devidamente fiscalizada e regulamentada.
Postado no PCESP 06 /11/17 14:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 Vc está subestimando as crianças; dizendo que elas agirão como robozinhos! O professor deve apresentar a ***diversidade de opiniões*** e valores. Cada um escolherá o seu. Ninguém ***molda*** consciência nenhuma. Olha vc subestimando os estudantes novamente. A cabeça deles não é massinha de modelar. Eles são seres pensantes. O que o MBL quer é retirar a diversidade e colocar a visão deles no lugar de tudo. O MBL, sim, molesta a liberdade de outrem!
Postado no PCESP 06 /11/17 15:20 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 no mínimo, vc é incoerente. Fala que é errado fazer ***lavagem cerebral*** nas criancas , mas vc mesmo admite que quer fazer isso c seus filhos; não admite que seus filhos conhecam outros pontos de vista pq a tua verdade é absoluta! Sinto muito, se seu filho for meu aluno, ele conhecerá a ***diversidade*** de opiniões,

inclusive as conservadoras e qdo ele for maduro, ele decidirá por si próprio. Vc que acha que a criança só deve conhecer o ponto de vista dos pais, é que pratica a lavagem cerebral. Eu não faço isso. Meus alunos sempre têm acesso a diversas linhas de pensamento. Vc está equivocado! ***Ensinar ciências, matemática, geografia*** etc está ***relacionado a pensar sobre*** a vida real. Não há como separar as duas coisas.
Postado no PCESP 06 /11/17 18:59 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Posição Ideológica 2018: Não encontrado.

Grupo de Posição Ideológica 2019:

Comentarista 19 ***Se*** tiver ***partido***, ***se*** tiver religião, se for pessoa, e seguir doutrina, é doutrinador
Postado no PCESP 09/04/19 21:33 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 20 É bom que me acompanhem mesmo, vai que de tanto ler as postagens com dados, informações, ***posicionamentos*** eles não acordam da burrice em que vivem?! Pois que venham à vontade!
Postado no PCESP 10/04/19 23:46 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 Mas essa porcaria desse "***partido sem partido***", que parece viver de ódio aos professores, só existe no Brasil?...Isso deve ser alguma invenção dos mentecaptos alienados dos evangélicos.
Postado no PCESP 10 /04/19 21:46 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 ***só não doutrinar*** e fica tudo certo, ***ensina a matéria*****!**
Postado no PCESP 15/04/19 17:26 Curtir Comentar Compartilhar

Anexo 03 - Sequências Discursivas - Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra (SDGLC)

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra - ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2015

ESP: DIGO EU: ***Não existe liberdade de expressão no exercício da atividade docente***. ***Se existisse, (1) o professor sequer poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina: poderia gastar todo o tempo de sua aula falando sobre o que bem entendesse (afinal, isso é liberdade de expressão)***; (2) a liberdade de consciência dos alunos, que são obrigados a escutar o professor, estaria anulada. Bem por isso, o que a Constituição assegura aos professores é a liberdade de ensinar (art. 206, II), também conhecida como liberdade de cátedra.
Em todo caso, pergunto ao Professor se a "liberdade" que ele reivindica para o professor em sala de aula seria a liberdade de (1) se aproveitar da audiência cativa dos alunos para cooptá-los para essa ou aquela corrente ideológica, política ou partidária; (2) ***favorecer ou prejudicar os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas***, morais ou religiosas; (3) ***fazer propaganda político-partidária*** em sala de aula e usar seus alunos como massa de manobra dos seus próprios interesses; (4) omitir, inventar, exagerar ou distorcer o que for necessário ou conveniente para ***inculcar nos alunos suas próprias convicções e preferências políticas, ideológicas e partidárias***; e (5***) usurpar o direito dos pais dos alunos sobre a educação moral de seus filhos.***
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 16 Escola Sem Partido, Parabéns! Infelizmente para muitos dos meus colegas de profissão, ***liberdade de expressão é elogiar o comunismo. Luto pela Liberdade de Expressão e comunismo no Brasil NUNCA.***
Postado no ESP 11/09/15 05 :24 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 19 Sou professora há 18 anos e nunca soube de nenhum colega - nem no Ensino Fundamental, nem no Ensino Médio - que agisse de tal forma... Quanto a certas questões, consideradas fora da alçada do professor, não nos esqueçamos de que a própria sociedade não só nos delegou a tarefa de abordá-las, como também nos incumbiu de tal missão, diante da negligência e da omissão das famílias em tais assuntos. Não fujo de discussões produtivas em sala, mas deixo que meus alunos (do Ensino Médio) tirem suas próprias conclusões, deixando algumas perguntas no ar - por exemplo, a quem interessa incentivar a competição entre as mulheres? Quem tem a lucrar com isso? Por que alguns elementos, grupos e instituições se sentem tão ameaçados pela diversidade e pela tolerância? Por que nossa sociedade estimula a precocidade sexual e valoriza tanto as aparências e a competição, no lugar da cooperação? Nossos alunos, muitas vezes, têm uma enorme necessidade de ***discutir*** sobre esses temas, e só na escola encontram um ambiente adequado para fazê-lo. E, para tanto, é preciso que haja um(a) profissional à sua disposição. Seria eu uma professora doutrinadora, sem que eu mesma o soubesse?
Postado no ESP 25 /09/15 20 :10 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 Escola sem Partido, é justamente o que os professores fazem!O problema é que vocês criaram um espantalho, qual seja, o do "professor doutrinador" e, a pretexto de combatê-lo, querem ***acabar com a liberdade de expressão*** de toda categoria.Sua operação é essencialmente ideológica por isso. Toma o todo por uma parte, que sequer é representativa dentro da categoria.Quer dizer, eu argumentaria dessa forma se acreditasse que vocês querem mesmo a ***pluralidade de idéias***. Pois sei que o que querem é calar o discordante.Uma das provas disso é achar que apresentar versões concorrentes torna uma análise neutra. Quando a própria categorização do regime como "ditadura militar" já é uma "opcao partidária", caso não saiba. Porque opta por esconder os civis que estiveram apoiando o regime. Que também não foram quaisquer civis, mas empresas, sobretudo grandes capitalistas, que, por meio de agências como o IPES, organizaram o golpe e o rompimento da democracia, a fim de assegurar o ambiente propício ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.Portanto, ESP, não da para ser "sem partido". No máximo apresentar as ***diversas*** versões concorrentes. Mas nem isso é possível de modo isento, porque sempre será a visão de um ser determinado, com crenças e ideologia particulares, sobre as versões concorrentes. Aqui mesmo no tópico apareceram visões muito particulares de "comunista" e de "ditadura". Sabemos que nenhuma delas é a verdade enquanto tal. Não é mesmo?

O que querem, portanto, é assegurar uma hegemonia de pensamento por excluir as versões concorrentes dessa que é hoje naturalizada no sendo comum. Exatamente o que dizem combater!
Postado no ESP 12/09/15 10 :48 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2016

Comentarista 27... O professor ***tem direito à cátedra e não à livre expressão*** , vou me ater a isso !!
Postado no ESP 23/05/16 13:29 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2017

Comentarista 26 Vcs estão dando uma de João sem braço.Como se não soubessem que isso vai mudar não apenas a responsabilidade do professor, mas também o que será ensinado aos alunos.Um exemplo simples é que isso vai empurrar guela abaixo o ensinamento do criacionismo, independentemente de ter ou não respaldo científico, simplesmente porque os pais querem que os filhos pensem da mesma forma.O problema não é nem falar sobre isso, mas sim impedir que seja criticado.E se hoje vcs reclamam que os livros têm uma inclinação progressista, isso também vai impedir qualquer crítica social e histórica que não agrade à visão conservadora dos pais, pois será usado como pretexto que isso é "doutrinação" da escola.Do jeito que vcs falam, dá a impressão de que as matérias caem do céu prontas para serem ensinadas.Vcs sabem que isso vai ***influenciar*** também a escolha do que será ensinado.Repito, filho não é propriedade dos pais.Se vcs tivessem realmente a intenção de proteger os alunos, aceitariam a crítica e tentariam melhorar o projeto, em vez de ficarem inventando justificativa para a própria doutrinação.
Postado no ESP 28 /05/17 11 :09 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2018

Comentarista 05 [...] A ***democracia*** nos é ainda mais uma proposta que uma realidade. Somos ainda uma nação aprendendo a conviver com essa abstração tão desejada, mas tão difícil de ser alcançada. Estamos em busca dela e seguimos convictos de que ela, a democracia, é o maior valor que uma nação pode ter para seus cidadãos. Ainda erraremos muito, mas estamos a caminho. Concluindo, o que precisamos não é de uma escola sem partidos na forma que se propõe, mas sim de uma escola que cumpra sua função acadêmica, que seja ***democrática*** que possa gerar cidadãos bem formados e plenamente democráticos.
Postado no ESP 13/01/18 02:48 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2019: Não encontrado.

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra - PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2015

PCESP [...]
• ***professores não têm liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional***;
• ***a expressão "formar cidadãos críticos" se traduz, na prática, por "fazer a cabeça dos alunos";[...]***
"Professores por uma ***educação*** para ***democracia***".
Postado pelo PCESP 23/09/15 Acessado em 02/03/20 9:50Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2016
PCESP [...]Ministério Público Federal - MPF 22 de julho de 2016 ·
#EscolaSemPartidoInconstitucional
Para a PFDC, o projeto ESP é inconstitucional porque:
(X) Coloca o professor sob constante vigilância

(X) Nega a possibilidade de ampla aprendizagem
(X) Confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais
(X) Contraria o principio do Estado Laico
(X) Impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas
(X) ***Nega a liberdade de cátedra***.[...]
Postado pelo PCESP em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP [...]"(...) Nina Beatriz Ranieri, especialista em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), disse que as propostas desse tipo ferem o artigo 206 da Constituição, que garante a liberdade de aprender, ensinar, pesquisar e divulgar o pensamento, a arte e o saber, além de pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas. "***A Constituição*** prevê expressamente o que se convencionou chamar ***liberdade de cátedra***, que significa que, em sala de aula, respeitadas as diretrizes e o currículo, há ***a liberdade de expressar suas opiniões e ideias***. ***Não tem fundamento*** proibir. É uma lei fadada ao insucesso", afirmou. (...)
Postado pelo PCESP 11/07/16 Acessado em 30/5/20 20 às 9:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 Absurdo é fazer apologia do "escola sem Partido"!!Nota-se que pessoas que a defendem não são professores ou pedagogos, nunca adentraram numa sala de aula com o intuito de dar aulas, nem ao menos conhecem a Constituição Federal que ***assegura a liberdade de "aprender***,pesquisar, ***divulgar*** o pensamento, a arte e o saber, além de ***pluralismo de idéias*** e concepções pedagógicas" entre outras!
Postado no PCESP em 12/07/16 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 A questão ***não é proibir expressar opiniões***. A questão é proibir doutrinação. E os professores hoje estão mais preocupados em doutrinar do que ensinar. O pessoal é analfabeto funcional mas idolatra Che Guevara. E não sabe nem onde fica Cuba. E fala que os EUA é o culpado da nossa desgraça. Esse é o problema da nossa educação. A culpa é sempre dos outros. Livro de história atual esconde que Che Guevara foi um grande assassino e que Cuba é uma ditadura. É está a escola que vcs querem? Esse tipo de escola que mascara a realidade não vai levar o Brasil a lugar nenhum. Escola que não ensina e só doutrina (eles apelidam de formar cidadãos) é partido político. No Afeganistão eles têm este tipo escola: as madrassas.
Postado no PCESP 11/07/16 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 09 O ***Cidadão*** é quem aprende com a Cidade e na Cidade, no espaço público, onde a Escola é parte. Se não aprende a Ser ***Cidadão***, será apenas não ***cidadão***. Sem aprendizagem com o outro, com a ***diversidade*** do espaço público. Então apanha muito, pois não sabe de ***seus direitos e deveres***...Quem é mãe, pai ou professor, deve saber que não sabemos tudo.Que precisamos aprender sempre...com o outro ou outra. Mas sigamos em frente...
Postado no PCESP 11/07/16 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2017

Comentarista 01 [...] Ou a atribuição dos professores é ensinar Lingua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências a fim de dar subsídio para que os alunos moldem suas próprias consciências? Lembro que em lugar ***nenhum um profissional goza de liberdade absoluta*** na sua atuação. ***Sua liberdade termina*** quando passa a ***molestar a liberdade de outrem***.[...]Isso ***afronta tanto a liberdade de consciência***, ainda muito incipiente, dos alunos, ***quanto a liberdade da família educar seus filhos*** e formar opinião de acordo com suas crenças e valores. É um direito indiscutível das famílias. Portanto, todos os professores, assim como qualquer profissional, e especialmente os da escola pública, devem ter sua atuação devidamente fiscalizada e regulamentada.
Postado no PCESP 06 /11/17 14:56 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2018

PCESP "Liberdade de ensinar é condição para melhorar nosso debate democrático"Amanda Travincas, autora de tese premiada pela Capes sobre a liberdade acadêmica, critica o escola sem partido . "Garantir sala de aula livre não é limitar a expressão do professor, mas fazê-la coexistir com a do aluno"; "***Liberdade de ensinar é um direito*** que está relacionado ***a uma outra liberdade mais ampla***, que é a ***liberdade acadêmica ou de cátedra***. Está relacionada à autonomia do professor de gerir a sala de aula, ou seja, de deliberar sobre o conteúdo que vai ensinar e sobre os métodos que utilizará para abordagem deste conteúdo. Quando o professor é contratado por uma instituição, ele recebe um programa de ensino que está afinado a um projeto pedagógico institucional e tem

a incumbência de exercer a sua profissão. Mas esse ato de contratação não é, ao mesmo tempo, um ato de renúncia de sua autonomia enquanto sujeito crítico a respeito de assuntos diversos. No momento em que um professor se torna um funcionário institucional, ele tem a incumbência de discutir opiniões controvertidas na sala de aula, de utilizar metodologia para isso, mas continua tendo suas opções políticas, religiosas, de cunho econômico etc. Na sala de aula, ele exprime determinada opinião sobre determinado assunto porque tem um dever profissional de fazer isso, é contratado e pago para isso. É diferente da gente que, em qualquer circunstância, expressarmos nossa opinião sobre qualquer assunto. Além disso, ela é um direito fundamental."BRASIL.ELPAIS.COM
Postado pelo PCESP 7/01/18 Acessado em 30/5/20 ás 9:30 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Sentidos Produzidos por Liberdade de Expressão e de Cátedra 2019: Não encontrado.

Anexo 04 - Sequências Discursivas - Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade (SDGDA)

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade - ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2015:

ESP [...]Bem por isso, o que ***a Constituição assegura aos professores é a liberdade de ensinar (art. 206, II), também conhecida como liberdade de cátedra***.[..] ***mas a própria Constituição Federal -- princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (CF, arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput); liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI); liberdade de ensinar (que não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (CF, art. 206, II); pluralismo de ideias (CF, art. 206, III) -- e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que garante o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (art. 12, IV).[...]***
DIGO EU: Os únicos assuntos proibidos em sala de aula -- ***não por força do projeto, mas da própria CF e da CADH --*** são aqueles que pertencem ao campo da moralidade e da religião. ***E isso acontece por dois motivos: primeiro, porque esse é um campo reservado aos pais e responsáveis pelos estudantes (e, art. 12, IV)***; [...]
DIZ O PROFESSOR: "E do jeito que a estupidez está imperando, vão começar a processar professores apenas por fomentar discussões produtivas."[...]
DIGO EU: O projeto é tão imbecil e desnecessário quanto os princípios e garantias constitucionais anteriormente citados e o direito assegurado pelo art***. 12, IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos***, nos quais ele se funda.[...]
DIZ O PROFESSOR: "Sou professor e nunca concordaria com isso."
DIGO EU: Não sou professor. Mas, se fosse, sentiria uma profunda vergonha de atacar esse projeto de lei, como tantos professores estão fazendo.
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 14 ***Do moderador sabemos o que faz, quem é. E vc***, [...], qual sua obra para a defesa de suas ideias, sua qualificação para querer tanto que ele lhe dê atenção?
Postado no ESP 11 /09/15 17:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 19 : ***Sou professora*** há 18 anos e nunca soube de nenhum colega - nem no Ensino Fundamental, nem no Ensino Médio - que agisse de tal forma... Quanto a certas questões, consideradas fora da alçada do professor, não nos esqueçamos de que a própria sociedade não só nos delegou a tarefa de abordá-las, como também nos incumbiu de tal missão, diante da negligência e da omissão das famílias em tais assuntos. Não fujo de discussões produtivas em sala, mas deixo que meus alunos (do Ensino Médio) tirem suas próprias conclusões, deixando algumas perguntas no ar - por exemplo, a quem interessa incentivar a competição entre as mulheres? Quem tem a lucrar com isso? Por que alguns elementos, grupos e instituições se sentem tão ameaçados pela diversidade e pela tolerância? Por que nossa sociedade estimula a precocidade sexual e valoriza tanto as aparências e a competição, no lugar da cooperação? Nossos alunos, muitas vezes, têm uma enorme necessidade de discutir sobre esses temas, e só na escola encontram um ambiente adequado para fazê-lo. E, para tanto, é preciso que haja um(a) profissional à sua disposição. Seria eu uma professora doutrinadora, sem que eu mesma o soubesse?
Postado no ESP 25 /09/15 20 :10 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 ***Sou professor***. E, ao que me consta, ***o moderador*** esteve em tópicos convocando professores contrários ao ESP para o debate. Estou aqui.
Postado no ESP 11 /09/15 18:49 Curtir Comentar Compartilhar

ESP ***não sou professor de História***. ***Se fosse***, ao falar sobre a ditadura militar -- ou sobre qualquer outro assunto controvertido --, ***me esforçaria para seguir o 4º dever do professor***: "Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito."
Postado pelo ESP 12 /09/15 00 :28 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 23 ***Sou professor*** e, na maioria das propostas, apoio o Escola sem Partido. E, ***como aluno e professor, experimentei ou já tive conhecimento de incontáveis exemplos de doutrinação ideológica***, lamentavelmente.
Postado no ESP 15/09/15 00 :12 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2016:

Comentarista 03 [..] ***Sou professor de história,*** sou de centro liberal, monarquista e apoio o movimento Escola sem Partido dentro de uma pauta democrática!
Postado no ESP 23/05/16 08:02 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 48 [...] ***sou professor há 30 anos...***
Postado no ESP 23/05/16 00:26 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 24 ***Sou professor de História*** e, para poder formular esta questão, que é antiga para mim, tive e tenho que estudar muito e ter olhar de cientista (ir além das bibliografias indicadas e ler realmente de tudo - marxistas-liberais-conservadores...
Postado no ESP 23/05/16 08:57 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2017:

ESP ***Se você é professor*** e defende uma escola sem partido[...]; mostrando a eles que não teme ***ser avaliado à luz dos Deveres do Professor***; e, "last but not least", infernizando a vida dos seus colegas militantes.
Postado pelo ESP em 27/05/17 Acessado em 09/03/20 11:04 Curtir Comentar Compartilhar

ESP ***os deveres do professor JÁ EXISTEM***. ***Eles decorrem da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos***...
Postado pelo ESP 27/05/17 19 :23 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 29 ***Os pais têm autoridade*** máxima sobre a educação dos filhos enquanto forem responsáveis eles. Isso inclui os valores e as crenças. Os filhos até têm o direito de discordar, mas não o de desobedecer, enquanto estiverem sob o mesmo teto. Nesse sentido, o professor é um delegado da autoridade paterna e materna. O que o socialismo e as esquerdas em geral defendem é que o Estado tenha mais autoridade sobre os jovens do que as famílias. Essa é a raiz de todo o problema levantado pelo Escola Sem Partido. Alguma dúvida?
Postado no ESP 28/05/17 00 :46 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 32 ***sou estudante*** de escola pública desde meus sete anos de idade, tenho aula com professores que disseminam seus ideais políticos, desde que comecei a questiona- los e a expor um pensamento meu, que não foi "imposto" pelos meus pais ou pela sociedade que vivo, eu fui considerada como idiota, sem conhecimento dos fatos. E hoje estou cursando o ensino médio tb em escola pública, mas percebo que depois de nove anos a forma como os professores se comportam não mudou para melhor e sim para pior. Tenho professores que incentivam os alunos a ir para manifestações promovidas por partidos políticos, descriminam e fazem pouco caso de pessoas que apoiam determinados políticos ou não são de esquerda, e fazem provas que aplicam de forma autoritária ideais marxistas, pregam suas ideologias em sala de aula que na minha opinião é um crime, é loucura. Eu e também outros alunos queremos e temos direito de uma escola sem partido, não com o intuito de favorecer determinada doutrinação e sim com o intuito de termos uma edução voltada para o conhecimento de forma limpa, clara, sem ideais pessoas que querem nos alienar. Eu apoio totalmente a escola sem partido, e é muito triste ver que tem pessoas que não conseguem enxergar a realidade das escolas, onde somos alienados e oprimidos por pensar diferente.
Postado no ESP 28/05/17 17 :32 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2018:

Comentarista 41 ***Estão todos na constituição***, eles ***só os organizaram num cartaz***.
Postado no ESP 11/01/18 22:56 Curtir Comentar Compartilhar

ESP [...] Só tem um problema: ***o item 5 apenas repete***, praticamente com as mesmas palavras, o ***que está escrito no artigo 12, item 4, da Convenção Americana de Direitos Humanos***.
Postado pelo ESP (Moderador) 11/01/18 17:53 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2019:

Comentarista 10 [...] ***Sou professora de História*** e deu aula de Ensino Religioso...
Postado no ESP 12 /03/19 07:31 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade - PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2015:

Comentarista 01 Concordo com as ideias do texto, mas não podemos discutir melhor o termo Democracia? ***Anísio Teixeira*** escreveu sobre isso no livro educação é um direito. Com a aparência da democracia o liberalismo e o neoliberalismo escondem a lógica perversa do sistema capitalista, que ***Anísio*** chamou de Democracia do dinheiro. O que acham?
Postado no PCESP 23/09/15 12:21Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 Prefiro não discutir ou comentar nesse nível de intolerância e imaturidade. Esse nível não leva a nada. Ao contrário, só destrói o pouco que ainda resta das chamas da educação. Gosto de discutir em um nível intelectual e construtivo como o fez ***Anísio Teixeira***, ***o primeiro e único educador*** brasileiro. Porém esse tipo de ideia no Brasil não leva a nada enquanto a educação estiver subordinada a partidos e segmentos políticos regionais ou a mesquinharia de muitos secretários e seus sectários.
Postado no PCESP 30/08/15 09:06 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2016:

PCESP "(...) '[...], especialista em Direito Constitucional pela Universidade de São Paulo (USP), disse que as propostas desse tipo ***ferem o artigo 206 da Constituição***[...]"
Professores e juristas se unem contra avanço de projetos de lei que visam a tirar dos docentes a liberdade de expressão nas salas de aula.
Postado pelo PCESP 11/07/16 Acessado em 30/5/20 20 às 9:30 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP ***A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do MPF*** encaminhou ao ***Congresso*** uma nota técnica que aponta ***a inconstitucionalidade do Projeto de Lei 867/2015***, que inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional.[...]
Para a procuradora federal dos direitos do cidadão, [...] ***o projeto está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil***, especialmente os de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".[...]
#PraCegoVer: imagem de um quadro negro ao fundo com o texto "***Para a PFDC, o projeto Escola Sem Partido é inconstitucional porque: coloca o professor sob constante vigilância,*** nega a possibilidade de ampla aprendizagem, confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais, contraria o princípio do Estado laico, impede o pluralismo de ideias e de concepções ideológicas e nega a liberdade de cátedra."
Postado pelo PCESP em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2017:

Comentarista 10 Os deveres ***são aprendidos no processo de formação***, as dezenas de horas de estágio, ***estão explícitos numa farta legislação que vai desde a LDB até os Projetos Pedagógicos escolares.***
Postado no PCESP em 05/11/17 13:04 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2018:

PCESP [...] "***NÃO EXISTEM "DEVERES DO PROFESSOR***". [...] ***Muito pelo contrário, temos leis, diretrizes e parâmetros curriculares justamente pra isso.*** [...] ***Os "Deveres do Professor" só existem na cabeça dos criadores do ESP e seus adepto [...]*** Usar aspas na hora de mencionar os "Deveres" é importante porque esse nome foi escolhido propositadamente para transmitir a impressão de que esses 6 itens têm algum fundamento para além deles mesmos.
Postado pelo PCESP em 16/12/18 Acessado em 02/03/20 16:30 Curtir Comentar Compartilhar

PCESP COMO O "ESCOLA SEM PARTIDO" INTERPRETA ***INCORRETAMENTE O PACTO DE SAN JOSE*** Tudo mundo que acompanha as discussões sobre o Escola Sem ***Partido já deve ter ouvido falar do tal Convenção Americana de Direitos Humanos, ou, para os mais íntimos, o Pacto de San José da Costa Rica.*** [1] ***O documento tem valor supralegal no Brasil (abaixo somente da Constituição)*** e é muito comum que os defensores do movimento usem um trecho específico desse tratado para dizer que os pais tem o monopólio para definir como seus filhos devem pensar: "Os pais, e quando for o caso os tutores, têm direito a que seus filhos ou pupilos recebam a educação religiosa e moral que esteja acorde com suas próprias convicções."
Só que tem um pequeno problema nesse argumento. ***O artigo da onde esse ponto é extraído fala exclusivamente sobre "Liberdade de consciência e de religião", que são liberdades INDIVIDUAIS***. Ou seja, ***você não pode ser forçado a cultuar uma religião que não seja a da sua escolha. Nada disso tem a ver com educação escolar.***
Uma outra coisa curiosa é que o Pacto tem uma seção reservada só para tratar de educação enquanto um direito social. É o Protocolo de São Salvador. [2] Aí sim nesse documento a gente tem diretrizes claras para os países signatários sobre como eles devem orientar suas políticas para a educação. ***Dentre elas podemos destacar o ponto 2, que fala que a educação deve se pautar no RESPEITO AOS DIREITOS HUMANOS e no PLURALISMO IDEOLÓGICO, RACIAL, ÉTNICO E RELIGIOSO...***
Postado pelo PCESP em 15/01/18 Acessado em 04/06/20 11:00 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Justificação de Discurso de Autoridade 2019: Não encontrado.

Anexo 05 - Sequências Discursivas - Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido (SDGSCP)

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido - ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2015:

ESP DIZ O PROFESSOR: "com certeza [o projeto] serve apenas para deixar mais ***despolitizados os alunos.*** O que é de grande interesse para políticos que não querem que suas ideias sejam confrontadas."
DIGO EU: O projeto vai dar aos alunos os meios de que eles necessitam para ***se defender de professores que, a pretexto de "politizá-los",*** se aproveitam da sua audiência cativa, da autoridade que lhes é conferida pela cátedra e do segredo das salas de aula***, para tentar transformá-los em réplicas ideológicas de si mesmos.***Os políticos que desfrutam da simpatia ou que contam com a militância do professor sempre se beneficiam com a prática da doutrinação em sala de aula. Seus adversários ideológicos, no entanto, perdem sempre. Por isso, a doutrinação constitui uma ameaça ao próprio regime democrático, na medida em que ela instrumentaliza o sistema público de ensino som o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores.
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 : Opa, já temos dois do total de dois que ***são favoráveis*** à ditadura. Continuemos, adeptos da Escola Sem Partido. Continuem ***provando sua neutralidade***[...]
Postado no ESP Curtir Responder 11/09/15 15:18 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 21 : Escola sem Partido, é justamente o que os professores fazem!
O problema é que vocês criaram um espantalho, qual seja, o ***do "professor doutrinador***" e, a pretexto de combatê-lo, querem acabar com a liberdade de expressão de toda categoria. Sua operação é essencialmente ideológica por isso. Toma o todo por uma parte, que sequer é representativa dentro da categoria. Quer dizer, eu argumentaria dessa forma se acreditasse que vocês querem mesmo a pluralidade de ideias. Pois sei que o que querem é calar o discordante. Uma das provas disso é achar que apresentar versões concorrentes torna uma análise neutra. Quando a própria categorização do regime como "ditadura militar" já é uma "***opção partidária***", caso não saiba. Porque opta por esconder os civis que estiveram apoiando o regime. Que também não foram quaisquer civis, mas empresas, sobretudo grandes capitalistas, que, por meio de agências como o IPES, organizaram o golpe e o rompimento da democracia, a fim de assegurar o ambiente propício ao desenvolvimento do capitalismo no Brasil.
Portanto, ESP, não da para ser "sem partido". No máximo apresentar as diversas versões concorrentes. Mas nem isso é possível de modo isento, porque sempre será a visão de um ser determinado, com crenças e ideologia particulares, sobre as versões concorrentes. Aqui mesmo no tópico apareceram visões muito particulares de "comunista" e de "ditadura". Sabemos que nenhuma delas é a verdade enquanto tal. Não é mesmo?
O que querem, portanto, é assegurar uma hegemonia de pensamento por excluir as versões concorrentes dessa que é hoje naturalizada no sendo comum. Exatamente o que dizem combater!
Postado no ESP 12/09/15 10 :48 Curtir Responder Compartilhar

Comentarista 21 : Pois é. A pior coisa ***é não assumir sua parcialidade***.
Postado no ESP r 16/09/15 07:47 Curtir Responder Compartilhar

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2016:

Comentarista 13 Pois é, tirando a ***propaganda partidária***, que, para mim, não deve ser feita em sala de aula, qualquer ***fala do professor terá cunho ideológico***, simplesmente pelo fato de que qualquer atividade mediada pela linguagem é dialógica, portanto, social e ideológica por excelência. O que ocorre é uma inadequada compreensão e utilização da palavra ideologia . Enfim... tempos difíceis, muuuito difíceis, principalmente para vocês que estão iniciando essa caminhada do magistério... Triste...
Postado no ESP 23/05/16 15:40 Curtir Responder Compartilhar

Comentarista 02: que lindo ver que a esquerda possui um vocabulário amplo, fiquei emocionado. Escola ***não é lugar de um embate político*** vicioso, que transborde a cabecinha de pessoinhas com um instinto revolucionário insustentável e imbecil,pessoas estas que estão creditando ao estado o direito a um saber pluralista,sem objeções aos fatos.Na escola a criança ou adolescente começa a sua jornada para se tornar senão um intelectual ao menos uma boa pessoa,com uma percepção real do mundo,e não uma visão deturpada e choramingosa de falacias históricas ou intelectuais....
Postado no PCESP 22/07/16 22:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 48 ***Centra-se no conteúdo, não expresse opinião própria***, sou professor há 30 anos, ***não há dificuldade alguma***...
Postado no ESP 23/05/16 00:2 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido2017:

Comentarista 44 ***Simples : é só tratar o fazer pedagógico cientificamente e não ideologicamente.*** Mas o que acontece é que muitos defensores do escola sem partido, querem na verdade é tirar o " partido" no qual é contrário e colocar o seu.
Postado no ESP 28 /05/17 15:42 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 45 ***Tirar o "partido" no qual é contrário***, e *colocar o seu*... Nem se quisessem... Pra fazer isso teria q fazer uma demissão em massa e recrutar novos professores militantes de outras ***ideologias partidárias***. Existe essa possibilidade?
Postado no ESP 29 /05/17 08 :52 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 46 EScolas ***sem partidos Já***.
Postado no ESP 29/05/17 10:26 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2018:

Comentarista 05 A discussão é muito mais ampla e complexa do que possa parecer. ***Sou a favor de uma escola sem partidos, mas não apolítica***. Como tolerar calados o assalto às nossas instituições? Alguém já disse que ***todo homem é um ser político*** e sabemos que mesmo pessoas apolíticas fazem política sem sabê-lo. Tomamos decisões políticas a todo momento sem nos dar conta disso. Portanto acho difícil para qualquer professor cumprir algumas dessas premissas. No entanto, é dever do professor e da escola ouvir o ponto de vista dos seus alunos e promover o debate. ***Não aceito uma escola de direita que oprima professores e alunos de esquerda e vice-versa***, nem creio que seja possível a um professor/escola concordar pura e simplesmente com o ponto de vista de uma família quando este ponto de vista for antiético, criminoso, cruel. Uma coisa é respeitar a diversidade de opiniões, outra é fechar os olhos àquelas opiniões que se opõem à constituição e aos princípios morais e sociais universais. Um professor/escola jamais poderia fechar os olhos a manifestações (por exemplo) racistas de seus alunos por ser este ponto de vista o de seus pais. Não vejo problema em haver escolas religiosas e militares, contanto que essas escolas não incitem seus alunos à violência e ao desrespeito às crenças alheias, mesmo porque seriam inconstitucionais. A democracia nos é ainda mais uma proposta que uma realidade. Somos ainda uma nação aprendendo a conviver com essa abstração tão desejada, mas tão difícil de ser alcançada. Estamos em busca dela e seguimos convictos de que ela, a democracia, é o maior valor que uma nação pode ter para seus cidadãos. Ainda erraremos muito, mas estamos a caminho. [...]
Postado no ESP 13/01/18 02:48 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2019: Não encontrado.

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido -PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido2015:

PCESP Esta causa deveria se chamar "***Professores por uma educação para a democracia***". Um dia faremos a mudança para este nome com certeza. Temos que nos chamar, por enquanto, de "***Professores contra o Escola Sem Partido***" por causa do programa homônimo que o projeto de lei 867/2015 tenta incluir na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este programa se propõe a combater a doutrinação ideológica nas escolas, o que pode parecer até uma boa ideia para alguns, mas não se enganem... Somente quando ele for derrotado, poderemos mudar nosso nome para "***Professores por uma educação para democracia".***
Postado pelo PCESP em 23/09/15 Acessado em 02/03/20 9:50 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2016:

Comentarista 02 que lindo ver que a esquerda possui um vocabulário amplo, fiquei emocionado.Escola ***não é*** lugar de um ***embate político*** vicioso,que transborde a cabecinha de pessoinhas com um instinto revolucionário insustentável e imbecil,pessoas estas que estão creditando ao estado o direito a um saber pluralista,sem objeções aos fatos.Na escola a criança ou adolescente começa a sua jornada para se tornar senão um intelectual ao menos uma boa pessoa,com uma percepção real do mundo,e não uma visão deturpada e choramingosa de falacias históricas ou intelectuais.Nossas escolas precisam da aprovação desta lei,pois ela abrira espaço para o saber,o saber que pode não alimentar a esta geração quase que perdida,mas que ira nutrir a próxima para que seja forte,e nos ponha em nosso lugar no mundo.Dado momento que minha visão de sermos grandes,tendo um comércio mais aberto,um custo de vida mais aceitavel,valores morais e éticos sendo respeitados além de recursos básicos para a manutenção da vida pareça um tanto quanto utópica,ela é real e se aproxima cada vez mais que nós brasileiros paramos de ***militarmos*** com os ***politicos***, mas obrigarmos eles a militarem por nós.
Postado no PCESP em 22/07/16 22:56 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2017:

Comentarista 03 As pessoas ainda não entenderam que ***não existe neutralidade***! O ser humano ***é um animal político***. Analfabetismo ***político*** é confundir ***política*** com ***politicagem***, com ***partidos políticos***!!! #nãoescolasempartidos
Postado no PCESP 06/11/17 07:38 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2018: Não encontrado.

Grupo do Escola *sem* ou *com* Partido 2019:

Comentarista 21 Mas essa porcaria desse ***"partido sem partido"***, que parece viver de ódio aos professores, só existe no Brasil?...Isso deve ser alguma invenção dos mentecaptos alienados dos evangélicos.
Postado no PCESP 10 /04/19 21:46 Curtir Comentar Compartilhar

Anexo 06 - Sequências Discursivas - Grupo Gestos Censórios (SDGGC)

Grupo Gestos Censórios - ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo Gestos Censórios 2015:

ESP DIGO EU: ***Não existe liberdade de expressão*** no exercício da atividade docente. ***Se existisse o professor sequer poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina***: poderia gastar todo o tempo de sua aula falando sobre o que bem entendesse (afinal, isso é liberdade de expressão) [...]Em todo caso, pergunto ao Professor se a "liberdade" que ele reivindica para o professor em sala de aula seria a liberdade de (1) Faço tal pergunta porque é ***ISSO, e nada além disso***, o que o projeto Escola sem Partido proíbe seja feito em sala de aula.[...]
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

ESP DIGO EU: ***Os únicos assuntos proibidos*** em sala de aula -- ***não por força do projeto***, mas da própria CF e da CADH -- são aqueles que pertencem ao campo da moralidade e da religião. E isso acontece por dois motivos: primeiro, porque esse é um campo reservado aos pais e responsáveis pelos estudantes (CADH, art. 12, IV); e, segundo, porque, como disse o Professor, "PROFESSOR NÃO É PASTOR".
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30Curtir Comentar Compartilhar

ESP DIGO EU: ***Qualquer pessoa está sujeita a ser processada. Os professores não constituem exceção***. De acordo com o Código Civil, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, fica obrigado a repará-lo. O professor que violar os Deveres do Professor, poderá ter problemas na Justiça
Postado pelo ESP em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22: Apenas relatar a verdade, sem tendências políticas e pessoais no contexto da aula. Ser honesto com os alunos e com a história. Vivemos uma ditadura, que incomodou apenas aqueles que viviam a margem da lei. O movimento hippie da época, fazia apologia ao consumo explicito das drogas em nome de uma paz que eles mesmos ajudavam a comprometer com uma postura irresponsável de vagabundos que queriam apenas prazeres e dar maus exemplos. Quanto ao rigor dos militares, penso que foi insuficiente, pois eles conseguiram evitar a implantação do comunismo no Brasil, defendendo nossa nação de terroristas e guerrilheiros, treinados em Cuba, como por ex. O Sr Jose Genoino, Jose Dirceu e Dilma Roussef dentre outros tantos traidores da pátria. Talvez, se a situação fosse inversa, como aconteceu em Cuba, eles jamais poupariam as vidas dos opositores de suas ideias. De qualquer forma, penso que o ideal seria ensinar as pessoas, especialmente as crianças, a pesquisar, dar chance delas descobrirem e decidirem por si mesmas suas ideologias e preferências religiosas ou até mesmo exercer o direito de ser cético em relação a essas questões polêmicas e muitas vezes, nocivas nas vidas das pessoas. ***A proposta da escola sem partido é não permitir abusos por parte dos professores,*** não é papel dela te ensinar a dar aulas ou te ensinar sobre a história do Brasil, siga a constituição de seu país. [...]***Ninguém te proibiu de lecionar honestamente***.
Postado no ESP 11/09/15 Curtir Comentar Compartilhar

ESP Fica tranquilo, Diego Martins Dória Paulo.[...], ***SE VOCÊ JÁ CUMPRE OS DEVERES DO PROFESSOR, não tem motivos pra ficar nessa agitação toda. Relaxa, irmão!***
Postado pelo ESP Curtir Responder 13/09/15 02:33 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 23 A OAB/RJ tem um Código de Ética e Disciplina para os advogados, com penas disciplinares previstas. O CFM tem um Código semelhante para os médicos. Servidores públicos federais também possuem um Código de Ética que os regula, com sanções previstas. Outras profissões seguem a mesma direção. ***Por que nós professores não podemos ter um código de ética ? Queremos desregulamentação total? Ninguém nos regula, é isso? Somos onipotentes? Em essência, o que o ESP propõe é apenas isso: um código de ética profisisonal.***
Postado no ESP 15 /09/15 00 :13 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2016:

Comentarista 03 O ESP funciona tanto para o professor de esquerda quanto direita. Professor não tem que puxar saco nem pra ditadura do proletariado nem pra ditadora militar. ***Existem doutrinadores de esquerda e de direita na escola e são esses que a lei do ESP tem que enquadrar***.
Postado no ESP 23/05/16 08:02 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 13 ***Ei prof, aula amanhã... Vamos dormir.***
Postado no ESP 23/05/16 22:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 18 É bem como eu penso... se vc quer saber, cada dia que passa, ***estou ficando cada vez com mais medo do que pode vir a acontecer. Sou um preso político em potencial... rs***
Postado no ESP 23/05/16 15:52 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 O melhor da escola é a pluralidade de tendências dos professores. O de História sendo Marxista... o de matemática Centro-Direita, a de ciências atéia, a religiosa de português, a de inglês evangelica, a moça da secretaria macumbeira e por aí vai. A sociedade e sua pluralidade presente sempre na vida do aluno. ***Querer "uniformizar" é uma baita bobagem!!! E não dá certo!!***
Postado no ESP 22/05/16 23:47 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 24 ***Professor na sala de aula não tem pluralidade de tendências***, tem pluralidade de teorias a confrontar, juntamente com os alunos. Professor de história tem que apresentar Hobsbawm e Paul Johnson / Marx e Mises, e pedir aos próprios alunos que percebam as diferenças, sem impor que um é melhor que outro....apenas mais famoso, por conta da propaganda ideológica. Matemática não tem centro político, é ciência, é cálculo, é lógica. Professor ateu, não deve discutir religião, e se for fazê-lo tem que demonstrar a "falibilidade" das teorias não comprovadas e do seu desconhecimento e incapacidade de questionar qualquer coisa sobre o mundo metafísico, a não ser pela via filosófica e a teologia, fora de seu "métier". A moça da secretaria e todos os outros podem ter a religião ou crença que escolher, mas não é seu papel como profissional fazer proselitismo religioso. Isso vale para ateus, cristãos, muçulmanos, judeus, budistas, marxistas, rousseaunianos, foucaltianos, etc. ESCOLA É LUGAR DE CIÊNCIA.
Postado no ESP 23/05/16 00:58 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 28 Fora isso, discordo dos parâmetros estabelecidos no projeto de lei, ***que visivelmente tentam direcionar a condução das aulas pelo professor[...]***
Postado no ESP 23/05/16 14:58 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 43 ***Se você é a favor do amordaçamento do professor,*** defenda sua posição. Eu defendo a minha. E preste atenção no que eu disse: os professores de filosofia, em geral, são apartidários! Eu sou um deles. Aliás, como diria um hermano: me cago para las ideologías.
Postado no ESP 04/06/16 15:09 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2017:

Comentarista 18 Se o professor recebe esse tipo de formação nas universidades, ***fica difícil não doutrinar os alunos nas escolas.*** Vejam o exemplo aqui do campus da UNIOESTE em Cascavel - PR.
Postado no ESP 28/05/17 00:45 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27 Rapaz! Professor tem que ensinar a disciplina para a qual ele é pago para ensinar. Fora da sala de aula, do colégio, se o mesmo professor for questionado por um aluno, ou alunos, sobre suas escolhas políticas, pessoais, sexuais, morais e o escambau, o mesmo poderá dizer o que quiser. ***Na escola, não.*** Escola é lugar pra aprender as disciplinas necessárias para o futuro da pessoa, que também será o futuro da nação, do Brasil. Agora, nada impede que as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil retornem à grade curricular para formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres.
Postado no ESP 27 /05/17 21 :50 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27 Eu sou pai..***e não é um professor*** maconheiro esquerdista "mente aberta" que irá destruir os valores que estou ensinado para ela...inclusive que socialismo só funciona nos livros do mec.
Postado no ESP 27/05/17 22 :07 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 27 ***você não me parece ser um idiota***. O que deve ser ensinado nas escolas, meu amigo? Depende da faixa etária. A primeira coisa, alfabetização, correto? Depois, matemática básica. A partir daí, amigo, geografia, biologia, física, química, trigonometria, educação moral e cívica (direitos e deveres dos cidadãos) organização social e política como[...]
Postado no ESP 28/05/17 7:14 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 31 alguém aí em cima já disse e vc insiste em não entender: ***o que o projeto quer e os pais tb é que os professores ensinem a matéria para a qual são pagos.*** Pode-se falar em direita, esquerda, comunismo, capitalismo, etc.... abordando os aspectos históricos e não a OPINIÃO do professor! ***Não é tão difícil de entender né!?***
Postado no ESP 28/05/17 08:54 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 30 ***O projeto pretende perseguir o professor e impor uma visão de mundo conservadora***. [..]tem toda a razão, ***escola sem partido é uma patrulha ideológica***. Ela própria é uma forma de doutrinação ***pois não aceita a pluralidade de ideias***.
Postado no ESP 28/05/17 10 :25 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 39 quem tem que ensinar ***MORAL aos alunos são os PAIS e não os PROFESSORES***. Moral, assim como EDUCAÇÃO vem de casa, não é oferecido pela escola. É por essa confusão do que deve ser aprendido na escola que temos hoje essa merda de sociedade bagunçada e que um joga no colo do outro o dever da educação e criação de suas crianças e adolescentes.
Postado no ESP 28 /05/17 23:01Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 42 Só alguém muito desonesto e canalha mesmo pra ***dizer que esse programa é uma "mordaça" para os professores!*** Acusam o Escola sem Partido daquilo que eles mesmos promovem!
Postado no ESP 28 /05/17 23:19 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2018:

ESP DEVERES DO PROFESSOR: ***NOSSOS ADVERSÁRIOS SABEM QUE ELES EXISTEM. SÓ NÃO QUEREM QUE OS ALUNOS TAMBÉM SAIBAM.***
Postado pelo ESP em 11/01/18 Acessado em 10/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 05 [...] Concluindo***, o que precisamos não é de uma escola sem partidos na forma que se propõe, mas sim de uma escola que cumpra sua função acadêmica***, que seja democrática que possa gerar cidadãos bem formados e plenamente democráticos.
Postado no ESP 13/01/18 02:48Curtir Comentar Compartilhar

ESP É claro que, na escola pública, é impossível ao professor saber como pensam os pais dos seus alunos (na particular é diferente, pois existe uma coisa chamada "contrato"). Por isso, a única forma de respeitar o artigo 12 da CADH ***é se abster de tentar dizer aos alunos (isto é, aos filhos dos outros) o que é certo e o que é errado*** em matéria de religião e de moral.
Postado pelo ESP em 11/01/18 19:33 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 14 ***É só não querer impor o seu entendimento***, quando tiver que fazer referência à algum dogma, ***não fazer*** de modo ofensivo ou favorável, expor outras possibilidades, como é em outras culturas, ***não entrar*** em debate, ***se não for*** matéria de estudo
Postado no ESP 14/01/18 15:34 Curtir Comentar Compartilhar

ESP ***Mas isto não significa que os professores não têm direito de ensinar*** as teorias de Nietzsche e Marx aos alunos. ***Ao contrário, eles têm obrigação*** de ensinar isso aos alunos. Mas de forma crítica, sem tentar fazer a cabeça dos alunos e respeitando, sempre, o que está escrito no item 4.
Postado pelo ESP 11/01/18 17:55Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2019:

ESP As escolas (públicas e particulares) têm todo interesse em fazer isso. ***Só não fazem por medo dos sindicatos de professores.***
Postado pelo ESP 12/03/19 12:14 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 10 Ser professores é ter muito cuidado ***em não alienar os educandos*** com suas escolhas. Precisa de tomar cuidado com tudo. Sou professora de História e deu aula de Ensino Religioso. Lembro que alunos ficavam curiosos para saber qual a minha religião, em quem eu ia votar. Precisamos mostrar as ideologias, as doutrinas, os pensamentos, sem doutrinamentos. Doutrinamentos é alienação.
Postado no ESP 12 /03/19 07:31Curtir Comentar Compartilhar

Grupo Gestos Censórios - PROFESSORES CONTRA O ESCOLA SEM PARTIDO 2015 A 2019

Grupo de Imaginário Censório 2015:

PCESP Este comentário, que decidimos reproduzir para todos aqueles e aquelas que curtem a nossa causa, é apenas um dos que recebemos. Já recebemos alguns comentários de incitação à violência, ***mas os moderadores da página vinham apagando os mesmos. Ele não representa a maioria*** dos comentários intolerantes, que se limitam a algo como "fora marxismo cultural!"; porém, achamos que vale a reflexão: os projetos de lei apoiados pelo ***Escola Sem Partido, que criminalizam a prática docente e colocam o professor no papel de um criminoso a*** ser denunciado anonimamente, ***não estão estimulando o ódio aos professores e a violência contra eles?***



Postado pelo PCESP em 28/08/15 Acessado em 02/03/20 10:15 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2016:

Alguém ainda tem alguma dúvida?



Ministério Público Federal - MPF Curtir Página
22 de julho de 2016
#EscolaSemPartidoInconstitucional

Para a PFDC, o projeto ESP é inconstitucional porque:
(X) Coloca o professor ***sob constante vigilância***
(X) ***Nega a possibilidade*** de ampla aprendizagem
(X) Confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais
(X) Contraria o principio do Estado Laico
(X) Impede o pluralismo de ideias e de concepções pedagógicas
(X) ***Nega a liberdade de cátedra***.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do MPF encaminhou ao Congresso uma nota técnica que aponta a inconstitucionalidade do Projeto de Lei 867/2015, que inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional.
A proposta do Escola sem Partido defende que ***o professor não é um educador e traz uma série de restrições sobre o que pode ou não ser dito em sala de aula.***
Postado pelo PCESP em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 que lindo ver que a esquerda possui um vocabulário amplo, fiquei emocionado. ***Escola não é lugar*** de um embate político vicioso,que transborde a cabecinha de pessoinhas com um instinto revolucionário insustentável e imbecil,pessoas estas que estão creditando ao estado o direito a um saber pluralista,sem objeções aos fatos.Na escola a criança ou adolescente começa a sua jornada para se tornar senão um intelectual ao menos uma boa pessoa,com uma percepção real do mundo,e não uma visão deturpada e choramingosa de falacias históricas ou intelectuais.Nossas escolas precisam da aprovação desta lei,pois ela abrira espaço para o saber, ***o saber que pode não alimentar*** a esta geração quase que perdida,mas que ira nutrir a próxima para que seja forte,e nos ponha em nosso lugar no mundo.Dado momento que minha visão de sermos grandes,tendo um comércio mais aberto,um custo de vida mais aceitável,valores morais e éticos sendo respeitados além de recursos básicos para a manutenção da vida pareça um tanto quanto utópica,ela é real e se aproxima cada vez mais que nós brasileiros paramos de militarmos com os políticos, ***mas obrigarmos eles*** a militarem por nós.
Postado no PCESP 22/07/16 22:56 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2017:

Comentarista 01 [...] Ou a atribuição dos professores é ensinar Língua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências a fim de dar subsídio para que os alunos moldem suas próprias consciências? Lembro que em lugar ***nenhum um profissional goza de liberdade absoluta na sua atuação. Sua liberdade termina quando passa a molestar a liberdade de outrem.*****[**...] Isso afronta tanto a liberdade de consciência, ainda muito incipiente, dos alunos, quanto a liberdade da família educar seus filhos e formar opinião de acordo com suas crenças e valores. É um direito indiscutível das famílias. Portanto***, todos os professores***, assim como qualquer profissional, e especialmente os da escola pública, ***devem ter sua atuação devidamente fiscalizada e regulamentada***.
Postado no PCESP 06 /11/17 14:56 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista01 [...] Educação é direito das famílias. Já ensino, que é diferente de educação, pode ser delegado a terceiros. No caso, [...] ***Os pais não são obrigados*** a admitir isso. ***O papel do professor***, ***portanto, deve limitar-se.***
Postado no PCESP 06/11/17 16:39Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 06 E sabe o que tem que começar a ser dito Fernando Penna? Que as escolas tem que enfrentar o debate pra além do razoável coibindo abusos. Dia desses vi um caso lamentável de ***um pai que destruiu um trabalho escolar*** e não aconteceu nada. ***Penso que ele tinha que sofrer um processo***, reparar a escola e ainda tinha que receber a sugestão de retirar seu filho de lá.
Postado no PCESP 05/11/17 13:13Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 ***E não sou*** esquerdopata pq ***não tenho*** patologia! Quem é patologicamente comprometido é aquele que pensa como pensavam os medievais. Têm a patologia da ignorância e só conseguem se expressar por meio de clichês!
Postado no PCESP 06/11/17 19:03Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 ***Não, [...], não há incoerência***. ***A família ensinar as suas crenças e valores não tem a ver com lavagem cerebral. Isso é educação***. Nada mais legítimo e sagrado que isso, que é uma atribuição exclusiva da família. Um ser humano precisa ser criado com referências. Isso é o básico. E, é claro, a família tem todo o

direito de reclamar e censurar o professor que está enfiando na cabeça do filho ideias contrárias as que ele recebeu, pois não deve existir esse conflito entre a escola e a família. Educação, como eu disse, é papel da família. Ensino é delegado ao professor. São escopos diferentes.
Como eu falei anteriormente, quando o jovem tiver recebido os subsídios necessários para começar a pensar por conta própria, ele poderá refutar ou aceitar as crenças e valores previamente ensinados. Terá sim a capacidade de questionar. Eu e todos nós já passamos por esse processo de amadurecimento.
O que você está fazendo, no entanto, é dar as diversas ideias prontas, ***e não dando os subsídios e ferramentas necessárias para o aluno formular as próprias ideias***. Você disse na sua primeira intervenção que os alunos conseguem pensar por conta própria. Mas isso somente é possível se eles forem devidamente preparados para isso. ***E não é o que estamos vendo na escola moderna***. Além disso, acrescento que o cérebro humano é totalmente moldável e, quanto menos idade, mais moldável é. Finalizando, sinto muito, mas não a rotulei de "esquerdopata" em nenhum momento. Atirei esse termo no vento. Você vestiu essa "carapuça" voluntariamente rs.
Postado no PCESP 06 /11/17 23:00Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01[...] Lamento o que ocorreu com sua filha e torço para que ela tenha professores ***comprometidos com ensino, e não com ideologias e estratégias políticas.***
Quem paga escola particular ainda pode reclamar do professor, pedir para trocar de sala, trocar de escola. Mas quem tem o filho matriculado ***na escola pública não tem essas possibilidades***.
Por fim, é importante dizer que os professores sérios, comprometidos com ensino, não são contra o Escola Sem Partido, pois a atuação competente deles não será afetada. O projeto tem como objetivo, na verdade, separar as laranjas podres do saco de laranjas boas e aplicar-lhes o devido corretivo.
Postado no PCESP 08 /11/17 13:59 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2018:

PCESP De tempos em tempos, tem um tipo de publicação que aparece na página do Escola Sem Partido. O post segue basicamente o mesmo formato. Uma reprodução do cartaz com os 6 "Deveres do Professor" e um pequeno texto que diz algo como "a pergunta que os jornalistas nunca fazem" ou que "os professores contra o ESP não querem responder é: você nega a existência dos deveres do professor?". Se você for agora no *Facebook* deles você vai ver um desses *posts* e é interessante entender por que eles fazem esse tipo de publicação. Ela serve como uma boa estratégia para cumprir alguns objetivos. Primeiro, passar a ideia de que o ESP está em algum tipo de luta contra a imprensa e os jornalistas injustos que não cobrem o movimento de forma apropriada. A segunda é naturalizar o Escola Sem Partido, dando a impressão de que os tais "Deveres do Professor" realmente existem, quando esse não é o caso. E aqui vem a resposta que pode soar estranha:***NÃO EXISTEM "DEVERES DO PROFESSOR"***
Isso não quer dizer que professorxs não tenham compromissos referentes a sua atuação profissional. Muito pelo contrário, temos leis, diretrizes e parâmetros curriculares justamente pra isso. Mas o Escola Sem Partido não é nenhuma dessas coisas. ***Os "Deveres do Professor" só existem na cabeça dos criadores do ESP e seus adeptos.*** Aqueles 6 itens não são pressupostos legais já estabelecidos, mas sim uma interpretação muito mal feita de certas normas e leis.
Ninguém está fugindo da pergunta sobre a existência ou não dos "Deveres do Professor". Nós já fizemos um vídeo pro nosso canal no YouTube só sobre isso e tem um monte de jornalista por aí escrevendo justamente sobre isso. ***Mas o ESP não se importa com isso***, porque as respostas que eles recebem não são o que eles querem ouvir.
Postado pelo PCESP em 16/12/18 Acessado em 02/03/20 16:30 Curtir Comentar Compartilhar

Grupo de Imaginário Censório 2019:

PCESP



Postado pelo PCESP em 09/0 4/19 Acessado em 05/03/20 10:30Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 01 ***Não acompanham*** a vida escolar dos filhos, mas têm tempo de fuxicar as redes dos professores ?! Se bobear sabem nem o que o filho carrega na mochila.
Postado no PCESP 09/04/19 21:36 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 02 Por isso deixei de aceitar os pais dos alunos no face.
Postado no PCESP 09/04/19 21:29 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 06 ***Não adiciono*** nenhum aluno. E quando eles perguntam se tenho face ***digo que não*** tenho! Minha vida é mais feliz assim!
Postado no PCESP 09/04/19 21:51 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 07 ***Não aceito alunos, muito menos pais***. E, infelizmente, precisamos abrir os olhos com colegas também.
Postado no PCESP 09/04/19 21:55 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 08 ***Pais e alunos não são amigos*** para acompanhar nossas redes sociais... São pais e alunos somente, simples assim!
Postado no PCESP 09/04/19 21:59Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 09 Passou da hora de jantar ***essa gente na porrada***.
Postado no PCESP 09/04/19 21:17 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 15 ***Os caras estimulando uma sociedade policial*** cara...
Postado no PCESP 09/04/19 23:00 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 18 Cara, por isso ***fecho meu perfil e não aceito*** praticamente pai nenhum.

Postado no PCESP 10/04/19 01:09 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 22 [...] ***só não doutrinar*** e fica tudo certo, ensina a matéria!
Postado no PCESP 15/04/19 17:26 Curtir Comentar Compartilhar

Comentarista 23 ***Não é perseguição a professores não, não*** é stress e pressão psicológica ainda maior do que a que ocorre hoje não, imagina... [...]
Postado no PCESP 11 /04/19 10:05 Curtir Comentar Compartilhar

Anexo 07 - *Corpus* completo ESP - 2015 a 2019

Anexo *corpus* completo PCESP - 2015 a 2019

Ano 2015



Postado em 11/09/15 Acessado em 25/01/20 12:30

" Um projeto desses acaba com a liberdade de expressão dentro da sala de aula. A discussão é e sempre será uma grande ferramenta para o ensino. Proibir qualquer que seja o assunto, isso pra mim é que doutrinação. E do jeito que a estupidez está imperando, vão começar a processar professores apenas por fomentar discussões produtivas. É imbecil e totalmente desnecessário um projeto desses. Que com certeza serve apenas para deixar mais despolitizados os alunos. O que é de grande interesse para políticos que não querem que suas idéias sejam confrontadas. Sou professor e nunca concordaria com isso. Professor não é pastor."

Respondo aqui ao professor, já que não pude fazê-lo na sua página (mas farei se ele me der essa oportunidade).

DIZ O PROFESSOR: "Um projeto desses acaba com a liberdade de expressão dentro da sala de aula."

DIGO EU: Não existe liberdade de expressão no exercício da atividade docente. Se existisse, (1) o professor sequer poderia ser obrigado a transmitir aos alunos o conteúdo da sua disciplina: poderia gastar todo o tempo de sua aula falando sobre o que bem entendesse (afinal, isso é liberdade de expressão); (2) a liberdade de consciência dos alunos, que são obrigados a escutar o professor, estaria anulada. Bem por isso, o que a Constituição assegura aos professores é a liberdade de ensinar (art. 206, II), também conhecida como liberdade de cátedra.

Em todo caso, pergunto ao Professor se a "liberdade" que ele reivindica para o professor em sala de aula seria a liberdade de (1) Faço tal pergunta porque é ISSO, e nada além disso, o que o projeto Escola sem Partido proíbe seja feito em sala de aula. Aliás, não é o projeto que proíbe tais condutas, mas a própria Constituição Federal -- princípio da neutralidade política, ideológica e religiosa do Estado (CF, arts. 1º, V; 5º, caput; 14, caput; 17, caput; 19, 34, VII, 'a', e 37, caput); liberdade de consciência e de crença (CF, art. 5º, VI); liberdade de ensinar (que não se confunde, como visto, com liberdade de expressão) e de aprender (CF, art. 206, II); pluralismo de ideias (CF, art. 206, III) -- e a Convenção Americana sobre Direitos Humanos, que garante o direito dos pais a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções (art. 12, IV).

DIZ O PROFESSOR: "A discussão é e sempre será uma grande ferramenta para o ensino."

DIGO EU: O projeto não proíbe discussão em sala de aula.

DIZ O PROFESSOR: "Proibir qualquer que seja o assunto, isso pra mim é que doutrinação."

DIGO EU: Os únicos assuntos proibidos em sala de aula -- não por força do projeto, mas da própria CF e da CADH -- são aqueles que pertencem ao campo da moralidade e da religião. E isso acontece por dois motivos: primeiro, porque esse é um campo reservado aos pais e responsáveis pelos estudantes (CADH, art. 12, IV); e, segundo, porque, como disse o Professor, "PROFESSOR NÃO É PASTOR".

DIZ O PROFESSOR: "E do jeito que a estupidez está imperando, vão começar a processar professores apenas por fomentar discussões produtivas."

DIGO EU: Qualquer pessoa está sujeita a ser processada. Os professores não constituem exceção. De acordo com o Código Civil, aquele que, por ação ou omissão voluntária, negligência ou imprudência, violar direito e causar dano a outrem, ainda que exclusivamente moral, fica obrigado a repará-lo. O professor que violar os Deveres do Professor, poderá ter problemas na Justiça -- ainda que o projeto não seja aprovado, pois, como eu disse, tudo o que está previsto no projeto decorre necessariamente da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos.

DIZ O PROFESSOR: "É imbecil e totalmente desnecessário um projeto desses."

DIGO EU: O projeto é tão imbecil e desnecessário quanto os princípios e garantias constitucionais anteriormente citados e o direito assegurado pelo art. 12, IV, da Convenção Americana sobre Direitos Humanos, nos quais ele se funda.

DIZ O PROFESSOR: "com certeza [o projeto] serve apenas para deixar mais despolitizados os alunos. O que é de grande interesse para políticos que não querem que suas idéias sejam confrontadas."

DIGO EU: O projeto vai dar aos alunos os meios de que eles necessitam para se **defender de professores** que, a pretexto de "politizá-losa autoridade que lhes é conferida pela cátedra e do segredo das salas de aula, para tentar transformá-los em réplicas ideológicas de si mesmos.

Os políticos que desfrutam da simpatia ou que contam com a militância do professor sempre se beneficiam com a prática da doutrinação em sala de aula. Seus adversários ideológicos, no entanto, perdem sempre. Por isso, a doutrinação constitui uma ameaça ao próprio regime democrático, na medida em que ela instrumentaliza o sistema público de ensino som o objetivo de desequilibrar o jogo político em favor de um dos competidores.

DIZ O PROFESSOR: "Sou professor e nunca concordaria com isso."

DIGO EU: Não sou professor. Mas, se fosse, sentiria uma profunda vergonha de atacar esse projeto de lei, como tantos professores estão fazendo.

Comentarista 03 Escola sem partido é lorota, querem impor uma escola com seus valores,veja o texto do Instituto Millenium e logo um print de do idealizador da escola sem partido,que idealizou esse valores https://cdn-images-1.medium.com/.../1*eq5ZcWSQ4gpAoB1v60W... (que agora apagaram _ mas sempre alguém sempre salva, segue o texto , Imil na Sala de AulaOs valores defendidos pelo Imil no cotidiano."Imil na sala de aula" Discutir com os jovens valores como liberdade, Estado de Direito, economia de mercado e democracia é o principal objetivo do projeto "Imil na sala de aula".A escola sem Partido ganhou força com a praticação de políticos do tipo de Bolsanaro , a partir de 2014, pesquisem .

Comentarista 04 : nem comento....

Curtir Responder 11/09/15 21:46

Comentarista 06:**Fernando Peixoto** Os professores militantes estão apavorados porque terão que voltar a estudar para aprender o que o seu professor militante não ensinou.Terão que aprender teorias e doutrinadores novos, lidos sem manipulação, sem filtros, sem asco.

Curtir Responder 11/09/15 09 :11

Comentarista 08 nessa foto vc entende melhor as propostas dessa ong (Escola Sem Partido).

Curtir Responder 11/09/15 10:12

Comentarista 14 Deveres que serão entendidos por aqueles com capacidade de discernir e vocação. Sem mentes lavadas.

Curtir Responder 12/09/15 11:17

Comentarista 15 Se for aprovado essa ela lei pode ser que certo professor que hoje da aula em Arroio do Sal pare de fazer campanha na sala de aula

Curtir Responder 20 /09/15 18 :17

Comentarista 18 Este professor não leu e não entendeu. Eu não sei se foi a pressa ou mau-caratismo mesmo.. (PG. ESP, COM18, data)

Curtir Responder 11 /09/15 00:56

Comentarista 21 Escola sem partido, vou tentar pela terceira vez. Vamos ver se dessa vez você não foge da pergunta.

Como deveríamos, caso o projeto passe, ensinar a história do Brasil entre 64 e pelo menos 85? Trata-se de uma ditadura? Se sim, de que tipo?

Agradeço a atenção.

Curtir Responder 11 /09/15 12:09

Comentarista 21 : falar que a ditadura foi "branda" e só "prejudicou vagabundos" é não tomar partido?Que coisa.Ainda aguardo a resposta do

Curtir Responder 11/09/15 14:17

Comentarista 21 : Aguardo o moderador.

Curtir Responder 11/09/15 14:24

Comentarista 21 : não confunda alhos com bugalhos. O projeto não é sobre isso. É sobre impor um pensamento único na escola.Não se deixa enganar.Aguardo a resposta do moderador, que até agora tem se mostrado bastante covarde.

Curtir Responder 11 /09/15 15 :06

Comentarista 21 Ainda aguardo a versão "honesta" da ditadura pelo moderador da página. O que sabe ensinar de modo isento, neutro e imparcial.

Curtir Responder 11/09/15 15:07

Comentarista 21 : , não estamos discutindo os comunistas, mas o ESP. Não mude o foco.No mais, a você o dobro que me desejaste.

Curtir Responder11 /09/15 15 :27

Comentarista 21 : Sobre "passar a mensagem de comunistas como anjos". Bem, os comunistas são pessoas de carne e osso, muito variados individualmente. A ponto de que sequer é produtivo criar um discurso que tente explicar uma identidade comunista nesses termos de " bom" e "mau".Quem faz isso é mau professor. Ponto.

Curtir Responder 11 /09/15 15:30

Comentarista 21 : Ainda aguardo as palavras do moderador, que certamente vira aqui defender o ESP na prática com competência.

Curtir Responder 11/09/15 15 :33

Comentarista 14 : Do moderador sabemos o que faz, quem é. E vc, Diego Martins Dória Paulo, qual sua obra para a defesa de suas idéias, sua qualificação para querer tanto que ele lhe dê atenção?

Curtir Responder 11 /09/15 17:56

Comentarista 23 Uai, desculpe a intromissão! Mas você vai ensinar como tem de ensinar. Claro, acompanhando a evolução da historiografia moderna e séria. Que havia um contexto político, que havia um certo Jango, que havia grupos de gerrilha, que existiam grupos nada democráticos querendo a ditadura do proletariado. Que também existiam setores da sociedade preocupados, os militares, o período de 64 a 67, depois de 68 em diante, com o AI -5, houve um ditadura militar. Enfim, acho que você é professor de História e deve saber melhor do que eu...

Curtir Responder 11/09/15 22:05

Escola Sem Partido não sou professor de História. Se fosse, ao falar sobre a ditadura militar -- ou sobre qualquer outro assunto controvertido --, me esforçaria para seguir o 4º dever do professor: "Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito."

Curtir Responder 12 /09/15 00 :28

Comentarista 21 : Aliás, o topico virou chamariz de viúva da ditadura. Sintomático

Curtir Responder 12/09/15 10:48

Comentarista 21 : Por isso que o Brasil é um país de esquerda, né? Rs. Coitada da Raquel. Tão teleguiada.

Curtir Responder 12/09/15 11 :58

Comentarista 21 : "Achava" que o Brasil teve ditadura.Hum. Prossiga. Nos esclareça como esses professores te doutrinaram com esses absurdos.

Curtir Responder 12/09/15 12 :07

Comentarista 21 : Conte mais, por favor. Você parece ter sofrido muito. Faça o mundo conhecer sua história.

Curtir Responder 12 /09/15 12 :23

Comentarista 22 Escola Sem Partido Ficou claro que esse cara está querendo mais é polemizar em cima do que ele já entendeu, o problema não é mais sobre a ignorância mas sim sobre o caráter desse que se diz professor. Ele mesmo afirmou que é impossível não tomar partido...

Curtir Responder 13/09/15 02:39

Comentarista 21 : É impossível não tomar partido. Como já ficou claro para quem sabe ler. E, como o texto da lei é profundamente ambíguo, vão utiliza-lo para calar professores que ensinam o que os autores da lei acham que não deve ser ensinado. É um instrumento castrador, obscurantista. Totalmente contrário aos fundamentos do conhecimento, no qual consta o direito ao contraditório.

Curtir Responder 13 /09/15 16 :27

Comentarista 21 : Ish, gente... Essa Raquel não fala nada com nada. Deixa eu preparar minha aula aqui. Hoje vai ser doutrinação sobre Revolução Russa. Vou contar como os comunistas salvaram os pobres e mataram os czares malvados.Beijo

Curtir Responder 14/09/15 17 :08

Comentarista 21 : Mesmo assim não faz sentido, Raquel. Você não tem a mais pálida ideia do que está em jogo..tá levando a liberdade de ensino ao holocausto pelo prolongamento dessa sociedade que aí está.Enfim, mas faz parte. E a História ainda vem aí. Ela pertence aos trabalhadores, e sempre vai pertencer.Um abraço

Curtir Responder 14/09/15 17:14

Comentarista 23 sua pitada final, "ela pertence aos trabalhadores" expõe sua verve doutrinadora, presente desde o início dos seus comentários. E por caso você acha que o Brasil é um país "capitalista"? Sério? Recomendo que leia o último livro do Professor Fábio Giambiagi. Você só pode estar brincando se considerar também que o regime militar foi "de direita". Nacionalista e positivista não tem nada a ver com liberal. Enfim....deixa pra lá...basta dar uma olhada nos livros e provas do MEC por esse país afora para perceber o plano de doutrinação em curso.

Curtir Responder 15/09/15 00 :12

Comentarista 23 Professor não tem como ser neutro, mas tem que buscar ser neutro sim. Mesmo sendo uma meta inalcançavel, deve ser buscada. Não se trata de ser apolítico nem de pasteurizar o ensino, mas de permitir ao aluno que forme suas próprias convicções e posicionamentos sem ser totalmente sugestionado pelo professor, como acontece em muitas salas de aula hoje em dia. Há uma série de interpretações equivocadas sobre o PL. E muito corporativismo no meio docente. Sou professor e, na maioria das propostas, apoio o Escola sem Partido. [...]

Curtir Responder 15/09/15 00 :12

Comentarista 21 : Pois é. A pior coisa é não assumir sua parcialidade.

Curtir Responder 16/09/15 07:47

Comentarista 24 Engraçado se o professor fizer um comentário tido como de esquerda é partidário, agora falar que não houve ditadura, falar que o PSDB ou qualquer partido de direita não é corrupto pode, kkkkkkkkkkkkkk, me poupe vocês com essa desculpa de sem partido.

Curtir Responder 19/09/15 10 :18

Comentarista 25 PSDB é direita ? O Brasil nem tem direita praticamente. Não deve haver cooptação de nenhuma forma no ensinar. Não deve-se pender para um lado quando se tem outras vertentes de pensamento para serem expostas, à contribuir para um disc…Ver mais

Curtir Responder 20/09/15 00 :27

Comentarista 25 PSDB de direita? Hahahaha esse sabe muitooo!

Curtir Responder 20/09/15 15:23

Comentarista 23 Rejeita-se QUALQUER doutrinação, seja ela de esquerda ou de direita. Mas é verdade, por todos os casos conhecidos, que na maior parte das vezes, vêm da esquerda. Isso é fato.

Curtir Responder 20/09/15 16:31

Comentarista 26 Apoio total ao Escola Sem Partido. Sem doutrinação, sem esquerdistas, sem direitistas. A favor da liberdade de pensamento, responsável.

Curtir Responder 22/09/15 14:01

Comentarista 27 o administrador diz que devemos trabalhar com as principais versões do tema, mas não percebe que não existe um guia mágico dizendo quais são as principais versões. Até nisso o professor teria de fazer suas escolhas. Quais são as principais versões? Do Carlos Fico, do Rodrigo Patto, da Heloísa Starling, do Marcos Napolitano, da Maud Chirio?

Curtir Responder 25/10/15 12 :57

Ano 2016

Postado em 22/05/16 Acessado em 13/02/20 16:40

A cobertura não foi ruim. Só não me conformo com o fato de não terem perguntado aos adversários da proposta se eles SÃO CONTRA os DEVERES DO PROFESSOR.



Comentarista 03 O ESP funciona tanto para o professor de esquerda quanto direita. Professor não tem que puxar saco nem pra ditadura do proletariado nem pra ditadora militar. Existem doutrinadores de esquerda e de direita na escola e são esses que a lei do ESP tem que enquadrar. Todavia, tbm temos que enquadrar aqueles professores que usurpam do movimento ESP para espalhar pensamentos conservadores retrógados como anti gays, anti negros entre outros... Essas pautas NÃO SÃO POLÍTICAS e sim HUMANAS e devem sim ser discutidas na escola com a seriedade que isso exige...
Sou professor de história, sou de centro liberal, monarquista e apoio o movimento Escola sem Partido dentro de uma pauta democrática!

Curtir Responder 23/05/16 08:02

Comentarista 05 O item 4 é bem difícil em alguns casos. Às vezes as "principais versões diferentes" não são versões, são chutes, baboseiras, pseudociências, falsas dicotomias ou simplesmente não são versões antagônicas . Por exemplo, o criacionismo não é uma versão cientificamente antagônica à evolução, e não deve ser dada em aula de ciências. Vacinas - tem um grupo pequeno de pessoas que não confiam em vacinas e chamam de veneno, etc..., e são muito barulhentos a respeito, mas no ambiente acadêmico-científico não há dúvida da importância das vacinas.

Curtir Responder 22/05/16 22:40

Comentarista 10 Você realizar o item 4, quando o 3 impede de você comentar alguns fatos, meio que torna tudo mais contraditório...

Curtir Responder 26/05/16 13:58

Comentarista 05 na minha interpretação o 3 não impede de dar aula , o 4 esclarece o 3 em questões políticas

Curtir Responder 26/05/16 15:36

💎Superfã Fizeram a suposição que o projeto pode abrir porta para censura que é justamente o que já acontece. Da globo não poderia sair coisa diferente.

Curtir Responder 22/05/16 21:59

Comentarista 17 Que respeitem o item 5 e não queiram poluir as mentes das crianças com essa "ideologia" de gênero.

Curtir Responder 22/05/16 22:43

Comentarista 12 Força para nós!

Curtir Responder 23/05/16 21:47

Comentarista 20 Censura is coming

Curtir Responder 23/05/16 00:27

Comentarista 22 Da certo onde cara-palida!!! Qual país é assim???? Coréia do Norte não vale rsrsrs

Curtir Responder 23/05/16 00:41

Comentarista 22 Também acho que escola é lugar de ciência. Mas não imagino como tirar o humano e todas as suas idiossincrasias e tendências. Acho utópico, apenas. Mas sua explanação me dá esperanças, pelo menos no Facebook pela primeira vez alguém me responde com conteúdo!!! Mesmo não convencido...ainda. Muito obrigado Roberto Cza.

Curtir Responder 23/05/16 01:05

Comentarista 25 Pluralidade? O de esquerda vai estar "ensinando" a doutrina dele, enquando o de direita vai estar ensinando conta, que pluralidade é essa?

Curtir Responder 23/05/16 07:48

Comentarista 24 Sou professor de História e, para poder formular esta questão, que é antiga para mim, tive e tenho que estudar muito e ter olhar de cientista (ir além das bibliografias indicadas e ler realmente de tudo - marxistas-liberais-conser…Ver mais

Curtir Responder 23/05/16 08:57

Comentarista 27 Tá "serto" , onde o professor de Esquerda ensina a história geral e do país enquanto o professor de centro-direita ensina a calcular ... Bem equilibrada essa "pluralidade de ideias " no ensino !!!

Curtir Responder 23/05/16 12:05

Comentarista 22 Isso foi um exemplo superficial uma alegoria, e não um "modelo" ou uma "tese". O importante do escrevi foi a pluralidade e o "humano" de cada um. Inverta os posicionamentos dos professores e seus ideais, leia fora da caixinha Jorge, mas o Roberto entendeu e colocou uma idéia... tenta ai e disserte sobre uma.

Curtir Responder 23/05/16 12:09

Comentarista 28 "ESCOLA É LUGAR DE CIÊNCIA". Concordo. Todavia, no contexto da lei proposta, já ouvi um sem número de pessoas defendendo a ideia de que, decidindo o professor de biologia exteriorizar os contornos da Teoria da Evolução de Darwin, que é científica, deveria ele necessariamente contrapor a sua argumentação com os ideais do Criacionismo Cristão, que não o é. Ademais, falar em "mundo metafísico" como sendo um objeto tangível de estudo, somente apreensível pelas vias da filosofia e da teologia, é tornar o discurso de que "Escola é lugar de ciência" contraditório. Estas vias de estudo não são científicas.

Curtir Responder 23/05/16 14:50

Comentarista 24 Segundo Cesar Lattes, o maior físico brasileiro, membro da equipe que Einstein era o Gerente e que levou a fama (Nobel) sozinho, a física moderna, chamada Física Teórica não passa de elucubrações que não são coerentes com a "realidade" material. Sugiro a leitura de suas entrevistas. Nesse caso, de um grande físico afirmando isso, podemos vislumbrar a hipótese de que a "ciência" moderna tem "muito de religião" (elucubrações sobre o desconhecido/metafísica). Neste caso, sim, talvez devessem contrapor a teoria da ciência (biologia darwiniana) com as descobertas de povos antigos (judeus, egípcios, celtas, caldeus) e suas explicações sobre o universo, aliás, que os físicos e biólogos utilizam para "inspirar" suas teorias. Admitamos, existe uma apologia a ciência que se utiliza de algumas descobertas verdadeiras a validar as suposições sem provas ou comprovações.

Curtir Responder 25/05/16 01:10

Comentarista 22 Só uma questão aqui.... vcs apoiam os revoltados online e o Alexandre Frota??? É isso !!!!

Curtir Responder 25/05/16 19:58

Comentarista 44 Vc ñ pode confundir ideologia com domocracia. Qdo vc defende dentro de sala de aula para o seus alunos, mostrando um lado, ñ é democracia!!! Esse "defender e propagar seus valores" não pode ser em um local onde a ciência deve ser a pauta...ideologia é na rua!!! Lá vc poderá gritar suas convicções até acabar sua voz!!

Curtir Responder 24/05/16 21:58

Comentarista 44 Apartidários ? rs...vc leciona na América(EUA)? só se for na sua escola!! Como vc vai responder por todo o Brasil? Nas escolas e universidades do Brasil, é pura doutrinação mentirosa e covarde!! Amordaçamento é vc manipular usando a didática que é peculiar, é não apresentar o oposto!! Defenda a sua bandeira sim, mas vc está na página errada!!

Curtir Responder 04/06/16 15:27

Comentarista 44 Essa é sua opinião!! democracia p mim não é isso!!! Esses cidadãos "conscientes" e "participativos" são construídos segundo propósitos ideológicos.

Curtir Responder 04/06/16 20:57

Comentarista 47 Situação complicada dos professores, nesses fanatismos esquerda e direita que vivemos atualmente, dar uma aula sobre Marxs ou filosofia Cristã, poderá se interpretado com petista, ou como falar de Neo patrimonialismo com um pouco mais de paixão e não ser interpretado com um militante da direita?

Curtir Responder 23/05/16 00:00

Comentarista 48 Centra-se no conteúdo, não expresse opinião própria, sou professor há 30 anos, não há dificuldade alguma, apenas soberba da maioria dos professores, principalmente os universitários

Curtir Responder 23/05/16 00:26

Ano 2017

Postado em 27/05/17 Acessado em 09/03/20 11:04



Parte superior do formulário

1,3 mil1,3 mil 108 comentários695 compartilhamentos

Comentarista 19 Do jeito que é, todos sabem a merda que está escrita nos livros... E isso fatalmente corrobora com o pensamento sócio-comuno-doutrino-esquerdopata da maioria dos professores... Se um aluno escrever diferente em alguma prova defendendo sua teoria, mesmo que estando correto, irá tomar zero e ainda terá a perseguição e zombaria do professor, como mostram tantos vídeos na internet...

Curtir Responder 27/05/17 22 :23

Comentarista 21 Isso já está na lei? Já está vigente?

Curtir Responder 27/05/17 19 :00

🖉Autor **Escola Sem Partido** os deveres do professor JÁ EXISTEM. Eles decorrem da Constituição Federal e da Convenção Americana sobre Direitos Humanos. Se quiser saber mais a respeito, leia a seção de Perguntas e Respostas da nossa página: http://www.programaescolasempartido.org/FAQs/

Curtir Responder 27/05/17 19 :23

Comentarista 23 Que adianta tá na constituição e alguns desses "professores" não respeitam. Tenho pena desses alunos que estão se perdendo por causa desses abutres que se infiltraram nas escolas pra distorcerem o que é certo; ao invés de ensinarem, estão doutrinando. Basta

Curtir Responder 27/05/17 20 :05

🖉**Autor Escola Sem Partido** Apenas para defender os interesses dos pais???

Curtir Responder 27/05/17 21 :36

Comentarista 26 Do jeito que está sendo proposto sim, resolve o problema apenas até onde interessa.

Curtir Responder 27/05/17 22:06

Comentarista 27 Rapaz! Professor tem que ensinar a disciplina para a qual ele é pago para ensinar. Fora da sala de aula, do colégio, se o mesmo professor for questionado por um aluno, ou alunos, sobre suas escolhas políticas, pessoais, sexuais, morais e o escambau, o mesmo poderá dizer o que quiser. Na escola, não. Escola é lugar pra aprender as disciplinas necessárias para o futuro da pessoa, que também será o futuro da nação, do Brasil. Agora, nada impede que as disciplinas Educação Moral e Cívica e Organização Social e Política do Brasil retornem à grade curricular para formar cidadãos mais conscientes dos seus direitos e deveres.

Curtir Responder 27 /05/17 21 :50

💎**Superfã** Comentarista 28 É difícil explicar o óbvio ne! mas vivemos num país em o óbvio tem q ser explicado. Tempos difíceis.

Curtir Responder 27/05/17 21 :52

Comentarista 26 É, tem que explicar o óbvio mesmo.E quem é que define o que vai ser ensinado, gênios?

Curtir Responder 27 /05/17 22 :06

Comentarista 27 Eu sou pai..e não é um professor maconheiro esquerdista "mente aberta" que irá destruir os valores que estou ensinado para ela...inclusive que socialismo só funciona nos livros do mec.

Curtir Responder 27/05/17 22 :07

Comentarista 26 Gente, eu sei que vcs não consideram isso como doutrinação também, a questão é justamente essa.Vcs tem total convicção de que é direito dos pais influenciar o filho para pensar da mesma forma.

Curtir Responder 27/05/17 22:11

Comentarista 25 Vcs têm medo é apenas que a escola influencie de outra forma.

Curtir Responder 27/05/17 22:12

Comentarista 26 É incrível como vcs estão preocupados apenas em mostrar situações em que suas opiniões não são respeitadas, como se eu tivesse negado isso.Mas simplesmente ignoram a parte que eu disse sobre o contrário.

Curtir Responder 27/05/17 23:01

Comentarista 26 Repito, vcs não são contra que a escola influencie no pensamento do aluno, querem apenas assegurar que ela vai ensinar o que vcs pensam, em vez de proteger o estudante da influência da opinião de terceiros.

Curtir Responder 27/05/17 23 :02

Comentarista 26 Essas críticas que vcs fazem à "doutrinação" são simplesmente um pretexto para empurrar a visão de mundo que vcs têm guela abaixo dos alunos, em vez de estarem preocupados em dar todas as informações para que a pessoa tenha condições de ter as próprias convicções.

Curtir Responder 27 /05/17 23 :06

Comentarista 26 Não é porque alguém seja seu filho que tenha a obrigação de pensar como vc.Não é porque vc é pai dele que tenha o direito de doutrinar ele como bem entender.A sociedade já entende que o pai não tem o direito de abusar dos filhos ou de obrigá-los a trabalhar, mas ainda vê o filho como uma propriedade no que envolve religião, política e moral.Repito, o que está sendo proposto em momento algum está protegendo os interesses dos estudantes, mas sim os interesses dos pais.

Curtir Responder 27/05/17 23 :15

Comentarista 28 A quem vc se refere como "terceiros"?

Curtir Responder /05/17 23:15

Comentarista 26 basicamente, qualquer pessoa que não aceite uma educação imparcial, que esteja mais preocupado em assegurar que sua opinião vai ser passada aos alunos do que em dar o máximo de informações possíveis para que o estudante possa ter futuramente a própria opinião.Isso inclui professores, políticos, e sim, também pode incluir os pais.O filho não é uma propriedade, repito.Abuso infantil, por exemplo, é abuso seja cometido pelo pai ou por qualquer outra pessoa.Trabalho infantil a mesma coisa.E com doutrinação também.Mas a proposta não inclui isso, como se o filho fosse uma extensão dos pais.Repito, é preciso proteger o estudante de qualquer doutrinação, não usar isso como pretexto para defender simplesmente os interesses dos pais.

Curtir Responder 27 /05/17 :24

Comentarista 27 Se filhos de pais petistas recebedores de bolsas... encontrarem na escola somente professores pro marxismo...serao futuros empreendedores bem sucedidos?
ou futuros mimizentos dependentes do estado?

Curtir Responder 28/05/17 00 :14

Comentarista 26 Não sei, não tenho bola de cristal.E de novo, foge do assunto.

Curtir Responder 28/05/17 00:16

Comentarista 26 Dá impressão que ou a pessoa defende uma coisa ou defende outra.E o aluno fica no meio dessa briga política.

Curtir Responder 28/05/17 00:17

Comentarista 28 quem foi que pariu, quem foi que passou noites em claro, quem lavou as fraldas e de quem é o suor que bota o pão na mesa, o teto na cabeça e a roupa no corpo desses estudantes?

Curtir Responder 28 /05/17 00 :28

Comentarista 26 Esse é seu argumento? Rsrs

Curtir Responder 28 /05/17 00 :30

Comentarista 26 Só está admitindo o que eu estou dizendo.

Curtir Responder 28/05/17 00:32

Comentarista 26 O homem do vídeo de que o pai tinha o direito de fazer sexo com a filha deve concordar com vc.

Curtir Responder 28 /05/17 00:35

Comentarista 26 Essa é a diferença.Vcs estão preocupados com as próprias convicções, eu estou preocupado que o estudante não fique no meio de uma guerra ideológica.

Curtir Responder 28 /05/17 00:37

Comentarista 28 Não seja cínico. Esta sua falácia de apelo ao absurdo ainda é pior que equiparar os pais a um escroto de um esquerdoso qualquer que nunca deu um prego numa barra de sabão em favor dos filhos alheios mas quer fazer a cabeça deles contra os valores e ensinos de seus pais.

Curtir Responder 28/05/17 00:41

Comentarista 28 Agora responda pelo menos essa: Por que essa gente aborteira tem tanta necessidade de doutrinar os filhos que os outros criam? Pois é, ne!!!

Curtir Responder 28 /05/17 00 :45

Comentarista 29 Os pais têm autoridade máxima sobre a educação dos filhos enquanto forem responsáveis eles. Isso inclui os valores e as crenças. Os filhos até têm o direito de discordar, mas não o de desobedecer, enquanto estiverem sob o mesmo teto. Nesse sentido, o professor é um delegado da autoridade paterna e materna. O que o socialismo e as esquerdas em geral defendem é que o Estado tenha mais autoridade sobre os jovens do que as famílias. Essa é a raiz de todo o problema levantado pelo Escola Sem Partido. Alguma dúvida, Bernardo Dutra?

Curtir Responder 28/05/17 00 :46

Comentarista 26 Sim, eu é que sou cínico...Pelo menos, quando eu tiver meus filhos, vou lutar para dar conhecimento e liberdade à eles, não alienação fruto de uma guerra política.

Curtir Responder 28/05/17 00 :46

Comentarista 26 E vc fugir do assunto eu até aceito, mas partir para a ofensa não.

Curtir Responder 28 /05/17 00 :47

Comentarista 26 Já falei o que eu tinha pra falar, podem ficar

Curtir Responder 28 /05/17 00 :48

Comentarista 28 Imaginei que vc n tivesse filho mesmo. No dia que vc suar pelos seus eu quero ver vc achando bonito vir um qualquer não sei de onde querendo botar minhoca na cabeça deles.

Curtir Responder 28/05/17 00:50

Comentarista 28 Fugir do assunto, partir para a ofensa, cinismo, mimimi....

Curtir Responder 28 /05/17 00 :52

Comentarista 30 Essa é a escola sem partido: "Quero que o meu filho aprenda que a terra é plana porque eu acredito nisso." Realmente o conhecimento apavora certas pessoas.

Curtir Responder 28/05/17 02 :26

Comentarista 27 você não me parece ser um idiota. O que deve ser ensinado nas escolas, meu amigo? Depende da faixa etária. A primeira coisa, alfabetização, correto? Depois, matemática básica. A partir daí, amigo, geografia, biologia, física, química, trigonometria, educação moral e cívica (direitos e deveres dos cidadãos) organização social e política (como o Estado funciona), etc...
O que não pode acontecer é doutrinação política, amigo. Política, religião e opção sexual são decisões pessoais, que devem ser respeitadas quando o indivíduo fizer suas escolhas.
Entendeu, ou precisa desenhar?

Curtir Responder 28/05/17 7:14

Comentarista 32 sou estudante de escola pública desde meus sete anos de idade, tenho aula com professores que disseminam seus ideais políticos, desde que comecei a questiona- los e a expor um pensamento meu, que não foi "imposto" pelos meus pais ou pela sociedade que vivo, eu fui considerada como idiota, sem conhecimento dos fatos. E hoje estou cursando o ensino médio tb em escola pública, mas percebo que depois de nove anos a forma como os professores se comportam não mudou para melhor e sim para pior. Tenho professores que incentivam os alunos a ir para manifestações promovidas por partidos políticos, descriminam e fazem pouco caso de pessoas que apoiam determinados políticos ou não são de esquerda, e fazem provas que aplicam de forma autoritária ideais marxistas, pregam suas ideologias em sala de aula que na minha opinião é um crime, é loucura. Eu e também outros alunos queremos e temos direito de uma escola sem partido, não com o intuito de favorecer determinada doutrinação e sim com o intuito de termos uma edução voltada para o conhecimento de forma limpa, clara, sem ideais pessoas que querem nos alienar. Eu apoio totalmente a escola sem partido, e é muito triste ver que tem pessoas que não conseguem enxergar a realidade das escolas, onde somos alienados e oprimidos por pensar diferente.

Curtir Responder 28/05/17 17 :32

Comentarista 29 Parabéns pelo seu depoimento, Raissa Brito. Tô levando! E Bernardo Dutra, onde foi que eu te ofendi, cara? Fala sério!!

Curtir Responder 28 /05/17 18:13

Comentarista 26 eu falei do outro cara

Curtir Responder 28/05/17 18 :31

Comentarista 26 o que eu tenho que fazer para vcs entenderem que eu não sou contra o que está sendo proposto?Só estou dizendo que o projeto não considera todas as formas de doutrinação.Caramba...

Curtir Responder 28/05/17 18 :34

Comentarista 33 A "tutoriedade" da esquerda sobre nossos filhos, vai além de uma "informação" política, trata-se de um preparo cerebral, pra que lhes garanta sua perpetuação no poder. " Para conquistar, primeiro temos que destruir". (As famílias)

Curtir Responder 28 /05/17 21:43

Comentarista 26 Engraçado, né?Em momento algum vcs falam sobre o que eu critiquei.Ou repetem a parte que em momento algum eu critiquei, ou usam espantalhos para fugir do assunto.

Curtir Responder 28 /05/17 21:55

Comentarista 26 Repito, os estudantes estão sim no meio de uma guerra ideológica, infelizmente, mas esse projeto está sendo feito apenas para fortalecer o lado de vcs, não para libertarem os estudantes dessa estupidez.

Curtir Responder 28/05/17 21 :57

Comentarista 25 Repito, eu não sou contra o que vcs estão propondo, pela milésima vez.Eu só estou dizendo que vcs estão sendo omissos para proteger os estudantes também de vcs.Se vcs estivessem realmente interessados em proteger os alunos, aceitariam a crítica e tentariam melhorar o projeto, em vez de fugirem do assunto.

Curtir Responder 28/05/17 22:00

Comentarista 28 fui direto no pior da sua argumentação. Faltou esclarecer o quê?

Curtir Responder 28 /05/17 22:30

Comentarista 34 Doutrinação de direita? Amigo. Sou professor. SÓ VEJO LAVAGEM CEREBRAL DE COLEGAS DE ESQUERDA.

Posso começa a fazer, mas sou minoria.
E logo vem os mantras dos zumbis: racista fascista homofobico ....

Curtir Responder 29 /05/17 10:24

Comentarista 26 Gente, eu sei que vocês não consideram como doutrinação, a questão é justamente essa.E mesmo que não existisse, o projeto abre as portas para isso.Se vocês querem realmente proteger os alunos de doutrinação, qual o problema de reconhecer que o projeto não considera todas as formas?Até porque, o que eu estou falando também vale para quem é filho de alguém de esquerda.Repito, filho não é propriedade para os pais fazerem o que quiser.E doutrinação é doutrinação você concordando ou não com ela.

Curtir Responder 29/05/17 13:38

Comentarista 26 Aí, ficam rodando em círculos, dizendo que doutrinação é só marxista e que os pais têm o direito de criar os filhos como quiserem...

Curtir Responder 29/05/17 13:40

Comentarista 26 O tempo vai mostrar o que eu estou falando.

Curtir Responder 29 /05/17 13:42

Comentarista 26 essa é uma página de direita, é óbvio que as pessoas pensam como vc.Mas, são todos os professores que pensam da mesma forma?Não vem dar carteirada nisso não, que, provavelmente, a maioria dos professores discorda de vc.

Curtir Responder 29 /05/17 13 :47

Comentarista 35 Os pais devem ter autoridade sobre a educação dos filhos e não o Estado.
Os pais devem ensinar a moral e religião (ou Ateísmo) que quiserem para seus filhos

Curtir Responder 30/05/17 15:01

Comentarista 26 E isso nem deveria ser questão de discutir leis.Eu teria vergonha de saber que fiz o meu filho pensar como eu.É um ser humano, não uma marionete.Que pense da própria forma, que trabalhe com o que quiser, que seja o que quiser, é lamentável que ainda tenha gente que ache doutrinação justificável, simplesmente por concordar com o que é ensinado.

Curtir Responder 01/06/17 11:58

Comentarista 40 vou já imprimir e colar na faculdade como, esses sindicatos fazem também, quero só ver no que vai dar

Curtir Responder 28 /05/17 18:26

Comentarista 43 Os deveres dos professores e professoras já estão descritos na LDB e em outros mecanismos legais.

A forma como vocês se comunicaram neste post abre espaço pras pessoas pensarem q o q vc6 redigiram já tem validade legal, o q não é bem assim.

Curtir Responder 28/05/17 13 :20

Comentarista 44 Simples : é só tratar o fazer pedagógico cientificamente e não ideologicamente.

Mas o que acontece é que muitos defensores do escola sem partido, querem na verdade é tirar o " partido" no qual é contrário e colocar o seu.

Curtir Responder 28 /05/17 15:42

Comentarista 45 Tirar o "partido" no qual é contrário, e colocar o seu... Nem se quisessem
Pra fazer isso teria q fazer uma demissão em massa e recrutar novos professores militantes de outras ideologias partidárias.
Existe essa possibilidade?

Curtir Responder 29 /05/17 08 :52

Comentarista 46 EScolas sem partidos Já.

Curtir Responder 29/05/17 10 :26

Comentarista 47 Os pais deveriam imprimir e colar no caderno do filho (a).

Curtir Responder 29/05/17 01 :28

Comentarista 48 Bom! Concordo em parte com Bernardo Dutra, minha santa ignorância está tentando entender o que eram, Moral e Cívica, Organização Social e Política Brasileira e Estudos dos Problemas Brasileiros, senão doutrinação em outras eras...

Curtir Responder 28/05/17 11 :26

Comentarista 49 Escola Sem Partido, esses deveres estão em algum documento? Onde posso encontra-los?

Curtir Responder 28 /05/17 17:53

Comentarista 41 Estão todos na constituição, eles só os organizaram num cartaz. Veja alguma das muitas palestras do Miguel Nagib que ele explica bem

Curtir Responder 30/05/17 07 :56

Comentarista 49 Ótima dica! Gratidão, Felipe! □ 👆 Curtir Responder 30/05/17 08 :15

Ano 2018

Postado em 11/01/18 Acessado em 10/02/20 15:40



41 comentários496 compartilhamentos

Comentarista 04 O dedo treme pra mandar isso para os professores doutrinadores kkkk pq realmente alguns precisam ler de novo os deveres para ver se aprende.

Curtir Responder 16/01/18 20:32

Comentarista 06 Tem vida inteligente por aqui.

Curtir Responder 22/01/18 17:01

Comentarista 05 Obrigado. Estou tentando.

Curtir Responder 22/01/18 22:14

Comentarista 08 #EscolaSemPartidojá

Curtir Responder 12/01/18 21:06

Comentarista 06 Pois é, né? Quem sabe esse povo lembra de educar os próprios filhos...

Curtir Responder 22/01/18 17:00

Comentarista 13 Só a 5 me preocupa, se os professores forem seguir as convicções diferentes dos pais, como fazer isso em uma sala de aula com 40 alunos???Pois há convicções muito diferentes entre os pais... Acho que só esse ítem deve ser melhor estudado, os outros estão perfeitos... Curtir Responder 11/01/18 19:03

Autor Escola Sem Partido o item 5 apenas repete (praticamente com as mesmas palavras) o que está escrito no artigo 12, item 4, da Convenção Americana de Direitos Humanos. Ou seja, já é lei no Brasil, e como tal tem de ser obedecido. https://www.cidh.oas.org/.../c.convencao_americana.htm

CIDH.OAS.ORG

Curtir Responder 11/01/18 19:32

Autor Escola Sem Partido É claro que, na escola pública, é impossível ao professor saber como pensam os pais dos seus alunos (na particular é diferente, pois existe uma coisa chamada "contrato"). Por isso, a única forma de respeitar o artigo 12 da CADH é se abster de tentar dizer aos alunos (isto é, aos filhos dos outros) o que é certo e o que é errado em matéria de religião e de moral.

Curtir Responder 11/01/18 19:33

Comentarista 13 Entendi, mas podemos orientar que temos que respeitar os colegas né??

Curtir Responder 13/01/18 19:38

Autor Escola Sem Partido A escola tem regras que devem ser obedecidas. O respeito aos colegas e professores é uma delas.

Curtir Responder 11/01/18 19:45

Comentarista 14 De acordo!

Curtir Responder 11/01/18 17:56

Comentarista 16 Pessoal precisam atualizar o cartaz para incluir no rodapé as normas legais que dão base para os pontos do projeto.

Curtir Responder 11/01/18 19:02

Miguel Nagib https://www.programaescolasempartido.org/.../pl-municipal...

PROGRAMAESCOLASEMPARTIDO.ORG

PL MUNICIPAL E SUAS REFERÊNCIAS…

PL MUNICIPAL E SUAS REFERÊNCIAS CONSTITUCIONAIS E LEGAIS – Escola Sem Partido

Curtir Responder 11/01/18 22:56

Comentarista 16 eu conheço os artigos legais. Minha sugestão é que no cartaz do ESP no rodapé tenha lá "Item 1: Constituição Federal artigo X - 1988; Item 2..." para evidenciar que o ESP não tá inventando nada, é tudo baseado em leis e convenções já existentes, fazendo até as pessoas irem conhecer as leis.

Curtir Responder 12/01/18 05:11

Comentarista 17 Só discordo do item 5, pois os professores devem ter o direito de ensinar as teorias de Nietzsche e Karl Marx para alunos q tem pais religiosos, por exemplo.

Curtir Responder 11/01/18 17:39

Autor Escola Sem Partido Entendo, Só tem um problema: o item 5 apenas repete, praticamente com as mesmas palavras, o que está escrito no artigo 12, item 4, da Convenção Americana de Direitos Humanos. https://www.cidh.oas.org/.../c.convencao_americana.htm

CIDH.OAS.ORGConvencao AmericanaConvencao Americana

Curtir Responder 11/01/18 17:53

Autor Escola Sem Partido Mas isto não significa que os professores não têm direito de ensinar as teorias de Nietzsche e Marx aos alunos. Ao contrário, eles têm obrigação de ensinar isso aos alunos. Mas de forma crítica, sem tentar fazer a cabeça dos alunos e respeitando, sempre, o que está escrito no item 4.

Curtir Responder 11/01/18 17:55

Autor Escola Sem Partido Na escola pública, é impossível ao professor saber como pensam os pais dos seus alunos (na particular é diferente, pois existe uma coisa chamada "contrato"). Por isso, a única forma de respeitar o artigo 12 da CADH é se abster de tentar dizer aos alunos (isto é, aos filhos dos outros) o que é certo e o que é errado em matéria de religião e de moral.

Curtir Responder 11/01/18 18:01

Ano 2019

Postado 11/03/19 Acessado em 11/03/19 ; 23/01/20 16:20

Postado ESP: Deveres do Professor afixados na parede das salas de aula + celular ativado na função gravador em cima da carteira do aluno = cheque-mate no militante disfarçado de professor. Nunca foi tão fácil resolver um problema tão complicado. Por isso a esquerda está apavorada com o ESP.



1 – O Professor não se aproveitará da audiência cativa dos alunos para promover os seus próprios interesses, opiniões, concepções ou preferências ideológicas, religiosas, morais, políticas e partidárias.
2 – O Professor não favorecerá nem prejudicará ou constrangerá os alunos em razão de suas convicções políticas, ideológicas, morais ou religiosas, ou da falta delas.
3 – O Professor não fará propaganda político-partidária em sala de aula nem incitará seus alunos a participar de manifestações, atos públicos e passeatas.
4 – Ao tratar de questões políticas, sócio-culturais e econômicas, o professor apresentará aos alunos, de forma justa – isto é, com a mesma profundidade e seriedade –, as principais versões, teorias, opiniões e perspectivas concorrentes a respeito da matéria.
5 – O Professor respeitará o direito dos pais dos alunos a que seus filhos recebam a educação religiosa e moral que esteja de acordo com suas próprias convicções.
6 – O Professor não permitirá que os direitos assegurados nos itens anteriores sejam violados pela ação de estudantes ou terceiros, dentro da sala de aula (ESP, Site/Programa ESP).

38 comentários185 compartilhamentos

Comentarista 08: Concordo com tudo mas acho que deve ser colocado um cartaz com os deveres dos alunos tbm, tem mto aluno que não respeita o professor, não respeita o colegas de classe, não respeita a escola ... e deveria ter tbm um cartaz com os deveres dos pais dos alunos pois tem mtos pais folgados que colocam toda

responsabilidade da educação do filho na escola, enfim, se é para lembrar dos deveres que seja lembrado os deveres de cada um, professor, aluno e pais.

Curtir Responder 12 /03/19 10:24

Comentarista 09: Divulgar imagem de pessoas sem autorização prévia parece que é crime contra a privacidade.

Curtir Responder 11 /03/19 23:03

Comentarista 10: Ser professores é ter muito cuidado em não alienar os educandos com suas escolhas. Precisa de tomar cuidado com tudo. Sou professora de História e deu aula de Ensino Religioso. Lembro que alunos ficavam curiosos para saber qual a minha religião, em quem eu ia votar. Precisamos mostrar as ideologias, as doutrinas, os pensamentos, sem doutrinamentos. Doutrinamentos é alienação.

Curtir Responder 12 /03/19 07:31

Comentarista 16: O ítem 5 fere o princípio da diversidade presente nos ítens anteriores. Ele não tem validade.

Curtir Responder 11/03/19 23 :46

Comentarista 19: A princípio a desculpa para o aluno gravar a aula é o famigerado bulling dos coleguinhas malvados. Sabe como é: meu pai mandou, ele é advogado, ou o advogado do meu pai mandou...

Curtir Responder 11/03/19 22 :55

Comentarista 20: Não entendi o 5 direito, o 3 eu discordo em partes, isso tira o incentivo do adolecente a participação política, só não deve existir influência do professor em apenas 1 partido e sim em geral.

Curtir Responder12 /03/19 18 :18

Anexo 08 - *Corpus* completo PCESP - 2015 a 2019

Anexo *corpus* completo PCESP- 2015 a 2019

Ano 2015

Postado em 23/09/15 Acessado em 02/03/20 9:50

A "DOUTRINAÇÃO IDEOLÓGICA" SEGUNDO O ESCOLA SEM PARTIDO

Esta causa deveria se chamar “Professores por uma educação para a democracia”. Um dia faremos a mudança para este nome com certeza. Temos que nos chamar, por enquanto, de “Professores contra o Escola Sem Partido” por causa do programa homônimo que o projeto de lei 867/2015 tenta incluir na própria Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional. Este programa se propõe a combater a doutrinação ideológica nas escolas, o que pode parecer até uma boa ideia para alguns, mas não se enganem. A organização “Escola Sem Partido” defende que:

• “professor não é educador”,
• professores não têm liberdade de expressão no exercício da sua atividade profissional;
• a expressão “formar cidadãos críticos” se traduz, na prática, por “fazer a cabeça dos alunos”;
• um aluno pode “estar sendo vítima de doutrinação ideológica quando seu professor se desvia frequentemente da matéria objeto da disciplina para assuntos relacionados ao noticiário político ou internacional”; e
• sejam proibidas, em sala de aula, a veiculação de conteúdos ou a realização de atividades que possam estar em conflito com as convicções religiosas ou morais dos pais ou responsáveis pelos estudantes.

Estes absurdos estão todos no site desta organização. Combatemos veementemente estas posturas. Defendemos que o professor-educador utiliza a sua liberdade de expressão em sala de aula para estabelecer o diálogo entre a sua disciplina e a realidade do aluno. Ele nunca se nega a ensinar os valores republicanos necessários para a vida em uma sociedade democrática, mesmo que ele entre em confronto com valores aprendidos no espaço privado da família. Formar um cidadão crítico é capacitar o aluno a interpretar o mundo a sua volta e construir com ele a ideia de que todos podem mudar o mundo em que vivem se agirem em conjunto no espaço público. Se essas características de uma educação para a democracia podem ser consideradas doutrinação ideológica, temos que lutar até o fim para que este PL 867/2015 não se torne lei nunca. Somente quando ele for derrotado, poderemos mudar nosso nome para “Professores por uma educação para democracia”.

Curtir **Comentar** **Compartilhar**

Comentarista 01 Concordo com as ideias do texto, mas não podemos discutir melhor o termo Democracia? Anísio Teixeira escreveu sobre isso no livro educação é um direito. Com a aparência da democracia o liberalismo e o neoliberalismo escondem a lógica perversa do sistema capitalista, que Anísio chamou de Democracia do dinheiro. O que acham?

Curtir **ComentarCompartilhar**23/09/15 12:21

Professores contra o Escola Sem Partido Elaine Ferreira, com certeza podemos discutir melhor o termo democracia. Uma característica de publicações nas redes sociais é a necessidade de ser breve. Não estamos falando de uma democracia do dinheiro, mas um sistema político baseado na autonomia: regras e lei não são impostas, mas construídas coletivamente. A educação teria um papel central na constituição de uma sociedade democrática, para discutir a historicidade das nossas condições de vida e construir a ideia de que todos podemos alterá-las através da ação em conjunto no espaço público.

Postado pelo PCESP **Curtir** **ComentarCompartilhar**23/09/15 13:09

Comentarista 01 Sim, entendo. Mas é que o termo Democracia foi usado por Dewey nos EUA e Anísio Teixeira no Brasil, como lemas da Educação Liberal na primeira metade do século XX. Por isso perguntei se naopoderíamos pensar em outro termo.

Curtir **ComentarCompartilhar**23/09/15 13:56

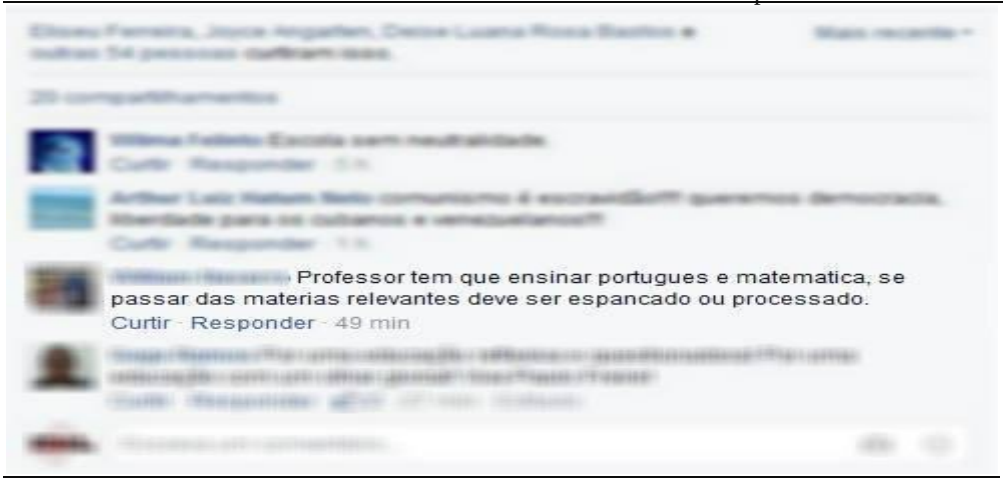
Professores contra o Escola Sem Partido Elaine Ferreira, com certeza! Quando derrotarmos estes projetos, podemos fazer uma discussão para pensarmos um nome. Sempre um prazer ler comentários produtivos e bem fundamentados! Volte sempre! Nossa página está aberta a compartilhar textos produzidos por educadores.

Curtir **ComentarCompartilhar**23/09/15 14:03

Postado em 28/08/15 Acessado em 02/03/20 10:15

O projeto de educação defendido pelo movimento Escola Sem Partido tem sido, nos últimos anos, divulgado com pouca oposição. Só recentemente, com a ameaça desse projeto virar lei, começamos a articular de fato uma crítica consistente a ele. A nossa intenção é construir aqui uma discussão saudável e participar de um debate que até pouco tempo atrás estava acontecendo sem a nossa participação. Portanto, estamos preparados para ler críticas e encontrarmos muita resistência quando expomos nossos posicionamentos. No entanto, é difícil ficar indiferente a comentários como o que reproduzimos aqui.

Este comentário, que decidimos reproduzir para todos aqueles e aquelas que curtem a nossa causa, é apenas um dos que recebemos. Já recebemos alguns comentários de incitação à violência, mas os moderadores da página vinham apagando os mesmos. Como comentários desse tipo vem se tornando mais comuns, decidimos denunciá-lo. Ele não representa a maioria dos comentários intolerantes, que se limitam a algo como "fora marxismo cultural!"; porém, achamos que vale a reflexão: os projetos de lei apoiados pelo Escola Sem Partido, que criminalizam a prática docente e colocam o professor no papel de um criminoso a ser denunciado anonimamente, não estão estimulando o ódio aos professores e a violência



Curtir ComentarCompartilhar

Comentarista 01Nazareno Morais Prefiro não discutir ou comentar nesse nível de intolerância e imaturidade. Esse nível não leva a nada. Ao contrário, só destrói o pouco que ainda resta das chamas da educação. Gosto de discutir em um nível intelectual e construtivo como o fez Anísio Teixeira, o primeiro e único educador brasileiro. Porém esse tipo de ideia no Brasil não leva a nada enquanto a educação estiver subordinada a partidos e segmentos políticos regionais ou a mesquinharia de muitos secretários e seus sectários.

Curtir ComentarCompartilhar30/08/15 09:06

Ano 2016

Postado em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40

Alguém ainda tem alguma dúvida?



Ministério Público Federal - MPFCurtir Página

22 de julho de 2016 ·

#EscolaSemPartidoInconstitucional

Para a PFDC, o projeto ESP é inconstitucional porque:

(X) Coloca o professor sob constante vigilância
(X) Nega a possibilidade de ampla aprendizagem
(X) Confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais
(X) Contraria o principio do Estado Laico
(X) Impede o pluralismo de ideias e de consepções pedagógicas
(X) Nega a liberdade de cátedra.

A Procuradoria Federal dos Direitos do Cidadão (PFDC) do MPF encaminhou ao Congresso uma nota técnica que aponta a inconstitucionalidade do Projeto de Lei 867/2015, que inclui o Programa Escola sem Partido entre as diretrizes e bases da educação nacional.

A proposta do Escola sem Partido defende que o professor não é um educador e traz uma série de restrições sobre o que pode ou não ser dito em sala de aula.

Para a procuradora federal dos direitos do cidadão, Deborah Duprat, o projeto está na contramão dos objetivos fundamentais da República Federativa do Brasil, especialmente os de "construir uma sociedade livre, justa e solidária" e de "promover o bem de todos, sem preconceitos de origem, raça, sexo, cor, idade e quaisquer outras formas de discriminação".

Leia a íntegra da nota: http://pfdc.pgr.mpf.mp.br/…/p…/nota-tecnica-01-2016-pfdc-mpf

#PraCegoVer: imagem de um quadro negro ao fundo com o texto "Para a PFDC, o projeto Escola Sem Partido é inconstitucional porque: coloca o professor sob constante vigilância, nega a possibilidade de ampla aprendizagem, confunde a educação escolar com a fornecida pelos pais, contraria o princípio do Estado laico, impede o pluralismo de ideias e de concepções ideológicas e nega a liberdade de cátedra."
Parte superior do formulário

Postado em 22/07/16 Acessado em 03/02/20 15:40

Alguém ainda tem alguma dúvida?

Comentarista 01: Ana Luisa O MP de SP também é contra. https://www.facebook.com/.../a.34149.../1101998099882822/...

Curtir **ComentarCompartilhar** 28/07/16 19:43

Comentarista 02: que lindo ver que a esquerda possui um vocabulário amplo,fiquei emocionado.Escola não é lugar de um embate político vicioso,que transborde a cabecinha de pessoinhas com um instinto revolucionário insustentável e imbecil,pessoas estas que estão creditando ao estado o direito a um saber pluralista,sem objeções aos fatos.Na escola a criança ou adolescente começa a sua jornada para se tornar senão um intelectual ao menos uma boa pessoa,com uma percepção real do mundo,e não uma visão deturpada e choramingosa de falacias históricas ou intelectuais.Nossas escolas precisam da aprovação desta lei,pois ela abrira espaço para o saber,o saber que pode não alimentar a esta geração quase que perdida,mas que ira nutrir a próxima para que seja forte,e nos ponha em nosso lugar no mundo.Dado momento que minha visão de sermos grandes,tendo um comércio mais aberto,um custo de vida mais aceitavel,valores morais e éticos sendo respeitados além de recursos básicos para a manutenção da vida pareça um tanto quanto utópica,ela é real e se aproxima cada vez mais que nós brasileiros paramos de militarmos com os politicos,mas obrigarmos eles a militarem por nós.

Curtir **ComentarCompartilhar** 23/07/16 03:30

Comentarista 05: Escola sem Partido Urgente bando de marginais, covardes, temem o contraditorio e o pluralismo.

Curtir **ComentarCompartilhar** 23/07/16 00 :39

Comentarista 06: Quanta distorção nesse post! Doutrinadores de merda!

Curtir **ComentarCompartilhar** 24/07/16 02:09

Comentarista 09: Parece-me que as pessoas estão inconformadas com o fato de alguns estarem pensando "além da caixa". Ademais, muita gente que só passou pelas salas de aula (talvez há tanto tempo que nem tenha se dado conta do quanto a educação e a sociedade mudaram) como alunos queiram dar opiniões sem fundamento algum, pautadas no achismo ou no saudosismo do "no meu tempo funcionava". Bah! Duvido que vocês consigam ficar

um mês numa sala de aula numa escola de periferia. Fácil fazer propaganda de cremes pra rugas tendo 20 anos de idade. Em miúdos, fácil opinar sobre sala de aula não trabalhando nela. Bah!

Curtir **ComentarCompartilhar** 23/07/16 21:16

Comentarista10: Futuras milícias políticas, na verdade. Derrotar no âmbito legal/jurídico dá uma freada nos ardores, mas não se pode relaxar no combate à tese sob o programa ESP. Vai muito além dessa iniciativa legislativa. Na verdade, esse é apenas um braço de um movimento subterrâneo muito articulado com Fundações e OSs às quais as redes públicas de educação já estão vinculadas. Mantermo-nos atentos para não confundirmos a vitória numa batalha com a vitória contra uma guerra surda que está fortemente relacionada ao pacote de perdas de direitos trabalhistas e sociais, que só aguarda a votação definitiva do impeachment.

Curtir **ComentarCompartilhar** 22/07/16 21:06

Comentarista 11 Que medo da militância petista, psolista, pc do bezista nas escolas!

Curtir **ComentarCompartilhar** 23/07/16 08 :58

Comentarista 12 que medo de cidadãos pensantes no Brasil!

Curtir **ComentarCompartilhar** 23/07/16 17:24

Comentarista 11: Pois é, que medo dos alunos descobrirem que há muitas outras alternativas político-econômicas além do socialismo!

Curtir **ComentarCompartilhar** 23/07/16 19:05

Comentarista 11: POR ISSO A EDUCAÇÃO ESTÁ UM LIXO. UMA PROFESSORA NÃO CONSEGUE ENTENDER UMA IRONIA... EU ME REFERI AO MEDO DE VOCÊS.

Curtir **ComentarCompartilhar** 30/07/16 12:13

Ano 2017

Postado em 05/11/17 Acessado em 25/01/20 15:30

PCESP: É muito comum o "escola sem partido" falar de "deveres do professor" como um pretexto para promover censura em salas de aula. Mas e os direitos dos educadores quanto a sua atuação profissional?

Agradecimentos a Kelton Reis pela disponibilização do material.



64 comentários774 compartilhamentos

Comentarista 01: Onde, nos direitos do professor acima elencados, está assegurado o direito de praticar doutrinação política a crianças? Isso é atribuição dos professores? Ou a atribuição dos professores é ensinar Lingua Portuguesa, Filosofia, História e outras ciências a fim de dar subsídio para que os alunos moldem suas próprias consciências?
Lembro que em lugar nenhum um profissional goza de liberdade absoluta na sua atuação. Sua liberdade termina quando passa a molestar a liberdade de outrem.
No caso dos professores, moldar as consciências dos alunos, fazer lavagem cerebral, de modo q eles se tornem robozinhos programados para defender o status quo ou determinado partido político. Isso afronta tanto a

liberdade de consciência, ainda muito incipiente, dos alunos, quanto a liberdade da família educar seus filhos e formar opinião de acordo com suas crenças e valores. É um direito indiscutível das famílias. Portanto, todos os professores, assim como qualquer profissional, e especialmente os da escola pública, devem ter sua atuação devidamente fiscalizada e regulamentada.

Curtir **ComentarCompartilhar** 06 /11/17 14:56

Comentarista 02: Vc está subestimando as crianças; dizendo que elas agirão como robozinhos! O professor deve apresentar a diversidade de opiniões e valores. Cada um escolherá o seu. Ninguém molda consciência nenhuma. Olha vc subestimando os estudantes novamente. A cabeça deles não é massinha de modelar. Eles são seres pensantes. O que o MBL quer é retirar a diversidade e colocar a visão deles no lugar de tudo. O MBL, sim, molesta a liberdade de outrem!
Curtir **ComentarCompartilhar** 06 /11/17 15:20

Comentarista 01: **Guilherme Bruno** Você e eu ja fomos crianças. Então recuperemos o bom senso e voltemos ao mundo real: crianças são profundamente influenciáveis. Assimilam os valores e crenças ensinados pela família, e isso faz parte da educação. Inicialmente, não compreendem aquilo que está sendo ensinado. Com o tempo, porém, tendo acumulado conhecimento e experiências, conseguem ou questionar ou solidificar os valores e crenças previamente assimilados.
Educação é direito das famílias. Já ensino, que é diferente de educação, pode ser delegado a terceiros. No caso, os professores.
Penso que vocês estão usurpando o direito das famílias de educarem seus filhos. Se os pais ensinam ao sei filho o valor X, não admito que um professorzinho esquerdopata enfie na cabeça do aluno ideias anti-X. Os pais não são obrigados a admitir isso.
O papel do professor, portanto, deve limitar-se a fornecer subsídios, por meio do ensino das ciências, para que o aluno, quando adquirir certa maturidade, possa formular suas próprias ideias e visão de mundo. É ensinar a pensar, não enfiar ideias prontas que afrontam os valores da família. É ensinar a pescar, e não servir filé de peixe temperado com ideias progressistas.

Curtir **ComentarCompartilhar** 06/11/17 16:39

Comentarista 03: **Comentarista 03** As pessoas ainda não entenderam que não existe neutralidade! O ser humano é um animal político. Analfabetismo político é confundir política com politicagem, com partidos políticos!!! #nãoescolasempartidos

Curtir **ComentarCompartilhar** 06/11/17 07:38

Comentarista 07: Engraçado como um post sobre os direitos do professor -desrespeitados, pouco divulgados e quase inexistentes em nosso cotidiano - conseguem irritar um segmento da sociedade. ..a intolerância será o próximo Mal do século.

Curtir **ComentarCompartilhar** 05/11/17 19:18

Comentarista 06: E sabe o que tem que começar a ser dito Fernando Penna? Que as escolas tem que enfrentar o debate pra além do razoável coibindo abusos. Dia desses vi um caso lamentável de um pai que destruiu um trabalho escolar e não aconteceu nada. Penso que ele tinha que sofrer um processo, reparar a escola e ainda tinha que receber a sugestão de retirar seu filho de lá

Curtir **ComentarCompartilhar** 05/11/17 13:13

Comentarista 08: Todo direito corresponde a um dever. Cadê os deveres?

Curtir **ComentarCompartilhar** 05/11/17 12:38

Comentarista 10:**Nelson Pedon** Os deveres são aprendidos no processo de formação, as dezenas de horas de estágio, estão explícitos numa farta legislação que vai desde a LDB até os Projetos Pedagógicos escolares.

Curtir ComentarCompartilhar 05/11/17 13:04

Comentarista 11: Direitos e deveres com certeza, mas a publicação está focada nos direitos, pois estes estão sendo ameaçados e a sociedade tem cobrado demais aos professores e dado quase nada em troca. Como se todos os males da educação fossem culpa nossa, esquecendo-se que a escola reflete a sociedade e o sistema de ensino reflete as políticas educacionais que querem aprovação e economia.

Curtir ComentarCompartilhar 05/11/17 13:06

Comentarista 12 São pessoas assim como a senhora que denigrem ainda mais a educação. Vá para uma sala de aula pública, principalmente, e veja a realidade. Nós professores de escolas públicas só TEMOS deveres, direitos são negados constantemente.

Curtir ComentarCompartilhar 06 /11/17 17:38

Comentarista 13: O projeto escola sem partido não fere nenhum desses direitos

Curtir ComentarCompartilhar 30/11/17 15:28

Comentarista 02 , no mínimo, vc é incoerente. Fala que é errado fazer lavagem cerebral nas criancas , mas vc mesmo admite que quer fazer isso c seus filhos; não admite que seus filhos conhecam outros pontos de vista pq a tua verdade é absoluta! Sinto muito, se seu filho for meu aluno, ele conhecerá a diversidade de opiniões, inclusive as conservadoras e qdo ele for maduro, ele decidirá por si próprio. Vc que acha que a criança só deve conhecer o ponto de vista dos pais, é que pratica a lavagem cerebral. Eu não faço isso. Meus alunos sempre têm acesso a diversas linhas de pensamento. Vc está equivocado! Ensinar ciências, matemática, geografia etc está relacionado a pensar sobre a vida real. Não há como separar as duas coisas.

Curtir ComentarCompartilhar 06 /11/17 18:59

Comentarista 02 E não sou esquerdopata pq não tenho patologia! Quem é patologicamente comprometido é aquele que pensa como pensavam os medievais. Têm a patologia da ignorância e só conseguem se expressar por meio de clichês!

Curtir ComentarCompartilhar 06/11/17 19:03

Comentarista 01: Não, não há incoerência. A família ensinar as suas crenças e valores não tem a ver com lavagem cerebral. Isso é educação. Nada mais legítimo e sagrado que isso, que é uma atribuição exclusiva da família. Um ser humano precisa ser criado com referências. Isso é o básico. E, é claro, a família tem todo o direito de reclamar e censurar o professor que está enfiando na cabeça do filho ideias contrárias as que ele recebeu, pois não deve existir esse conflito entre a escola e a família. Educação, como eu disse, é papel da família. Ensino é delegado ao professor. São escopos diferentes.
Como eu falei anteriormente, quando o jovem tiver recebido os subsídios necessários para começar a pensar por conta própria, ele poderá refutar ou aceitar as crenças e valores previamente ensinados. Terá sim a capacidade de questionar. Eu e todos nós ja passamos por esse processo de amadurecimento.
O que você está fazendo, no entanto, é dar as diversas ideias prontas, e não dando os subsídios e ferramentas necessárias para o aluno formular as próprias ideias.
Você disse na sua primeira intervenção que os alunos conseguem pensar por conta própria. Mas isso somente é possível se eles forem devidamente preparados para isso. E não é o que estamos vendo na escola moderna. Além disso, acrescento que o cérebro humano é totalmente moldável e, quanto menos idade, mais moldável é.
Finalizando, sinto muito, mas não a rotulei de "esquerdopata" em nenhum momento. Atirei esse termo no vento. Você vestiu essa "carapuça" voluntariamente rs.

Curtir ComentarCompartilhar 06 /11/17 23:00

Comentarista 01: Perfeito, Danilo.
No seu comentário dá para perceber claramente a diferença entre ensino e doutrinação. Ao invés de alimentar a aluna com conhecimentos que vão permitir que ela se politize e forme suas próprias preferências políticas, a professora em questão preferiu servir a opinião pronta, a fim de doutrinar. É muito pior do que má fé: é a estratégia de Antonio Gramsci (embora, provavelmente, a "professora" em questão nunca tenha ouvido falar dele. Em todo caso, segue o link abaixo. Vale a pena a leitura). (http://omarxismocultural.blogspot.com.br/.../o-grandioso...)
Lamento o que ocorreu com sua filha e torço para que ela tenha professores comprometidos com ensino, e não com ideologias e estratégias políticas.
Quem paga escola particular ainda pode reclamar do professor, pedir para trocar de sala, trocar de escola. Mas quem tem o filho matriculado na escola pública não tem essas possibilidades.
Por fim, é importante dizer que os professores sérios, comprometidos com ensino, não são contra o Escola Sem Partido, pois a atuação competente deles não será afetada. O projeto tem como objetivo, na verdade, separar as laranjas podres do saco de laranjas boas e aplicar-lhes o devido corretivo.

Curtir ComentarCompartilhar 08 /11/17 13:59



OMARXISMOCULTURAL.BLOGSPOT.PE

O grandioso plano de Antonio Gramsci

Ano 2018

Postado em 16/12/18 Acessado em 02/03/20 16:30

De tempos em tempos, tem um tipo de publicação que aparece na página do Escola Sem Partido. O post segue basicamente o mesmo formato. Uma reprodução do cartaz com os 6 "Deveres do Professor" e um pequeno texto que diz algo como "a pergunta que os jornalistas nunca fazem" ou que "os professores contra o ESP não querem responder é: você nega a existência dos deveres do professor?". Se você for agora no Facebook deles você vai ver um desses posts e é interessante entender por que eles fazem esse tipo de publicação. Ela serve como uma boa estratégia para cumprir alguns objetivos. Primeiro, passar a ideia de que o ESP está em algum tipo de luta contra a imprensa e os jornalistas injustos que não cobrem o movimento de forma apropriada. A segunda é naturalizar o Escola Sem Partido, dando a impressão de que os tais "Deveres do Professor" realmente existem, quando esse não é o caso. E aqui vem a resposta que pode soar estranha:

NÃO EXISTEM "DEVERES DO PROFESSOR"

Isso não quer dizer que professorxs não tenham compromissos referentes a sua atuação profissional. Muito pelo contrário, temos leis, diretrizes e parâmetros curriculares justamente pra isso. Mas o Escola Sem Partido não é nenhuma dessas coisas. Os "Deveres do Professor" só existem na cabeça dos criadores do ESP e seus adeptos. Aqueles 6 itens não são pressupostos legais já estabelecidos, mas sim uma interpretação muito mal feita de certas normas e leis. Usar aspas na hora de mencionar os "Deveres" é importante porque esse nome foi escolhido propositadamente para transmitir a impressão de que esses 6 itens têm algum fundamento para além deles mesmos.

Ninguém está fugindo da pergunta sobre a existência ou não dos "Deveres do Professor". Nós já fizemos um vídeo pro nosso canal no YouTube só sobre isso e tem um monte de jornalista por aí escrevendo justamente

sobre isso. Mas o ESP não se importa com isso, porque as respostas que eles recebem não são o que eles querem ouvir.

Ano 2019

Postado em 09/0 4/19 Acessado em 05/03/20 10:30



59 comentários 90 compartilhamentos

Comentarista 01 Não acompanham a vida escolar dos filhos mas têm tempo de fuxicar as redes dos professores ?! Se bobear sabem nem o que o filho carrega na mochila.

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:36

Comentarista 02 Por isso deixei de aceitar os pais dos alunos no face.

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:29

Comentarista 03 Ou alunos

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:36

Comentarista 04 Nunca aceitei.

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:43

Comentarista 06 Não adiciono nenhum aluno. E quando eles perguntam se tenho face digo que não tenho! Minha vida é mais feliz assim!

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:51

Comentarista 07 Não aceito alunos, muito menos pais. E, infelizmente, precisamos abrir os olhos com colegas também.

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:55

Comentarista 08 Pais e alunos não são amigos para acompanhar nossas redes sociais...São pais e alunos somente, simples assim!

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:59

Comentarista 09Guilherme Marques Passou da hora de jantar essa gente na porrada.

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:17

Comentarista 12 Ué? Não era só na sala de aula?

Curtir **ComentarCompartilhar** 04/04/19 21:24

Comentarista 14 Bem vindos a democracia de enfeite

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:31

Comentarista 15 Os caras estimulando uma sociedade policial cara...

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 23:00

Comentarista 16 Acompanho vários professores, e o que eles postam nas redes sociais não é da minha conta, é a vida deles! #respeitoaoprofessor

Curtir **ComentarCompartilhar** 10/04/19 09:24

Comentarista 18 Cara, por isso fecho meu perfil e não aceito praticamente pai nenhum

Curtir **ComentarCompartilhar** 10/04/19 01:09

Comentarista 19 Miriam Stefanin Vieira Se tiver partido, se tiver religião, se for pessoa, e seguir doutrina, é doutrinador □□□

Curtir **ComentarCompartilhar** 09/04/19 21:33

Comentarista 20 Pâmela Patriota É bom que me acompanhem mesmo, vai que de tanto ler as postagens com dados, informações, posicionamentos eles não acordam da burrice em que vivem?! Pois que venham à vontade!

Curtir **ComentarCompartilhar** 10/04/19 23:46

Comentarista 21 Mas essa porcaria desse " partido sem partido", que parece viver de ódio aos professores, só existe no Brasil?...
Isso deve ser alguma invenção dos mentecaptos alienados dos evangélicos.

Curtir **ComentarCompartilhar** 10 /04/19 21:46

Comentarista 22 Comentarista 21 só não doutrinar e fica tudo certo, ensina a matéria!

Curtir **ComentarCompartilhar** 15/04/19 17:26

Comentarista 21, Comentarista 22, o que é doutrinar,? isso só acontece nas igrejas.
Como disse, essa conversa contra os professores só existe no Brasil.

Curtir **ComentarCompartilhar** 15/04/19 17 :39

Comentarista 23 Não é perseguição a professores não, não é stress e pressão psicológica ainda maior do que a que ocorre hoje não, imagina...Militante agora é sinônimo de marxista, comunista, e esquerda?Só existe militante marxista, comunista, e de esquerda?
E desde quando é crime ser professor(a) e militante de esquerda? É ditadura de novo?Querem apostar quanto que se o professor for militante de direita não vai sofrer nenhum constrangimento ou risco de perder o emprego?

Curtir **ComentarCompartilhar** 11 /04/19 10:05

Comentarista 24 Quer apostar que vai? A lei é para todos.

Curtir **ComentarCompartilhar** 13/04/19 16:28

Comentarista 23 Comentarista 24 só se for no seu mundinho cor de rosa

Curtir **ComentarCompartilhar** 13/04/19 18:28

Comentarista 23Comentarista 24 essa merda de lei de "ESP" não tem que existir é pra ninguém #leidamordaça

Curtir **ComentarCompartilhar** 13/04/19 18:33

Comentarista 25 Reclamando de que? O cartaz está correto.

Curtir **ComentarCompartilhar** 10 /04/19 21:19

Comentarista 24 Conheça antes de comentar.

http://escolasempartido.org/.../484-anteprojeto-de-lei....

Oculte ou denuncie isso



ESCOLASEMPARTIDO.ORG

Curtir **ComentarCompartilhar** 13/04/19 17:38